

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Lázaro Lopes Jeronymo

Gestão estratégica das atividades de extensão no curso de Engenharia Civil/UFJF: sugestões para a implantação das ações extensionistas no curso

Juiz de Fora

2021

Lázaro Lopes Jeronymo

Gestão estratégica das atividades de extensão no curso de Engenharia Civil/UFJF: sugestões para a implantação das ações extensionistas no curso

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Área de concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Márcia Cristina da Silva Machado

Juiz de Fora

2021

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Jeronymo, Lázaro Lopes.

Gestão estratégica das atividades de extensão no curso de Engenharia Civil/UFJF : sugestões para a implantação das ações extensionistas no curso / Lázaro Lopes Jeronymo. -- 2021.
234 f. : il.

Orientadora: Márcia Cristina da Silva Machado
Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2021.

1. Curricularização da extensão. 2. Extensão. 3. Universidade. 4. Engenharia Civil. I. Machado, Márcia Cristina da Silva, orient. II. Título.

Lázaro Lopes Jeronymo

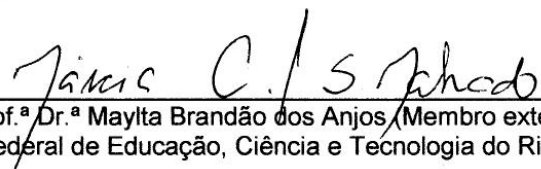
Gestão estratégica das atividades de extensão no curso de Engenharia Civil/UFJF: sugestões para a implantação das ações extensionistas no curso

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Área de concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 13 de agosto de 2021.

BANCA EXAMINADORA:


Prof.^a Dr.^a Márcia Cristina da Silva Machado (Orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora


Prof.^a Dr.^a Maylta Brandão dos Anjos (Membro externo)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro


Prof. Dr. Marcos Tanuré Sanábio (Membro interno)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dedico este trabalho a meus pais, por todo empenho, trabalho e sacrifício empreendidos em prol de minha formação acadêmica e cidadã.

AGRADECIMENTOS

Ao final de mais esta etapa em minha vida e minha formação, não poderia deixar de agradecer.

Agradeço a Deus, cuja presença a ação me trouxe força, conforto e perseverança em todos os momentos da minha vida.

A meus pais, que, apesar de não terem tido a oportunidade de se graduarem, sempre reconheceram a importância dos estudos e sempre me incentivaram a estudar, dando-me todo o suporte necessário para tal desde sempre.

Aos professores do mestrado, os quais sempre procuraram estimular um importante e sadio debate na transmissão e na construção do conhecimento.

Em especial à Márcia, professora, orientadora e, que com o passar do tempo tornou-se também uma amiga, que sempre trouxe consigo muito empenho, parceria, direcionamento acadêmico e suporte psicológico. Obrigado pela excelência e sensibilidade na orientação deste trabalho.

À Diovana, exemplo de dedicação, competência e profissionalismo, com quem iniciei a trajetória de escrita e quem me acompanhou até o final. Obrigado pela cortesia, pela compreensão, pelas exigências, pelas leituras sugeridas, por se mostrar sempre presente nesta trajetória.

Ao Luiz, quem sempre me incentivou e me permitiu dividir tantas preocupações, reflexões, alegrias e que ajudou a manter-me centrado em vários momentos durante o curso. Obrigado pelo amor, carinho e suporte em minha vida.

Aos meus amigos, pessoas das quais me orgulho de ter por perto e que admiro por diversos motivos. Obrigado por sempre serem fonte de incentivo e inspiração.

Aos colegas de mestrado, com os quais vivi essa jornada e, em especial, os colegas com os quais fiz trabalhos em grupo. Nossas tarefas compartilhadas permitiram a nós termos uma maior aproximação neste contexto de distanciamento social.

Ao CAEd, pela oferta deste mestrado profissional, e à UFJF, que incentiva a capacitação de seus servidores, através de sua política institucional.

Por fim, agradeço aos participantes da pesquisa, fundamentais no desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

Esta dissertação foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O trabalho se propôs a discutir a implantação das ações extensionistas no curso de Engenharia Civil da UFJF, conforme as novas exigências do Ministério da Educação (MEC). As ações de extensão na referida Universidade são regulamentadas pela Pró-Reitoria de Extensão, visando promover atividades que aproximam universidade e sociedade. O MEC tornou obrigatória a participação dos alunos de graduação em ações extensionistas, estabelecendo um percentual mínimo a ser cumprido. Diante do panorama da extensão na Faculdade de Engenharia e no curso de Engenharia Civil da UFJF, verificou-se que uma significativa carga horária adicional precisa ser cumprida até dezembro de 2022 para atender à regulamentação colocada. Verificou-se também que os laboratórios, que já apoiaram o desenvolvimento de ações extensionistas na Faculdade de Engenharia, não serão capazes de absorver toda essa demanda. Assim, tal exigência representa grande desafio para o curso de Engenharia Civil, que precisa se organizar para atender às novas demandas extensionistas. Portanto, o objetivo geral deste trabalho é analisar a melhor forma de implementar a gestão estratégica e integrada da extensão no curso de Engenharia Civil da UFJF. Os objetivos específicos são: (1) descrever o curso de Engenharia Civil e a condução das atividades de extensão; (2) analisar como atender às demandas obrigatórias de extensão no curso de Engenharia Civil, por meio da implementação de um processo de gestão; e (3) propor sugestões para implantação de um processo de gestão estratégica e integrada das ações de extensão. Para atingir estes objetivos, realizou-se uma pesquisa qualitativa, aplicando-se questionários a coordenadores de programas e projetos de extensão da Faculdade de Engenharia da UFJF e a membros de coordenações de cursos de Engenharia Civil em universidades federais do Sudeste e Sul brasileiro; e também realizando-se entrevistas com a Pró-Reitora de Extensão da UFJF, um ex-coordenador do curso de Engenharia Civil da UFJF, um membro do NDE do curso e a coordenadora de Extensão da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. Diante dos resultados, foi observado que nos cursos de Engenharia Civil das universidades pesquisadas não houve convergência sobre o

que é extensão. Nestes cursos, identificaram-se dificuldades com relação à implementação da curricularização da extensão e à gestão da carga horária dos cursos, pouco envolvimento e, por vezes, resistência dos docentes com relação a atividades extensionistas. Ao final, um Plano de Ação Educacional foi desenvolvido, contendo cinco ações propositivas: criação de comissão permanente de extensão para o curso de Engenharia Civil, realização de eventos internos de extensão, criação da cultura extensionista, orientação do trabalho docente conforme o modelo Plano Individual de PIT/RIT e realização de pesquisa com alunos e empresas que possuem estagiários. Espera-se que tais ações possam contribuir para o enfrentamento dos dificultadores encontrados e ajudar o curso de Engenharia Civil da UFJF a gerir estrategicamente as ações extensionistas, bem como inserir tais atividades no curso.

Palavras-chave: Curricularização da extensão. Extensão. Universidade. Engenharia Civil.

ABSTRACT

This dissertation was developed on the approach of the Professional Master degree in Education Management and Assessment (PPGP) of the Public Policies and Education Assessment of the Federal University of Juiz de Fora (CAEd/UFJF). The work proposed to discuss the implementation of extension actions in the Civil Engineering course at UFJF, according to the new requirements of the Ministry of Education (MEC). Extension actions at the aforementioned university are regulated by Pro-Rector's Extension, aiming to promote activities that bring university and society closer together. The MEC made the participation of undergraduate students in extension actions mandatory, establishing a minimum percentage to be complied with. Given the panorama of the extension in the Faculty of Engineering and in the Civil Engineering course at UFJF, it was found that a significant additional workload needs to be completed by December 2022 to meet the regulations. It was also found that the laboratories, which have already supported the development of extension actions at the Faculty of Engineering, will not be able to absorb all this demand. Thus, this requirement represents a great challenge for the Civil Engineering course, which needs to organize itself to meet new extension demands. Therefore, the general objective of this work is to analyze the best way to implement the strategic and integrated management of extension in the Civil Engineering course at UFJF. The specific objectives are: (1) describe the Civil Engineering course and the conduction of extension activities; (2) analyze how to meet the mandatory extension demands in the Civil Engineering course, through the implementation of a management process; and (3) proportions for implementing a strategic and integrated management process for extension actions. To achieve these goals, a qualitative research was carried out, applying questionnaires to coordinators of extension programs and projects at the Faculty of Engineering at UFJF and to members of coordinators of Civil Engineering courses at federal universities in the Southeast and South of Brazil; and also conducting interviews with the Dean of Extension at UFJF, a former coordinator of the Civil Engineering course at UFJF, a member of the NDE of the course and the Extension Coordinator of the Faculty of Administration and Accounting. In view of the results, it was observed that in the Civil Engineering courses of the surveyed universities there was no convergence on what extension is. In these courses, difficulties were identified in relation to the

implementation of the extension curriculum and the management of course hours, little involvement and, at times, resistance from the teachers in relation to extension activities. In the end, an Educational Action Plan was developed, containing five propositional actions: creation of a permanent extension committee for the Civil Engineering course, holding internal extension events, creation of an extension culture, guidance of teaching work according to the Individual Plan model PIT/RIT and conducting research with students and companies that have interns. It is expected that such actions can contribute to facing the obstacles found and help the UFJF Civil Engineering course to strategically manage the extension actions, as well as including such activities in the course.

Keywords: Curriculum extension. Extension. University. Civil Engineering.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Organograma 1	- A Pró-Reitoria de Extensão no organograma da UFJF	28
Organograma 2	- Estrutura da Pró-Reitoria de Extensão da UFJF	33
Organograma 3	- A Faculdade de Engenharia no organograma da UFJF	46
Organograma 4	- Organização dos Departamentos da Faculdade de Engenharia	47
Gráfico 1	- Etapa da implementação da curricularização da extensão no curso	132
Figura 1	- Cronograma de debates sobre a inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação da UFJF - ano 2021	156
Gráfico 2	- Possíveis caminhos para o currículo do curso	160
Gráfico 3	- Existência de criação de disciplinas de extensão nos cursos	161

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Identificação do Curso de Engenharia Civil/UFJF	50
Quadro 2	- Unidades Acadêmicas de departamentos envolvidos com as disciplinas do Curso de Engenharia Civil	52
Quadro 3	- Correlação dos Departamentos Acadêmicos da Faculdade de Engenharia com as áreas do conhecimento e campos de atuação da Engenharia Civil, conforme consideração da Capes, CNPq, Fapemig e Confea-Crea	54
Quadro 4	- Relação das disciplinas associadas do curso	57
Quadro 5	- IES participantes da pesquisa por meio do questionário	116
Quadro 6	- Resposta "outra" com relação ao caminho curricular que o curso da IES está seguindo	160
Quadro 7	- Maiores desafios enfrentados pelos cursos	166
Quadro 8	- Pontos positivos identificados pelos cursos	167
Quadro 9	- Pontos negativos identificados pelos cursos	169
Quadro 10	- Dados da pesquisa e ações propositivas por eixo de análise ..	182
Quadro 11	- Perguntas do modelo 5W2H	183
Quadro 12	- Comissão Permanente de Extensão	186
Quadro 13	- Encontros sobre extensão	189
Quadro 14	- Ocupação dos espaços com o assunto extensão	193
Quadro 15	- Incentivar o trabalho docente com base no PIT/RIT	197
Quadro 16	- Levantamento de informações sobre a prática dos alunos nos estágios em Engenharia Civil	200

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Série histórica do número de programas e projetos extensionistas na UFJF	29
Tabela 2	- Cursos de Engenharia, carga horária e número de alunos	48
Tabela 3	- Atividades a serem cumpridas pelos graduandos em Engenharia Civil da UFJF	51
Tabela 4	- Distribuição da força de trabalho do curso de Engenharia Civil .	55
Tabela 5	- Quantidade e crescimento de programas e projetos de extensão na UFJF e na Fac. de Engenharia	59
Tabela 6	- Participação dos membros da Faculdade de Engenharia nas ações de extensão em 2019	60
Tabela 7	- Distribuição de programas e projetos de extensão pelos departamentos da Faculdade de Engenharia	62
Tabela 8	- Cursos de Engenharia e carga horária	65
Tabela 9	- Horas semanais de uso de laboratórios por programas e projetos na Faculdade de Engenharia em 2019	68
Tabela 10	- Atividades de programas e projetos realizados em laboratório na Faculdade de Engenharia em 2019	69
Tabela 11	- Modalidades mais praticadas nas IES	119
Tabela 12	- Grau de participação da comunidade acadêmica em ações de extensão nas IES pesquisadas	120
Tabela 13	- Respostas dos membros das coordenações de curso de Engenharia Civil das IES do Sudeste e Sul do Brasil a respeito do processo de implementação da extensão	128
Tabela 14	- Principais dificuldades encontradas pelas IES e pelos cursos para implementação da curricularização	129
Tabela 15	- Ações realizadas pela IES e pelo curso de Engenharia Civil nas referidas IES	130
Tabela 16	- Grau de atuação dos órgãos das universidades na implementação da curricularização da extensão	152

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abenge	Associação Brasileira de Educação em Engenharia
Art.	Artigo
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCI	Departamento de Construção Civil
CEL	Departamento de Circuitos Elétricos
CEPEAd	Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração
CF/88	Constituição Federal de 1988
CHS	Carga Horária Semanal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Coext-Facc	Colegiado das Ações de Extensão da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis
Conexc	Conselho Setorial de Extensão e Cultura
Confea	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Congrad	Conselho Setorial de Graduação
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
Crea	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
Critt	Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia
Crutac	Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
Dinova	Diretoria de Inovação
Dr.	Doutor
ENE	Departamento de Energia Elétrica
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
EPD	Departamento de Engenharia de Produção
ERE	Ensino Remoto Emergencial
ESA	Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental
ETU	Departamento de Estruturas

Fac.	Faculdade
Facc	Faculdade de Administração e Ciências Contábeis
Fapemig	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
Forproex	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
Furg	Universidade Federal do Rio Grande
IC	Iniciação Científica
ICHL	Instituto de Ciências Humanas e Letras
IES	Instituição de Ensino Superior
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Intecoop	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
Ipes	Instituições Públicas de Ensino Superior
LabMetrol	Laboratório de Metrologia
Lafae	Laboratório de Fontes Alternativas de Energia
Life	Laboratório de Informática da Faculdade de Engenharia
MAC	Departamento de Mecânica Aplicada e Computacional
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
Nasfe	Núcleo de Atendimento Social da Faculdade de Engenharia
NDE	Núcleo Docente Estruturante
PAE	Plano de Ação Educacional
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
Pibic	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
Pibit	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Pism	Programa de Ingresso Seletivo Misto
PIT	Plano Individual de Trabalho
Pivic	Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico do Curso

PPGP	Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PRG	Pró-Reitoria de Graduação
Procult	Pró-Reitoria de Cultura
Proex	Pró-Reitoria de Extensão
Prograd	Pró-Reitoria de Graduação
PROPGPI	Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação
RAG	Regimento Acadêmico da Graduação
Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RIT	Relatório Individual de Trabalho
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
Sr.	Senhor
TAE	Técnico-Administrativo em Educação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TRN	Departamento de Transportes e Geotecnia
Ufes	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFJF-GV	Campus Avançado da UFJF em Governador Valadares
Ufla	Universidade Federal de Lavras
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
Ufop	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Unifal	Universidade Federal de Alfenas
Unifei	Universidade Federal de Itajubá
Unila	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Unipampa	Universidade Federal do Pampa
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	A EXTENSÃO NA UFJF E O CURSO DE ENGENHARIA CIVIL	24
2.1	O DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO NO ÂMBITO DA UFJF	25
2.1.1	A estrutura da Pró-Reitoria de Extensão da UFJF	33
2.1.2	Novas demandas de extensão para os cursos de graduação	37
2.2	A FACULDADE DE ENGENHARIA E O CURSO DE ENGENHARIA CIVIL	43
2.2.1	A estrutura do Curso de Engenharia Civil	49
2.2.2	As atividades de extensão na Faculdade de Engenharia e no Curso de Engenharia Civil, e o uso dos laboratórios	56
2.3	OS DESAFIOS PARA IMPLANTAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL	64
3	AS DEMANDAS OBRIGATÓRIAS DE EXTENSÃO NO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL DA UFJF: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROCESSO DE GESTÃO	74
3.1	REFERENCIAL TEÓRICO	75
3.1.1	O significado de Extensão Universitária	75
3.1.2	A Gestão Estratégica, Integrada e Participativa	91
3.1.3	A Gestão da Extensão Universitária	104
3.2	METODOLOGIA DE PESQUISA E COLETA DE DADOS	110
3.3	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	116
3.3.1	Perspectivas de Extensão	118
3.3.2	Curricularização da Extensão	126
3.3.3	Desafios de Gestão da Extensão	151
4	PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL	180
4.1	CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO PERMANENTE DE EXTENSÃO	184
4.2	REALIZAÇÃO DE EVENTOS INTERNOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	188
4.3	OCUPAR OS ESPAÇOS QUE PROMOVAM DISCUSSÕES EM PROL DA CULTURA DE EXTENSÃO	192

4.4	ORIENTAR A ATUAÇÃO DOCENTE TOMANDO POR BASE A PROPOSTA DO PIT/RIT	195
4.5	LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE A PRÁTICA DOS ALUNOS NOS ESTÁGIOS DE ENGENHARIA CIVIL	199
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	203
	REFERÊNCIAS	207
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada: discussões sobre novas exigências de extensão na UFJF	218
	APÊNDICE B – Questionário enviado aos coordenadores de Curso de Engenharia Civil de universidades federais do Sudeste e Sul brasileiro por e-mail e Fala.BR	219
	APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semiestruturada: discussões sobre novas exigências de extensão no Curso de Engenharia Civil e na UFJF	230
	APÊNDICE D – Roteiro de entrevista semiestruturada: discussões sobre a gestão da extensão na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UFJF	233
	ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	234

1 INTRODUÇÃO

A extensão universitária é uma das três atividades principais das universidades, ao lado do ensino e da pesquisa. Todavia, as práticas de ensino e de pesquisa parecem estar mais bem consolidadas nas Instituições de Ensino Superior (IES). Paula (2013) aponta que a extensão foi a última das três funções universitárias a surgir, fato que, segundo o autor, pode ser um dos motivos para que a extensão ainda não seja completamente compreendida e consolidada nas universidades brasileiras.

No entanto, nas últimas décadas, as discussões sobre a extensão na educação superior vêm ganhando força e a atividade vem ganhando notoriedade, sobretudo a partir da redemocratização do país e com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/1988) que, ao definir deveres e direitos fundamentais dos cidadãos, entre eles a educação, estabelece também que a extensão é função das universidades. Segundo a referida Constituição, as universidades, além de terem autonomia, têm também o dever de promover as atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável (BRASIL, 1988).

As ações de extensão dentro das universidades têm por objetivo aproximar o ambiente acadêmico da realidade social. Desta forma, essas ações têm um papel transformador da sociedade, uma vez que contribuem para a resolução de problemas e para a construção de melhorias. Este objetivo está alinhado ao que preconiza o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex) ao abordar o objetivo da Política Nacional de Extensão Universitária, por exemplo. A extensão cumpre o papel social que as universidades devem desempenhar, em especial as universidades públicas.

Atualmente, no ensino superior brasileiro, a participação da comunidade acadêmica em ações extensionistas é facultativa. Assim, para os alunos da graduação, fica a cargo do interesse deles em atuar ou não em ações deste tipo. No entanto, esta condição vem mudando desde a última década. O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, aprovado pela Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014), instituiu como uma de suas metas assegurar que pelo menos 10% da carga horária dos cursos de graduação seja realizada em programas e projetos de extensão.

Em 2018, a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão do Ministério da Educação (MEC), expediu a Resolução nº

7/2018 com as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira (BRASIL, 2018). Na aludida Resolução, o MEC transforma a meta do PNE em nova exigência com relação à extensão: ficou estabelecido então que todos os alunos de graduação deverão participar de ações de extensão, que tenham duração mínima correspondente a 10% da carga horária do curso. Essa exigência deveria estar implementada até dezembro de 2021, porém, por ocorrência da pandemia causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do MEC homologou a Resolução nº 1/2020, a qual prorrogou o prazo por um ano. Desta forma, ficou estabelecido o novo prazo de 19 de dezembro de 2022 (BRASIL, 2020).

Essa exigência representa um grande desafio para as universidades brasileiras, à medida que cria a necessidade de um esforço institucional para o rearranjo de suas atividades, pois deverá incluir na matriz curricular de todos os cursos atividades de extensão que permitam a todos os estudantes cumprir carga horária extensionista na quantidade estipulada pelo MEC. No curso de Engenharia Civil da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em particular, isso representa um acréscimo considerável de carga horária, dado que o curso já apresenta uma grade curricular extensa e que há uma baixa participação dos alunos da comunidade acadêmica da Faculdade de Engenharia: somente 4% dos alunos dos cursos de engenharia participaram de ações de extensão em 2019, considerando programas e projetos, principais modalidades de ações extensionistas desenvolvidas na UFJF.

Na Universidade Federal de Juiz de Fora, a extensão é promovida, regulamentada, coordenada e apoiada pela Pró-Reitoria de Extensão (Proex). A Proex externaliza que, por meio desta atividade, a comunidade acadêmica troca conhecimento com a sociedade. Nesse sentido, a academia leva conhecimento e assistência à sociedade e, com esta, aprende a partir dos reais anseios e necessidades da população, em um processo no qual ocorre uma troca de saberes (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2020a).

Para a realização das atividades que envolvem os programas e os projetos de extensão, os alunos precisam mobilizar conhecimentos adquiridos ao longo de sua trajetória no curso de graduação e têm a oportunidade de empregá-los em ações práticas, o que enriquece sua experiência acadêmica, aproxima-os do mercado profissional e envolve-os com a sociedade.

Como Técnico-Administrativo em Educação (TAE) da UFJF, tenho percebido em minha prática profissional os desafios e as oportunidades com relação à mobilização da extensão universitária, através das práticas desenvolvidas na Faculdade de Engenharia, sobretudo no curso de Engenharia Civil da instituição. Estou lotado no Departamento de Transportes e Geotecnia, que está administrativamente situado no organograma da Faculdade de Engenharia desta Universidade. Sou formado em Administração, porém atuo na função de auxiliar de laboratório atendendo às demandas de três ambientes: do Laboratório de Mecânica dos Solos 1, do Laboratório de Mecânica dos Solos 2 e do Laboratório de Ensaios Especiais em Mecânica dos Solos. Todos eles estão situados no Galpão 1 da referida Faculdade, que se localiza na plataforma 4 do *campus* da UFJF na cidade de Juiz de Fora.

Trabalho na UFJF desde 2010 atendendo às demandas destes três laboratórios. No início da minha trajetória profissional, estive muito envolvido com atividades de ensino nos laboratórios. Alguns anos depois, passei a estar envolvido também com as pesquisas, tanto de graduação quanto de pós-graduação, mas somente nos últimos anos fiquei ciente de que a Universidade também tem como função a atividade de extensão e tomei conhecimento do que esta atividade representa, mesmo que de forma superficial. Pessoalmente, observei um crescimento de ações de extensão desenvolvidas pelos docentes do departamento no qual estou lotado nos últimos três anos. Inclusive, neste período, pude acompanhar mais de perto uma ação em específico, um projeto de extensão em que os alunos da equipe extensionista e a docente, que era a coordenadora, desenvolviam algumas atividades em laboratório para o projeto. Isso fez com que eu me familiarizasse mais com a prática extensionista na UFJF, além de chamar minha atenção para pesquisar sobre a extensão na educação superior, sendo então motivador para desenvolver deste trabalho abordando essa temática.

Tais laboratórios, a exemplo os quais trabalho, são dotados de diversos instrumentos utilizados em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Entre estes instrumentos podem-se citar equipamentos (como prensas, estufas, balanças, extratores de amostra etc.), bancadas de trabalho, carteiras, quadro-negro, tanque, computador, provetas, cilindros, enxada, pás, soquetes, facas, pincel, entre outros materiais.

Meu trabalho como auxiliar de laboratório é técnico e de apoio às atividades desenvolvidas nestes ambientes. Nesse sentido, realizo ensaios e demonstrações de ensaios nas aulas práticas de graduação; ensino aos alunos a operacionalização dos equipamentos e a execução dos ensaios para as suas pesquisas (ensino, realizo o ensaio com eles, auxílio nos ensaios e supervisiono-os); realizo a preparação dos equipamentos, ferramentas e amostras de solo a serem utilizados nas aulas práticas; dou apoio administrativo no que se refere à manutenção dos equipamentos; auxílio nas compras de ferramentas e equipamentos para os laboratórios; realizo e auxílio a coleta de amostras de solo em campo; e ajudo os professores responsáveis pelos laboratórios a coordenarem tanto a organização física quanto a organização do uso dos laboratórios. Durante a jornada de trabalho, circulo entre os três laboratórios, de forma a atender às demandas que estão programadas para o dia e às que surgem de última hora.

Ao cursar algumas disciplinas do curso de Engenharia Civil, os alunos precisam cumprir uma determinada carga horária, tanto de aulas teóricas quanto de aulas práticas. Sendo assim, eles são divididos em turmas teóricas e turmas práticas. Com relação às disciplinas que demandam o uso dos laboratórios nos quais atuo, as aulas teóricas e as aulas práticas ocorrem uma vez por semana para cada uma das turmas e têm carga horária de três e duas horas semanais, respectivamente.

Com relação às atividades de pesquisa, os três laboratórios de Mecânica dos Solos são demandados em virtude de outras atividades, tais como: Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC); pesquisas do Mestrado em Engenharia Civil e do Mestrado em Ambiente Construído; e pesquisas em projetos de Iniciação Científica (IC). Além disso, os referidos laboratórios atendem às demandas de algumas ações de extensão (programas e projetos).

O envolvimento que possuo com o trabalho laboratorial na Faculdade de Engenharia é diversificado e ocorre de forma relacionada às três funções da universidade. Esse envolvimento e a relevância da função que a extensão tem para a educação superior justificaram a escolha deste tema para o desenvolvimento da pesquisa.

Como foi possível constatar, os laboratórios de engenharia da UFJF são espaços tecnicamente estruturados e instrumentalizados. Diante disso, eles se tornam ambientes em potencial para que alunos e profissionais da educação

possam construir e experimentar as técnicas, as ferramentas e as ideias a serem utilizadas nas diversas atividades universitárias.

Nesse contexto, os laboratórios, ambientes ligados diretamente à minha atuação como profissional da UFJF, podem ser vistos como espaços que poderão ajudar no cumprimento da nova exigência estabelecida pelo MEC para a extensão, regulamentada pela Resolução nº 7/2018. No entanto, somente os laboratórios não terão condições de absorver toda a demanda extensionista que será gerada a partir do primeiro semestre de 2023, em virtude da disposição legal (de acordo com a prorrogação do prazo estabelecido pela Resolução nº 1/2020 do CNE). Tal constatação é reforçada pela investigação preliminar, iniciada por este autor no início de 2020, que demonstrou que, na Faculdade de Engenharia, em algumas ações extensionistas (programas e projetos) vigentes durante o ano de 2019, necessitou-se da utilização de laboratório para o desenvolvimento de suas atividades, caracterizando eventual potencial de atendimento a demandas extensionistas. Contudo, a mesma investigação demonstrou que tal potencialidade é limitada, devido a uma série de fatores que serão discutidos ao longo deste trabalho. Dessa discussão é que surge a questão desta pesquisa: **de que forma o curso de Engenharia Civil pode se organizar para atender às novas demandas de extensão, advindas da exigência do MEC?**

Diante dessa questão e dos apontamentos levantados, surge o desafio de se pensar a gestão da extensão no curso de Engenharia Civil de forma estratégica e sistemática. Por isso, foi proposto para este estudo o objetivo geral de analisar a melhor forma de implementar a gestão estratégica e integrada da extensão no curso de Engenharia Civil da UFJF. Este objetivo foi desdobrado em objetivos específicos, que são: (1) descrever o curso de Engenharia Civil e a condução das atividades de extensão; (2) analisar como atender às demandas obrigatórias de extensão no curso de Engenharia Civil, por meio da implementação de um processo de gestão; e (3) propor sugestões para implantação de um processo de gestão estratégica e integrada das ações de extensão.

Este trabalho está dividido em cinco capítulos. No primeiro, intitulado “A Extensão na UFJF e o curso de Engenharia Civil”, é feita uma apresentação da UFJF e da Faculdade de Engenharia, bem como da estrutura da instituição, do referido curso e do panorama da extensão, tanto no âmbito da instituição quanto na referida Unidade Acadêmica e no curso de Engenharia Civil. No final do capítulo são

apresentados os desafios para a extensão que a normativa do MEC representa para o curso em questão.

O capítulo analítico, denominado “Analisando o atendimento às demandas obrigatórias de extensão no curso de Engenharia Civil da UFJF por meio da implementação de um processo de gestão”, aborda um referencial teórico acerca da concepção de extensão universitária e dos elementos da gestão estratégica, integrada e participativa, potencialmente aplicáveis à gestão da extensão universitária. Também nesta seção é apresentada a metodologia utilizada na pesquisa. Para a realização da coleta de dados, foram utilizados dois tipos de instrumentos: questionário e entrevista. Por fim, a seção apresenta os resultados da pesquisa e também a análise destes resultados, que foram organizados em três eixos temáticos, a saber: “Perspectivas de Extensão”, “Curricularização da Extensão” e “Desafios de Gestão da Extensão”.

Por fim, o capítulo propositivo, denominado “Plano de Ação Educacional”, apresenta um Plano que contém ações objetivas que podem ajudar na implementação de um processo de gestão da extensão no curso de Engenharia Civil da UFJF, de forma que o referido curso consiga gerenciar adequadamente as ações de extensionistas e, assim, atender às exigências do MEC para esta atividade.

2 A EXTENSÃO NA UFJF E O CURSO DE ENGENHARIA CIVIL

Este capítulo aborda a extensão no contexto da Universidade Federal de Juiz de Fora e do curso de Engenharia Civil da instituição. Na primeira seção é feita uma breve apresentação histórica da UFJF e de como ela está organizada. A seção ressalta a estrutura extensionista da Universidade, principalmente pela atuação da Pró-Reitoria de Extensão e apresenta as modalidades das ações extensionistas desenvolvidas na instituição. Por fim, são abordadas as novas demandas de extensão, advindas da nova exigência do Ministério da Educação para a extensão nas universidades.

A segunda seção apresenta a Faculdade de Engenharia e o curso de Engenharia Civil, bem como eles se organizam. Além disso, a seção apresenta algumas ações de extensão desenvolvidas na Unidade Acadêmica e ressalta o uso de laboratório em diversas atividades, incluindo as ações extensionistas.

A terceira seção apresenta como os laboratórios da Faculdade de Engenharia vêm sendo utilizados para a extensão a partir da pesquisa realizada por este autor, caracterizando grande demanda por seu uso. A seção retoma a nova exigência do MEC para a extensão e demonstra como ela impacta os cursos de engenharia da UFJF, aumentando o número de horas a serem cumpridas pelos alunos em atividades extensionistas. Assim, procura evidenciar que não só os laboratórios da Faculdade de Engenharia (entre eles os ligados ao curso de Engenharia Civil), mas os da UFJF, não serão capazes de absorver as novas demandas de ações extensionistas. Dessa forma, a seção aborda, por fim, que a nova exigência do MEC levanta a necessidade de se pensar a gestão da extensão no curso de forma sistemática para permitir o atendimento a essas demandas sem sobrecarregar os laboratórios.

É importante informar que para a construção deste capítulo foi realizada uma pesquisa documental sobre a extensão universitária, utilizando normativas e documentos de referência, como a Política Nacional de Extensão Universitária, resoluções da UFJF, histórico institucional e Projeto Pedagógico de Curso, por exemplo. Como alguns dados internos a respeito da extensão na UFJF não estavam publicizados, também foi necessário realizar uma entrevista semiestruturada com a Pró-Reitora de Extensão da UFJF (Apêndice A), no dia 31 de agosto de 2020, como

fonte complementar de informações, de forma a consolidar a pesquisa para a descrição do caso de gestão.

2.1 O DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO NO ÂMBITO DA UFJF

A Universidade Federal de Juiz de Fora foi criada em 23 de dezembro de 1960, no governo do Presidente Juscelino Kubitschek, com a aprovação da Lei nº 3.858/1960. A referida lei estabeleceu a integração da Universidade pelo Ministério da Educação e Cultura. Antes da criação da UFJF, diversos esforços foram feitos para mobilizar a sociedade em torno da criação de uma universidade em Juiz de Fora. Assim, palestras, debates e seminários foram organizados por diferentes grupos sob a liderança do Diretório Central de Estudantes da cidade tendo como tema a mobilização pela federalização das faculdades já existentes na cidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2010).

Assim, a UFJF foi inicialmente formada através da federalização da Faculdade de Direito de Juiz de Fora, Faculdade de Medicina de Juiz de Fora, Faculdade de Farmácia e Odontologia de Juiz de Fora, Faculdade de Engenharia de Juiz de Fora e Faculdade de Ciências Econômicas de Juiz de Fora (BRASIL, 1960).

À época de sua criação, a UFJF foi a segunda universidade federal a ser criada fora das capitais (a Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, foi a primeira delas) e ofertou seis diferentes cursos de graduação: Ciências Econômicas, Direito, Engenharia, Farmácia, Medicina e Odontologia. Posteriormente, foram integrados os cursos de Geografia, Letras, Filosofia, Ciências Biológicas, Ciências Sociais e História, inclusive na modalidade de licenciatura (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2020b). Segundo a Universidade Federal de Juiz de Fora (2010), a Cidade Universitária foi construída em 1969. Fruto do projeto do arquiteto Arthur Arcuri, o *campus* foi reconhecido por sua beleza e eficácia desde a sua inauguração, sendo elogiado pelo então ministro da educação Jarbas Passarinho (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2010).

De sua criação até os dias atuais, a UFJF cresceu consideravelmente ao agregar novos cursos e novas Unidades Acadêmicas. O curso de Jornalismo foi criado e incorporado à faculdade de Direito na década de 1960. Com a Reforma

Universitária de 1968¹, foram criados o Instituto de Ciências Exatas, o Instituto de Ciências Biológicas e o Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL). Em 1999, foi criado o Centro de Ciências da Saúde, com os cursos de Enfermagem, Fisioterapia e Medicina (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2020b). Já em 2006, foi criada a Faculdade de Letras, desmembrando o curso de Letras do ICHL, que passou a se chamar Instituto de Ciências Humanas.

Como uma das consequências do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)², instituído pelo Decreto nº 6.096/2007, os bacharelados interdisciplinares de Ciências Humanas, de Ciências Exatas e de Artes e Design foram criados na UFJF (BRASIL, 2007).

Outra consequência do Reuni na UFJF foi a criação do *Campus Avançado* da UFJF em Governador Valadares (MG), em 2012, aprovado pela Resolução nº 01/2012 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2012). Tendo iniciado suas atividades em novembro de 2012, o *Campus Avançado* (UFJF-GV) oferece cerca de 850 vagas por ano em dez cursos de graduação. A UFJF-GV não tem sede própria e utiliza prédios de três instituições na cidade, tanto para as aulas quanto para o funcionamento da sede administrativa (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2020c). Segundo Santos (2019, p. 15), os alunos e os servidores “estão distribuídos em 11 espaços por toda a cidade de Governador Valadares”.

Nesse sentido, a UFJF atualmente é formada pelos dois *campi* (Juiz de Fora e Governador Valadares) e também pelo Colégio de Aplicação João XXIII, totalizando 22 Unidades Acadêmicas (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2020d).

De acordo com informações do Censo de Educação Superior 2018, disponibilizado pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2020e), o número de alunos de graduação presencial totalizou 20.758, sendo 18.884 na modalidade presencial e 1.874 na modalidade a distância. Quanto aos servidores ativos, em

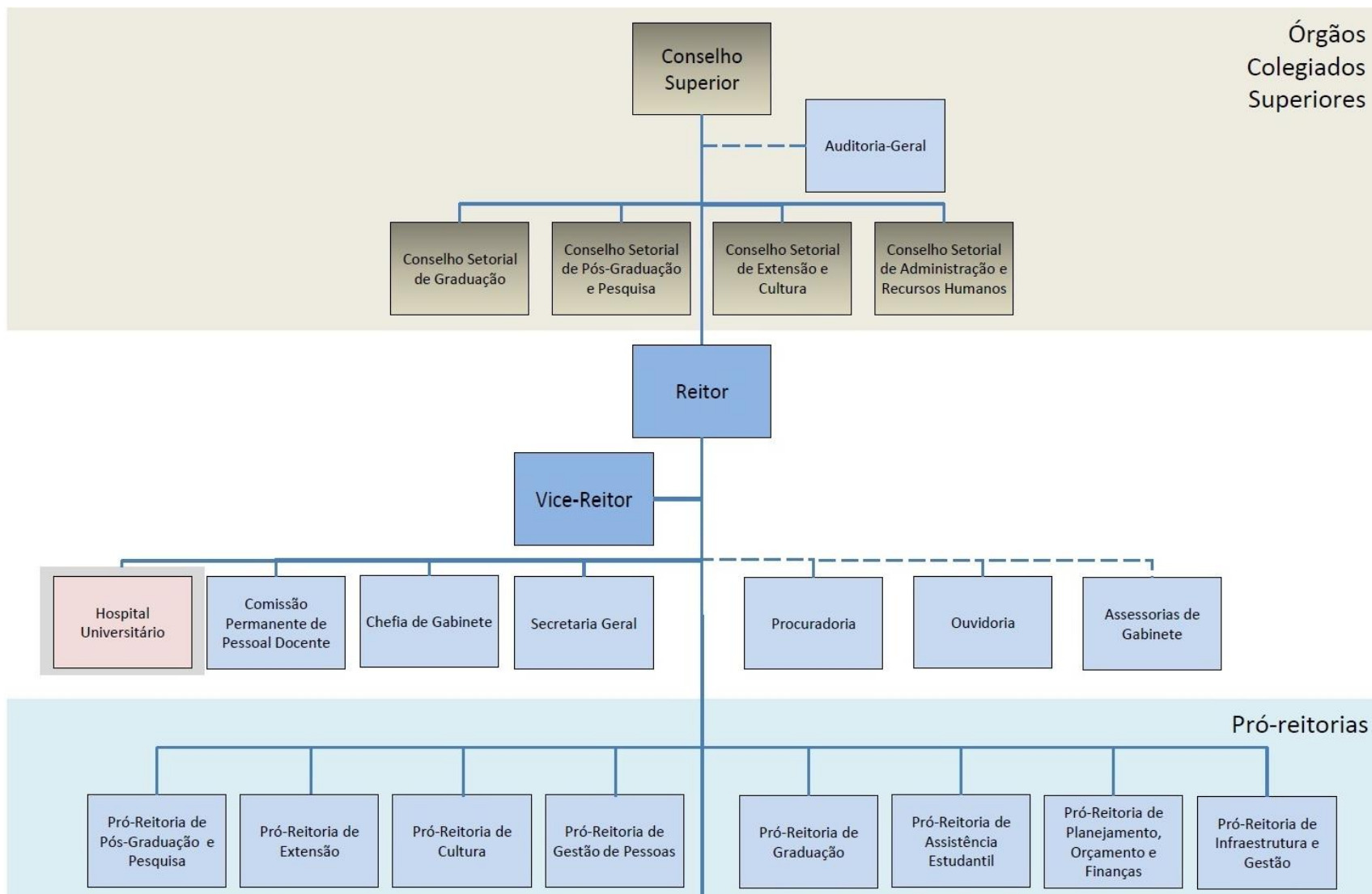
¹ A Reforma Universitária de 1968 foi implementada pela Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Segundo Antunes, Silva e Bandeira (2011), a Reforma possibilitou, entre outras coisas, a ampliação do acesso ao ensino superior com o aumento do número de matrículas e a ampliação de cursos e da estrutura das universidades.

² O Reuni foi implementado pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência na educação superior, por meio da criação de condições que melhor aproveitassem a estrutura das universidades federais existentes. Através de verbas oriundas do MEC, as universidades federais puderam viabilizar seus planos de reestruturação (BRASIL, 2007).

agosto de 2019 o número de TAEs era 1.514 e de docentes, 2.089, totalizando 3.603 servidores (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2020f).

A estrutura da UFJF é composta por diversos órgãos e setores: Órgãos Colegiados Superiores, Reitoria, Pró-Reitorias, Órgãos Suplementares, Diretorias, Institutos, Faculdades e Colégio de Aplicação João XXIII. Nesta seção do trabalho, em especial, chama-se a atenção para a localização da Pró-Reitoria de Extensão (Proex). Ela é vinculada à Reitoria da Universidade e sua localização na estrutura da UFJF pode ser observada no Organograma 1:

Organograma 1 - A Pró-Reitoria de Extensão no organograma da UFJF



Fonte: Adaptado de Universidade Federal de Juiz de Fora (2020g).

Como preconizado na Constituição Federal de 1988, as universidades devem desempenhar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Neste trabalho, a ênfase está sobre esta última atividade. Na UFJF, a extensão é promovida, regulamentada, coordenada e apoiada pela Pró-Reitoria de Extensão.

Conforme aponta Rodrigues (2019), na UFJF a extensão começou a ser discutida em 1988 no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão com a aprovação de três resoluções que visaram institucionalizar as ações extensionistas já praticadas pela instituição. Foram elas: a Resolução nº 51/1988 (Dispõe sobre Normas Gerais para a Extensão Universitária na Universidade Federal de Juiz de Fora); a Resolução nº 52/1988 (Fixa normas sobre o programa de Bolsas de Extensão); e a Resolução nº 53/1988 (Regimento da Comissão de Extensão). Tais resoluções e regras vigoraram até 2018, quando novas normativas foram aprovadas.

Ao longo de vários anos, a UFJF tem se firmado, progressivamente, como promotora de ações extensionistas, de acordo com Rodrigues (2019). Em seu trabalho, o referido autor apresenta uma série histórica da quantidade de programas e projetos de extensão na instituição, que vai de 2003 a 2017. Os dados foram complementados através da consulta ao site da Proex, que permitiu obter as informações para o ano de 2018, e também para o ano de 2019, através de dados obtidos diretamente da Proex. Com isso, foi possível a construção da Tabela 1, que contém os dados da extensão na instituição de 2003 a 2019:

Tabela 1 - Série histórica do número de programas e projetos extensionistas na UFJF

(continua)

Ano	Nº de programas e projetos de extensão
2003	298
2004	318
2005	281
2006	335
2007	266
2008	268
2009	239
2010	257
2011	325
2012	405
2013	574
2014	760
2015	685
2016	419

Tabela 1 - Série histórica do número de programas e projetos extensionistas na UFJF

Ano	Nº de programas e projetos de extensão
2017	403
2018	463
2019	533

(conclusão)
 Fonte: Elaborada pelo autor (2021) baseado em Rodrigues (2019) e Universidade Federal de Juiz de Fora (2020h).

Rodrigues (2019) discorre que, de 2003 até 2017, a Proex passou por cinco diferentes gestões, cada uma com estilos diferentes, para coordenar as ações de extensão. É possível verificar que, entre 2010 e 2015, o número de ações apresentou um salto significativo, estando a referida Pró-Reitoria sob uma nova gestão. No entanto, Rodrigues (2019) aponta que este crescimento foi devido à redução do número de bolsas alocadas por projeto, de forma que cada um deles só era contemplado com uma bolsa. Isso fazia com que os mesmos projetos fossem divididos em vários para que um coordenador acumulasse maior número de bolsas. Além disso, as ações de extensão não passavam por uma avaliação da Proex neste período, quadro que mudou em 2015. Nesse ano, o autor destaca que, sob uma nova direção, as ações de extensão passaram a ser avaliadas e submetidas a editais, o que implicou a diminuição no número de ações com relação aos anos anteriores.

Já em 2016 e 2017, o número de ações extensionistas manteve-se estável, perto de 400, apresentando redução, se comparado aos dois anos anteriores, sendo um possível reflexo dos cortes na educação provocados pela crise brasileira ocorrida no Governo de Dilma Rousseff (RODRIGUES, 2019). A partir de 2017, a atual gestão assumiu a Pró-Reitoria de Extensão. Os dados relativos ao período de 2017 a 2019 mostram considerável crescimento no número de ações extensionistas na UFJF, indo de 403 para 533.

Nesse ínterim, é importante salientar que a partir de 2014, no Governo de Dilma Rousseff, o cenário político-econômico do Brasil tornou-se instável e isso refletiu no corte de investimentos na área da educação, em especial no repasse de verbas às universidades federais.

Em 1º de abril de 2019, uma carta assinada por seis entidades científicas e acadêmicas foi enviada a autoridades do poder Executivo e Legislativo, criticando os cortes no orçamento federal, sobretudo o contingenciamento de 42,27% das despesas de investimento para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Os cortes foram anunciados pelo Decreto nº 9.741/2019. O contingenciamento também afetou o Ministério da Educação em 31,7% das verbas destinadas às suas despesas. A carta chama a atenção para o reduzido orçamento com que o MCTIC já contava em 2019, após uma série de cortes sucessivos nos últimos anos, e que os novos cortes colocam em risco a integridade dos programas de bolsas dos pesquisadores em formação. De acordo com a carta,

as novas restrições orçamentárias atingem a integridade do programa de bolsas, fonte da formação de novos pesquisadores desde a criação do CNPQ³. O contingenciamento de 42,27% nas despesas de investimento do MCTIC inviabiliza o desenvolvimento científico e tecnológico do país [...] A formação de grupos de pesquisa competentes custou décadas de esforço nacional. São eles que permitem enfrentar epidemias emergentes, aumentar a expectativa de vida da população, buscar novas fontes de energia, garantir a segurança alimentar, estruturar empresas inovadoras com protagonismo internacional, reforçar a segurança nacional e aumentar o valor agregado das exportações. Se essas restrições orçamentárias não forem corrigidas a tempo, serão necessárias muitas outras décadas para reconstruir a capacidade científica e de inovação do país. Cortar gastos não é a única maneira de reduzir a relação entre dívida pública e PIB⁴. Outros países já descobriram que existe uma alternativa: investir em pesquisa e desenvolvimento para aumentar o PIB. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR, 2019, recurso online).

Rodrigues (2019) explica que essa situação política implicou a descontinuação de importantes iniciativas de financiamento da extensão universitária da UFJF. Nessa circunstância, o Programa da Extensão Universitária teve o último edital lançado em 2016 e o edital para financiar ações extensionistas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) acabou em 2014. Com isso, as ações de extensão ficaram mais dependentes dos orçamentos das próprias universidades.

³ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

⁴ Produto Interno Bruto.

Apesar desse cenário de cortes, que vem se mantendo até os dias atuais, a UFJF tem se destacado com relação às ações extensionistas no estado de Minas Gerais. Conforme pesquisa de Rodrigues (2019), a instituição desenvolveu 403 ações, entre programas e projetos em 2017. Este quantitativo colocou a UFJF como a terceira das 11 universidades mineiras neste quesito, ficando atrás apenas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) naquele ano, primeira e segunda colocadas, respectivamente. No entanto, quando o olhar se volta para o percentual de alunos da graduação envolvidos com atividades extensionistas, a UFJF ocupa apenas o quinto lugar (7,4%), perdendo posição para a Universidade Federal de Itajubá (Unifei) e Universidade Federal de Alfenas (Unifal), que ocupam a primeira e segunda posição, respectivamente. Estas são seguidas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e pela UFMG nessa lista, e, em seguida, vem a UFJF.

Em 2018, 463 ações de extensão foram desenvolvidas na UFJF entre programas e projetos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2020h). Segundo dados obtidos em contato direto com a Proex, em 2019 a UFJF desenvolveu 533 ações extensionistas, sendo 83 programas e 450 projetos.

Como apresentado anteriormente, as primeiras regulamentações sobre extensão na UFJF foram desenvolvidas em 1988 e estiveram em vigor até 2018. Atualmente, as ações de extensão desenvolvidas na Universidade são regulamentadas pela Política de Extensão da UFJF, através da Resolução nº 4/2018, aprovada em 3 de dezembro de 2018 pelo Conselho Setorial de Extensão e Cultura (Conexc) (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2018). Tal política institucional foi construída tomando por base a Política Nacional de Extensão Universitária (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2012) e estabelece que, na UFJF, as ações extensionistas devem seguir as diretrizes definidas no Plano Nacional, a saber: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação discente, e impacto e transformação social.

Assim, segundo o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (2012, p. 15), as ações de extensão podem ser entendidas como “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político”, por meio do qual a universidade interage com a sociedade – e vice-versa – e promove uma

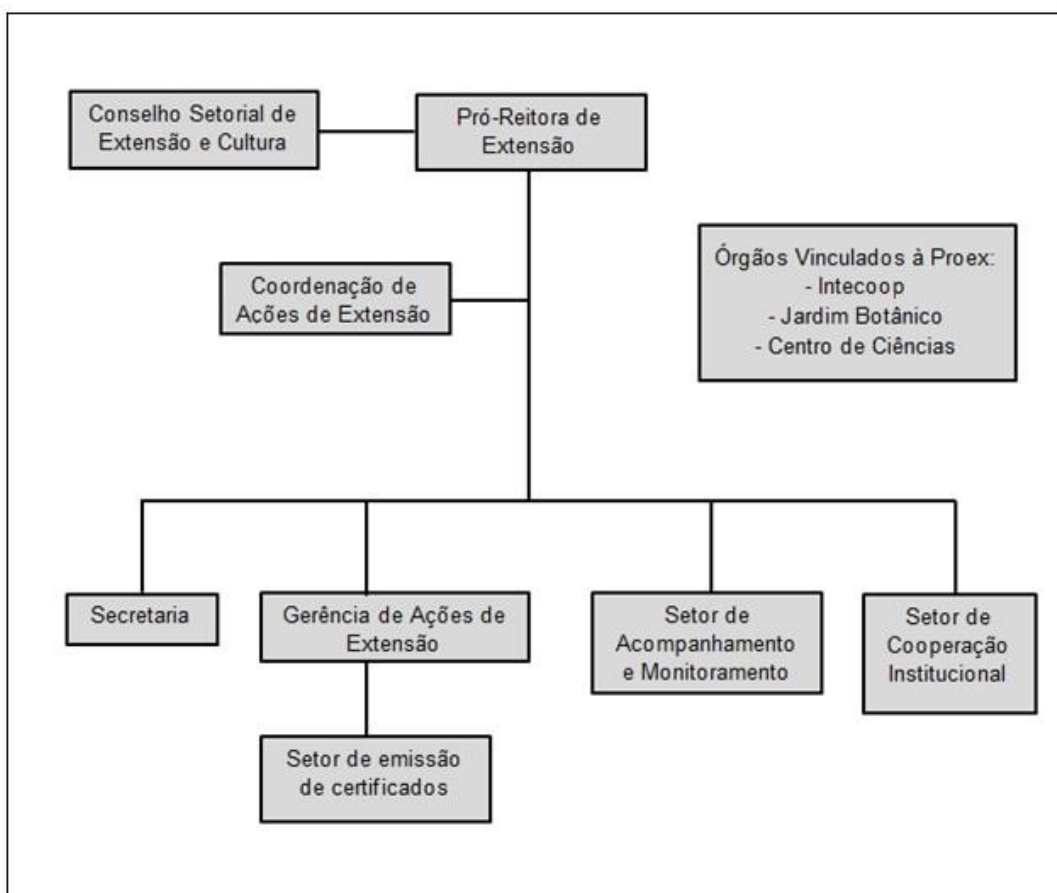
transformação de ambas as partes. Esta característica, que denota uma troca mútua de saberes, diferencia as ações de extensão das outras ações universitárias (ensino e pesquisa).

2.1.1 A estrutura da Pró-Reitoria de Extensão da UFJF

A Universidade Federal de Juiz de Fora está organizada em diversos segmentos e níveis, entre eles as Pró-Reitorias (conforme foi apresentado no Organograma 1).

Como elencado anteriormente, as ações de extensão na instituição são coordenadas e apoiadas pela Pró-Reitoria de Extensão, cuja organização está apresentada no Organograma 2:

Organograma 2 - Estrutura da Pró-Reitoria de Extensão da UFJF



Fonte: Elaborado pelo autor (2021) baseado em Rodrigues (2019) e Universidade Federal de Juiz de Fora (2020i).

Como pode ser observado no referido organograma, a Proex é gerenciada pela Pró-Reitora de Extensão e é formada pela Coordenação de Ações de Extensão, Secretaria, Gerência de Ações de Extensão, Setor de Emissão de Certificados, Setor de Acompanhamento e Monitoramento, Setor de Cooperação Institucional e pelos órgãos vinculados à Proex: Centro de Ciências, Jardim Botânico e Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (Intecoop) (RODRIGUES, 2019).

A Proex, composta por cinco setores internos, conta com o trabalho da Pró-Reitora de Extensão, além de mais nove pessoas distribuídas da seguinte forma: uma na Coordenação de Ações de Extensão, duas na Secretaria, três na Gerência de Ações de Extensão, uma no Setor de Acompanhamento e Monitoramento e duas no Setor de Cooperação Institucional (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2020i).

Além da Proex, a extensão na UFJF conta com o trabalho do Conselho Setorial de Extensão e Cultura. Este Conselho é um órgão colegiado e tem função normativa, consultiva e deliberativa com relação aos assuntos sobre extensão e cultura na Universidade. Segundo o portal da Universidade Federal de Juiz de Fora, compete ao órgão:

- I – propor ao Conselho Superior diretrizes da Universidade relativas a políticas nas áreas de sua competência;
- II – estabelecer normas gerais para a organização, funcionamento, implementação, avaliação e alterações relativas às atividades de extensão e cultura;
- III – deliberar sobre convênios da Universidade com outras entidades, na área de sua competência;
- IV – emitir pareceres solicitados pelo Reitor e pelo Conselho Superior;
- V – atuar como instância de recursos dos assuntos pertinentes à área de sua competência. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2020j, recurso online).

Conforme Rodrigues (2019), o Conexc foi criado em 1998, com a aprovação do Estatuto da UFJF. No entanto, ficou inoperante por longo tempo, passando a funcionar novamente em 2017. Este fato também foi apontado pela Pró-Reitora de Extensão da UFJF quando, na entrevista, ela disse que foi preciso reativar o Conselho para somente depois poder elaborar a Política de Extensão Institucional da UFJF. Atualmente, o Conselho conta com 18 membros titulares e 17 suplentes, entre docentes, TAEs, alunos e membros da comunidade. Com esta composição, o

Conexc engloba os diversos atores envolvidos nas ações extensionistas da UFJF: comunidade acadêmica dos dois *campi* e sociedade (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2020k).

Apesar de as ações de extensão da UFJF serem regulamentadas e fomentadas principalmente pela Proex, pode-se observar que outras instâncias da UFJF podem ser e são responsáveis pela difusão de ações extensionistas na UFJF, detalhadas a seguir.

A UFJF também possui em sua estrutura a Pró-Reitoria de Cultura (Procult), que foi criada em 2006 para gerir os órgãos culturais que foram agregados à referida Universidade e institucionalizar as ações culturais. Fazem parte da Procult, além da Pró-Reitoria propriamente dita, os órgãos executores: Centro de Conservação da Memória, Museu de Arte Murilo Mendes, Cine-Theatro Central, Centro Cultural Pró-Música, Memorial da República Presidente Itamar Franco, Museu de Arqueologia e Etnologia Americana, Fórum da Cultura e Coral da UFJF.

A Procult conta diretamente em seu quadro com o trabalho da Pró-Reitora de Cultura e de sete TAEs em sua equipe técnica: dois trabalham na Secretaria, três atuam como Agentes de cultura e lazer, um na função ligada à arte e visual e um ligado à expografia. Além deles, há seis alunos bolsistas e cada órgão executor conta com uma pessoa que atua com sua equipe própria, sendo que alguns deles possuem alunos bolsistas (Cine-Theatro Central, por exemplo).

A Procult, por meio da entrega de produtos e ações diversas, fez com que a cultura se tornasse

uma dimensão complementar ao consagrado tripé de ensino, pesquisa e extensão. Por meio de ações e projetos desenvolvidos diretamente pela Procult [...] e via órgãos executores, a Universidade assumiu protagonismo na cena cultural de Juiz de Fora e região, além de se projetar no país e internacionalmente [...] (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2020l, recurso online).

A extensão está presente, por exemplo, em um dos princípios norteadores da Procult: “Arte-educação: formação cidadã - Difusão da cultura e ampliação do acesso do público às diversas atividades culturais, inclusive por publicações e cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2020m, recurso online). Dentre as ações culturais desenvolvidas

no âmbito da Procult, algumas podem se enquadrar como atividades de extensão, caso dos cursos e oficinas realizados pelo Fórum da Cultura com o objetivo de formar na prática e culturalmente atores e técnicos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2020n, recurso online).

A Diretoria de Inovação (Dinova) da UFJF é outro órgão da UFJF que se envolve com as atividades de extensão. O Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia (Critt) é um órgão ligado à Dinova que atua na assessoria de empresas e empreendedores para transferir tecnologia e soluções inovadoras em seus negócios.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2020 da UFJF, o Critt contribui para a sociedade, uma vez que atua como parceira em negócios locais e regionais “para fomentar a inovação e o empreendedorismo não só dentro da UFJF, mas também fora dela” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2016, p. 76). Atuando em conjunto com a sociedade, o Critt pode desenvolver ações de extensão. No PDI da UFJF, pode-se observar que este potencial foi reconhecido, pois uma das metas definidas no Plano se refere a este assunto: “fomentar, em conjunto com a Pró-Reitoria de Extensão Universitária, projetos de extensão que envolvam transferência de tecnologia, inovação social ou aprimoramento de políticas públicas” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2016, p. 21).

Ligadas à Dinova, também existem as “Equipes de Competição”, cuja finalidade é participar de eventos competitivos representando a UFJF. As equipes são compostas por alunos ligados a diversos cursos de graduação da UFJF. Existem seis equipes afiliadas à Dinova: Equipe Capivara, Escuderia UFJF, Microraptor, Equipe Rampage Baja UFJF, Rinobot e a Supernova Rocketry UFJF. Para competir, estas equipes desenvolvem, respectivamente, diversos trabalhos, como, por exemplo: construir um protótipo com maior eficiência energética, construir um carro de corrida, desenvolver um projeto e construir uma aeronave controlada por rádio, construir um veículo *off-road* e construir robôs (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2020o). Ao construir estes protótipos, os alunos demandam conhecimentos acadêmicos e praticam a multidisciplinaridade.

Por último, a Liga das Empresas Juniores é uma associação civil sem fins lucrativos que também é ligada à Dinova. Ela contribui para o desenvolvimento social ao representar as empresas juniores da UFJF (formadas por alunos de graduação) colocando-se como “órgão técnico e consultivo no estudo e solução dos

problemas relacionados aos membros filiados” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2020p, recurso online). Vale ressaltar que as empresas juniores são responsáveis pela prestação de serviços, consultorias e assessorias em diversos campos de atuação para empresas e pessoas físicas, atuando, portanto, em conjunto com a sociedade. O PDI da UFJF atribui como responsabilidade conjunta da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), da Proex e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (PROPGPI) o alcance da meta de “apoiar as iniciativas de criação e operacionalização de empresas juniores” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2016, p. 23).

Na UFJF há 13 empresas juniores, entre elas: Porte Empresa Jr (ligada aos cursos de Arquitetura e Urbanismo e aos de Engenharia: Sanitária e Ambiental, Civil e Elétrica); Colucci Consultoria Jurídica Jr (ligada ao curso de Direito; e Campe Consultoria Jr (ligada ao curso de Administração, Ciências Contábeis e Economia).

Uma vez apresentados tanto a estrutura da extensão na UFJF quanto o funcionamento da extensão na referida Universidade, cabe à próxima seção abordar as exigências do MEC para a atividade extensionista na educação superior e quais demandas foram criadas a partir de tais exigências.

2.1.2 Novas demandas de extensão para os cursos de graduação

A consolidação da extensão como um dos pilares do tripé universitário foi sendo construída ao longo do tempo e refletiu no estabelecimento de iniciativas e regulamentos. Neste sentido, é necessário destacar que o desenvolvimento do Plano Nacional de Educação 2014-2024 é de fundamental relevância neste trabalho e dele nasce o problema da pesquisa.

O PNE, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, apresenta, em seu anexo, as metas e as estratégias utilizadas para o seu cumprimento. Conforme o Plano (BRASIL, 2014), a Meta 12 traz como seu desdobramento a estratégia 12.7, que estabelece que pelo menos 10% dos créditos cumpridos pelos alunos de graduação seja em programas e projetos de extensão universitária.

Como um desdobramento desta meta, em 18 de dezembro de 2018, o Ministério da Educação expediu a Resolução nº 7/2018, que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o estabelecido na Meta 12.7 (Estratégia 12.7) do PNE. Nela está prevista, em seu artigo 4º, que “as

atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos” (BRASIL, 2018, recurso online).

A Resolução transforma a Meta 12.7 do PNE em obrigação das Instituições de Ensino Superior e define o prazo de três anos a contar da data de homologação da Resolução. Logo, o prazo definido por ela foi 19 de dezembro de 2021. Este prazo foi prorrogado em virtude das dificuldades enfrentadas pelas IES para coordenar suas atividades e conduzir tais mudanças diante do cenário da pandemia da Covid-19. Assim, a implementação da extensão nos currículos dos cursos de graduação nas universidades, conforme a exigência do MEC, teve o prazo prorrogado para 19 de dezembro de 2022, tendo sido homologada a Resolução nº 1/2020 (BRASIL, 2020). Mesmo com a prorrogação do prazo, o cumprimento desta determinação representa um novo desafio para as IES, em especial para a UFJF, contexto do caso de gestão aqui apresentado, como será abordado neste trabalho.

A UFJF já desenvolve ações extensionistas nas modalidades de programas, projetos, cursos e eventos, como forma de atendimento a esta demanda. Cada modalidade possui características próprias que as diferenciam. Seguindo as definições do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (2007), elas serão conceituadas a seguir.

Programa de extensão é a ação contínua que abrange de forma articulada outras ações de extensão – entre projetos, cursos e eventos – que possuem fim semelhante, integrando-as com o ensino e a pesquisa. Desta forma, o programa de extensão pode ser entendido como um conjunto de, pelo menos, duas ações de extensão que se articulam entre si. As ações articuladas pelos programas buscam um mesmo objetivo a ser cumprido a médio e longo prazo.

O projeto de extensão, por sua vez, é a ação relacionada à educação, à sociedade, à ciência ou à tecnologia, que tem um objetivo específico a ser atingido em um prazo determinado (período de vigência do projeto) e, normalmente, menor do que o programa. Diferentemente deste, o projeto tem um propósito mais focalizado, mais específico. O projeto pode ser desenvolvido individualmente (projeto isolado) ou pode ser vinculado a um programa de extensão.

Na UFJF, os programas e os projetos de extensão correspondem a 12 horas de atividades por semana para os alunos participantes, sejam eles bolsistas ou voluntários. Para os coordenadores das ações (que podem ser docentes ou TAEs),

as horas contabilizadas variam de ação para ação, não existindo um padrão normativo que fixe um número comum. A Proex, por padrão, limita em até 12 horas semanais a contagem da participação dos coordenadores, sejam eles TAEs ou docentes. Desta forma, os certificados emitidos pela Pró-Reitoria aos coordenadores registram normalmente 12 horas de participação semanal, mas cada coordenador tem autonomia para pedir alteração desse quantitativo para menos (já que o máximo é de 12 horas semanais), conforme a especificidade da ação de extensão.

Vale ressaltar que, em sua maioria, os coordenadores de ações extensionistas na UFJF são docentes. Outrossim, não há uma regulamentação central da extensão que determine a fixação de horas de participação dos coordenadores nas ações de extensão. Assim, fica a cargo de cada Unidade Acadêmica fixar ou não limitar estes valores, através de normativos internos. Na Faculdade de Engenharia, por exemplo, não há uma regulamentação sobre as horas a serem desempenhadas em atividades extensionistas para os docentes.

Algumas Unidades Acadêmicas utilizam a participação para fins de promoção funcional docente. É o caso da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Engenharia, por exemplo. Através de dispositivos normativos próprios, elas estabelecem critérios de pontuação em atividades extensionistas para a promoção (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2014a, 2014b).

Prosseguindo na caracterização das ações extensionistas na UFJF, há o curso de extensão, que é definido como a ação pedagógica que possui carga horária de pelo menos 8 horas e que aborda atividade prática e/ou teórica, podendo ser realizada presencialmente ou a distância e que possui critérios avaliativos definidos.

Por fim, o evento de extensão está ligado à apresentação ou exibição, a um determinado público, do que foi desenvolvido, conservado ou reconhecido pela instituição. O evento pode apresentar ou exibir um conhecimento ou um produto de ordem cultural, artística, esportiva, científica e tecnológica. Os eventos podem ocorrer na forma de congresso, seminário, debates, exposição, palestras e outras ações.

O estudo de Rodrigues (2019) mostrou que a UFJF realiza ações de extensão e se destaca como promotora destas atividades entre as universidades federais mineiras. Também apontou para a necessidade de se potencializar o desenvolvimento de ações extensionistas, dadas as novas exigências normativas,

visto que o autor identificou baixa adesão à extensão em algumas Unidades Acadêmicas e um baixo número de participação dos estudantes na instituição.

Tal situação, associada à obrigatoriedade de novas demandas extensionistas, levou ao início de discussões na UFJF para construir possibilidades de atendimento a tais demandas. Neste sentido, após a normativa do MEC (Resolução nº 7/2018), foi criada uma comissão na instituição para debater este assunto de forma coletiva, conforme relata a Pró-Reitora de Extensão da UFJF, em entrevista concedida a este autor.

Esta comissão é formada por membros representantes da Pró-Reitoria de Extensão, da Pró-Reitoria de Graduação, do Conselho Setorial de Extensão e Cultura, do Conselho Setorial de Graduação (Congrad) e de três cursos que já apresentavam grande necessidade de implementação dos 10% da carga horária em extensão nos seus currículos, pois já estavam em processo de alteração da grade curricular por outros motivos que não as novas exigências extensionistas.

Até a data da entrevista (31 de agosto de 2020), a referida comissão elaborou uma minuta de resolução, que já foi apreciada no âmbito do Conexc para explicar os termos nela contidos. A Pró-Reitora informou que a minuta seria apreciada pelo Congrad (também para explicação dos termos) em reunião marcada para dezembro de 2019. Mas, por diversas questões, a minuta não pôde ser debatida nesta reunião e nem nos meses seguintes (janeiro e fevereiro), ficando programada a sua apreciação para março de 2020. No entanto, em março as aulas na UFJF foram suspensas em decorrência da pandemia causada pela Covid-19 e a sociedade entrou em isolamento social. A partir deste momento, as reuniões do Congrad não puderam tratar desta pauta, porque surgiram outras questões complexas e mais urgentes, como a regulamentação dos estágios e o Ensino Remoto Emergencial (ERE). Assim, este assunto ficou suspenso até a data da entrevista.

A Pró-Reitora explicou que, após passar pelo Congrad, em data oportuna, para a explicação dos termos da minuta, o documento segue o seu trâmite, indo para a apreciação dos coordenadores de curso, atores responsáveis por levar a minuta para o debate em seus respectivos cursos, momento em que poderão sugerir alterações no texto, conforme a necessidade de cada um. Posteriormente, todas as sugestões serão recolhidas e apreciadas pela Proex para possíveis ajustes. Após a remodelação do documento, ele será novamente levado ao Conexc para novo debate e, somente após isso, ele irá novamente para o Congrad para a aprovação

final. No final de abril de 2021, a proposta de minuta foi enviada aos coordenadores de cursos para que a discussão ocorra no âmbito das graduações. Como o trâmite se encontra em fase de debates, a minuta ainda não está aprovada até então.

O debate da curricularização está presente desde o primeiro PNE (2001-2011) e continuou no segundo PNE (2014-2024), sendo reforçado pela Resolução nº 7/2018 do MEC, como observou a Pró-Reitora. Dessa forma, a Proex realizou mostras das ações de extensão em 2017, 2018 e 2019, nas quais sempre foi colocado o debate da curricularização, em Congressos. A Proex também pesquisou quais outras universidades já possuíam minuta elaborada ou resoluções aprovadas sobre o tema. Tanto o debate quanto as experiências das outras universidades ajudaram a nortear a elaboração da minuta pela comissão, de forma que ela “respeitasse e considerasse a especificidade da UFJF” (PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, entrevista realizada em 31 ago. 2020).

Dada a constatação da baixa adesão à extensão de algumas Unidades Acadêmicas e diante da atual oferta de ações extensionistas na UFJF, a Pró-Reitora reconhece que somente através de programas e projetos de extensão a instituição não seria capaz de atender ao exigido pelo MEC. Diante disso, foi levada para o debate dentro da UFJF a indagação de quais seriam as outras possibilidades para atender à demanda de 10% do currículo do curso a ser cumprida em atividades extensionistas, para criar o máximo possível de oportunidades para os estudantes. Assim, além de programas e projetos de extensão, foi incluída na proposta de minuta desenvolvida a possibilidade de se realizar essas atividades na forma de disciplinas de extensão ou disciplinas mistas e, ainda, em eventos de extensão.

De acordo com a Pró-Reitora, as disciplinas de extensão são disciplinas de teor prático, em que os alunos irão agir e intervir diretamente em determinado contexto na sociedade. Por exemplo:

tem o Laboratório de Políticas Públicas (ou algo neste sentido) lá da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. Eles têm vários projetos com a Prefeitura [de Juiz de Fora]. Ali pode ser [criada] uma disciplina que fala de gestão pública e os estudantes só vão trabalhar ali na execução de projetos juntos a Prefeitura, por exemplo. (PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, entrevista realizada em 31 ago. 2020).

Já as disciplinas mistas têm uma parte teórica e uma parte prática. Para explicar como funciona essa ideia, a Pró-Reitora toma como exemplo a Faculdade de Enfermagem:

a Faculdade de Enfermagem tem uma experiência boa nisso. A disciplina mista de Saúde do Adulto: parte deles [os estudantes] vão estar fazendo a atividade teórica; na hora que eles forem fazer a atividade prática na sociedade, essa parte prática vai ser registrada na Pró-Reitoria de Extensão como projeto ou programa de extensão. E aí o nosso estudante vai conseguir cumprir esses 10%. (PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, entrevista realizada em 31 ago. 2020).

Com relação aos eventos de extensão, que também podem ser uma forma de computar a participação em atividades de extensão no currículo dos estudantes, a Pró-Reitora destaca que nem todo tipo de participação será aceita para este fim. A participação como ouvinte, por exemplo, não será considerada. Por outro lado, se a participação ocorrer como organizador ou colaborador, ela será aceita como atividade extensionista, pois neste caso o estudante ajudou o evento a acontecer para o público.

Além de elencar estas possibilidades de atendimento à demanda extensionista, conforme exigido pelo MEC, a proposta de minuta também sugere a criação de um setor (coletivo) nas Faculdades (análogo a uma coordenação), que ficará responsável por acompanhar os alunos na sua trajetória acadêmica com relação ao cumprimento da carga horária extensionista: “é como se fosse um coordenador que olhasse a vida no nosso estudante para que ele ao final cumprisse os 10%” (PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, entrevista realizada em 31 ago. 2020).

Em paralelo aos trabalhos da comissão e com o objetivo de estimular o debate nos cursos de graduação, a Proex já realizou trabalhos em algumas Unidades Acadêmicas e/ou cursos, promovendo reuniões a respeito deste tema. É o caso de: Serviço Social, Enfermagem, Direito, Administração, Ciências Contábeis, Psicologia, Medicina, Faculdade de Engenharia, Instituto de Artes e Design, Odontologia, Educação Física, Instituto de Ciências Biológicas, Faculdade de Comunicação, além de todos os coordenadores de curso do *Campus* Avançado de Governador Valadares. A Pró-Reitora também se reuniu com os diretores de Unidade da UFJF para tratar da necessidade da curricularização da extensão (PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, entrevista realizada em 31 ago. 2020).

Tendo como base o exposto, é possível entender que a UFJF já iniciou os trabalhos para promover a regulamentação institucional que será importante na orientação dos cursos no processo de cumprimento das exigências do MEC para a inserção da extensão nos currículos.

Como já ressaltado, o foco deste trabalho está no curso de Engenharia Civil, que pertence à Faculdade de Engenharia da UFJF, e que também terá que desenvolver um currículo que contemple as ações de extensão, de acordo com as normativas. A seção seguinte apresenta a referida Faculdade, os cursos existentes nela, a estrutura do curso de Engenharia Civil, bem como o contexto de desenvolvimento das ações de extensão na referida Unidade Acadêmica e no referido curso.

2.2 A FACULDADE DE ENGENHARIA E O CURSO DE ENGENHARIA CIVIL

Como uma das maiores Unidades Acadêmicas da UFJF, a Faculdade de Engenharia é mais antiga que a referida Universidade, e a criação do curso de Engenharia Civil confunde-se com a própria criação da Faculdade.

Em 1909, foi criado um curso politécnico para formação de engenheiros, o qual se tornou a Escola de Engenharia de Juiz de Fora. Esta foi fundada em 17 de agosto de 1914 pelo Doutor Clorindo Burnier Pessoa de Melo, Asdrúbal Teixeira de Souza, Washington Marcondes Ferreira, Odilon Pereira de Andrade e o Sr. Cristiano Degwert, que estiveram reunidos em um prédio situado na Rua Halfeld, número 175, região central da cidade. Teve como primeiro diretor o Doutor Clorindo Burnier Pessoa de Melo, Asdrúbal Teixeira de Souza como vice-diretor e Cristiano Degwert como Secretário. O então diretor foi incumbido de elaborar o primeiro Estatuto da Escola, o qual foi aprovado em novembro de 1914.

De acordo com a Universidade Federal de Juiz de Fora (2017), a Escola de Engenharia de Juiz de Fora foi a 12ª Escola de Engenharia fundada no Brasil, sendo a 5ª a ser criada no século XX.

A Escola era paga e a primeira turma se formou em dezembro de 1915, tendo como lema “*ILLUMINAT, SANAT ET CIVITATES INTER SE JUNGIT*” (que significa “iluminar, sanear e ligar cidades entre si”). O curso possuía na época a duração total de quatro anos, sendo o ano inicial composto por um curso preparatório e os três

anos seguintes compostos por um curso técnico. Ao se formar, o estudante obtinha o título de Engenheiro de Obras Públicas.

Em 1918, a Lei nº 3.454 reconheceu oficialmente o curso de Engenharia Civil. A partir de 1922, a Escola de Engenharia passou a ser subvencionada pelo governo federal com valores que variavam ano a ano. Assim, a Escola passou a ter alunos de três tipos: os que pagavam mensalidades, os que tinham bolsas integrais (indicados pela Escola, pelo governo federal, estadual ou municipal) e os que tinham bolsas parciais.

Em 1924, a Escola passou a ter uma nova organização de cargos: Diretor Técnico, Diretor Administrativo e Secretário. O curso contava com laboratórios, biblioteca, gabinetes e campos de instrução prática. O diploma conferido a essa altura era o de Engenheiro Civil e Eletrotécnico. A partir dos anos seguintes, foram criados novos cursos, como o de formação de Engenheiro Geógrafo e Engenheiro Agrônomo. Em 1933, formou-se a primeira mulher engenheira da Escola: Marília D'Alva Fabiano Alves tornou-se Engenheira Geógrafa. Em 1938, Dulce Palmer foi a primeira Engenheira Civil e Eletrotécnica a se formar pela Escola de Engenharia de Juiz de Fora.

Até o início da década de 1960, as oficinas de trabalho da Escola ocuparam um prédio emprestado pela Prefeitura de Juiz de Fora, localizado na esquina entre a Rua Floriano Peixoto e a atual Avenida Getúlio Vargas (na época, Rua 15 de Novembro), onde foi formada mão de obra e onde foram fabricados diversos instrumentos científicos em diferentes áreas do conhecimento.

A Escola ocupou diferentes endereços na região central de Juiz de Fora até mudar-se para a sua sede própria, situada na Rua Visconde de Mauá, onde hoje se situa o Colégio de Aplicação João XXIII, pertencente à UFJF.

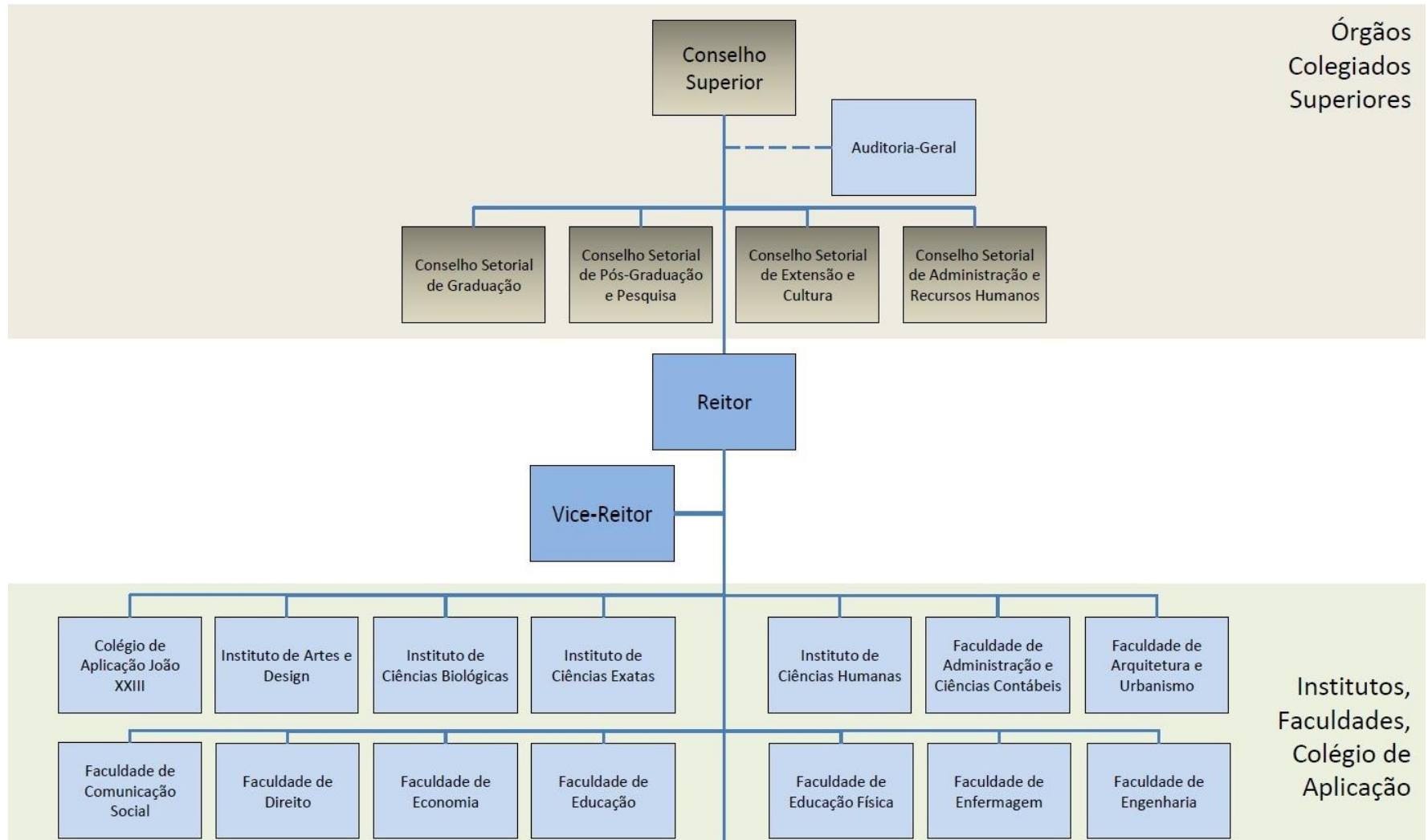
Em 1950, a Escola de Engenharia de Juiz de Fora foi integrada ao Sistema Federal de Ensino Superior do país, através da Lei nº 1.254/1950, o que permitiu à Escola receber recursos federais. Este foi um marco para a implantação de um novo Regimento para a Escola, voltado à expansão do ensino superior de qualidade.

Em 23 de dezembro de 1960, o Presidente da República Juscelino Kubitschek sancionou a Lei nº 3.858, que criou a Universidade Federal de Juiz de Fora, e englobou a Escola de Engenharia, que passou então a ser denominada Faculdade de Engenharia.

Em 1973, a Faculdade mudou-se em parte para o *campus* da UFJF, sendo que seus laboratórios ainda ficaram situados na Rua Visconde de Mauá. Somente na década de 1990 a Faculdade de Engenharia passou a funcionar totalmente na plataforma 4 do *campus* da UFJF, onde permanece até hoje (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2020q).

A Faculdade de Engenharia é uma das várias Unidades Acadêmicas da UFJF e é vinculada à Reitoria. Ela está localizada na estrutura da Universidade, conforme se pode observar no Organograma 3:

Organograma 3 - A Faculdade de Engenharia no organograma da UFJF



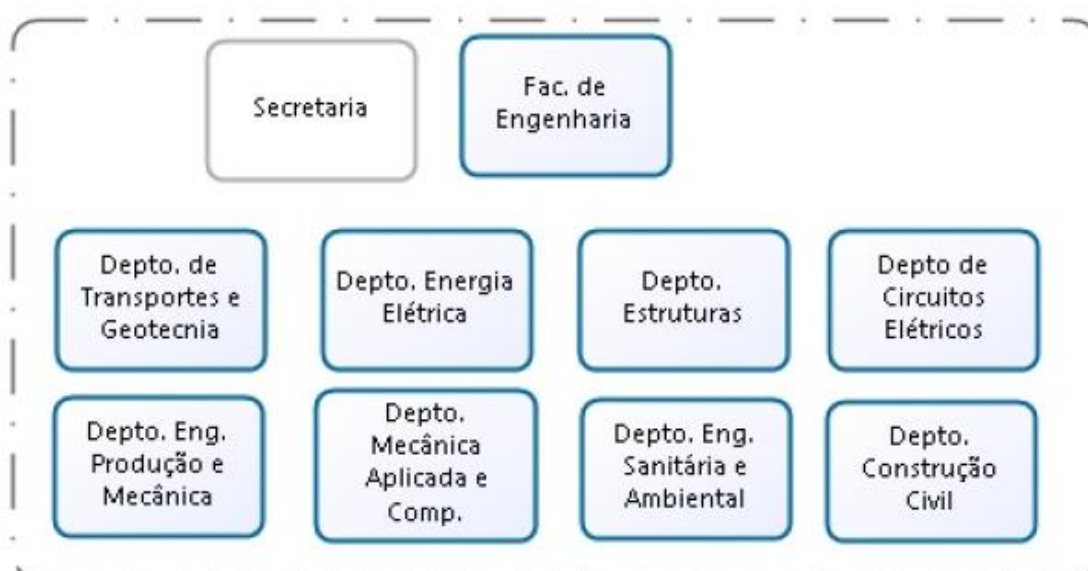
Fonte: Adaptado de Universidade Federal de Juiz de Fora (2020g).

Atualmente, a Faculdade de Engenharia oferece 10 cursos de graduação, além de cursos de pós-graduação, sendo 5 do tipo *lato sensu* (Especializações em: Engenharia de Produção; Construção Sustentável; Automação Industrial; Processos de Produção e Manutenção; e Gestão Pública em Proteção e Defesa Civil) e 6 *stricto sensu*, sendo 4 mestrados e 2 doutorados (Mestrados em: Ambiente Construído; Engenharia Civil; Engenharia Elétrica; e Modelagem Computacional; e Doutorados em: Engenharia Elétrica e Modelagem Computacional).

Como neste trabalho o foco é o curso de Engenharia Civil, vale ressaltar que o curso passou a contar com a Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado em Engenharia Civil), em 2017, tendo começado a ofertar vagas no primeiro semestre do referido ano.

A Faculdade de Engenharia está organizada em departamentos, que são considerados a menor unidade administrativa da UFJF, com relação à “organização administrativa, didático-científica e de lotação de pessoal docente integrando docentes e disciplinas com objetivos comuns de ensino, pesquisa e extensão” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2020r, recurso online). O Organograma 4 apresenta a disposição dos departamentos na referida Faculdade:

Organograma 4 - Organização dos Departamentos da Faculdade de Engenharia



Fonte: Adaptado de Universidade Federal de Juiz de Fora (2020g).

Ao todo, são oito os departamentos da Faculdade de Engenharia: Construção Civil; Circuitos Elétricos; Energia Elétrica; Engenharia de Produção e Mecânica; Engenharia Sanitária e Ambiental; Estruturas; Mecânica Aplicada e Computacional; e Transportes e Geotecnia.

Além dos departamentos, a Faculdade possui os setores de trabalho, ocupados normalmente pelos TAEs, que são: as Coordenações de cursos de graduação, as Coordenações de Pós-Graduação, Secretarias, Núcleo de Empreendedorismo da Faculdade de Engenharia, Museu Dinâmico de Ciência e Tecnologia, biblioteca e laboratórios.

Até o início de 2020, a Faculdade contabilizou em seu quadro 133 docentes e 50 TAEs. A comunidade acadêmica da Unidade também contabilizou 2.719 alunos matriculados em 10 cursos de graduação ativos, a saber: Engenharia Civil; Engenharia Ambiental e Sanitária; Engenharia Computacional; Engenharia Mecânica; Engenharia de Produção; Engenharia Elétrica – Habilitação em Sistemas Eletrônicos; Engenharia Elétrica – Habilitação em Energia; Engenharia Elétrica – Habilitação em Robótica; Engenharia Elétrica – Habilitação em Sistemas de Potência; Engenharia Elétrica – Habilitação em Telecomunicações. Cada um destes 10 cursos de graduação possui grade curricular própria e atendem a um número específico de alunos, conforme pode ser observado na Tabela 2:

Tabela 2 - Cursos de Engenharia, carga horária e número de alunos

Curso	Carga horária	Nº de alunos
Engenharia Civil	3.795 horas	538
Engenharia Ambiental e Sanitária	3.630 horas	242
Engenharia Computacional	3.860 horas	18
Engenharia Mecânica	3.600 horas	370
Engenharia de Produção	3.720 horas	340
Engenharia Elétrica – Habilitação em Sistemas Eletrônicos		230
Engenharia Elétrica – Habilitação em Energia		225
Engenharia Elétrica – Habilitação em Robótica	3.610 horas	276
Engenharia Elétrica – Habilitação em Sistemas de Potência		275
Engenharia Elétrica – Habilitação em Telecomunicações		192
Engenharia Elétrica – Diurno e Noturno*	-	13

Fonte: Elaborada pelo autor (2021).

Nota: *Estes cursos estão em processo de extinção, por isso não foram considerados na contagem de cursos. Porém, seus alunos remanescentes entraram na contagem do número de alunos dos cursos de engenharia porque eles também utilizam a estrutura da Faculdade.

O foco deste trabalho é voltado ao curso de Engenharia Civil da UFJF. Este curso, um dos mais antigos da Faculdade de Engenharia, é o que apresenta maior número de alunos matriculados: 538. De acordo com a Universidade Federal de Juiz de Fora (2017), é o terceiro maior curso da UFJF em número de matrículas de graduação presencial, ficando atrás apenas do Curso de Medicina e do Bacharelado Interdisciplinar em Artes e Design (primeiro e segundo lugares, respectivamente). É também um dos cursos de engenharia da UFJF que possui o currículo mais extenso para sua integralização, com 3.795 horas, ficando atrás apenas do curso de Engenharia Computacional, com 3.860 horas.

2.2.1 A estrutura do Curso de Engenharia Civil

Como apresentado anteriormente, o curso de Engenharia Civil é o maior da Faculdade de Engenharia, se for considerado o número de alunos matriculados (dados do 1º semestre de 2020). É um dos cursos mais antigos da UFJF e que é oferecido sem interrupção, até o momento, na instituição. O curso está situado na sede da Faculdade de Engenharia da UFJF, na plataforma 4 do *campus* de Juiz de Fora.

O atual Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Engenharia Civil é de 2017, tendo sido aprovado em maio daquele ano. A produção do documento teve os objetivos de:

- a) fazer a atualização do seu texto quanto às bases legais para Graduação e Exercício Profissional em Engenharia Civil, b) fazer a adequação do PPC quanto ao novo RAG⁵ da UFJF, conforme seu Art. 82, aprovado pelo Conselho Setorial de Graduação/CONGRAD em 25/01/2016 e c) promover a atualização de alguns conhecimentos e competências que se encontravam inadequadas no currículo anterior (2009-1), melhor atendendo às Diretrizes Curriculares Nacionais vigentes no país (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2017, p. 1).

Neste sentido, o PPC estabeleceu o currículo atual do curso, que é ofertado na modalidade de bacharelado, de forma presencial e em tempo integral aos

⁵ Regimento Acadêmico da Graduação.

discentes. Os alunos do curso devem cumprir 3.795 horas para sua integralização, preferencialmente no período de 5 anos (ou 10 semestres). Ao final do curso, com sua aprovação, os formados recebem o título de Engenheiro Civil (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2017). As principais informações estão sintetizadas no Quadro 1:

Quadro 1 - Identificação do Curso de Engenharia Civil/UFJF

Curso	Graduação em Engenharia Civil
Modalidade oferecida	Bacharelado.
Título conferido	Bacharel em Engenharia Civil.
Modalidade de ensino	Presencial.
Turno	Integral.
Carga horária	3.795 horas-aula no total, sendo: - 3.285 horas-aula de Disciplinas Obrigatórias (219 de CHS), - 270 horas-aula de Disciplinas Eletivas (18 de CHS), - 180 horas de Estágio Curricular Obrigatório (equivalente a 12 de CHS) e - 60 horas de TCC (equivalente a 4 CHS).
Duração	Recomendada – 10 semestres (Mín. 8 e Máx. 18)
Vagas	100 (50 no primeiro semestre e 50 no segundo semestre), em vagas declaradas.
Forma de ingresso	Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) (70% das vagas de ingresso) e Programa de Ingresso Seletivo Misto (Pism) da UFJF (30% das vagas de ingresso).

Fonte: Elaborado pelo autor (2021) baseado em Universidade Federal de Juiz de Fora (2017).

Nota: CHS = Carga Horária Semanal.

A missão do curso de Engenharia Civil da UFJF, segundo o PPC, é:

proporcionar a suas discentes e a seus discentes uma educação de qualidade, humanista, ética e interdisciplinar nos campos do ensino, pesquisa e extensão, baseado em metodologias adequadas e modernas, através da dedicação dos seus professores e servidores técnico-administrativos, objetivando contribuir para a sociedade em que se insere. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2017, p. 8-9).

Assim, o profissional formado pela UFJF, isto é, o Engenheiro Civil, está apto a atuar nas diversas fases das obras de construção civil, seja no projeto, na

construção, na operação, na manutenção ou no planejamento, além de poder elaborar estudos de viabilidade técnica e econômica ou, ainda, atuar na prestação de consultorias técnicas. As obras civis mais comuns em que o profissional pode atuar são edificações, túneis, viadutos, drenagem, barragens, saneamento, contenção de encostas, fundações, estradas, planejamento de sistema de transportes e pontes. O estudante do curso de Engenharia Civil da UFJF tem formação plena para a atuação profissional em empresas privadas, instituições públicas ou de forma autônoma.

O curso oferece 100 vagas por ano, sendo metade para ingresso no primeiro semestre e metade no segundo semestre letivo. Seguindo as determinações da UFJF, as vagas são distribuídas em cinco cotas sociais, conforme o sistema de cotas adotado na instituição (Grupos: A, B, C, D e E).

Ao longo da graduação, os alunos percorrem um caminho no qual precisam cursar tanto disciplinas teóricas, quanto disciplinas práticas. Para isso, os estudantes são divididos em turmas teóricas de, no máximo, 60 alunos e em turmas práticas de 15 alunos, podendo chegar ao máximo de 20 em alguns casos.

Como ressaltado anteriormente, o curso tem previsão para ser concluído em 5 anos (ou 10 períodos letivos), podendo chegar, no máximo, a 9 anos (ou 18 períodos letivos). Para se formar, o discente precisa cumprir uma carga horária em disciplinas, conforme está apresentado na Tabela 3:

Tabela 3 - Atividades a serem cumpridas pelos graduandos em Engenharia Civil da UFJF

Natureza da atividade	Disciplinas	CHS equivalente*	CHT**
Disciplinas Obrigatórias	63	219	3.285
Disciplinas Eletivas	Variável	18	270
Disciplinas Opcionais	-	-	-
Estágio Curricular	1	12	180
Trabalho de Conclusão de Curso	2	4	60
Total	66***	253	3.795

Fonte: Adaptado de Universidade Federal de Juiz de Fora (2017).

Notas:

*Carga Horária Semanal: a carga horária semanal ou equivalente, considerada para a disciplina ou atividade de integralização do curso, conhecida tradicionalmente como

“créditos”, nomenclatura que não é mais utilizada no texto do Regimento Acadêmico da Graduação (RAG) da UFJF.

**Carga Horária Total considerada para a disciplina ou atividade de integralização do curso.

***Não consideradas as disciplinas eletivas e opcionais.

Dessa forma, o estudante precisa cursar as disciplinas obrigatórias (com conteúdos básicos, profissionalizantes e específicos); cursar um mínimo de disciplinas eletivas entre as que são oferecidas; produzir, concluir e apresentar seu TCC; e integralizar as horas requeridas de estágio obrigatório. As disciplinas opcionais são de livre escolha do aluno e estão voltadas à formação acadêmica complementar de cultura geral, em qualquer área do conhecimento.

Apesar de a Faculdade de Engenharia possuir 8 departamentos (já identificados anteriormente), a disponibilidade de disciplinas do curso de Engenharia Civil, como um todo, envolve 17 departamentos da UFJF, portanto envolve também outras Unidades Acadêmicas. Dessa forma, a oferta de disciplinas para o referido curso engloba departamentos da Faculdade de Engenharia, do Instituto de Ciências Exatas, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis e da Faculdade de Economia (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2017). O Quadro 2 apresenta todas as Unidades Acadêmicas e todos os departamentos envolvidos na oferta das disciplinas do curso:

Quadro 2 - Unidades Acadêmicas de departamentos envolvidos com as disciplinas do Curso de Engenharia Civil

(continua)

Unidade Acadêmica	Departamentos (Abreviatura)
Faculdade de Engenharia (7 Departamentos)	Construção Civil (CCI)
	Estruturas (ETU)
	Transportes e Geotecnia (TRN)
	Engenharia Sanitária e Ambiental (ESA)
	Mecânica Aplicada e Computacional (MAC)
	Energia Elétrica (ENE)
	Engenharia de Produção (EPD)
Instituto de Ciências Exatas (6 Departamentos)	Ciência da Computação (DCC)
	Ciência Exatas (ICE)*
	Estatística (EST)
	Física (FIS)
	Matemática (MAT)
	Química (QUI)

Quadro 2 - Unidades Acadêmicas de departamentos envolvidos com as disciplinas do curso de Engenharia Civil

(conclusão)

Unidade Acadêmica	Departamentos (Abreviatura)
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (2 Departamentos)	Projeto, História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo (PHT)**
	Projeto, Representação e Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo (PRT)**
Faculdade de Administração	Ciências Administrativas (CAD)
Faculdade de Economia	Economia e Finanças (ECO)

Fonte: Universidade Federal de Juiz de Fora (2017, p. 35).

Notas:

*Aos cuidados da Coordenação do Curso de Ciências Exatas.

**Código das disciplinas: AUR.

Embora cinco Unidades Acadêmicas estejam envolvidas com o curso, a Faculdade de Engenharia e o ICE são considerados suas unidades básicas. Ao analisar o Quadro 2, nota-se que quase todos os departamentos da própria Faculdade de Engenharia ofertam disciplinas para o curso. A exceção é o Departamento de Circuitos Elétricos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2017).

A despeito de as disciplinas do curso serem disponibilizadas por 17 departamentos, o curso de Engenharia Civil possui maior relação com 5 deles, todos pertencentes à estrutura da Faculdade de Engenharia, os quais dão identidade ao curso. São eles os Departamentos de: Construção Civil (CCI), Estruturas (ETU), Transportes e Geotecnia (TRN), Engenharia Sanitária e Ambiental (ESA) e Mecânica Aplicada e Computacional (MAC).

Segundo o PPC, o curso está estruturado de forma a atender às principais áreas do conhecimento da Engenharia Civil, como: Construção Civil, Geotecnia, Hidráulica e Saneamento, Transportes e Estruturas, podendo o estudante optar por cursar mais disciplinas complementares que dão ênfase a uma ou mais áreas. Tais áreas do conhecimento são contempladas durante todo o curso e estão alinhadas com o que é considerado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) para a modalidade civil da engenharia.

O exercício das engenharias como um todo, logo também o da Engenharia Civil, está submetido à regulamentação do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), uma autarquia federal que tem o papel de atuar como instância superior na verificação, na fiscalização e no aperfeiçoamento da atuação de vários profissionais, entre eles os engenheiros. Em nível estadual, o Confea atua por meio dos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia (Crea). Desta forma, o Confea e o Crea designam os campos de atuação profissional do engenheiro civil e estes campos se correlacionam com as áreas do conhecimento do curso.

Como ressaltado anteriormente, a Faculdade de Engenharia possui oito departamentos acadêmicos ao todo. Desse total, cinco deles associam-se com as áreas de conhecimento da Engenharia Civil. Através do Quadro 3, é possível observar como as áreas do conhecimento em Engenharia Civil (alinhadas com as áreas reconhecidas pela Capes, CNPq e Fapemig) ou como os campos de atuação (em consonância com o estabelecido pelo Confea-Crea) articulam-se com os Departamentos do curso de Engenharia Civil da UFJF:

Quadro 3 - Correlação dos Departamentos Acadêmicos da Faculdade de Engenharia com as áreas do conhecimento e campos de atuação da Engenharia Civil, conforme consideração da Capes, CNPq, Fapemig e Confea-Crea

Área do conhecimento/ campo de atuação	Departamento de referência do curso
Construção Civil	Construção Civil (CCI)
Sistemas Estruturais	Estruturas (ETU) e Mecânica Aplicada e Computacional (MAC)
Geotecnia	Transportes e Geotecnia (TRN)
Transportes	Transportes e Geotecnia (TRN)
Hidráulica e Saneamento	Engenharia Sanitária e Ambiental (ESA)

Fonte: Adaptado de Universidade Federal de Juiz de Fora (2017).

Apesar de explicitar as cinco áreas de atuação por meio da Resolução nº 1.010/2005, o Confea ressalta que o exercício profissional do engenheiro civil tem caráter interdisciplinar, sendo que essa sistematização de campos de atuação é realizada apenas para torná-los explícitos e não para limitar a atuação profissional a um ou outro campo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2017).

Analisando o Quadro 3, é possível perceber que os departamentos que se correlacionam com as áreas do conhecimento do curso e os campos de atuação do profissional em Engenharia Civil são os mesmos que, como apontado anteriormente, compõem a identidade do curso. Desta forma, considera-se neste trabalho que a estrutura do curso de Engenharia Civil da UFJF está associada à estrutura destes cinco departamentos. Este pensamento está alinhado ao PPC do curso em questão.

Os professores envolvidos com o curso são lotados em departamentos acadêmicos, como ressaltado anteriormente. Considerando os departamentos de referência do curso de Engenharia Civil, a estrutura deste envolve a participação de 55 docentes (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2020r). De acordo com o PPC, o curso também conta com o trabalho de oito TAEs. Destes TAEs, dois são lotados na Coordenação do Curso e atuam em atividades administrativas e os outros seis são lotados em departamentos acadêmicos e atuam no apoio às atividades desenvolvidas nos laboratórios que atendem ao referido curso (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2017). A Tabela 4 apresenta a distribuição destes docentes e TAEs:

Tabela 4 - Distribuição da força de trabalho do Curso de Engenharia Civil

Local	Força de trabalho	
	Nº docentes	Nº TAEs
Coordenação de curso	1*	2
Departamento de Construção Civil (CCI)	8	1
Departamento de Estruturas (ETU)	8	0
Departamento de Mecânica Aplicada e Computacional (MAC)	9	0
Departamento de Transportes e Geotecnia (TRN)	16	4
Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental (ESA)	14	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2021) baseado em Universidade Federal de Juiz de Fora (2017, 2020r).

Nota: *O docente na Coordenação de curso é o que ocupa o cargo de Coordenador de Curso e que ao mesmo tempo está lotado em um dos departamentos. Por isso deve ser desconsiderado ao somar a força de trabalho do curso, pois estaria sendo contado em duplicidade.

Como é possível observar na Tabela 4, os cinco departamentos de referência do curso possuem docentes. No entanto, somente três deles contam com o trabalho de TAEs. A presença de TAEs nestes departamentos pode ser justificada pela

existência dos laboratórios ligados ao curso. Com exceção do Departamento de Mecânica Aplicada e Computacional, que tem laboratório ligado ao curso de Engenharia Civil (Laboratório de Resistência dos Materiais) e não possui TAE em seu quadro, todos os departamentos que atendem ao curso e que possuem laboratório têm pelo menos um TAE que atua no apoio às atividades laboratoriais. Isto é, com exceção deste departamento, os três que contam com o trabalho de TAE possuem laboratórios que atendem ao curso de Engenharia Civil. A dinâmica das atividades realizadas nos laboratórios será abordada na próxima seção.

2.2.2 As atividades de extensão na Faculdade de Engenharia e no Curso de Engenharia Civil, e o uso dos laboratórios

As atividades realizadas no curso de Engenharia Civil envolvem as três funções principais da Universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Com relação às atividades de ensino, o curso de Engenharia Civil possui em sua grade curricular diversas disciplinas que devem ser cursadas pelos alunos para a integralização do curso. Destas, há sete disciplinas obrigatórias que são consideradas “associadas”. De acordo com o PPC, uma disciplina associada “requer matrícula em dois códigos, duas turmas, uma para a parte teórica (T) e outra para a parte prática (P), sendo que nesta a identificação numérica inicia-se com o dígito 5 (por exemplo, CCI010 e CCI510)”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2017, p. 34).

As disciplinas associadas do curso de Engenharia Civil são cursadas pelos alunos em turmas teóricas e turmas práticas, separadas umas das outras, e são ofertadas a partir do 4º período do curso. As aulas para as turmas práticas, normalmente, ocorrem em laboratórios ou contam de alguma forma com o apoio destes ambientes. O Quadro 4 sintetiza as informações a respeito destas disciplinas:

Quadro 4 - Relação das disciplinas associadas do curso

Disciplina	Departamento	Laboratório	Período
Topografia Geral	Transportes e Geotecnia (TRN)	Laboratório de Topografia*	4º
Mecânica dos Solos I		Laboratório de Mecânica dos Solos I**	5º
Mecânica dos Solos II		Laboratório de Mecânica dos Solos II**	6º
Materiais de Construção II	Construção Civil (CCI)	Laboratório de Materiais de Construção Civil	6º
Mecânica dos Fluidos	Engenharia Sanitária e Ambiental (ESA)	Laboratório de Hidráulica e Mecânica dos Fluidos	6º
Hidráulica Geral			7º
Pavimentação	Transportes e Geotecnia (TRN)	Laboratório de Pavimentação	9º

Fonte: Elaborado pelo autor (2021) baseado em Universidade Federal de Juiz de Fora (2017).

Notas:

*A disciplina que utiliza esse laboratório tem suas atividades complementadas em campo (áreas externas).

**Essas disciplinas também utilizam o Laboratório de Ensaios Especiais de Mecânica dos Solos como apoio em algumas aulas.

Conforme o PPC, os laboratórios são utilizados para as aulas práticas, na realização de ensaios, experimentos e simulações que envolvem as áreas específicas do curso de Engenharia Civil.

Além das aulas práticas referentes às disciplinas elencadas anteriormente, alguns dos laboratórios também são utilizados para a ministração de aulas de outras disciplinas. Conforme o mapa de aulas da Faculdade de Engenharia para o primeiro período de 2020, o Laboratório de Mecânica dos Solos I também é utilizado para aulas da disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso I”, que não está ligada ao departamento ao qual o laboratório está vinculado (TRN), mas, sim, vinculado ao curso de Engenharia Civil como um todo. De forma semelhante, o Laboratório de Hidráulica e Mecânica dos Fluidos (vinculado ao ESA) estava reservado para a realização de aulas das disciplinas “Tópicos Especiais em Concreto Armado” (ETU), “Instalações Hidráulicas Prediais” (ESA), “Controle I” (CEL) e “Instalações Hidráulicas” (ESA). (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2020s). Vale ressaltar que o Departamento de Circuitos Elétricos (CEL) não faz parte dos departamentos de referência do curso de Engenharia Civil.

É importante fazer a observação de que, além dos laboratórios específicos do curso, os alunos de Engenharia Civil também utilizam o Laboratório de Informática da Faculdade de Engenharia (Life) para estudos e pesquisas, e algumas aulas também podem ser realizadas neste laboratório, mediante prévio agendamento de horário por parte do professor. O Life não pertence a nenhum departamento, ele está vinculado diretamente à Unidade Acadêmica, então pode atender aos alunos de todos os 10 cursos de engenharia da UFJF.

Com relação às atividades de pesquisa, os laboratórios são demandados em virtude de diversas atividades. Como os laboratórios são ambientes tecnicamente estruturados, eles possuem *layout* adequado à realização de atividades específicas, tais como testes; eles também possuem instrumentos, equipamentos e insumos necessários aos procedimentos técnicos que envolvem pesquisas experimentais, por exemplo. Diante disso, eles se tornam ambientes em potencial para que os alunos e os profissionais da educação (docentes e TAEs) possam construir e experimentar as técnicas, as ferramentas e as ideias a serem utilizadas nas diversas pesquisas desenvolvidas. Além disso, os laboratórios também são utilizados para realização de reuniões da equipe de pesquisa e entre orientador e orientando na graduação em virtude do desenvolvimento de TCC.

O PPC elenca alguns laboratórios que apoiam atividades de ensino e pesquisa nas áreas específicas da Engenharia Civil (Construção Civil; Transportes; Geotecnia; Hidráulica e Saneamento; e Estruturas, além da área de Mecânica Aplicada e Computacional). São eles: Laboratório de Informática; Laboratório de Materiais de Construção; Laboratório de Resistência dos Materiais; Laboratório de Geotecnia; Laboratórios de Mecânica de Solos (Solos I, Solos II e Ensaio Especiais); Laboratório de Topografia; Laboratório de Geoprocessamento (em implantação); Laboratório de Pavimentação; Laboratório de Mecânica dos Fluidos; e Laboratório de Hidráulica (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2017).

Quando o olhar se volta para a extensão na UFJF, é possível verificar que a instituição tem promovido diversas ações extensionistas nos últimos anos, sobretudo com o desenvolvimento de programas e projetos de extensão, como foi abordado anteriormente neste trabalho (Tabela 1).

Com relação à Faculdade de Engenharia, é possível observar crescimento das ações extensionistas em três anos seguidos a partir de 2017. Nesse período, a Faculdade desenvolveu 7 ações de extensão em 2017 (1 programa e 6 projetos), 15 em 2018 (3 programas e 12 projetos) e 20 em 2019 (5 programas e 15 projetos). No mesmo período, pode-se observar que houve um crescimento de 114% (2017-2018) e de 33% (2018-2019). Paralelamente, a UFJF apresentou, nesse mesmo espaço de tempo, considerando programas e projetos, 403 ações de extensão em 2017, 463 em 2018 e 533 em 2019, o que equivale dizer que houve um aumento de 15%, crescimento igual entre o período analisado (2017-2018 e 2018-2019). Essas informações estão sintetizadas na Tabela 5:

Tabela 5 - Quantidade e crescimento de programas e projetos de extensão na UFJF e na Fac. de Engenharia

Número de programas e projetos de extensão					
Ano	UFJF	Crescimento	Fac. Engenharia	Crescimento	Participação da Fac. Engenharia
2017	403	-	7	-	1,7%
2018	463	15%	15	114%	3,2%
2019	533	15%	20	33%	3,7%

Fonte: Elaborada pelo autor (2021).

Analisando a Tabela 5, pode-se verificar que a referida Faculdade participou de 1,7% das ações extensionistas da Universidade em 2017, indo para 3,2% em 2018 e para 3,7% em 2019. Apesar do crescimento acima da média institucional no período abordado, a Faculdade de Engenharia tem registrado, tradicionalmente, baixa adesão às ações de extensão desenvolvidas pela instituição, a despeito do fato de ser uma das maiores Unidades Acadêmicas da UFJF, concentrando um grande número de pessoas, entre elas 133 docentes, 50 TAEs e 2.719 alunos (até o início de 2020).

A baixa adesão às ações de extensão na Faculdade de Engenharia foi apontada por Rodrigues (2019), quando o autor analisou a discrepância do número de ações extensionistas entre as faculdades da UFJF. Em seu estudo, ele comparou a Faculdade de Engenharia e a Faculdade de Medicina, destacando que, em 2017, a primeira contou com apenas 7 ações extensionistas, enquanto a

segunda apresentou 55. Ele observou que a Faculdade de Engenharia oferece mais cursos de graduação, tem mais estudantes matriculados e conta com maior força de trabalho do que a Faculdade de Medicina, o que reforça a ideia de baixa participação em ações de extensão daquela unidade.

Na visão da Pró-Reitora de Extensão da UFJF, alguns cursos já se aproximam da sociedade devido às suas próprias características, o que torna a prática da extensão um caminho natural, como se verifica, por exemplo, no curso de Medicina. No entanto, outros cursos não têm tais características, tornando o desafio da curricularização da extensão ainda maior nestes, como as Engenharias, por exemplo. Sobre isso, a Pró-Reitora esclarece:

existem alguns cursos que, pela sua própria natureza, eles já são interventivos e de relação direta com a comunidade porque precisam da mediação do outro [...] O curso de Medicina, quando a medicina vai cuidar de uma comunidade, ou de um segmento, ou de um grupo, precisa do outro, do ser humano. E aí quando isso é feito, ele pode, inclusive, fazer a prática extensionista a partir daí. [...] Agora, existem alguns cursos que historicamente, seja por conta do seu próprio perfil, seja por conta da opção feita no currículo em determinado momento histórico, ele não se aproxima tanto da sociedade assim, embora possa, mas por uma série de questões ele não o tenha feito. [...] O curso de Engenharia [...] tem esse desafio: como colocar todos os seus estudantes para fazerem a extensão sendo que eles têm relativamente um número baixo de projetos? (PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, entrevista realizada em 31 ago. 2020).

A fim de auxiliar na reflexão acerca da participação da comunidade acadêmica da Faculdade de Engenharia nas ações de extensão da UFJF, a Tabela 6 é apresentada:

Tabela 6 - Participação dos membros da Faculdade de Engenharia nas ações de extensão em 2019

	Fac. Engenharia	Extensionistas	Participação
Alunos	2.719	115	4,2%
TAEs	50	0	0%
Docentes	133	17	12,8%

Fonte: Elaborada pelo autor (2021).

Em 2019, as ações de extensão na UFJF envolveram 2.803 alunos, 32 TAEs e 502 docentes. Desses, 115 alunos e 17 docentes estavam na Faculdade Engenharia, não havendo nesta unidade a participação de nenhum TAE. Nesta mesma Unidade Acadêmica, considerando o número total de alunos, houve a participação de cerca de 4% deles em ações de extensão. Quando olhamos para os TAEs, este percentual é nulo, e para os docentes, é de quase 13%. Dessa forma, é possível concluir que, na Faculdade lócus da pesquisa, é baixa a participação da comunidade da Unidade Acadêmica nas ações de extensão.

Considerando o percentual de alunos participantes, pode-se ter um entendimento de que a Faculdade em estudo está longe de alcançar o objetivo exigido pelo MEC, contido na Resolução nº 7/2018, que foi citada anteriormente neste trabalho.

De acordo com dados levantados com a Proex, durante o ano de 2019 foram desenvolvidas 20 ações (programas e projetos) na Faculdade de Engenharia e estas 20 ações estiveram sob a coordenação de 17 docentes.

Entre os cinco programas de extensão desenvolvidos na Faculdade de Engenharia, em 2019, está o programa “Nasfe - Núcleo de Atendimento Social da Faculdade de Engenharia”, voltado ao benefício de 300 pessoas e cuja missão é

promover atendimento técnico de qualidade em engenharia e arquitetura para as comunidades em situação de vulnerabilidade social, desenvolvendo nos acadêmicos habilidades e competências da prática e ética profissional, da função social da engenharia por meio da orientação e acompanhamento efetivo de professores. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2020t, recurso online).

Entre os 15 projetos de extensão desenvolvidos na Faculdade de Engenharia, em 2019, um se destaca pela estimativa do número de pessoas beneficiadas: 1 milhão. É o projeto intitulado “Monitoramento de impactos nos recursos hídricos”, cujo objetivo é “monitorar a qualidade da água dos recursos hídricos de Juiz de Fora e arredores, levantando as formas de uso e cobertura da terra predominante na paisagem”.

A Tabela 7 apresenta a distribuição das ações extensionistas entre os departamentos da Faculdade, de acordo com a lotação do docente coordenador:

Tabela 7 - Distribuição de programas e projetos de extensão pelos departamentos da Faculdade de Engenharia

Departamento	Número de ações extensionistas
Departamento de Construção Civil (CCI)*	2
Departamento de Estruturas (ETU)*	0
Departamento de Mecânica Aplicada e Computacional (MAC)*	0
Departamento de Transportes e Geotecnia (TRN)*	9
Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental (ESA)*	4
Departamento de Energia Elétrica (ENE)	3
Departamento de Circuitos Elétricos (CEL)	0
Departamento de Engenharia de Produção e Mecânica (EPD)	2

Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Universidade Federal de Juiz de Fora (2020h).

Nota: *Departamentos de referência do curso de Engenharia Civil.

Analisando a Tabela 7, é possível constatar que cinco dos oito departamentos da Faculdade de Engenharia desenvolveram alguma ação extensionista até o final do ano de 2019, portanto três deles não desenvolveram qualquer ação (ETU, MAC e CEL). Também é possível observar que, dos cinco departamentos de referência do curso de Engenharia Civil, apenas três desenvolveram ações extensionistas (CCI, TRN e ESA). Os dois departamentos de referência do curso que não desenvolveram ações deste tipo foram o ETU e o MAC, que não apresentam TAE em sua força de trabalho. Por fim, através da Tabela 7, ainda é possível concluir que 15 das 20 ações extensionistas (75%) foram desenvolvidas por coordenadores que pertencem aos departamentos de referência do curso de Engenharia Civil, no período analisado.

Na literatura, é possível encontrar casos que demonstram que a extensão também pode ser desenvolvida em laboratórios nas universidades. Nesse contexto, Nascimento e Rolim (2016) discorrem sobre o uso de um laboratório em ações de extensão na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Eles apontam que inicialmente o laboratório era utilizado em ações de ensino e pesquisa, mas que com o passar do tempo foram incorporados ao ambiente laboratorial alguns projetos de extensão que se correlacionavam com as atividades já desenvolvidas no laboratório (o autor as chama de atividades integradoras).

De acordo com Nascimento (2007), estas atividades integradoras se caracterizaram como o produto da interação e do pensamento dos alunos que

atuavam no laboratório em busca de soluções para os problemas vivenciados no ambiente laboratorial. Tais atividades são norteadas pelos princípios de “construção coletiva, intercâmbio pessoal, pesquisa aplicada, desenvolvimento empírico e o pensar em grupo” (NASCIMENTO, 2007, p. 6). O autor discorre que a “interação entre eles, a busca pelo vencimento de barreiras, o convívio em torno dos problemas e das soluções, o pensar sobre os temas e sobre as metodologias se revelaram como um conjunto de atividades integradoras” (NASCIMENTO, 2007, p. 6).

Com isso, o laboratório da UFRJ passou a contar com maior força de trabalho que, por sua vez, levou mais recursos ao ambiente e culminou na formulação de uma proposta de ampliação e reorganização dos espaços. Nesse sentido, o caso de sucesso na UFRJ pode servir de inspiração para outras experiências que venham integrar a extensão nas atividades laboratoriais, promovendo o pensamento e o trabalho em grupo, com a possibilidade de interligar equipes de pesquisadores e extensionistas através do desenvolvimento de atividades integradoras, fazendo com que as ações de extensão sejam potencializadas nas instituições.

Uma pesquisa, realizada por este autor no início de 2020, fez um levantamento de informações sobre os programas e projetos de extensão desenvolvidos na Faculdade de Engenharia e vigentes até o último dia do ano de 2019. A pesquisa demonstrou que pelo menos 7 das 20 ações de extensão desenvolvidas na Unidade fizeram uso de laboratório para realização de alguma atividade da ação extensionista (detalhes serão apresentados na seção seguinte).

A pesquisa revelou também que ações extensionistas originadas em determinado departamento fez uso de laboratório pertencente a outro departamento, como é o caso de um projeto de extensão sob coordenação de docente do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, que demandou o uso de um laboratório do Departamento de Transportes e Geotecnia.

Diante do exposto nessa subseção, entende-se que os laboratórios são ambientes em que também se desenvolvem ações de extensão, além das tradicionais atividades de ensino e pesquisa, e isso inclui os laboratórios ligados ao curso de Engenharia Civil. Estes laboratórios atendem a diversas demandas de ensino do departamento ao qual o laboratório está vinculado e também de outros. Da mesma forma, atendem a demandas do próprio curso de Engenharia Civil e

também de outros cursos. Outrossim, eles também vêm sendo utilizados para diversas atividades de pesquisa, como: Trabalhos de Conclusão de Curso, pesquisas em projetos de Iniciação Científica e pesquisas do Mestrado em Engenharia Civil e em Ambiente Construído. Além disso, também apoiam o desenvolvimento de ações extensionistas.

Em face dessa demanda existente pelo uso dos laboratórios no curso de Engenharia Civil para as diversas atividades universitárias, fica demonstrado que estes ambientes não poderão absorver toda a demanda de extensão advinda das novas exigências do MEC, o que revela que o curso tem desafios pela frente para promover a implantação de tais demandas. A seção seguinte apresenta estes desafios no contexto do curso de Engenharia Civil.

2.3 OS DESAFIOS PARA IMPLANTAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL

Como abordado na seção anterior, os laboratórios são utilizados para diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão, o que caracteriza grande diversidade de uso e também grande demanda por esses espaços.

O artigo 4º da Resolução nº 7/2018 do MEC (BRASIL, 2018) estabelece que ao menos 10% da carga horária dos cursos de graduação precisará ser cumprida em atividades extensionistas (programas; projetos; cursos e oficinas; eventos; e prestação de serviços). Portanto, ela trouxe o desafio da obrigatoriedade dos estudantes de participarem de ações de extensão. A resolução ainda estabelece o prazo para 19 de dezembro de 2021, ou seja, três anos após sua homologação. Contudo, com a prorrogação do prazo por mais um ano pela Resolução nº 1/2020 (BRASIL, 2020), o novo prazo passou a ser 19 de dezembro de 2022. Isto equivale dizer que as matrizes curriculares dos cursos de graduação precisarão estar modeladas neste novo formato para serem implementadas no primeiro semestre de 2023. Nesse sentido, os cursos de engenharia da UFJF também precisarão efetuar essa remodelagem do currículo, que traz novas demandas de atendimento às atividades extensionistas.

A Faculdade de Engenharia oferece 10 cursos de graduação que já foram denominados anteriormente neste trabalho. Cada um deles possui determinada carga horária mínima a ser cumprida pelos alunos para sua integralização e, portanto, apresentarão diferentes cargas horárias a serem cumpridas em atividades de extensão. Para entender melhor o que a Resolução representa em termos de mudança curricular, foi elaborada a Tabela 8, na qual são apresentados os cursos de engenharia, a carga horária atual de cada um deles, a estimativa das horas a serem cumpridas em atividades de extensão (no mínimo) e a nova carga horária dos cursos após a inclusão das novas demandas de extensão (sem alteração das outras atividades curriculares já existentes), segundo as exigências do MEC, conforme definido no artigo 4º da Resolução nº 7/2018 (BRASIL, 2018):

Tabela 8 - Cursos de Engenharia e carga horária

Curso	Carga horária atual do curso (h)	Nova carga horária do curso (h)*	Carga horária extensionista (h)
<u>Engenharia Civil</u>	<u>3.795</u>	<u>4.174,5</u>	<u>417,45</u>
Engenharia Ambiental e Sanitária	3.630	3.993	399,3
Engenharia Computacional	3.860	4.246	424,6
Engenharia Mecânica	3.600	3.960	396
Engenharia de Produção	3.720	4.092	409,2
Engenharia Elétrica – Habilitação em Sistemas Eletrônicos		3.791	
Engenharia Elétrica – Habilitação em Energia		3.791	
Engenharia Elétrica – Habilitação em Robótica	3.610	3.791	379,1
Engenharia Elétrica – Habilitação em Sistemas de Potência		3.791	
Engenharia Elétrica – Habilitação em Telecomunicações		3.791	
Média	-	-	394,2

Fonte: Elaborada pelo autor (2021).

Nota: *Resultado obtido através da multiplicação da carga horária atual do curso pelo fator [1,1], que satisfaz a condição de acréscimo de carga horária extensionista de 10% na grade curricular do curso.

Como apresentado anteriormente, o tempo médio de conclusão dos cursos de engenharia é de 5 anos ou 10 períodos letivos. A média de carga horária de extensão a ser cumprida em cada curso, após a reformulação do currículo, sem

alteração das outras atividades do currículo, é de aproximadamente 394 horas para cada aluno, considerando a exigência de pelo menos 10% da carga horária total do curso em atividades extensionistas. Nesse sentido, para atender às exigências do MEC, a Faculdade de Engenharia deve ofertar uma média de 78,8 horas de atividades extensionistas por ano a cada aluno matriculado em cada um de seus cursos, o que é equivalente a 39,4 horas por período letivo.

A principal forma de desenvolver atividades de extensão na UFJF e na Faculdade de Engenharia ao longo dos anos tem sido através de programas e projetos de extensão. Considerando o total de programas e projetos vinculados à Faculdade de Engenharia em 2019 (20 no total); considerando a carga horária da ação extensionista com relação a cada aluno vinculado (12 horas semanais); considerando que destas ações participaram 115 alunos; e, por fim, considerando a soma da duração de todas as ações extensionistas pelo seu período de vigência (1.325 semanas); é possível concluir que cada aluno participante das ações extensionistas (bolsistas e voluntários) da Faculdade de Engenharia em 2019 somou, em média, 138 horas em seu currículo acadêmico. Isso representa 35% do total que precisam cumprir durante todo o curso. Quando se trata do curso de Engenharia Civil, este percentual é de 33%.

Essa informação isolada pode indicar que ao longo dos cinco anos de duração do curso estes alunos atingiriam facilmente as 394 horas necessárias a serem cumpridas em ações de extensão, pois em 2019 conseguiram integralizar cerca de um terço do necessário. No entanto, é preciso considerar que a duração dos programas e projetos vigentes ao final de 2019 e, portanto, considerados nesta análise, não corresponde necessariamente ao período de um ano. Há ações com período de vigência maior que isso, o que em termos de comparação acaba reduzindo as horas cumpridas em atividades extensionistas ao longo de um ano.

O número correspondente às 138 horas representa uma carga horária menor do que a exigida pelo MEC para os referidos cursos de engenharia, conforme estimativa apresentada na Tabela 8 (394 horas). Se também levarmos em conta que o número de alunos participantes destas ações extensionistas corresponde a apenas 4% do total de alunos matriculados nos cursos de engenharia, podemos notar o grande desafio que a Faculdade de Engenharia tem pela frente, uma vez que

a obrigatoriedade referente à participação de 10% de atividades de extensão se estende a todos os alunos.

Tendo em vista a baixa participação da Faculdade de Engenharia em ações extensionistas na UFJF e a significativa carga horária que se deverá oferecer a todos os alunos em atividades deste tipo, é possível concluir que mais ações de extensão precisarão ser criadas. No entanto, a Pró-Reitora da Extensão da UFJF chama a atenção para o fato de que, independentemente de desenvolverem muitos projetos de extensão ou poucos, nenhum dos cursos da UFJF consegue colocar todos os estudantes atuando somente em projetos (e programas), dada a situação atual de oferta destas ações.

Como já demonstrado, os laboratórios de engenharia são ambientes de ensino e de pesquisa e que também podem e vêm sendo utilizados para atividades extensionistas, sobretudo programas e projetos, podendo contribuir de alguma forma para o cumprimento da exigência do MEC.

Conforme abordado anteriormente, em 2019 foram desenvolvidas na Faculdade de Engenharia 20 ações de extensão (programas e projetos), as quais estiveram sob a coordenação de 17 docentes. Essas ações foram alvo de uma pesquisa realizada por este autor no início de 2020. Àqueles coordenadores foi enviado um formulário eletrônico, ao qual responderam 13 deles, totalizando 16 ações extensionistas.

As informações obtidas demonstram que pelo menos sete das ações de extensão desenvolvidas na Faculdade de Engenharia, em 2019, utilizaram laboratório na Faculdade para a realização de alguma atividade da ação extensionista. Conforme se pode observar na Tabela 9, dessas sete ações, uma fez uso esporádico do laboratório (utilizou laboratório durante um curto tempo durante o período de vigência), duas realizaram atividades entre 6 e 8 horas semanais em laboratório; uma, entre 8 e 10 horas semanais; e três, por mais de 10 horas semanais no ambiente laboratorial:

Tabela 9 - Horas semanais de uso de laboratórios por programas e projetos na Faculdade de Engenharia em 2019

Número de programas e projetos	Número de horas semanais de utilização de laboratório	Percentual das ações
9	0	56%
1	Uso esporádico	6%
2	Entre 6 e 8	13%
1	Entre 8 e 10	6%
3	Mais de 10	19%

Fonte: Elaborada pelo autor (2021).

Analisando a Tabela 9, é possível compreender que, considerando as repostas obtidas, pouco mais da metade das ações de extensão desenvolvidas na Faculdade de Engenharia em 2019 não fizeram uso de laboratório em nenhum momento. Também se pode observar que, das sete ações extensionistas que desenvolveram alguma atividade em ambiente laboratorial, seis delas utilizaram-no em quantidade igual ou superior a 6 horas. Isso equivale dizer que pelo menos metade das atividades semanais destas ações de extensão ocorreu em laboratório (os programas e projetos de extensão têm carga horária semanal de 12 horas), indicando um uso expressivo nesses casos. Essa informação reforça a ideia de que os laboratórios têm grande demanda pelo uso, inclusive em ações de extensão.

A pesquisa realizada por este autor revelou ter sido utilizados oito laboratórios na Faculdade de Engenharia. Estes fazem parte de dois departamentos da Faculdade: cinco laboratórios fazem parte do Departamento de Transportes e Geotecnia e três, do Departamento de Energia Elétrica. A Faculdade possui oito departamentos, mas apenas em dois deles houve a utilização de laboratório para o desenvolvimento de ações extensionistas. Considerando os cinco departamentos de referência do curso de Engenharia Civil, apenas os laboratórios do Departamento de Transportes e Geotecnia foram utilizados em ações extensionistas, de acordo com a pesquisa.

As atividades realizadas em laboratório em virtude das ações de extensão têm naturezas diversas, conforme o relato observado nas repostas obtidas no formulário da pesquisa. Assim sendo, há registro de uso do laboratório como sala de estudos da equipe, para reuniões da equipe, na preparação e produção de materiais, na produção de modelos físicos, na realização de testes com modelos

físicos, na realização de ensaios, na preparação de aulas, para aulas teóricas, para aulas com protótipos e para visitação. As informações sobre o uso dos laboratórios estão sintetizadas na Tabela 10:

Tabela 10 - Atividades de programas e projetos realizados em laboratório na Faculdade de Engenharia em 2019

Atividade	Número de programas ou projetos que realizaram a atividade em laboratório
Preparação e produção de materiais	4
Confecção de modelos físicos	2
Sala de estudos	4
Reuniões	4
Realização de testes	1
Realização de ensaios	5
Preparação de aulas	1
Visita	3
Realização de aula	2

Fonte: Elaborada pelo autor (2021).

Ao analisar as informações da Tabela 10, pode-se observar que os laboratórios foram utilizados para diversos fins, sendo que cada uma das atividades elencadas possui variados graus de complexidade e de duração. A depender da atividade a ser realizada, nem sempre nos laboratórios há a necessidade da presença de pessoal técnico qualificado (TAE). Por exemplo, quando o laboratório é utilizado para sala de estudos ou para realização de reuniões da equipe extensionista, basta o espaço estar acessível e disponível no momento da atividade. Isto é, não há necessidade de haver disponibilidade de um técnico para operacionalizar determinado equipamento ou realizar determinado procedimento. Da mesma forma, não é necessário que determinado equipamento (ferramenta ou outro instrumento) esteja disponível para uso naquele instante. Por outro lado, o laboratório precisa estar disponível naquele momento, ou seja, não pode estar sendo realizada outra atividade. Por exemplo, em horário em que há aula no laboratório não se podem realizar testes, ensaios e nem promover visitação ou marcar reuniões, sob o risco de uma atividade prejudicar o desenvolvimento da outra. Isso limita o uso dos laboratórios para as atividades de extensão, dada a grande demanda pelo seu uso em outras atividades.

As ações extensionistas desenvolvidas na Faculdade de Engenharia em 2019 fizeram uso de 8 dos 41 laboratórios listados na Faculdade, o que representa aproximadamente 19,5% do total. Essa informação pode levar ao pensamento de que há algum potencial para que mais laboratórios sejam utilizados em ações de extensão. Por outro lado, pode indicar que os laboratórios não conseguem absorver as demandas extensionistas, seja por falta de estrutura, por falta de disponibilidade de horário ou por falta de pessoal técnico de apoio. Como foi visto na Tabela 4, há departamentos ligados ao curso de Engenharia Civil que não possuem TAE, mesmo havendo laboratório em tal departamento. Este é o caso, por exemplo, do Departamento de Estruturas (Laboratório Interdisciplinar de Modelagem Numérica) e do Departamento de Mecânica Aplicada e Computacional (Laboratórios de: Resistência dos Materiais; Imagens e Sinais; Visualização Científica; e Computação), ambos de referência do curso de Engenharia Civil.

Como foi apresentado anteriormente na Tabela 4, o número de TAEs ligados aos laboratórios que atendem ao curso de Engenharia Civil é de 6, enquanto o número de professores ligados ao referido curso é de 55. Como observado na Tabela 6, os proponentes de ações de extensão na Faculdade de Engenharia, em 2019, foram todos docentes, resultando em um total de 17 coordenadores extensionistas. Isso revela uma tendência de que tais ações são normalmente propostas por esta categoria de servidores na Faculdade (docentes).

Uma vez que o número de professores ligados ao curso de Engenharia Civil é quase 10 vezes o número de TAEs ligados ao mesmo curso, pode-se entender que, caso todos os professores do curso vierem a desenvolver ações de extensão, sua totalidade não poderá ser desenvolvida em laboratório, uma vez que estes ambientes já são demandados por diversas atividades (de ensino, pesquisa e extensão) e que a força de trabalho especificamente ligada aos ambientes laboratoriais é consideravelmente pequena. Logo, é possível concluir que os laboratórios do curso de Engenharia Civil não são capazes de absorver toda a nova demanda de extensão que decorrerá da exigência do MEC.

Rodrigues (2019) aponta em seu estudo que a grade curricular de alguns cursos, a exemplo os da área de Saúde, levam os alunos a ocupar grande parte das horas em atividades de aulas e em laboratórios, o que seria, na visão dele, um fator

dificultador para a participação destes em atividades de extensão. Os cursos de engenharia são extensos e possuem carga horária elevada, de pelo menos 3.600 horas. O curso de Engenharia Civil, por exemplo, possui grade curricular de 3.795 horas no total, sendo que 3.285 horas são cumpridas em disciplinas obrigatórias. A título de comparação, conforme o seu PPC (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2019), o curso de Medicina, a que Rodrigues (2019) se refere, tem 3.615 horas em disciplinas obrigatórias, número próximo ao do curso de Engenharia Civil. Logo, este curso também teria o fator dificultador apontado por aquele autor.

Como abordado anteriormente, a Faculdade de Engenharia vem apresentando, nos últimos três anos (2017, 2018 e 2019), um crescimento no desenvolvimento de ações extensionistas acima da média da UFJF. No entanto, apesar de ser uma das maiores Unidades Acadêmicas da Universidade, a Faculdade ainda possui baixa participação na extensão da instituição: 3,7% do total de ações, em 2019. Quando se consideram os departamentos ligados ao curso de Engenharia Civil, observa-se que este percentual é de 2,8%.

A Faculdade de Engenharia, em 2019, envolveu em suas ações extensionistas apenas 4% dos alunos matriculados nos cursos de graduação, 16% dos professores participaram dessas ações e nenhum TAE desenvolveu ação de extensão na Unidade, evidenciando ainda mais a baixa participação na Faculdade. Conforme apontado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (2012), existe uma limitação para o desenvolvimento de atividades extensionistas que passa pela elitização e pelo conservadorismo de algumas universidades e departamentos acadêmicos. Além disso, outros fatores dificultadores se apresentam, como a falta de recursos financeiros e organizacionais, a inexistência das ações extensionistas nos planos de ascensão funcional e a falta de critérios de pontuação em concursos relacionados a ações de extensão.

Considerando a necessidade de envolver todos os alunos em atividades extensionistas em pelo menos 10% da carga horária do curso de graduação, cada um dos alunos de engenharia da UFJF precisará cumprir, em média de 394 horas durante o curso, o que é equivalente a aproximadamente 79 horas por ano, ou 39 horas por período letivo. Com relação aos alunos de Engenharia Civil, cada um deles precisará cumprir 417 horas em atividades de extensão durante o curso, ou 83

horas por ano, ou 42 horas por período letivo. Logo, é necessário que mais ações de extensão sejam desenvolvidas na Faculdade de Engenharia.

Assim, pode-se retomar a questão desta pesquisa: **de que forma o curso de Engenharia Civil pode se organizar para atender às novas demandas de extensão, advindas da exigência do MEC?** Neste contexto, os laboratórios podem ser importantes para aumentar a participação da Faculdade de Engenharia nas ações extensionistas, mas não serão capazes de absorver toda a demanda criada pela nova exigência do MEC.

Como mostrado pela pesquisa realizada por este autor no início de 2020, 38% dos programas e projetos de extensão desenvolvidos na Faculdade de Engenharia fizeram uso de laboratório na Unidade Acadêmica por mais da metade da carga horária semanal da ação extensionista. Isso evidencia que os laboratórios contribuíram significativamente para o desenvolvimento dessas ações, mas também sinaliza que foram amplamente utilizados durante o tempo disponível.

A pesquisa também mostrou que 19,5% do total de laboratórios da Faculdade foram utilizados em ações extensionistas, levando ao pensamento de que pode haver espaço para maior e melhor utilização do ambiente laboratorial para a extensão, considerando suas potencialidades pedagógicas, institucionais e de infraestrutura. No entanto, dos departamentos de referência do curso de Engenharia Civil, dois deles não possuem nenhum TAE de apoio ao trabalho laboratorial, o que se torna um dificultador para que os laboratórios destes departamentos agreguem novas demandas de extensão – é o caso do Departamento de Estruturas e do Departamento de Mecânica Aplicada e Computacional. Ao olhar essa realidade, pode-se inferir que isso também ocorra em outros departamentos, em outros cursos e em outras Unidades da UFJF.

Outro desafio ao aumento do desenvolvimento de ações de extensão em laboratórios, em especial no curso de Engenharia Civil, é a alta demanda de utilização dos ambientes para as diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão, como abordado anteriormente.

Desta forma, diante da necessidade de atender à nova exigência do MEC, que trará novas demandas de extensão para os cursos da UFJF, não se pode pensar que os laboratórios serão capazes de absorver as novas atividades

extensionistas a partir do início de 2023. Isso exposto, torna-se necessário que a gestão da extensão no curso de Engenharia Civil seja pensada de forma estratégica e sistemática para permitir o atendimento às novas demandas extensionistas, sem sobrecarregar os laboratórios. E neste sentido, é preciso criar uma área específica para a gestão das atividades de extensão, conforme sugerido na proposta de minuta de inserção da extensão nos currículos dos cursos da UFJF.

3 AS DEMANDAS OBRIGATÓRIAS DE EXTENSÃO NO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL DA UFJF: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROCESSO DE GESTÃO

Este capítulo apresenta uma análise de como a gestão do curso de Engenharia Civil pode atender às demandas obrigatórias de extensão. Desta forma, o capítulo está dividido em algumas seções, trazendo um referencial teórico sobre o significado de extensão universitária e sobre a gestão estratégica, integrada e participativa, apresentando a metodologia utilizada para a realização da pesquisa e fazendo a apresentação e a análise dos dados coletados.

A primeira seção, intitulada “Referencial Teórico”, é subdividida em três subseções. A primeira delas é denominada “O Significado de Extensão Universitária” e aborda as principais definições que a extensão assumiu ao longo da história nas universidades, bem como as primeiras ações deste tipo nas instituições de ensino superior no Brasil. Após a apresentação das definições sobre extensão, foi possível observar que ela apresentou dois principais aspectos ao longo do tempo: de um lado, a extensão assistencialista e, de outro, a não assistencialista. A segunda subseção é denominada “A Gestão Estratégica, Integrada e Participativa” e traz os principais conceitos sobre o tema, por exemplo, a visão sistêmica, o pensamento estratégico e o planejamento, que são os três componentes deste tipo de gestão. Após a apresentação destes conceitos, destaca-se a dimensão da participação como importante característica para a gestão educacional. A terceira subseção é intitulada “A Gestão da Extensão Universitária” e aborda como os elementos da gestão estratégica podem ser correlacionados com a gestão da extensão nas universidades.

A segunda seção, denominada “Metodologia de Pesquisa e coleta de dados”, apresenta a metodologia utilizada para a coleta de dados em campo, bem como justifica tal escolha. Além disso, a seção discorre sobre os instrumentos de pesquisa utilizados e descreve de forma sucinta qual foi o público-alvo da pesquisa, bem como traz a justificativa para realizar a pesquisa com os atores envolvidos.

A terceira seção se intitula “Apresentação e Análise dos Dados da Pesquisa”. Ela possui três subdivisões, cada uma representando um eixo temático de análise. A

primeira, denominada “Perspectivas de Extensão”, trabalha os resultados sobre o entendimento de extensão que os participantes da pesquisa demonstraram, bem como as modalidades de atividades extensionistas que são desenvolvidas nas IES. A segunda subseção, “Curricularização da Extensão”, aborda a forma como o processo de curricularização tem sido conduzido nos cursos das IES do Sudeste e Sul do Brasil e na UFJF, e também apresenta as principais dificuldades e potencialidades encontradas na condução desse processo. Por fim, a terceira subseção, intitulada “Desafios de Gestão da Extensão”, abarca os elementos da gestão integrada da universidade, a relação e interdependência dos setores nos diferentes níveis da instituição e os desafios que se apresentam para a gestão extensionista diante da necessidade de atender às exigências do MEC com relação à extensão universitária.

3.1 REFERENCIAL TEÓRICO

Como será proposto, o atendimento à demanda obrigatória de extensão no curso de Engenharia Civil da UFJF dar-se-á através de um processo de gestão. Logo, esta seção aborda, primeiramente, as diferentes concepções assumidas pela extensão ao longo do tempo nas universidades e, em momento subsequente, traz considerações sobre a gestão estratégica e integrada. Tais eixos teóricos se mostram importante base para a construção da análise que será realizada ao final deste capítulo sobre a gestão da extensão no curso de Engenharia Civil. No entanto, para realizar tal movimento analítico, é necessário que antes se compreendam tais elementos e definições a respeito dos temas trabalhados – extensão universitária e gestão estratégica e integrada – e, posteriormente, analisar como tais elementos se mostram inseridos dentro do curso.

3.1.1 O significado de Extensão Universitária

A extensão universitária assumiu diferentes definições e diferentes papéis ao longo da história. A prática extensionista foi sendo inserida aos poucos nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras e, segundo Paula (2013), foi a última

das três atividades principais das universidades (ensino, pesquisa e extensão) a ganhar importância na vida acadêmica, motivo pelo qual não esteja ainda fortemente consolidada nas instituições.

As universidades assumiram diversos papéis desde a sua criação, sendo o primeiro deles a formação cultural e a formação profissional. Posteriormente, a academia passou a ser responsável pela produção de pesquisas e, “nos últimos tempos começa a exercer uma série de atividades além dos seus muros, ficando mais próxima dos problemas sociais, por meio da extensão” (CARBONARI; PEREIRA, 2007, p. 25).

Ao longo do tempo, a extensão universitária apresentou diferentes concepções que serão apresentadas durante este texto. O que pode ser observado nelas é que todas convergem na ideia de que a extensão tem como característica básica o contato entre a universidade e a sociedade, mesmo que apresentem perspectivas e papéis distintos.

As primeiras atividades de extensão universitária desenvolvidas no Brasil são datadas no início do século XX, coincidindo com o surgimento das IES no país e, até meados deste século, consistiam basicamente em cursos, conferências e prestações de serviços (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2012).

Carbonari e Pereira (2007) apontam para as conferências e semanas abertas ao público realizadas pela Universidade Livre de São Paulo, em 1911 e 1917. Tais atividades, segundo as autoras, eram desconectadas dos problemas sociais e econômicos da época.

As ações de extensão no Brasil, segundo Sousa (2000), estiveram, por muito tempo, voltadas ao ambiente rural, caracterizando as atividades extensionistas mais consistentes que se apresentavam. Como exemplo destas ações, temos a assistência técnica e os programas de economia doméstica e de organização da juventude, todos estes serviços prestados à comunidade rural pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa. Outro exemplo foi o Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (Crutac), que inicialmente foi desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e expandido posteriormente, chegando a existir 22 destes Centros espalhados pelo país (SOUSA, 2000).

Carbonari e Pereira (2007) trazem a definição de extensão apresentada no Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931, uma das primeiras elaboradas no Brasil. Segundo o Estatuto, a atividade de extensão é

não só a realização de cursos e conferências objetivando a difusão de conhecimentos 'úteis à vida individual e coletiva', mas também a 'apresentação de soluções para os compromissos sociais e a propagação de ideias e princípios de interesse nacional. (CARBONARI; PEREIRA, 2007, p. 23).

As mesmas autoras afirmam que na década de 1960 a extensão passou a se voltar para a realidade socioeconômica, cultural e política, com vistas a contribuir para a transformação social. Rodrigues (2019) corrobora este pensamento ao apontar que a partir daquele ano a atividade extensionista começou a ser discutida de forma mais ampla com o intuito de voltar seu objetivo à transformação da sociedade. No entanto, tal movimento foi perdendo força devido à conjuntura política que se apresentou no país, caracterizada pela forte repressão às ideias, durante o Regime Militar, iniciado com o Golpe de 1964.

Pode-se observar que as práticas de extensão desenvolvidas no Brasil foram assumindo, ao longo do tempo, duas características principais de acordo com o papel desempenhado: de um lado, a extensão de cunho assistencialista; de outro, a extensão não assistencialista.

Gadotti (2017) afirma que a extensão assistencialista é caracterizada pela transmissão vertical do conhecimento: uma via de mão única na qual este conhecimento só transita do ambiente acadêmico para a sociedade. Como o caminho inverso não ocorre, isto é, como o saber não caminha da sociedade para a universidade, este tipo de extensão despreza o conhecimento e a cultura popular e coloca a universidade em posição superior à sociedade.

As primeiras experiências extensionistas no Brasil apresentaram essa característica e isso perdurou por um bom tempo. Elas se apresentavam geralmente na forma de cursos, prestação de serviços e conferências, ações em que a universidade é detentora e criadora do saber, e o transmitia à sociedade em um movimento unilateral. Este significado, segundo Jenize (2004), concebe ações de

extensão voltadas, em sua maioria, para a manutenção das desigualdades sociais. Segundo a autora, estas

ações extensionistas caracterizam-se por programas e atividades esporádicas nas comunidades, objetivando a “resolução” imediata e paliativa de problemas sociais, sem discussão previa dos fatores que provocam desigualdades sociais, nem incentivo a formas de intervenção organizada, daí serem denominadas assistencialistas. (JENIZE, 2004, p. [5]).

A extensão assistencialista, e muitas vezes paternalista e domesticadora de comunidades, que foi desenvolvida por muito tempo no Brasil, sofreu muitas críticas, segundo Carbonari e Pereira (2007). As autoras complementam afirmando que as universidades públicas foram agregadas aos programas do governo por meio da extensão, fato também criticado.

Sobre a extensão assistencialista, Fagundes (1985) afirma que o entendimento da época era baseado na ideia de que a extensão era sempre uma forma de prestação de serviços e, com objetivos variados, as atividades extensionistas se apresentavam em diferentes modalidades:

transmissão do saber à comunidade; aplicação de pesquisa [...]; atualização dos egressos [...]; interiorização dos universitários, através dos “campi” CRUTAC e Projeto Rondon; cursos de aperfeiçoamento, treinamento profissional e de divulgação cultural; produção de tecnologia para as empresas públicas e privadas; publicações, consultorias e convênios. (FAGUNDES, 1985, p. 111-112).

O educador Paulo Freire (FREIRE, 1983) tece críticas a este modelo assistencial de extensão que perdurou na América Latina, voltado ao ambiente rural. Freire aponta que o modelo, incapaz de gerar resultados de maior impacto (mais profundos), era limitado. Tal limitação advinha da ingenuidade acerca da compreensão da realidade ou, ainda, mais comumente, devido à visão de superioridade e dominação do “técnico” sobre o “camponês”. Desta forma, a extensão, segundo o educador, transformava o camponês em objeto em vez de considerá-lo como um agente da transformação.

Importante marco de mudança no aspecto assistencialista da extensão foi a produção do Plano de Trabalho de Extensão Universitária, em 1974, que trouxe, pela primeira vez, o conceito da troca de saberes entre universidade e sociedade na prática extensionista. O Plano contou com a colaboração da Comissão Mista Crutac/MEC – *Campus Avançado/MINTER (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2012)*.

Como o fim da ditadura militar se aproximando, a mobilização social pela redemocratização do país fez reacender as discussões sobre o papel das atividades de extensão universitária no Brasil. Segundo Rodrigues (2019), neste período houve o debate sobre a transformação social que a extensão deveria promover, através do diálogo e da troca de saberes com a sociedade.

A extensão universitária passou então por uma ressignificação. Tal mudança, segundo Sousa (2000), afastou a extensão do aspecto assistencialista – caracterizado pela disseminação de conhecimento, prestação de serviços e difusão de cultura – e a definiu como uma atividade de transformação social, promovida por meio da articulação do ensino e da pesquisa. Para Santos, Rocha e Passaglio (2016), este novo significado de extensão traz a percepção dos reais problemas sociais enfrentados e cria novas possibilidades de pesquisa, gera conhecimento e permite aplicar a teoria. Desta forma, contribui tanto para a sociedade quanto para a universidade.

Paulo Freire aponta que o modelo assistencialista de extensão, praticado por muito tempo no campo no Brasil, faz com que o indivíduo pertencente ao ambiente no qual a ação extensionista visa atuar (sociedade) seja tratado como “um depósito que receba mecanicamente aquilo que o homem ‘superior’ (o técnico) acha que o camponês deve aceitar para ser ‘moderno’, da mesma forma que o homem ‘superior’ é moderno” (FREIRE, 1983, p. 7). O modelo não assistencialista rompe com esta ideia, pois nele a sociedade dialoga com a universidade na busca por uma ação transformadora da realidade social. A visão de Freire (1983) corrobora esse ressignificado ao afirmar que:

conhecer não é o ato através do qual um sujeito transformado em objeto, recebe dócil e passivamente os conteúdos que outro lhe dá ou lhe impõe. O conhecimento pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação

transformadora sôbre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica invenção e reinvenção. (FREIRE, 1983, p. 7).

Esse novo significado assumido pela extensão dá a ela o aspecto não assistencialista que, segundo Gadotti (2017), é baseado na troca de conhecimento entre a universidade e a sociedade. Aqui, ao contrário da unilateralidade apresentada na extensão assistencialista, existe uma via de mão dupla marcada pela prática dialógica, capaz de promover tanto a troca quanto a construção mútua dos saberes. A comunidade, segundo Jenize (2004, p. [3]), “deixa de ser passiva no recebimento de informações/conhecimentos transmitidos pela universidade e passa a ser participativa, crítica e construtora dos possíveis modos de organização e cidadania”.

Neste modelo, fica ultrapassada a visão de superioridade do “técnico” (universidade) sobre o “camponês” (sociedade), a qual representa uma limitação das ações assistencialistas que ora se apresentaram no Brasil, conforme aponta Freire (1983). Ao contrário, ela dá lugar à valorização do saber social, entendendo o sujeito como agente de mudança. Freire discorre sobre este pensamento ao destacar a necessidade de haver mais de um agente pensante na construção do conhecimento:

dêste modo, além do sujeito pensante, do objeto pensado, haveria, como exigência (tão necessária como a do primeiro sujeito e a do objeto), a presença de outro sujeito pensante, representado na expressão de companhia. Seria um verbo “co-subjetivoobjetivo”, cuja ação incidente no objeto seria, por isto mesmo, co-participada. (FREIRE 1983, p. 44-45).

Avançando no entendimento sobre as definições de extensão, a Política Nacional de Extensão Universitária, elaborada pelo Forproex em 2012, afirma que a extensão visa aproximar a academia da realidade vivida pela sociedade, ao contribuir na resolução de problemas e promover melhorias para diversas questões sociais. Estas ações positivas são construídas por meio da troca de saberes entre sociedade e universidade, que culmina na transformação social (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2012). Paula (2013) também entende que é papel institucional da universidade transformar a sociedade permanentemente e sistematicamente.

O conceito de extensão universitária apresentado na Política Nacional de Extensão Universitária é o que se segue:

a Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.

Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1987, p. 8).

Assim, segundo o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (2012, p. 15), as ações de extensão podem ser entendidas como “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político” por meio do qual a universidade interage com a sociedade – e vice-versa – e promove uma transformação de ambas as partes. Esta característica, que denota uma troca mútua de saberes, diferencia as ações de extensão das outras ações universitárias (de ensino e pesquisa).

Na visão da Pró-Reitora de Extensão da UFJF, a extensão traz à formação universitária a questão social, já que coloca os estudantes em contato com a comunidade externa e os problemas que ela enfrenta. Com relação ao cumprimento das exigências do MEC para a extensão, a gestora aponta novamente para o seu entendimento sobre a função da extensão, afirmando que, mais importante que cumprir uma normativa, é o resultado que o seu cumprimento pode alcançar: mudanças na sociedade e mudança no perfil do profissional formado pela universidade pública, que reflete na própria função social que esta deve ter, voltada à execução de atividades em benefício da população. Ela relata que:

para nós da Pró-Reitoria, mais do que cumprir a legislação, é atender uma necessidade social [...] É a universidade ir ao encontro da comunidade, oferecendo atividades que muda a realidade das pessoas e a nossa formação profissional. (PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, entrevista realizada em 31 ago. 2020).

Ao percorrer as diferentes concepções assumidas pela extensão ao longo de sua história no Brasil, é possível identificar a mudança do aspecto inicial com foco na assistência – que ainda existe – para o aspecto mais atual não assistencialista. Justamente por meio desta mudança, a sociedade é mais valorizada nas ações de extensão, pois também é considerada como promotora do conhecimento, assim como as universidades. As ações de extensão são comumente desenvolvidas dentro de algumas modalidades – programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços – que apresentam características próprias, conforme definido anteriormente neste trabalho.

Importante na institucionalização da extensão universitária e, portanto, de sua definição, foi a Política Nacional de Extensão Universitária, que define as diretrizes para o fortalecimento das ações de extensão nas universidades públicas, reforçando o papel que esta atividade desempenha ao interligar a universidade e a sociedade, tornando a Universidade Pública “um instrumento de mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia” (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2012, p. 4). Ela reforça a nova concepção de extensão entendida como uma via de mão dupla, baseada na interação dialógica e na construção e troca de saberes entre universidade e sociedade.

As diretrizes a serem seguidas pelas ações extensionistas, de acordo com a Política Nacional de Extensão Universitária, são cinco: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade; indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão; impacto na formação discente; e impacto e transformação social (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2012). Elas serão abordadas a seguir seguindo as definições da Política.

A primeira diretriz, interação dialógica, preconiza que as relações sejam marcadas pela troca de saberes, rompendo com a ideia de hegemonia acadêmica.

Em uma ideia oposta, esta hegemonia é substituída pela aliança com setores, movimentos e organizações sociais. Nesse tipo de interação, as ações extensionistas universitárias se caracterizam pela produção de um novo conhecimento em interação com a sociedade, em uma ação de mão dupla. Ribeiro (2019, p. 42) aponta que “não se trata mais de estender à sociedade o conhecimento acumulado pela Universidade, mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo através do diálogo”. A dialogicidade na extensão universitária acontece quando a equipe extensionista, que pode ser composta por professores, TAEs e alunos, interage com a sociedade, que se faz representada pelas pessoas que vão ser atendidas, pelos moradores de uma determinada comunidade, pacientes, colaboradores externos, líderes comunitários, entre outros. Neste processo interativo, os dois lados – extensionistas e membros da sociedade – podem tanto aprender quanto ensinar. Neste contexto, o conhecimento acadêmico juntamente com o popular tem potencial para criar um conhecimento novo que será compartilhado.

A segunda diretriz diz respeito à interdisciplinaridade e interprofissionalidade. De acordo com ela, a combinação entre especialização – destinada a tratar as especificidades – e visão holística – destinada a apreender a complexidade do todo – nas ações de extensão pode ser materializada pela interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas e áreas do conhecimento, assim como pela construção de alianças entre diferentes setores, organizações e profissões. Seguindo essa diretriz, as ações de extensão promovem o aprendizado de forma não fragmentada e abrange a visão do todo, ultrapassando a obtenção de conhecimentos técnico-científicos que, quando não associados ao contexto, se tornam superficiais (CARDOSO *et al.*, 2015).

Diante de um problema real, ou não necessariamente diante de um problema, mas de uma questão real que acomete a sociedade, a ação de extensão se depara com diversas questões a serem trabalhadas, com vistas a cumprir seu objetivo. Normalmente, a realidade é complexa, de tal forma que não se restringe a uma área de atuação profissional e demanda conhecimentos de vários campos de atuação técnica e científica para que possa cumprir seu papel. Assim, a interdisciplinaridade ocorre quando os extensionistas recorrem ao conhecimento adquirido em diferentes

disciplinas ao longo do curso de graduação. Por sua vez, a interprofissionalidade é exercitada quando é necessário recorrer ao saber inerente a outras formações profissionais (outros cursos de graduação), que não é o seu campo de atuação de origem. Da mesma forma, por vezes, a equipe de extensão é composta por alunos e profissionais de diferentes áreas de formação e, em um processo harmônico, cada um contribui de uma forma para o sucesso da ação extensionista.

A terceira diretriz é a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Ela se ancora no pensamento de que as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa). A relação entre Ensino e Extensão faz emergir um novo conceito de “sala de aula”, que não mais se limita ao espaço físico tradicional de ensino-aprendizagem e que se estende a alunos, professores e membros da comunidade. Da relação entre Pesquisa e Extensão abrem-se múltiplas possibilidades de articulação entre a universidade e a sociedade com relação a metodologias participativas e inovadoras. Defende-se a presença de alunos de pós-graduação em ações de extensão e que estas ações possam ser base para produção acadêmica (teses, dissertações, livros, artigos).

Gonçalves (2015) discorre que a indissociabilidade entre as três funções da universidade é importante na construção de uma instituição socialmente responsável, que forma profissionais e produz conhecimentos alinhados às necessidades sociais, a partir do diálogo com os setores da sociedade. Assim, a indissociabilidade entre as três funções universitárias acontece quando o ambiente de aprendizado extrapola a sala de aula tradicional e se transforma em outros ambientes (por exemplo, uma clínica odontológica, uma rua de determinado bairro, um parque, uma reserva ambiental, uma praça, o leito de um rio, a casa de um morador de uma comunidade, uma escola, uma horta), e, ao mesmo tempo, quando o trabalho extensionista gera a possibilidade de se transformar em pesquisa, gerando novos conhecimentos, sendo base para o desenvolvimento de publicações e sendo tema de apresentações em eventos, por exemplo.

A quarta diretriz é o impacto na formação do estudante, segundo a qual as ações de extensão devem ampliar o universo de referência e permitir que os estudantes tenham contato com questões contemporâneas relevantes. Além disso, a

extensão deve enriquecer a experiência acadêmica em termos teóricos e metodológicos. Moraes *et al.* (2016) afirmam que a extensão é um instrumento de grande importância no desenvolvimento humano e social do aluno, pois permite que ele colabore com a comunidade, socialize conhecimento e transponha as barreiras entre universidade e sociedade, fazendo com que ele amadureça. O impacto na formação do estudante se dá mediante o seu envolvimento com questões reais que a sociedade enfrenta, sendo muitas vezes a realidade que impacta a vida do próprio aluno extensionista, o qual tem na ação de extensão a oportunidade de exercitar na prática os seus conhecimentos acadêmicos, de interagir e aprender com profissionais formados, de interagir e aprender com pessoas da sociedade, de participar efetivamente da realidade da comunidade e das questões que a impacta, sendo, inclusive um trabalho gratificante, que tem o potencial de tornar o aluno um profissional atento, atualizado, integrado, mais completo e sensível aos problemas sociais.

A quinta diretriz é o impacto e a transformação social das ações extensionistas. Conforme apresentado na Política Nacional de Extensão Universitária (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2012), essa diretriz reafirma a extensão universitária como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas. Este impacto visa produzir uma transformação na sociedade e também na universidade. A diretriz de impacto e transformação social ocorre quando a ação de extensão provoca mudanças na realidade social ao cumprir seus objetivos, interrompendo ciclos viciosos de problemas em determinada comunidade, contribuindo para a saúde de determinada população, melhorando a mobilidade em determinado bairro, preservando a biodiversidade local, reduzindo riscos de acidentes, melhorando a qualidade de vida das pessoas, criando programas educativos e de lazer, ajudando na resolução de problemas em geral.

Rodrigues (2019) aponta que até a redemocratização do Brasil, no final da década de 1980, as universidades voltavam sua atuação para as atividades de

ensino e pesquisa. Somente a partir deste período é que a extensão foi reconhecida como função universitária. O reflexo desta incorporação tardia reflete até os dias atuais nessa atividade acadêmica, pois, embora tenham ocorrido avanços, ainda é preciso realizar esforços para a consolidação da extensão universitária nas instituições.

Neste movimento de realização de esforços para o fortalecimento da extensão nas universidades, é importante que os órgãos (ou setores) internos que coordenam esta atividade estejam formalmente presentes na hierarquia das instituições e estejam em condições de desempenhar seu papel de forma plena, como as Pró-Reitorias, Conselhos e Comissões, por exemplo. Estes setores poderão discutir, elaborar, propor, regulamentar e implementar a atividade extensionista na instituição, estando atentos às oportunidades que ajudam a consolidar as ações de extensão, inclusive no incentivo à utilização de locais propícios ao seu desenvolvimento dentro da estrutura universitária.

Neste íterim, uma forma de contribuir para a consolidação da extensão universitária é a realização de atividades extensionistas utilizando os laboratórios da universidade. Quando se fala em laboratório, a maioria das pessoas associa a um ambiente ligado à realização de exames de saúde e testes com reagentes químicos em que se veem profissionais paramentados para sua proteção e para o desempenho de suas funções. Na sociedade, estes são mesmos os tipos mais comuns de laboratório, que, montados pela iniciativa privada ou não, visam prestar serviços de atendimento à população direta ou indiretamente, sobretudo prestando serviços sob demanda externa. Nas universidades, os laboratórios são diferentes, pois podem desempenhar conjuntamente todas as funções que a universidade tem como atribuição: ensino, pesquisa e extensão. Isso chama a atenção para as diretrizes da extensão universitária estabelecidas pela Política Nacional de Extensão Universitária, em que uma delas é justamente a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão.

Por serem orientadoras das ações de extensão para as universidades do país, as diretrizes elencadas pela Política servem de norte para a argumentação que será realizada mais à frente neste trabalho. Elas visam trazer à tona a potencialidade que os laboratórios apresentam para o desenvolvimento de ações de extensão.

Posto isso, serão abordadas, a seguir, as contribuições que o ambiente laboratorial pode oferecer para essa atividade universitária.

Quando é desenvolvida uma ação de extensão, a equipe extensionista tem a oportunidade de dialogar com a sociedade, entender melhor o contexto que se apresenta e o problema a ser enfrentado. A partir dessa construção de percepções, a problemática é levada para o ambiente acadêmico. Especialmente trabalhando em laboratório, há a vantagem de se poder produzir e testar (fisicamente, conceitualmente e virtualmente) algo que pode contribuir para a solução ou que já se constitua de fato como a solução que se busca desenvolver, a partir da interação dialógica com a sociedade, que permite conciliar tanto o conhecimento acadêmico quanto o saber popular. A esse respeito, Gadotti (2017) afirma que, ao incorporar a extensão ao currículo universitário, permite-se que os saberes das disciplinas dos cursos dialoguem com as questões sociais.

O laboratório é um ambiente equipado e adequado fisicamente e tecnologicamente para permitir a criação de modelos, protótipos e a realização de testes que envolvem o conhecimento adquirido pelos alunos. Em um trabalho de extensão, que envolve experiências sociais diversas, a realização destas atividades laboratoriais, elencadas anteriormente, envolve o conhecimento adquirido em diferentes disciplinas durante o curso. Neste sentido, os laboratórios permitem a prática da interdisciplinaridade. Como ressaltam Moraes *et al.* (2016), a ação de extensão dá a oportunidade de se viver um contexto multidisciplinar, pois ela propicia a realização de atividades interdisciplinares da universidade e a integração de diferentes áreas do saber, possibilitando fazer ciência de uma forma integrada.

Nos laboratórios, muitas vezes são realizados trabalhos diversos e em paralelo. Portanto, há ocasiões em que é necessário o compartilhamento dos espaços com diversas equipes de trabalhos realizando diferentes atividades e com diferentes objetivos. Isso estimula a interação, a colaboração e a troca de ideias entre as pessoas que ali trabalham ou estudam (alunos, professores e técnicos), inclusive de pessoas ligadas a cursos ou a setores diferentes, o que contribui para a prática da multiprofissionalidade na ação extensionista.

O laboratório também se mostra propício para conciliar as atividades e reflexões acerca do ensino e da pesquisa, juntamente com a extensão. Em muitos

ambientes laboratoriais são desenvolvidas aulas práticas para os alunos de graduação e de pós-graduação, assim como pesquisas diversas. Vendo sob essa ótica, os laboratórios, ao já apresentarem comumente duas das três atividades essenciais da universidade (ensino e pesquisa), mostram-se ambientes com grande potencial para agregar também a função de extensão, podendo integrá-las. Aliás, as ações de extensão desenvolvidas em laboratório podem e devem se correlacionar com os temas discutidos em aulas e com os desenvolvidos nas pesquisas – é a oportunidade de se conduzir pesquisas alinhadas às questões sociais e de expandir o aprendizado para além da sala de aula tradicional. Desta forma, a extensão também desenvolvida nos laboratórios propicia, como afirmam Santos, Rocha e Passaglio (2016), a criação de novas formas de pesquisa, além de integrar a teoria e a prática, o que contribui significativamente para o ensino.

O laboratório também se mostra um ambiente propício para aumentar o impacto da formação do estudante nas atividades de extensão, pois permite envolver os extensionistas em ações práticas, nas quais eles “põem a mão na massa” e se familiarizam com as técnicas produtivas laboratoriais de pesquisa, produção, aprendizado e testagem, resultantes do conhecimento acadêmico ou popular. Assim, atuando na extensão, os laboratórios permitem impactar a formação dos alunos. De acordo com Gadotti (2017), através da extensão eles podem vivenciar as teorias que aprenderam no curso, aproximar-se das demandas sociais e fortalecer sua formação como cidadãos. Além disso, como os laboratórios são instrumentados tecnologicamente, eles têm importante papel para a formação dos “novos profissionais”. Conforme aponta Gadotti (2017),

os novos profissionais da sociedade que usa intensivamente o conhecimento e as novas tecnologias da informação, necessitam de formação elevada no campo da tecnologia e no campo da formação geral que os habilite a participar do mundo do trabalho com autonomia, criatividade, iniciativa, capazes de continuar aprendendo ao “longo da vida”, como defende a Unesco. (GADOTTI, 2017, p. 11).

As ações extensionistas, seguindo as diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária, devem ser capazes de causar impacto e promover a transformação social. Para atingir este objetivo, muitas das ações extensionistas

precisam desenvolver soluções inovadoras e tais soluções podem passar pela execução de atividades que demandam o trabalho em laboratório, como a construção de modelos físicos, protótipos, aplicativos, realização de testes e ensaios, entre outras. Além disso, quando os extensionistas têm a oportunidade de desenvolver e testar novas soluções para os problemas para os quais a ação extensionista está voltada, o envolvimento pessoal com o objetivo do trabalho pode ser maior e a vontade de fazer a diferença (causar impacto social) cresce. Como ressaltam Moraes *et al.* (2016, p. 40), a extensão representa a oportunidade de o aluno “colaborar com a comunidade, socializar o conhecimento e transpor as barreiras existentes entre ela e a universidade”.

Silva *et al.* (2018) apresentam o projeto de extensão desenvolvido na Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande (Furg), em que o potencial da infraestrutura do laboratório de Geotecnia e Concreto pôde ser utilizado no atendimento à comunidade da região, na forma de prestação de serviços de engenharia. Nesse projeto, os alunos participam de atividades técnicas de realização de ensaios e se envolvem com obras de engenharia. Como destacam os autores, a ação de extensão possui relação estreita com o ensino e a pesquisa, já que os “ensaios e serviços realizados permitem o aprendizado prático a alunos, além de dar aos docentes subsídio demonstrativo para aulas das disciplinas” (SILVA *et al.*, 2018, p. [3]). Além disso, eles acrescentam que o projeto permite a transferência de tecnologia e contribui para o desenvolvimento regional.

O estudo de Marinho, Mendes e Araújo (1999) revelou a importância das atividades realizadas no Laboratório de Metrologia (LabMetrol) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Os autores identificaram que as atividades de ensino no laboratório desencadearam, entre outras ações, o maior envolvimento dos alunos em projetos de extensão. Além disso, o laboratório é utilizado para realização de atividades de extensão na forma de prestação de serviços internos e externos à UFRN, fazendo com que os extensionistas se envolvam com empresas, locais, regionais e de outras regiões (que atuam em diversos segmentos de mercado), e também com pesquisas do departamento, tanto no nível da graduação quanto no da pós-graduação. Marinho, Mendes e Araújo (1999) ainda ressaltam que existem relatos de alunos egressos que atribuem ao trabalho realizado no LabMetrol

o sucesso que tiveram na realização de estágios e no início de sua carreira profissional.

Nascimento e Rolim (2016) abordam a experiência do Laboratório de Fontes Alternativas de Energia (Lafae) da Escola Politécnica da UFRJ. O Lafae, como apresentado pelos autores, agrega atividades de ensino, de pesquisa e de “atividades integradas” de ensino, pesquisa e extensão. Os integrantes da equipe de trabalho do Lafae participaram de um evento de extensão, como estratégia para divulgar os resultados de um projeto de pesquisa, conseguindo recursos materiais e bolsas para os alunos. Isso se tornou uma metodologia própria de trabalho, que consiste em um processo de ensino-aprendizagem realizado por meio de projetos voltados à execução prática de um módulo educativo. Este processo foi denominado de “atividades integradoras”. Segundo os autores,

o processo se inicia com a imersão dos alunos no ambiente do laboratório e das fontes alternativas, orientando-os para a pesquisa de informações e conhecimento básico dos temas trabalhados, passando diretamente para a construção dos módulos educativos, seguida de testes, discussões e relatórios. O produto final é levado para algum evento de exibição ou para realização de oficinas. (NASCIMENTO; ROLIM, 2016, p. [5-6]).

Aos poucos, o Lafae foi agregando outros grupos, que realizaram projetos de extensão em similaridade com os projetos das atividades integradoras, fazendo-os compartilhar o espaço do laboratório e revelando uma grande integração de grupos e projetos que convivem de forma saudável (NASCIMENTO; ROLIM, 2016). Essa experiência do laboratório revelou que as ações de extensão em engenharia “podem ser utilizadas como ferramentas de ensino-aprendizado, bem como de motivação para a pesquisa” (NASCIMENTO; ROLIM, 2016, p. [8]). Por fim, os autores concluem que as ações de extensão desenvolvidas no Lafae “são simultaneamente processos de ensino, pesquisa e extensão, intrinsecamente integrados, onde o caráter de extensão e suas aplicações é o que estabelece o pivô da motivação para a realização do exercício do ensino-aprendizado e da pesquisa” (NASCIMENTO; ROLIM, 2016, p. [8]).

À luz das experiências elencadas neste trabalho, pode-se dizer que os laboratórios podem contribuir para aproximar a universidade e a sociedade, por meio

do desenvolvimento de ações de extensão. No entanto, os laboratórios por si sós não poderão absorver todas as demandas obrigatórias para a extensão, segundo as exigências do MEC. Diante dessa constatação, é necessário pensar o atendimento a tais demandas de forma sistemática e, para isso, a gestão estratégica se mostra importante.

3.1.2 A Gestão Estratégica, Integrada e Participativa

As mudanças fazem parte da realidade das organizações. Diante disso, o modelo de gestão adotado por elas deve permitir que estas mudanças ocorram de maneira consciente. As mudanças nas organizações abrangem alterações não só de modelos de gestão e de processos, mas também de cultura, valores, hábitos e paradigmas. É a mudança de cultura que orienta a mudança de pensamento das pessoas, e gerir esse processo é necessário para que as pessoas não sejam atropeladas e para que confusão e conflitos demasiados não sejam causados. Assim, surge o pensamento de que a gestão estratégica pode ser o mecanismo para identificar as reais necessidades de mudança da organização, estabelecer as prioridades de mudança e os meios para mudar (MACHADO, 2020a). Desta forma, a mudança pode ocorrer de forma planejada, inclusive no sistema educacional.

Machado (2020b) constata que o sistema educacional está em pleno processo de mudança (de modelo de organização ou de gestão, de cultura, de comportamento). Neste contexto, os gestores tornam-se agentes de mudança, ou seja, aqueles que a conduzirão. Para isso, a gestão precisa mudar primeiro e, ainda, necessita contar com a colaboração e apoio mútuo das várias instâncias do sistema de ensino. A autora esclarece que a mudança é um processo complexo e demorado, em especial quando envolve cultura, paradigmas e comportamento. Assim, seus resultados só aparecem no longo prazo.

Este trabalho se debruça sobre as novas exigências que o MEC estabeleceu para a extensão universitária, especificamente com relação à necessidade da oferta de atividades de extensão a todos os alunos de graduação em quantidade correspondente a 10% da carga horária dos cursos. Atender a essa necessidade representa um processo de mudança pelo qual as universidades estão passando e o

qual a gestão universitária precisa conduzir. Inserida neste contexto está a UFJF, cuja gestão deverá promover meios para se adaptar às novas exigências, gerindo um processo de mudança com o fim de cumprir o estabelecido pelo referido Ministério.

Machado (2020a) aponta que a gestão educacional contempla três modos de gestão: gestão integrada, gestão estratégica e gestão participativa. Os três modos funcionam juntos e se complementam, formando o que a autora chama de tríade da gestão educacional.

É importante que a gestão educacional respeite a integração entre os níveis do sistema educacional (macro e micro), pois são interdependentes. As instâncias superiores devem levar em consideração as condições reais das unidades nas suas decisões, adequando-as de forma que seja possível sua implementação no âmbito local. Da mesma forma, as ações realizadas pela gestão local devem considerar o desdobramento das diretrizes, políticas e regulamentações das instâncias superiores para buscar melhores resultados (MACHADO, 2020a).

Este fluxo de ações e informações entre os diferentes níveis de gestão – macro e micro – só é possível devido à descentralização e, por conseguinte, devido à autonomia presentes nos sistemas educacionais. A gestão integrada, neste contexto, permite a formulação, o desdobramento e a implantação de políticas nos diversos níveis do sistema.

Para estabelecer a discussão para o âmbito da Universidade é importante retomar o conhecimento sobre sua estrutura. Ao analisar o organograma da UFJF (com o auxílio do Organograma 1 e Organograma 3), observa-se que ela apresenta diferentes níveis de gestão. No nível estratégico (macro) da instituição se encontra a administração central, que corresponde à Reitoria da universidade. No nível intermediário, podem-se considerar as Pró-Reitorias. E no nível local (micro) estão as Unidades Acadêmicas, nas quais estão inseridos as Coordenações de Curso e os Departamentos Acadêmicos. Com relação aos níveis de gestão da extensão, considera-se a Reitoria como nível estratégico, a Pró-Reitoria de Extensão e a Pró-Reitoria de Graduação como nível intermediário e a Unidade Acadêmica e as Coordenações de Curso como nível local.

A gestão na UFJF, e em particular a gestão da extensão, ocorre de maneira integrada. Desta forma, é possível dizer que as decisões tomadas no nível estratégico devem embasar as decisões dos níveis intermediários e, por conseguinte, as dos níveis locais. Isto significa que as coordenações dos cursos não têm autonomia para tomar suas decisões, mas que estas precisam respeitar e seguir as diretrizes que vêm das instâncias superiores: Reitoria (nível estratégico) e Pró-Reitorias (nível intermediário).

Com relação à mobilização da gestão da UFJF em torno do cumprimento das exigências do MEC para a extensão, as ações iniciais para efetivar este processo de mudança estão sendo conduzidas pela Proex, em conjunto com a Prograd, estabelecendo as diretrizes a serem seguidas, em discussão com os cursos. Assim, as coordenações de curso, em momento oportuno, deverão desdobrar estas diretrizes para a integralização da extensão no currículo das graduações.

A UFJF possui um plano institucional, que é o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O PDI é o instrumento de planejamento estratégico que apresenta a missão e os princípios da Universidade, seus objetivos e metas, além das diretrizes que norteiam as ações da instituição em um horizonte de cinco anos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2016). No PDI (2021-2025) da UFJF deverão constar tais diretrizes para a extensão, a serem estabelecidas pela administração central da Universidade. O PDI serve como guia estratégico para orientar as ações dos outros níveis: intermediário (Pró-Reitoria) e nível local (Unidade e cursos). Desta forma, configura-se a gestão integrada da extensão dentro da universidade.

Na visão de Machado (2020a), para que a condução do modo de gestão integrada seja eficaz, é necessário que a gestão estratégica esteja devidamente aplicada nas redes. Segundo a autora, atualmente

vem se tornando cada vez mais difícil para um gestor pensar no futuro de sua organização, tomar decisões, implementar mudanças de qualquer tipo, inovar, solucionar problemas, melhorar o desempenho organizacional, enfim, ser eficaz e eficiente no trabalho de gestão, sem se apoiar no processo de gestão estratégica. (MACHADO, 2020a, p. 14).

Dado que a gestão estratégica é vista como um importante processo de gestão nas organizações, em especial as que estão inseridas em ambientes mutáveis e imprevisíveis, como é o caso do setor de educação, torna-se importante definir o conceito de gestão estratégica. Tomando o conceito de Machado (2020a), a gestão estratégica é

o processo de adaptação contínua que as organizações têm que enfrentar, mudando visão, hábitos, cultura, postura e estratégias, a fim de se adequarem às mudanças do ambiente em que atuam e às tendências futuras para, com isso, criarem valor para os stakeholders. (MACHADO, 2020a, p. 11).

Certo e Peter (1993 *apud* MÜLLER, 2003) também entendem a gestão estratégica como um processo. Na visão deles, este processo contínuo e interativo tem o objetivo de manter a organização integrada ao ambiente na qual está inserida. Andrade e Santos (2007) já definem a gestão estratégica como um modelo de gestão

que incorpora os princípios de pensamento e ferramentas do planejamento, desenvolvimento, controle e avaliação estratégicos e sua aplicação nos diversos subsistemas que compõem o sistema administrativo de uma organização. (ANDRADE; SANTOS, 2007, p. 8-9).

Os autores chamam a atenção para o fato de que a gestão estratégica transcende o planejamento estratégico, logo os dois não devem ser confundidos. Este pensamento fica mais claro quando eles apresentam as três fases da gestão estratégica que, de acordo com Oliveira (1998 *apud* ANDRADE; SANTOS, 2007), são: planejamento estratégico, desenvolvimento estratégico e controle estratégico. A partir destas fases da gestão estratégica, Andrade e Santos (2007, p. 10) concluem que o processo estratégico de gestão se vale de um ciclo repetitivo de etapas que constituem um processo “integral, contínuo, flexível e criativo” capaz de orientar a elaboração dos planos nos diferentes níveis da organização e o processo de avaliação.

Fraga (2015) observa que as Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes) brasileiras precisam atender a diversas demandas externas (leis, regulamentações,

fiscalização, comunidade, alunos) e, para isso, é importante planejar, formular e implementar estratégias. De acordo com o autor, estratégia é um conjunto de metas e objetivos que advém de um plano anteriormente definido e de longo prazo, que ajuda na tomada de decisões organizacionais para a obtenção de um melhor desempenho. Estratégia também equivale à ação ou conjunto de ações que levam a adoção de um caminho mais eficaz para se atingir os objetivos (OLIVEIRA, 1999 *apud* MÜLLER, 2003).

Sendo a gestão estratégica o processo que permite à organização se adaptar continuamente ao ambiente dinâmico em que está inserida, ao incorporar o planejamento, desenvolvimento, controle e avaliação estratégicos, ela permite à organização uma série de realizações, como, por exemplo:

- a visão global da organização, integrando os condicionantes de sucesso externos e internos e as ações a curto, médio e longo prazo;
- a integração das ações organizacionais às condições ambientais;
- a administração das mudanças de forma planejada;
- a realização de objetivos organizacionais e dos stakeholders;
- a utilização eficiente de recursos;
- a melhoria contínua do desempenho da organização. (MACHADO, 2020a, p. 11).

O processo de gestão estratégica é sequencial e se inicia com a formulação da estratégia, através da análise da missão e definição dos objetivos organizacionais, passando para a análise dos ambientes interno e externo (levantando-se: os pontos fortes e fracos, as ameaças e as oportunidades). Em seguida, passa-se à formulação das estratégias para todos os níveis e áreas da organização. Posteriormente, implementam-se as estratégias, controlando-as e avaliando-as (FRAGA, 2015).

Andrade e Santos (2007) defendem que a gestão estratégica pode ser aplicada a qualquer tipo de organização, tanto públicas quanto privadas. Desta forma, é possível entender que também pode estar presente na gestão das universidades e, por conseguinte, na gestão da extensão universitária.

A gestão estratégica, de acordo com Machado (2020a), precisa ser flexível para ter eficácia, consistindo em um ciclo contínuo que envolve o planejamento, a execução da ação, a mudança, o aprendizado, a adequação e a adaptação. Para

que este ciclo aconteça, é fundamental que haja os três componentes da gestão estratégica: a visão sistêmica, o pensamento estratégico e o planejamento.

Machado (2020a) discorre que a visão sistêmica corresponde à capacidade de compreender o todo de onde a organização está inserida. Desta forma, o gestor precisa compreender todas as relações de interdependência que ocorrem dentro e fora da organização. No contexto escolar, o gestor que tem visão sistêmica consegue entender como a escola se relaciona com as outras unidades de mesmo nível, com outras organizações de outros níveis do sistema de ensino, com organizações de fora do sistema e com os grupos que atuam dentro da própria escola. Da mesma forma, ele compreende como as ações executadas em um determinado nível da rede de ensino afetam as organizações de outro nível e vice-versa. Essas relações envolvem as organizações de todos os níveis do sistema educacional e até outros órgãos ou atores que não compõem o sistema educacional propriamente dito, mas que interagem com ele de certa forma, como por exemplo, a sociedade, a comunidade, as instituições públicas ou privadas de outros segmentos.

Já o pensamento estratégico, segundo Machado (2020a), é a forma do gestor de pensar a realidade da organização de forma articulada, alinhando as ações a serem executadas às reais necessidades que se apresentam, de modo a atingir os objetivos, respeitando os prazos estabelecidos para cada um (curto, médio e longo prazos). O pensamento estratégico é reflexo da visão sistêmica, que permite ao gestor identificar o que é prioridade e estratégico na organização (fatores críticos de sucesso). Tanto a visão sistêmica quanto o pensamento estratégico permitem ao gestor utilizar como ferramenta o planejamento.

Por fim, o planejamento estratégico é uma ferramenta metodológica de apoio à gestão estratégica. Tal ferramenta orienta a ação da gestão com relação à formulação de objetivos e estratégias. Outrossim, por ser um método, por ser um meio de se fazer algo, o planejamento não deve ter fim em si mesmo. Portanto, ele precisa ser um instrumento flexível para que, diante de mudanças no ambiente interno e externo da organização ou de qualquer necessidade, ele permita que sejam realizadas adequações e ajustes (MACHADO, 2020a, 2020b).

O planejamento estratégico ocorre em etapas, sendo que as seguintes podem ser consideradas como as principais: (1) análise do ambiente externo (oportunidades

e ameaças) e interno (pontos fortes e fracos); (2) definição da missão, visão e valores; (3) definição do objetivo estratégico; (4) definição das estratégias; (5) implantação das estratégias; e (6) avaliação e controle. O planejamento estratégico gera o plano estratégico, que apresenta o que foi definido em cada etapa e serve de base para os planejamentos dos outros níveis da organização que, além de estarem interligados, são sequenciais (MACHADO, 2020b).

O planejamento contribui ajudando a evitar a rotina de “apagar incêndios” com a qual os gestores comumente se deparam. Fraga (2015) discorre que os gestores universitários gastam um bom tempo buscando “soluções diárias”, reflexo da falta de um planejamento de longo prazo e de melhor gestão estratégica organizacional. Sobre isso, Machado (2020b) explica que resolver problemas faz parte do trabalho de todo gestor, mas que isso não deve dominar seu trabalho. Quando isso acontece, o gestor fica refém desta rotina e não consegue pensar na organização e nem em planejamento. Por isso, por vezes, é preciso parar para construir um planejamento que, se bem feito, vai interromper este ciclo problemático.

Müller (2003) observa que a gestão organizacional, com o planejamento estratégico, não se propõe a prever o futuro da organização, mas se preparar melhor para as adversidades que se apresentarem nele. Então, para isso, o planejamento visa “traçar futuros viáveis e propor ações para alcança-los” (MÜLLER, 2003, p. 32).

Com relação ao terceiro modo da tríade da gestão educacional, que é a gestão participativa, Machado (2020a) aponta para o pensamento de Burgos e Bellato (2019) de que o esgotamento do gerencialismo e, por conseguinte, a emergência do pós-gerencialismo, tem como característica fundamental a valorização da participação e do comprometimento dos atores que participam da realidade escolar, ou seja, da comunidade escolar.

Como observam Baylão, Schettino e Cherrine (2014), a participação decorre da necessidade de se compartilhar – tarefas, ações, responsabilidades – para atingir metas e objetivos comuns, que seriam mais difíceis de atingir de forma individual.

Segundo Machado (2020a), um dos grandes desafios da gestão educacional é justamente criar uma sistematização de participação das pessoas nos sistemas de educação. Baylão, Schettino e Cherrine (2014) corroboram, dizendo que nas

organizações ainda há um longo caminho para que haja a participação nos processos decisórios, transformando-os em momentos em que há interação e decisão de forma coletiva.

Neste sentido, a gestão participativa, que enfatiza a liderança, a disciplina e a autonomia, vem contribuir ao dar às pessoas autonomia para tomar decisões sobre seu trabalho e fazendo-as assumir a responsabilidade pelos seus resultados, pelo seu comportamento e pelo seu desempenho. Este modo de gestão incentiva a participação ativa dos funcionários da unidade de ensino em diversas atividades, como, por exemplo, “na definição das metas e objetivos da organização; na resolução de problemas; no processo de tomada de decisão; no acesso à informação e no controle do trabalho e dos resultados” (MACHADO, 2020a, p. 16). Predebon e Sousa (2003) entendem que a gestão participativa é uma forma de gestão em que uma pessoa ou um grupo de pessoas são responsáveis pela administração organizacional, mas o fazem mediante a participação de outras pessoas por meio de consultas, formação de grupos ou por representação.

Machado (2020a) defende que, para que o modo de gestão participativa funcione bem, ele necessita que exista alto grau de confiança entre os participantes da gestão, pois diferentes gerentes e funcionários, de diferentes níveis da organização, exercerão influência sobre ela em maior ou em menor grau, através das decisões tomadas. Na mesma linha de pensamento, Lück (2000) observa que para praticar a autonomia nas unidades escolares é necessário que as pessoas (gestores, comunidade, agentes de ensino, responsáveis) tenham amadurecimento e confiança mútua, abertura, transparência, ética e interesse comum que vão dando credibilidade à escola e desenvolvendo sua competência pedagógica e social. Conte (2014) argumenta que o bom funcionamento da gestão participativa também depende de uma comunicação horizontal e vertical eficaz em todos os níveis organizacionais. Assim, cada organização deve adaptar o modo de gestão à sua realidade e às suas especificidades.

Diante da gestão participativa, Machado (2020a) discute sobre o grau de descentralização, a construção da autonomia e a responsabilização que o modo implica. A participação das pessoas e das unidades organizacionais depende do grau de descentralização do poder de decisão na organização e da autonomia dada,

que, por sua vez, confere maior responsabilidade pelos resultados. As organizações são levadas a adotar modos de gestão mais descentralizados diante do dinamismo dos ambientes nos quais estão inseridas, que exigem delas maior flexibilidade e rapidez em suas ações. Uma vez que às pessoas e às unidades de nível operacional é conferido maior autonomia para tomar decisões, o processo decisório se torna mais rápido diante de uma adversidade, por exemplo.

De acordo com a autora, como não existe organização totalmente centralizada ou totalmente descentralizada, as estratégias e diretrizes organizacionais têm também a função de estabelecer até que ponto as decisões serão descentralizadas de forma que a organização mantenha o seu horizonte. É importante que a alta administração (a gestão de nível mais alto) não perca o domínio das decisões de longo prazo e que afetam a organização como um todo.

A construção da autonomia da unidade pode e deve ser estrategicamente planejada, sendo construída de forma incremental por meio do seu planejamento. É importante que cada unidade tenha a autonomia necessária no âmbito pedagógico, financeiro, político e administrativo, para adequar as diretrizes e políticas educacionais à sua realidade local, transformando-as em metas, planos e ações que visam à melhoria da unidade e da qualidade do ensino (MACHADO, 2020a).

Dado que a autonomia vai sendo construída em um processo, o monitoramento se torna importante para verificar se os recursos e as competências estão sendo empregados de acordo com os objetivos da organização e, neste contexto, a avaliação é um processo que permite a correção das ações e do emprego de recursos que foram previstos no planejamento durante a implantação dos planos. O monitoramento e a avaliação são realizados através de indicadores de desempenho, os quais a organização precisa criar (MACHADO, 2020a).

A gestão estratégica e participativa, segundo Machado (2020a), é importante para sistematizar o acompanhamento das avaliações, a apropriação de resultados e o incremento de desempenho. Diante da avaliação externa e interna, a comunidade escolar e a gestão escolar se deparam com desafios em relação à apropriação dos resultados, ao monitoramento dos indicadores, à criação de estratégias de intervenção, à necessidade de comunicação e comprometimento e à necessidade de desenvolver o planejamento e os planos da escola. E com isso, assumem o

protagonismo de seu desempenho e de seus resultados, sendo que a autoavaliação se torna uma forma de a unidade escolar assumir sua autonomia pedagógica (MACHADO, 2020a).

Machado (2020b) aponta que, quando a unidade organizacional passa pelas avaliações, seus indicadores obtidos se referem ao que foi planejado. Assim, os resultados das avaliações deveriam ser vistos como um meio de mensurar o que foi planejado e levar a ações corretivas e ajustes nos processos de trabalho pedagógico ou na revisão do planejamento.

Diante do exposto, afirma Machado (2020a), a gestão estratégica e participativa é um caminho para a gestão enfrentar os desafios que se mostram, pois através do tratamento correto dos resultados ela pode traçar um diagnóstico da situação atual, e a equipe gestora tem a possibilidade de pensar no todo (visão sistêmica) e compreender as relações de interdependência existentes no sistema educacional, relacionadas às dimensões da gestão escolar, à gestão pedagógica e aos resultados da escola.

Independentemente do modelo de planejamento adotado pela organização, é importante que ela o construa e o implemente. De acordo com Machado (2020b), todo tipo de planejamento tem alguns elementos em comum. Todos eles estabelecem: a definição dos fins, ou seja, os desejos para o futuro (missão, visão, objetivos e metas); a definição dos meios, ou seja, os caminhos a serem percorridos para se chegar até os fins (estratégias, diretrizes, políticas, práticas e procedimentos); a definição dos requisitos organizacionais necessários (mudanças ou ajustes de cultura, comportamento e estrutura); a definição dos recursos necessários (financeiros, materiais, humanos, técnicos); e o planejamento da implantação e do controle através dos planos de ação e dos indicadores de acompanhamento (como, quando e quem implantará cada parte e como controlar os resultados).

Como abordado anteriormente, a gestão estratégica se desdobra entre os diferentes níveis da organização, os quais o planejamento organizacional também abrange. Nas organizações, esses três níveis devem estar coordenados entre si, fazendo com que as decisões e ações sejam desdobradas em cada um deles.

Através do desdobramento do planejamento estratégico, dá-se o planejamento tático nas áreas ou setores da organização. Assim, este desdobra os objetivos e as diretrizes para cada área, formando planos de médio prazo. O planejamento operacional, por sua vez, é o desdobramento do planejamento tático em planos e metas de curto prazo. Através deste o planejamento como um todo é implantado na organização; ele envolve a participação dos gestores e colaboradores e divide o trabalho e as responsabilidades de cada um por meio dos planos de ação. Este pensamento também pode ser aplicado na gestão da extensão da universidade, sendo que o planejamento se desdobra nos diferentes níveis de gestão já apresentados.

Machado (2020b) chama atenção para as diferenças entre os planejamentos tático e operacional. O planejamento tático começa com os gestores táticos avaliando as estratégias e objetivos do nível estratégico e, a partir deles, traçam os objetivos e os planos táticos em sua área. Os planos táticos irão dividir o trabalho e as responsabilidades entre os grupos, podendo utilizar a metodologia 5W2H. A partir desta metodologia, definem-se os orçamentos de cada área e os meios de avaliação e controle da implantação dos planos. A partir dos planos táticos, cada subárea desdobra-os em metas e planos operacionais. Dividem-se o trabalho e as responsabilidades (5W2H), os orçamentos e os meios de avaliação e controle com foco nas tarefas. Os planos operacionais normalmente são implantados ao longo de um ano.

É importante salientar que os planos nos três níveis organizacionais são interdependentes e seguem uma linha lógica, tornando o processo de planejamento dinâmico e cíclico. De acordo com Machado (2020b), o plano operacional é o primeiro a ser implantado, sendo reformulado, ajustado e avaliado a cada ano até que o plano tático seja implementado de fato. A partir daí, o plano tático vai sendo avaliado, ajustado e reformulado até que o plano estratégico tenha sido contemplado de fato. A partir deste momento, a organização inicia um novo ciclo de planejamento organizacional.

Como o planejamento precisa a todo momento ser avaliado e, se necessário ser revisto, é fundamental que a organização tenha um processo de monitoramento e controle. Machado (2020b) afirma que isso se refere ao método de

acompanhamento e monitoramento do desempenho e dos resultados da organização, que é função de todo gestor, principalmente quando se utiliza da metodologia de planejamento, pois é a última etapa deste. O objetivo deste processo é garantir que a organização consiga implementar os planos dos três níveis para alcançar os resultados desejados. Suas etapas, listadas pela autora, são: mensuração do desempenho real (indicadores); comparação do resultado obtido com o previsto; avaliação dos possíveis desvios; e aplicação de medidas e ações corretivas.

De forma semelhante, Andrade e Santos (2007) apontam que do controle estratégico são levantadas informações relevantes que servem de base para o aprimoramento e o melhoramento contínuo das ações definidas nas fases anteriores (planejamento e implementação) do processo de gestão estratégica.

Os três níveis de gestão abordados também podem ser observados no âmbito do sistema de ensino superior, em que há o MEC como a instância superior, desenvolvendo o Plano Nacional de Educação. No nível abaixo deste, está a instituição (Universidade). Ao considerar a gestão universitária, isto é, dentro da Universidade, também podem ser observados os diferentes níveis da gestão, tomando a gestão institucional como referência de instância superior, as Pró-Reitorias como nível intermediário e as unidades Acadêmicas como nível micro ou local. Nas universidades públicas federais há o exemplo do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que, de acordo com Machado (2020b), já apresenta o desdobramento nos níveis estratégico, tático e operacional na instituição, dada sua estrutura ampla. Ainda segundo a autora, nas universidades, as principais etapas do planejamento estratégico são:

análise e diagnóstico do ambiente externo e interno da instituição; definição da missão, da visão de futuro e valores; definição dos objetivos estratégicos e das estratégias; implantação das estratégias e definição dos meios de avaliação e de controle dos resultados. (MACHADO, 2020b, p. 22).

Nas universidades, o planejamento tático ocorre pelo desdobramento do plano estratégico nas unidades administrativas e acadêmicas, e os planos operacionais ocorrem através do desdobramento dos planos táticos. Sendo assim,

“o PDI norteia a elaboração do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e do Projeto Político Pedagógico dos Cursos (PPC), que devem estar alinhados. O PPC é responsabilidade do colegiado e dos professores de cada curso” (MACHADO, 2020b, p. 23).

Em uma lógica de gestão participativa, o gestor não é o único a tomar decisões. Por isso, à luz do pensamento de Machado (2020b), torna-se importante a formação do grupo gestor, que é a equipe que irá atuar na elaboração, condução e implantação do planejamento em cada um dos três níveis da organização. Para cada nível, há uma equipe diferente, formada de acordo com as necessidades e particularidades de cada organização e contendo membros de todos os grupos envolvidos com a organização ou com o setor. As comissões também representam uma alternativa à necessidade de promover a participação nas organizações. Conte (2014, p. 5) justifica a criação de comissões nas organizações dizendo que a “razão mais importante para o uso de comissões nas organizações é a deliberação e a tomada de decisões em grupo”. Nas universidades, os grupos podem ser exemplificados pelos Conselhos, Comissões e outras formas de colegiados, formados nos níveis do curso, da Unidade Acadêmica, das Pró-Reitorias e da instituição.

As IES têm demandas sociais e acadêmicas, através das quais as instituições cumprem seu propósito de desenvolver a si mesmas e a sociedade, tornando-as responsáveis também pela difusão do ensino e da pesquisa. Com relação à extensão universitária, as Ipes objetivam consolidar conhecimentos acadêmicos e levar melhorias à sociedade, através dos serviços prestados à comunidade. E para isso, necessitam realizar um planejamento e a implementação do trabalho a ser desenvolvido (FRAGA, 2015).

Neste íterim, diante do processo de mudança ocasionado pelas exigências do MEC, a gestão da extensão da UFJF deve realizar um planejamento estratégico para orientar a definição de estratégias nos vários níveis da instituição com o propósito de cumprir os objetivos exigidos para a extensão nos cursos de graduação.

3.1.3 A Gestão da Extensão Universitária

A gestão estratégica se desdobra entre os níveis de gestão do sistema educacional, indo do mais alto ao mais baixo, ou seja, da instância superior às instâncias inferiores ou locais. O desdobramento da gestão estratégica entre os diversos níveis do sistema é importante para que a gestão executada no nível local seja realizada de maneira alinhada à gestão dos outros níveis, ou seja, alinhada com as políticas e decisões estabelecidas nestes outros níveis (MACHADO, 2020a).

Com relação ao sistema de educação superior, este desdobramento também ocorre entre as instâncias. No nível mais alto, o MEC elabora políticas de educação que regulamentam e orientam as ações educacionais para o ensino superior. Desta forma, a gestão estratégica se desdobra até chegar às IES, que elaboram seus planos estratégicos em consonância com as políticas elaboradas nas outras instâncias. Desta maneira, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é resultado do planejamento estratégico realizado pela gestão estratégica da universidade.

De acordo com Machado (2020b), o desdobramento da gestão estratégica é realizado com o apoio do planejamento no nível local, que se mostra importante ferramenta no processo de construção da autonomia, da descentralização e da responsabilização da unidade e dos indivíduos. Assim, na universidade a gestão local pode desdobrar as diretrizes definidas no nível estratégico da organização em objetivos, estratégias e planos para a extensão no nível da unidade e dos cursos, constituindo seu plano local.

Deste modo, a gestão estratégica aplicada à extensão universitária contribui para o aperfeiçoamento das atividades extensionistas, uma vez que pode levar à implementação de ações de extensão mais alinhadas com as demandas sociais e de maior impacto na realidade social. No entanto, Fraga (2015) aponta que a complexidade da estrutura universitária, a burocracia, as restrições legais e financeiras constituem-se como dificultadores da implementação das estratégias instituídas na Ipes.

Diante do exposto, no contexto abordado por este trabalho para a atividade extensionista na UFJF, pode-se dizer que a gestão estratégica aplicada à extensão

na universidade segue a seguinte lógica: a partir das exigências do MEC, a referida universidade promoverá esforços para o seu cumprimento. Por se tratar de uma questão que envolve a extensão nos cursos de graduação, tanto a Pró-Reitoria de Extensão quanto a Pró-Reitoria de Graduação devem estar à frente da mobilização coletiva para propor diretrizes, conduzir discussões (com diversos grupos colegiados no nível das Unidades Acadêmicas e dos cursos) e desenvolver as construções necessárias para a curricularização da extensão, com o apoio da gestão central (Reitoria).

Uma vez que as diretrizes gerais para a extensão forem construídas e estiverem definidas, os responsáveis pelos cursos se mobilizarão para promover as mudanças e adequações necessárias no nível do curso. Assim, a gestão local (direção de Unidade e coordenação de curso) terá que desdobrar tais diretrizes, estabelecendo estratégias, que serão utilizadas para cumprir o objetivo de oferecer carga horária de extensão correspondente a 10% do currículo dos cursos para todos os seus alunos de graduação. Em particular, no curso de Engenharia Civil, isso pode corresponder a aproximadamente 418 horas, a serem desenvolvidas em atividades extensionistas.

Tais mudanças ensejam uma reforma curricular que será refletida em um novo Projeto Pedagógico de Curso, documento que apresentará um curso reestruturado com a curricularização da extensão. A construção de um PPC pode envolver diversos atores. Por exemplo, o atual PPC do curso de Engenharia Civil envolveu a atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso, do colegiado do curso, de representantes docentes e de representantes discentes do curso (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2017). Desta forma, cada curso irá desenvolver seu novo currículo de acordo com suas particularidades, mas seguindo diretrizes gerais que orientarão neste processo de construção curricular.

Com os cursos definindo seus novos currículos objetivando a curricularização da extensão, tanto as diretrizes gerais quanto os objetivos e as metas estratégicas para a extensão no nível institucional serão estabelecidos e apresentados no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFJF. O PDI é o principal instrumento de planejamento estratégico da UFJF e “estabelece amplas diretrizes que nortearão todas as ações da UFJF bem como os objetivos e metas que devem ser alcançados

pelas diversas unidades acadêmicas e setores administrativos nos próximos cinco anos” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2020u, recurso online). O PDI permitirá que as Unidades Acadêmicas e os cursos conheçam o plano estratégico da Universidade em um nível amplo e, assim, possam estar em fino alinhamento quanto ao cumprimento dos objetivos gerais e específicos.

Não há como pensar em gestão estratégica e planejamento sem estabelecer uma sistemática de definição (de objetivos, metas, diretrizes e estratégias) e de monitoramento e controle dos resultados. Neste sentido, o processo de avaliação da extensão torna-se fundamental.

Segundo Dalben e Vianna (2008), a avaliação é um processo em que se compara um objeto a um referencial, considerado algo que seja ideal e de excelência. A partir dessa comparação, o avaliador consegue fazer juízos e tomar decisões a partir da interpretação e da atribuição de significados e sentidos sobre o objeto avaliado. Portanto, o processo de avaliação não é algo sempre exato, pois envolve escolhas que dependem dos princípios e das referências do avaliador. Avaliar é um processo que se efetiva através de escolhas envolvendo: “observação, definições e prescrições, julgamentos, organização do conhecimento e decisões desenvolvidas no contexto de racionalidades éticas, políticas, pedagógicas e técnicas pessoais ou institucionais” (DALBEN; VIANNA, 2008, p. 32).

Silva (2013) defende que a gestão da extensão precisa fornecer subsídios para sua operacionalização de forma que permita a prática de uma extensão relevante, uma extensão de qualidade. Isso passa pela estruturação, entre outras coisas, da avaliação para gerir estrategicamente os recursos e resultados.

Na visão de Dalben e Vianna (2008), avaliar também é uma ação de autoconhecimento, pois permite conhecer os valores e os princípios de um determinado campo. Também é uma ação de autoanálise no sentido sociopolítico porque reflete as definições das metas e os propósitos dos projetos políticos e pedagógicos das instituições.

Como neste trabalho o foco é a extensão universitária, cabe ressaltar que, diante do planejamento das ações extensionistas, tais ações também necessitam passar por uma avaliação, sobretudo em um cenário de mudanças. Nos processos de avaliação é comum a presença de indicadores. Assim, como Dalben e Vianna

(2008) ressaltam, no contexto extensionista cada indicador de avaliação de extensão deve estar articulado com a proposta e com o objetivo da ação. Dessa forma, não é qualquer indicador que se enquadra em qualquer processo de avaliação e em todas as ações de extensão. Portanto, eles precisam ser ajustados a cada situação, a cada realidade institucional.

Como observado por Fraga (2015), a extensão tem potencial para dar novos rumos à formação acadêmica, sendo ferramenta para a aprendizagem e formação profissional e pessoal. Ela permite que seja praticado o que foi aprendido em sala de aula, buscando resoluções para problemas através do conhecimento e da interação com a sociedade, trazendo benefícios mútuos. Além disso, a extensão deve permitir que o aprendizado obtido seja útil para ações de ensino e pesquisa, respeitando o compromisso social da universidade. O autor complementa dizendo que a extensão deve priorizar o desenvolvimento social, o bem-estar físico, a garantia de valores, direitos e deveres às pessoas.

A extensão tem sido importante para construir o conceito de universidade como um bem público que deve ser avaliado para se verificar a qualidade do que ele oferece e o faz, comparando com o que a sociedade espera dele. A extensão é, portanto, uma questão estratégica da instituição. A ausência de estatísticas, resultados e dados sobre a abrangência das ações extensionistas, por vezes, dificulta a defesa de sua relevância dentro do ambiente universitário. Diante disso, é fundamental construir um referencial adequado compatível com um Projeto Político Pedagógico de universidade (DALBEN; VIANNA, 2008).

Neste sentido, uma política de extensão bem delineada fortalece a disseminação das ações extensionistas e reafirma o compromisso da universidade com a sociedade. Seguindo a lógica da gestão estratégica e do planejamento estratégico, sobretudo na etapa de avaliação, a construção de indicadores compatíveis com a política mais ampla da instituição é de extrema importância. Dalben e Vianna (2008) argumentam que tais indicadores são fundamentais para verificar se há ou não distorções entre o que foi planejado no PDI da universidade e o que está sendo de fato executado pelas ações extensionistas. Em contextos de mudanças, este processo avaliativo é ainda mais necessário.

A criação de indicadores para a extensão em um processo de avaliação pode constituir, ainda, uma forma de fortalecimento das ações. Dalben e Vianna (2008) explicam que para a extensão participar da matriz orçamentária das universidades públicas é preciso que haja indicadores que permitam avaliá-la. Para isso, é necessário que a gestão da extensão da universidade construa indicadores auditáveis, mensuráveis e comparáveis, para dar legitimidade ao processo de avaliação e permitir a análise da extensão em um cenário macro (banco de dados com critérios de excelência e confiabilidade) de forma que a extensão realmente participe e interfira na gestão universitária.

A pesquisa desenvolvida por Fraga (2015) sobre a gestão da extensão em uma universidade pública no estado da Bahia gerou alguns resultados que serão apresentados neste trabalho como forma de evidenciar como a gestão estratégica e participativa pode estar aplicada à gestão da extensão. No referido estudo, o autor expõe que, com relação à gestão estratégica, os coordenadores do Núcleo de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão da referida instituição percebem apoio da Pró-Reitoria no planejamento e no desenvolvimento da extensão e apontam que as estratégias para atingir os objetivos do planejamento são definidas em reuniões. O planejamento se dá através do plano de ação anual, que reflete no PDI e seus desdobramentos.

A formulação de estratégias de extensão naquela instituição não se dá com frequência, sendo que as ideias surgem dos colaboradores da universidade ou em reuniões de departamentos:

os gestores dos programas e/ou projetos, coordenadores, diretores de colegiados etc., formulam as ideias, posteriormente são repassadas para os demais, com o amadurecimento dessas ideias, algumas são aproveitadas. A formalização das estratégias se consolida na ciência dos envolvidos e elaboração de um documento formal. A implementação da estratégia ocorre da seguinte forma: divulgações por meio de ofício circular eletrônico das ações a serem realizadas. Mobilização se precisar, de um grupo de pessoas da Extensão com expertise para esclarecer as dúvidas. A tomada de decisão é feita pelos diretores dos departamentos junto com os coordenadores do núcleo de extensão. (FRAGA, 2015, p. 12).

O autor acrescenta que as ações de extensão e o planejamento são avaliados regularmente, sendo discutidos e revisados em reuniões da Pró-Reitoria e, por fim, reafirma a necessidade de se formular, implementar e avaliar as estratégias de forma cíclica.

O estudo que Dalben e Vianna (2008) desenvolveram investigou sobre a experiência da construção de indicadores para a extensão na UFMG. A pesquisa mostrou que a referida instituição, por meio da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão, construiu e testou alguns indicadores com base em critérios qualitativos, referentes à construção da política de extensão dentro da instituição (eixos: política e infraestrutura no âmbito institucional; e estratégias existentes no âmbito institucional), e critérios quantitativos, para medir a abrangência, o tamanho e a influência no contexto social da extensão (eixo: números). Vale observar que o processo de construção e testagem destes indicadores foi amplamente debatido por grupos colegiados e gestores, e que tais indicadores levaram em conta alguns critérios que os ajustaram à realidade extensionista da UFMG, de forma que

permitiria a valorização do docente, do discente e da instituição como um todo, além de estar consolidando os princípios de uma política discutida e assumida pela PROEX nesse momento da instituição. Da mesma forma, possibilitaria a existência de critérios precisos para a construção de um processo justo de distribuição e concessão de vagas docentes pela CPPD⁶. (DALBEN; VIANNA, 2008, p. 37).

Diante do exposto, percebe-se que a gestão estratégica pode em muito contribuir para a gestão da extensão universitária de forma a fortalecê-la e legitimá-la nas instituições, através do processo cíclico de planejamento, implementação, avaliação e controle das ações extensionistas, sobretudo em cenários de mudanças. Com o intuito de conhecer as práticas da gestão da extensão universitária, é necessário realizar uma pesquisa, cuja proposta será apresentada na seção seguinte.

⁶ Comissão Permanente de Pessoal Docente.

3.2 METODOLOGIA DE PESQUISA E COLETA DE DADOS

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a melhor forma de implementar a gestão estratégica e integrada da extensão no curso de Engenharia Civil da UFJF, sobretudo diante das novas exigências para a extensão impostas pelo Ministério da Educação. Neste sentido, foi apresentado o panorama da extensão no âmbito da UFJF e na Faculdade de Engenharia, como forma de contextualizar o caso de gestão. A partir disso, foi construído um referencial teórico sobre os significados que a extensão universitária assumiu ao longo do tempo e sobre a gestão estratégica e integrada, inclusive de forma aplicável na extensão dentro da universidade.

As ciências sociais, segundo Zanella (2009), têm suas especificidades, uma vez que estudam as relações sociais, ou seja, estudam as relações que as pessoas têm com a sociedade, com a comunidade, com os grupos dos quais participa ou com os quais interage e com as organizações.

A busca pelas informações na pesquisa ocorre ao se percorrer um caminho que, de forma sistemática e ordenada, leva a um fim, leva ao conhecimento sobre algo determinado, é o caminho pelo qual se busca compreender sobre a realidade. É o que Zanella (2009) chama de método. Através de um caminho delineado, procura-se pesquisar, isto é, investigar a realidade e gerar um conhecimento.

A pesquisa desenvolvida neste trabalho pode ser considerada uma pesquisa aplicada. Gil (2008) explica que a pesquisa aplicada tem como característica principal a utilização prática do conhecimento em uma determinada realidade. De acordo com Zanella (2009), a pesquisa aplicada se debruça sobre uma situação-problema real e se motiva diante da necessidade de uma solução para esta. Por isso mesmo, existe a necessidade de “o pesquisador ir a campo, conversar com pessoas, presenciar relações sociais” (ZANELLA, 2009, p. 72).

Para colher informações a respeito do contexto extensionista diante da exigência de curricularização das atividades de extensão na graduação, é necessário e adequado realizar uma pesquisa qualitativa. Minayo (1996, *apud* ZANELLA, 2009) discorre que a pesquisa qualitativa é o objeto do estudo das ciências sociais. A pesquisa qualitativa se fundamenta em análises qualitativas e, normalmente, não envolve a análise estatística de dados, pois, ao contrário da

pesquisa quantitativa, seu objetivo não é a mensuração dos dados, e, sim, a descrição da realidade (ZANELLA, 2009).

Conforme o pensamento de Gil (2008), a pesquisa exploratória objetiva traçar um panorama geral sobre um contexto. Segundo o autor, “este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis” (GIL, 2008, p. 27). A normativa do MEC criou um novo contexto para a extensão na graduação nas universidades, ou seja, traz novas exigências que, por sua vez, geram novos desdobramentos nas instituições. Por ser um fato novo, ainda não está completamente definido, justificando a pesquisa exploratória.

A abordagem de um estudo de caso é adequada a este trabalho baseando-se em Gil (2008), pois é necessário conhecer de maneira ampla e profunda o contexto da extensão na UFJF e no curso que é foco desta pesquisa. Yin (2001 *apud* ZANELLA, 2009) atribui a utilização do estudo de caso quando é necessário responder a questões do tipo “como” e “por que” sobre um contexto real de fatos sobre o qual o investigador não tem ingerência. Zanella (2009) define estudo de caso como sendo

uma forma de pesquisa que aborda com profundidade um ou poucos objetos de pesquisa, por isso tem grande profundidade e pequena amplitude, procurando conhecer em profundidade a realidade de uma pessoa, de um grupo de pessoas, de uma ou mais organizações, uma política econômica, um programa de governo, um tipo de serviço público, entre outros. Assim, a característica principal é a profundidade do estudo. (ZANELLA, 2009, p. 86).

Diante da necessidade de se analisar a melhor forma de implementação da gestão da extensão no curso de Engenharia Civil, sobretudo diante das exigências do MEC com relação à curricularização da extensão na graduação, foi necessário realizar a coleta de dados em campo. Para isso, foi feito o uso de questionários e foram realizadas entrevistas semiestruturadas.

O questionário é uma técnica de coleta de dados caracterizada por uma série de perguntas enviadas a pessoa-alvo da investigação, para se conhecer sobre determinado assunto. Normalmente se apresenta por escrito aos respondentes, de forma que as perguntas questionam acerca dos objetivos da pesquisa. Os

questionários normalmente são empregados quando a investigação envolve um número grande de pessoas, em diferentes regiões. Eles otimizam o tempo, dado que as pessoas podem responder no tempo em que julgarem conveniente. Por outro lado, tem pouca flexibilidade e não permite ao investigador a possibilidade de pedir uma complementação das repostas no momento em que o questionário é aplicado (GIL, 2008).

De acordo com Zanella (2009), os questionários têm perguntas que podem ser descritivas, comportamentais ou preferenciais, sendo que a presença de um ou mais tipos no questionário vai depender do objetivo da pesquisa. Da mesma forma, este instrumento de coleta de dados pode apresentar questões com respostas abertas e/ou fechadas. Como vantagens, a autora também aponta a possibilidade de se atingir grande número de entrevistados em várias regiões geográficas.

A entrevista, por sua vez, é uma técnica muito utilizada para coletar dados nos estudos do campo das ciências sociais. Zanella (2009) afirma que a presença do entrevistador no momento em que a coleta de dados ocorre é fundamental e permite analisar as atitudes, os comportamentos e as reações dos entrevistados durante a coleta de dados, o que pode ser importante na análise dos dados. Segundo Gil (2008), a entrevista é caracterizada quando o investigador (entrevistador) se depara com o investigado (entrevistado), frente a frente, e questiona-lhe sobre determinado assunto, através de perguntas. A técnica é muito útil para a obtenção de dados em profundidade, apresenta grande flexibilidade e permite captar expressões corporais e ênfases no tom de voz do entrevistado. O autor enfatiza a importância da entrevista ao afirmar que

muitos autores consideram a entrevista como a técnica por excelência na investigação social, atribuindo-lhe valor semelhante ao tubo de ensaio na Química e ao microscópio na Microbiologia. Por sua flexibilidade é adotada como técnica fundamental de investigação nos mais diversos campos e pode-se afirmar que parte importante do desenvolvimento das ciências sociais nas últimas décadas foi obtida graças à sua aplicação. (GIL, 2008, p. 109).

Para a realização deste trabalho, foi necessário realizar uma investigação preliminar para se conhecer o panorama da extensão na UFJF e na Faculdade de Engenharia por meio de um questionário aplicado a coordenadores de programas e

projetos de extensão na Faculdade de Engenharia no início de 2020. Este teve como propósito levantar informações sobre as ações extensionistas desenvolvidas até o último dia de 2019 na referida Unidade Acadêmica. Tal questionário foi construído por meio da ferramenta Google Formulários e enviado através de e-mail, contendo o *link* para o preenchimento eletrônico, ao público-alvo. Para que o número de respostas chegasse a uma quantidade suficiente para atender ao propósito da investigação, foi necessário enviá-los em três datas diferentes (fevereiro, março e abril de 2020) e, em alguns casos, foi possível enviar lembretes por mensagens ao celular do docente coordenador da atividade extensionista, pois tive acesso a alguns por este meio de comunicação.

Com o mesmo intuito, também foi realizada uma entrevista com a Pró-Reitora de Extensão da UFJF, em agosto de 2020, por meio de videoconferência através da ferramenta *Google Meet*. Diante do cenário da pandemia do coronavírus, este método se mostrou o mais adequado e seguro. Com essa ferramenta, foi possível fazer a gravação da entrevista, mediante o consentimento da entrevistada, o que facilitou a transcrição das informações obtidas na ocasião, pois a ferramenta gera um vídeo que pode ser acessado posteriormente (vale observar que a gravação só foi possível ao realizar o *login* na conta Google que tem o domínio do mestrado do CAEd/UFJF). As informações desta investigação, em conjunto com a análise documental da extensão na instituição, foram importantes para a construção do problema de gestão, apresentado na seção “A extensão na UFJF e o curso de Engenharia Civil”, que corresponde ao capítulo descritivo deste trabalho. A entrevista com a Pró-Reitora de Extensão da UFJF também deu subsídios para a construção do capítulo analítico. Gil (2008) aponta que, em muitos casos, as pesquisas exploratórias ocorrem na parte inicial das investigações e conseguem esclarecer melhor o problema abordado.

Para dar seguimento ao desenvolvimento da pesquisa, foram aplicados novos questionários com membros da coordenação de cursos de Engenharia Civil em outras universidades federais para levantar como está o panorama da extensão nestes cursos, frente às novas exigências do MEC. Desta forma, o objetivo é identificar qual a visão deles sobre a implementação da extensão no currículo do

curso, investigar como a instituição e o curso estão gerenciando este cenário e levantar elementos de gestão da extensão utilizados nestas instituições.

É importante ressaltar que o Brasil possui um número muito grande de universidades e, por isso, realizar a investigação e análise em profundidade das ações extensionistas em todas elas não seria possível diante do tempo disponível para a realização da pesquisa. Desta forma, inicialmente, optou-se por um recorte espacial, correspondente às universidades federais do Sudeste brasileiro que possuem curso de graduação em Engenharia Civil. Excluindo-se a UFJF, tais universidades são ao todo 12: Universidade Federal de Itajubá (Unifei), Universidade Federal de Lavras (Ufla), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Como houve dificuldade em obter um número significativo de respostas, optou-se por ampliar o recorte, abrangendo também as universidades federais do sul do Brasil que possuem o curso de Engenharia Civil. Então, o questionário também foi enviado para outras nove instituições: Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Universidade Federal do Rio Grande (Furg), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) que possui a graduação em Engenharia Civil em seis *campi* com coordenações distintas.

O envio do questionário foi realizado utilizando-se de dois meios eletrônicos. Inicialmente foi enviado por meio do “Fala.BR – Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação”. Como o questionário também envolvia questões subjetivas, algumas respostas foram negadas pelas universidades, pois não se enquadravam nos termos da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) sob a qual a plataforma opera. No total, seis universidades responderam, enviando o questionário

preenchido, por meio do próprio “Fala.BR”. Diante da dificuldade de obter mais respostas por meio desta plataforma, foi necessário pesquisar nos sites das instituições os endereços eletrônicos das coordenações de curso de Engenharia Civil para, então, enviar o questionário via e-mail. Diante disso, os questionários foram enviados em sete datas diferentes nos meses de fevereiro, março e abril de 2021. Ao fim, das 21 universidades federais do Sudeste e do Sul brasileiro a que foram enviadas o questionário, obteve-se resposta de 10, sendo 5 do Sudeste e 5 do sul.

Para adentrar às discussões e ações na Faculdade de Engenharia e no curso de Engenharia Civil da UFJF, foram realizadas duas entrevistas. A primeira foi realizada com o ex-coordenador do referido curso⁷, o qual se denomina neste trabalho como E1, ocorrida no mês de março de 2021. Em momento posterior, também foi entrevistado um docente que é membro do NDE do curso de Engenharia Civil da UFJF e que também é membro de um grupo de trabalho formado na Faculdade de Engenharia para discutir a implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) nos cursos de engenharia. Este é denominado como E2 e a entrevista ocorreu em maio de 2021. A entrevista com este docente se justifica pelo fato de que houve um entendimento entre as gestões dos cursos de engenharia da UFJF de que a implementação da curricularização da extensão não poderia caminhar de forma separada da discussão das novas DCNs. Então, este grupo de trabalho, ao discutir as DCNs, também deveria discutir a curricularização da extensão, de forma a atender às exigências do MEC. Além disso, o processo de curricularização da extensão enseja uma reforma curricular no referido curso, a qual precisa passar por discussões no NDE.

Por fim, foi realizada outra entrevista com a Coordenadora de Extensão da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (Facc) da UFJF, em junho de 2021, com o objetivo de conhecer como a gestão da extensão tem sido praticada na

⁷ O entrevistado foi um professor que ocupou o cargo de coordenador do curso de Engenharia Civil até fevereiro de 2021, quando se aposentou. O ex-coordenador já havia ocupado este cargo em outras ocasiões (quando não foi vice-coordenador) e, além de possuir sólida experiência na coordenação do curso na UFJF, esteve à frente do setor desde o início dos debates acerca da curricularização da extensão. Portanto, a entrevista com este ator se mostrou adequada.

referida Unidade Acadêmica, que se destacou na instituição como uma pioneira nessa forma de gerir a extensão.

Todas as entrevistas foram realizadas por meio remoto, utilizando-se o *Google Meet*, com gravação da videoconferência. Após a coleta, procedeu-se à tabulação dos dados dos questionários e também às transcrições das entrevistas. Diante das informações devidamente registradas e organizadas, foi realizada a análise dos resultados, a qual está apresentada na seção seguinte.

3.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Nesta seção são apresentados e analisados os resultados obtidos através dos questionários aplicados com universidades federais do Sudeste e do Sul do Brasil que possuem curso de graduação em Engenharia Civil e também os resultados das entrevistas.

Como citado anteriormente, os questionários foram aplicados aos membros da coordenação de cursos de Engenharia Civil de universidades federais do Sudeste e do Sul do Brasil. O Quadro 5 apresenta as instituições que participaram da pesquisa. Um dos respondentes atua na coordenação de um curso com pequeno número de professores, o que indica que o referido curso de Engenharia Civil foi criado recentemente na instituição. Também é preciso observar que, em todas as IES, a gestão da extensão no âmbito institucional é feita por uma Pró-Reitoria de Extensão.

Quadro 5 - IES participantes da pesquisa por meio do questionário

Instituição
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – <i>Campus</i> de Pato Branco
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) - <i>Campus</i> de Apucarana
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Universidade Federal de Viçosa (UFV) - <i>Campus</i> de Rio Paranaíba
Universidade Federal do Pampa (Unipampa)
Universidade Federal de Itajubá (Unifei)
Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Com relação às entrevistas, a primeira delas foi realizada com o ex-coordenador do curso de Engenharia Civil na UFJF, que ocupou o cargo até fevereiro de 2021, pouco antes da realização da entrevista, quando se aposentou por motivos pessoais (E1). Sua trajetória profissional na UFJF começou em 1991 e já no ano seguinte ele iniciou seu envolvimento com a referida coordenação, estando por diversas vezes na função de coordenador ou de vice-coordenador e, por isso, o entrevistado possui ampla experiência e propriedade para falar sobre os assuntos que envolvem a coordenação do curso.

A segunda entrevista ocorreu com um docente membro do NDE do curso de Engenharia Civil da UFJF, que também já ocupou o cargo de coordenador de curso em anos anteriores (E2). Ele iniciou sua atividade como docente na UFRJ em 1990, sendo que em 1992 veio trabalhar na UFJF também como docente. Nesta universidade, envolveu-se com atividades de extensão coordenando projetos e também ocupou cargos de gestão na universidade. Por se tratar de membro do NDE do curso e já ter ocupado cargo de coordenador, E2 se mostra um ator que possui experiência e propriedade para falar sobre a extensão no curso de Engenharia Civil da UFJF.

A partir dos dados obtidos na pesquisa de campo, três eixos principais foram identificados. Assim, para organizar e apresentar a presente seção, optou-se por dividi-la em três subseções, cada qual se atendo a abordar cada um destes eixos temáticos. O primeiro corresponde ao eixo “Perspectivas de Extensão”. Esse eixo de análise versa sobre os resultados da pesquisa em torno do que diz respeito às práticas e modalidades de extensão que a UFJF e as outras IES têm praticado e o entendimento sobre o significado de extensão que foi observado nas respostas à pesquisa.

O segundo eixo trata da temática “Curricularização da Extensão”, apresentando a forma como este processo tem sido conduzido nas IES participantes da pesquisa e na UFJF, sobretudo a partir dos regulamentos definidos no âmbito do Ministério da Educação e das instituições que estão avançadas nesta questão. Além disso, mostra em que etapa do processo os cursos se encontravam no momento da pesquisa e aborda as potencialidades e dificuldades com as quais os cursos de

Engenharia Civil das IES do Sudeste e Sul do Brasil e da UFJF têm se deparado com relação à curricularização da extensão.

Por fim, o terceiro eixo, “Desafios de Gestão da Extensão”, versa sobre os aspectos da gestão integrada na UFJF e nas outras IES que participaram da pesquisa, trata também de algumas características da gestão da extensão nos níveis das instituições, além das ações de gestão do currículo que têm sido observadas com relação à implementação da curricularização da extensão nessas instituições e, em especial, no curso de Engenharia Civil da UFJF.

3.3.1 Perspectivas de Extensão

A universidade comporta diferentes formas de praticar a extensão. Cada uma destas práticas traduz diferentes perspectivas de extensão universitária. Neste sentido, na dimensão assistencialista, a extensão é vista como um meio de assistência em que a academia se mostra como a única detentora do conhecimento e o transmite à sociedade a fim de solucionar algum problema social. Por sua vez, a dimensão dialógica se contrapõe à primeira, uma vez que pratica a construção de soluções por meio da criação e da troca de conhecimento entre a universidade e a sociedade (conhecimento popular), estabelecendo o diálogo entre estes ambientes e seus atores na prática extensionista. Tais dimensões são organizadas nas universidades em diferentes modalidades, como, por exemplo, projetos, eventos e cursos.

Assim, o questionário perguntou a respeito de quais são as modalidades de extensão praticadas na Unidade Acadêmica à qual o curso de Engenharia Civil de cada instituição está ligado. As respostas mostraram que todas as IES oferecem extensão na forma de projetos, eventos e cursos de extensão. Esse cenário vai ao encontro das modalidades definidas pelo Forproex (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2007) e do cenário extensionista na UFJF, que também apresenta essas modalidades.

Quando indagados a respeito das modalidades de extensão mais praticadas no curso de Engenharia Civil em sua IES, verificou-se nas respostas que as três mais desenvolvidas foram projetos, eventos e cursos, enquanto as menos praticadas

foram programas e prestação de serviços. Os respondentes podiam assinalar mais de uma das opções colocadas no questionário. A Tabela 11 apresenta o número de respostas sobre este tema:

Tabela 11 - Modalidades mais praticadas nas IES

Modalidade mais praticada (total de 19 respostas assinaladas)	
Modalidade	Número de respostas
Programas	0
Projetos	7
Eventos	7
Cursos	3
Prestação de serviços	2

Fonte: Elaborada pelo autor (2021).

Quanto ao curso de graduação em Engenharia Civil da UFJF, como já demonstrado no capítulo “A Extensão na UFJF e o curso de Engenharia Civil” desta dissertação, as modalidades de extensão mais praticadas são: programas e projetos.

É necessário destacar que os projetos de extensão geram carga horária extensionista de forma automática para o aluno, porque o fato de ele participar já culmina na contabilização da carga horária extensionista em seu currículo. Por outro lado, a existência de eventos e cursos de extensão não necessariamente significa geração de carga horária extensionista para os alunos, uma vez que isso só pode ser efetuado quando o discente se encontra na posição de membro da equipe organizadora da ação de extensão e não na posição de participante (ouvinte) do evento ou de inscrito no curso. Além do mais, para essa contabilização ocorrer, o aluno precisa de um certificado emitido pela instituição, comprovando sua participação como organizador do evento ou do curso.

Com relação à participação da comunidade acadêmica do curso de Engenharia Civil em ações de extensão nas IES participantes da pesquisa, os respondentes percebem graus de participação variados, conforme ilustra a Tabela 12:

Tabela 12 - Grau de participação da comunidade acadêmica em ações de extensão nas IES pesquisadas

Público	Percentual de IES que assinalaram cada grau de participação			
	Muito baixo	Baixo	Alto	Muito alto
Alunos	0%	60%	30%	10%
Docentes	0%	80%	20%	0%
TAEs	40%	60%	0%	0%

Fonte: Elaborada pelo autor (2021).

É importante ressaltar que o maior percentual de respostas corresponde ao baixo grau de participação – tanto para alunos quanto para docentes e TAEs. Vale observar que as ações de extensão precisam ser coordenadas por docentes ou TAEs nas universidades, ou seja, eles são os atores que podem propor ações extensionistas, então seu baixo grau de participação torna ainda maior o desafio de cumprir as exigências do MEC para a extensão.

Nas IES pesquisadas, nos últimos três anos (2018, 2019 e 2020), o número de ações de extensão desenvolvidas no curso de Engenharia Civil aumentou em metade delas, enquanto na outra metade se manteve estável. Cabe observar que, apesar de metade das IES analisadas terem apresentado crescimento de ações extensionistas nesse período, esse crescimento não foi suficiente para impactar o aumento da participação de alunos, docentes e TAEs nessas ações desenvolvidas no âmbito de seus cursos de Engenharia Civil.

Já com relação ao entendimento do que é extensão, um trecho da entrevista com E1 chamou a atenção. Ele se manifestou sobre a visão de que colegas docentes não possuem clareza quanto ao significado do que é extensão. Sobre este assunto ele expressou o seguinte:

eu sei que tem colegas, eu já ouvi colegas falando isso na faculdade, eles têm uma noção um pouco distorcida do que é extensão. Por exemplo, nas atividades extensionistas [...] que podem ser curricularizadas não pode ter pagamento. Então vou fazer um curso para mestre de obras e vou cobrar tanto (por exemplo). Não, isso não é extensão. Isso é uma prestação de serviço. As atividades extensionistas têm que envolver a comunidade externa da universidade e você não pode fazer cobrança. E tem colegas que acham que não, que pode cobrar. Não, não pode. Senão, não é extensão. (E1, entrevista realizada em mar. 2021).

Um curso formador de mão de obra para a construção civil (mestre de obras), conforme o exemplo dado por E1 em sua fala, provavelmente não seria uma atividade de extensão, mas, sim, uma forma de prestação de serviços ao mercado em que a dimensão acadêmica não estaria sendo contemplada, uma vez que não necessariamente envolveria alunos e, mesmo os envolvendo, o impacto para sua formação como estudante de engenharia no contexto social poderia não ser significativo. Além disso, a questão do pagamento por este serviço, elencada por E1, seria uma forma de subsidiar o serviço ofertado, custeando materiais didáticos utilizados, custeando o uso de equipamentos e remunerando os instrutores; o que é justo, mas não estaria voltado à prática de extensão, conforme preconiza a Política Nacional de Extensão, e não atenderia às exigências da resolução nº 7/2018. A Política Nacional de Extensão Universitária faz reflexões importantes sobre o conceito de extensão, considerando, por exemplo, que, apesar de a prestação de serviços se constituir como uma modalidade de atividade extensionista, ela precisa ser desenvolvida de forma a garantir sua dimensão acadêmica, em adequação às diretrizes da referida Política, em especial o impacto na formação do estudante (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2012).

Em outro momento da entrevista, ao discorrer sobre possíveis caminhos pelos quais o curso de Engenharia Civil da UFJF poderia seguir para implementar a curricularização da extensão, E1 utilizou uma expressão que pode ser tomada como base para uma reflexão. Ele disse:

então fazer alguma coisa dessa forma com a extensão também: disciplinas que possam ter essa característica de ter **atendimento à comunidade**, certo? (E1, entrevista realizada em mar. 2021, grifo nosso).

Em sua fala, o entrevistado aproxima o seu entendimento com relação ao significado de extensão a partir de uma perspectiva assistencialista. Nessa perspectiva, a extensão é vista como uma atividade universitária que visa suprir alguma demanda da comunidade externa, por meio da utilização e transmissão de conhecimento da academia para a sociedade de forma unilateral, em que o caminho inverso não ocorre. O conhecimento percorreria, então, uma via de mão única

caracterizando um processo em que os sujeitos são agentes passivos da extensão. E1 também fala da importância da atividade extensionista na universidade, ainda que reconheça somente a unilateralidade da ação. Em uma linha de pensamento semelhante, E2 expõe sua visão sobre a extensão, a qual também parece conter um entendimento unilateral da ação. Sobre isso eles dizem:

eu acho, sim, que a universidade tem que devolver à sociedade o investimento, e a melhor forma, creio que seja a melhor forma mesmo, o contato direto com a sociedade, a transferência de tecnologia, de retorno social, é a extensão. Com certeza é. (E1, entrevista realizada em mar. 2021).

[...] é o retorno da capacitação docente, da capacitação dos profissionais que estão na universidade em prol da sociedade, é essa aproximação né, é esse dispor, é eu estar oferecendo os meus saberes e as minhas competências e estar oferecendo e devolvendo pra uma sociedade que, inclusive, me formou, que me ajudou a me formar né [...], que custeou os meus estudos. (E2, entrevista realizada em maio 2021).

Ressalta-se que muitos autores – Freire (1983), Jenize (2004) e Gadotti (2017) – defendem que a extensão precisa se constituir como um processo em que há uma prática dialógica entre sociedade e universidade, caracterizando a atividade extensionista como uma via de mão dupla. Essa visão de extensão que é possível observar nas falas de E1 e E2 se distancia do modelo dialógico defendido por Paulo Freire. Este defende um modelo de extensão através do qual ocorre um diálogo como via de mão dupla entre a sociedade e a comunidade acadêmica. Esse diálogo culmina na troca e na construção mútua de saberes que vão contribuir para o objetivo da atividade extensionista e, em especial, com a transformação da realidade social. Nesse modelo, tanto a academia quanto a sociedade assumem papel de protagonistas da ação de extensão, uma vez que ambas são partícipes e construtoras dos resultados gerados.

Em decorrência da entrevista, foi possível constatar que E1 reconhece a importância da extensão no contexto universitário, principalmente com relação ao viés social da universidade e ao impacto na formação do estudante. Quando questionado sobre algum ponto positivo na implementação da curricularização da extensão nos cursos, E1 respondeu o seguinte:

por exemplo, vou dar até o exemplo do Nasfe. Eu acho que os alunos que passam pelo Nasfe, eles passam a ter uma percepção social da profissão maior. Eu acho que isso aí é um ganho muito grande. Todos, nas nossas profissões, têm viés social né, e não há como negar isso. E a possibilidade do curso, da instituição devolver para a sociedade o investimento que ela fez, eu acho muito interessante. É óbvio que tem aluno que não se interessa por extensão, mas os que passam por ali, acho que passam por uma visão um pouquinho diferente dos problemas sociais que o país enfrenta. Uma coisa é você ouvir na televisão, outra coisa é você viver aquilo de perto. Então eu acho que seria um ganho para a profissão muito grande, pra quem pudesse participar. Essa devolução à sociedade do investimento que ela faz, a gente devolver para quem precisa, o conhecimento, o apoio etc., eu acho que é um ganho muito interessante na formação dos alunos. (E1, entrevista realizada em mar. 2021).

Sobre os pontos positivos da curricularização da extensão, E2 entende que o atendimento à comunidade é o principal. Mas também destacou que, para os docentes com atuação mais acadêmica, a extensão pode ser uma oportunidade para o exercício da prática profissional como engenheiro. Ele discorreu que em décadas anteriores a extensão envolvia mais a relação com outras instituições, sobretudo as privadas, devido ao perfil do profissional docente na época. Hoje, com o docente tendo um perfil mais acadêmico, as ações extensionistas são mais voltadas à comunidade.

Durante o estudo, foi identificado que algumas das universidades pesquisadas já possuem algum tipo de regulamento institucional a respeito da curricularização da extensão. É interessante observar que duas instituições, Unifei e UTFPR, apresentam em suas normativas a definição sobre o que é extensão, tal como apresentado a seguir:

a Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ, 2020, p. 2).

Uma atividade de Extensão Universitária, sob o princípio constitucional de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, caracteriza-se por um envolvimento de docentes,

discentes e comunidade (interna ou externa à universidade), em um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação entre esses atores [...]. (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2018, p. 2)

Nota-se que o entendimento dessas duas instituições se alinha ao conceito dialógico de extensão que reconhece o potencial transformador da ação ao promover a interação e a produção e troca mútua de conhecimentos entre universidade e sociedade. Além disso, também reforça a articulação entre as três funções principais da universidade: ensino, pesquisa e extensão. De forma semelhante, a Proex da UFJF apresenta a definição de extensão na instituição. Segundo o órgão, ao praticar a extensão,

a comunidade acadêmica leva conhecimentos e/ou assistência à sociedade, e recebe dela influxos positivos, aprendendo com a prestação de serviços e com o ganho de conhecimentos relativos às reais necessidades e anseios da população. Dessa forma, há uma troca de saberes, possibilitando assim a participação efetiva do público externo nas questões da Universidade e no resultado de sua produção. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2020a, recurso online).

Portanto, a Proex apresenta um conceito de extensão que se aproxima da visão dialógica, apesar de E1 e E2 manifestarem visões diferentes para a atividade extensionista. Tal constatação aponta para a existência de uma possível falta de comunicação com a Proex.

Como forma de orientar melhor os cursos, a norma da Unifei e a resolução da UTFPR deixam claro, ainda, o que não pode ser considerado como atividade de extensão:

- I. programas de iniciação científica (PIBIC, PIBITI, PIVIC⁸);
- II. programa Residência Pedagógica dos cursos de licenciatura;
- III. programas de monitorias em disciplinas da UNIFEI;
- IV. atividades complementares em que o discente não exerça o papel de protagonista da atividade e não interaja com a comunidade externa à UNIFEI (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ, 2020, p. 2-3).

⁸ Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica.

[...] estágio, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBITI, monitoria de disciplina e Programa de Residência Pedagógica. (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2018, p. 2-3).

No estudo de Imperatore, Pedde e Imperatore (2015), estes já chamaram a atenção para a falta de conhecimento sobre extensão que docentes e gestores universitários apresentaram em eventos que os autores analisaram. Segundo eles, diferentes entendimentos puderam ser observados nas falas dos profissionais de educação superior, evidenciando

a insuficiente formação de gestores e docentes em extensão, por vezes o desconhecimento da Política Nacional de Extensão, por vezes a concepção de extensão como responsabilidade social da instituição, ou como prestação de serviços e potencial captadora de recursos, raras vezes, como função acadêmica. (IMPERATORE; PEDDE; IMPERATORE, 2015, p. 9).

As falas de E1 e E2, as definições das normativas das IES aqui colocadas e a contribuição de Imperatore, Pedde e Imperatore (2015) fortalecem a ideia de que o conhecimento dos docentes sobre a extensão no ensino superior ainda necessita ser aprimorado.

Foi possível identificar nos resultados da pesquisa apresentados nesta seção que as práticas de extensão observadas nas IES estudadas seguem as modalidades indicadas pela Política Nacional de Extensão Universitária; que a participação da comunidade acadêmica nos cursos da Engenharia Civil como um todo é baixa, gerando o desafio de aumentar essa participação; e, por fim, que o entendimento do significado do que seja extensão é diverso. Nas respostas dos entrevistados, em particular, notou-se uma visão sobre a extensão que não está alinhada ao preconizado pelo Forproex e por alguns autores que defendem o modelo dialógico de extensão.

A próxima seção aborda a forma como o processo de curricularização da extensão vem sendo conduzido nas IES do Sudeste e do Sul do Brasil, participantes da pesquisa, e também na UFJF, a partir das normativas colocadas pelo MEC (e pelas próprias instituições, como é o caso de algumas delas). Também apresenta

em que etapa do processo os cursos se encontravam no momento da pesquisa. Além disso, são feitas considerações no que diz respeito às potencialidades e às dificuldades encontradas pelos cursos de Engenharia Civil nas IES do Sudeste e sul do Brasil e na UFJF com relação à curricularização da extensão.

3.3.2 Curricularização da Extensão

A extensão foi colocada em evidência para as universidades no PNE 2014-2024, quando sua prática obrigatória foi instituída como meta para os cursos de graduação. Posteriormente, outras legislações reforçaram este entendimento, a exemplo a Resolução nº 7/2018. Tais normativas, colocadas pelo MEC, têm impulsionado um processo de curricularização da extensão, caminho que tem aparecido na literatura e também em algumas IES como a melhor estratégia para atender às exigências do MEC para a extensão.

No que tange ao prazo para a efetiva implementação da curricularização da extensão nos cursos, a maioria das IES, que responderam ao questionário, entende que o prazo é curto (77,8%) e o restante (22,2%) entende que é razoável. Logo, não houve resposta que considere o prazo amplo. Observa-se que uma das duas universidades que assinalaram que o prazo é razoável se encontra em fase avançada do processo de implementação da extensão no curso, enquanto a outra sequer havia iniciado o debate em torno da construção da proposta. Essa última constatação indica uma percepção do respondente um pouco incompatível com relação ao prazo.

Com relação à UFJF, durante a entrevista, E1 e E2 também foram questionados sobre o prazo dado pelo MEC para a implementação da curricularização da extensão nos cursos de graduação universitários. Os entrevistados expuseram seus pontos de vista sobre este assunto:

eu acho [o prazo] muito apertado [...]. Eu acho, sem nenhuma crítica a nenhum órgão da universidade, que a discussão na universidade foi muito lenta e é um processo complexo de curricularizar a extensão. Eu, se você me permitir a minha opinião sincera, eu acho que sendo neste ano não daria tempo. E com esse problema de isolamento social, acho que dezembro do ano que vem também não. Eu te falo que falta muita coisa pra ser discutida, muita coisa. E creio

eu que não dará tempo. Eu não sei, agora não estou mais na universidade, então não sei como isso vai caminhar, como que as pessoas vão agilizar essa discussão tá, mas essa é a minha percepção inicial. (E1, entrevista realizada em mar. 2021).

[...] 3 anos é muito pouco. Eu acho que uma proposta dessa natureza no meu modo de ver, [...] você tem que abrir uma resolução como essa e falar assim: os cursos devem trabalhar e fazer extensão e implementar a extensão em um prazo de 6 anos, por exemplo. Para que vá se gerando uma cultura, vá se gerando discussões, entendeu? Na verdade, um amadurecimento dessa filosofia de curricularizar, entrar no currículo a carga horária [extensionista]. O período de um coordenador é de 3 anos. [...] Então é difícil, no período em que ele vai estar [atuando como coordenador], ele tem 1 ano, 1 ano e meio, numa situação hipotética ele entraria junto com a resolução para ter os 3 anos. Então é muito difícil 3 anos. [...] E mais um [ano] não resolve nada. Nós, na verdade, de pandemia, estamos caminhando para 1 ano e 1 mês [...] pode caminhar para no mínimo 1 ano e meio. (E2, entrevista realizada em maio 2021).

Ambos estavam cientes, tanto com relação à Resolução nº 7/2018 do MEC, a qual trouxe o prazo inicial para essa implementação, quanto com relação à prorrogação deste prazo por um ano, por meio da Resolução nº 1/2020 do MEC. A percepção dos dois é a de que o prazo inicial (dezembro de 2021) e o prazo prorrogado (dezembro de 2022) são curtos, corroborando as respostas das outras IES que participaram da pesquisa (questionários).

Em outra questão do questionário, foram colocadas cinco assertivas para que os respondentes assinalassem o seu grau de concordância sobre cada uma delas. A Tabela 13 apresenta as respostas das oito universidades que retornaram a essa questão:

Tabela 13 - Respostas dos membros das coordenações de curso de Engenharia Civil das IES do Sudeste e Sul do Brasil a respeito do processo de implementação da extensão

Nº	Assertiva	Percentual de respostas para a assertiva (total de 8 respostas)			
		Discordo	Discordo parcialmente	Concordo parcialmente	Concordo
1	Sinto que minhas demandas enquanto coordenador(a) são ouvidas pela gestão da extensão na universidade.	0%	12,5%	25%	62,5%
2	Considero a exigência do MEC com relação à extensão uma boa alternativa para o fortalecimento da atividade extensionista na universidade.	12,5%	0%	25%	62,5%
3	Existe uma boa comunicação entre a coordenação da Engenharia Civil e a gestão da extensão da universidade.	12,5%	0%	12,5%	75%
4	A gestão do curso de Engenharia Civil tem autonomia para adaptar a forma de implementar a extensão no curso, conforme suas particularidades e necessidades.	0%	0%	62,5%	37,5%
5	Considero que o atendimento da exigência do MEC para a extensão é de resolução simples para as esferas de gestão envolvidas na universidade.	25%	50%	25%	0%

Fonte: Elaborada pelo autor (2021).

Chama a atenção a resposta à assertiva nº 5, na qual nenhum respondente considera que atender às exigências do MEC seja algo de resolução simples, apontando para a complexidade do processo. Na entrevista, E2 também se posicionou sobre essa complexidade da implementação da curricularização da extensão. Sobre isso, ele disse que o processo possui

alta complexidade. Extremamente alta. Muito difícil. Quem está falando é um professor otimista, que está vendo isso como uma coisa boa e que defendeu e que achou bacana, que tem ideias, que já pensou nisso [...]. Esse professor que tem essa motivação e que acha que dá pra fazer, está falando pra você que vê uma situação extremamente difícil, complexa. (E2, entrevista realizada em maio 2021).

Em outra questão, foi pedido aos respondentes que assinalassem as principais dificuldades que a universidade encontrou para a implementação das exigências da Resolução nº 7/2018 do MEC. Também foi perguntado quais foram as principais dificuldades enfrentadas pelo curso de Engenharia Civil das respectivas universidades com relação às mesmas exigências. As oito IES que responderam a essa questão puderam assinalar mais de uma opção e as respostas estão sintetizadas na Tabela 14:

Tabela 14 - Principais dificuldades encontradas pelas IES e pelos cursos para implementação da curricularização

Dificuldade	Percentual de IES que enfrentaram a dificuldade (total de 8 respostas)	Percentual de cursos que enfrentaram a dificuldade (total de 8 respostas)
Problemas políticos	12,5%	0%
Dificuldade em reorganizar as atividades de ensino (disciplinas e outras)	87,5%	75%
Resistência dos professores	25%	25%
Problemas de comunicação	25%	0%
Desinteresse	0%	12,5%
Morosidade nos trâmites burocráticos	25%	12,5%
Outra: Encontrar a melhor forma de implementação	25%	25%
Outra: Para meu curso, a maior dificuldade foram as dificuldades com a pandemia	Essas especificações não foram colocadas pelo respondente na pergunta que indagava a respeito das dificuldades enfrentadas no âmbito da universidade.	12,5%
Outra: Não existem dificuldades, pois já estava em curso a atualização do Projeto Pedagógico do Curso	Essas especificações não foram colocadas pelo respondente na pergunta que indagava a respeito das dificuldades enfrentadas no âmbito da universidade.	12,5%

Fonte: Elaborada pelo autor (2021).

Ressalta-se o percentual expressivo das universidades pesquisadas que estão com dificuldades em reorganizar as atividades de ensino para conseguir ofertar a extensão nos moldes exigidos pelo MEC, dificuldades essas enfrentadas tanto pela instituição como um todo, quanto pelo curso de Engenharia Civil delas. A proximidade dos percentuais observados nas respostas, quando se olha para a universidade e para o curso, sugere que pode haver um reflexo no curso do que ocorre na universidade de forma geral. Neste sentido, entende-se que aquela é a maior dificuldade que os cursos têm enfrentado diante da necessidade de curricularizar a extensão, o que é natural se for considerado que se trata de uma mudança substancial na forma de estruturar os cursos.

No questionário, foi pedido aos respondentes que assinalassem algumas alternativas que representam as ações que já foram realizadas tanto no âmbito institucional quanto no âmbito do curso de Engenharia Civil para cumprir as exigências do MEC com relação à curricularização da extensão. Nessa questão, foram obtidas respostas de nove IES e os resultados estão apresentados na Tabela 15:

Tabela 15 - Ações realizadas pela IES e pelo curso de Engenharia Civil nas referidas IES

Ação realizada	Percentual de <u>IES</u> que realizaram a ação	Percentual de <u> cursos de Engenharia Civil</u> que realizaram a ação
Nenhuma	0%	11%
Criou comissão específica para o assunto	44%	11%
Promoveu debates	67%	33%
Realizou reuniões	89%	89%
Reformou currículo de curso	44%	55%
Aumentou o número de programas e projetos de extensão	11%	22%
Aumentou o número de outras ações de extensão	11%	11%
Consolidou ações de extensão pouco desenvolvidas	0%	22%
Institucionalizou ações de extensão desenvolvidas de forma “informal”	33%	22%
Outra	0%	11%*

Fonte: Elaborada pelo autor (2021).

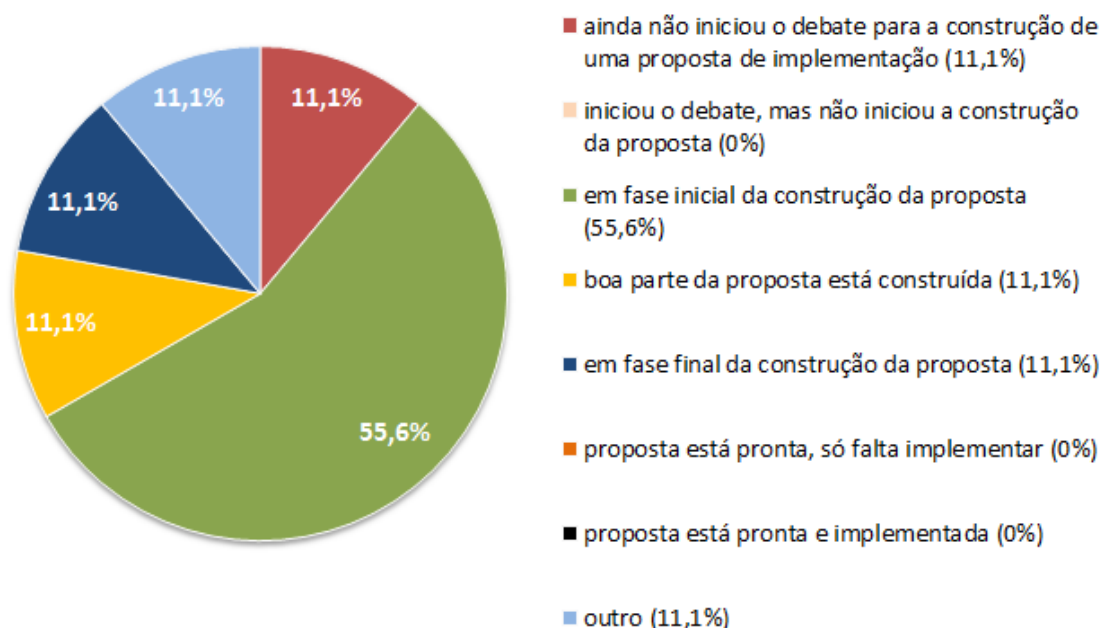
Nota: *A resposta assinalada como “outra” foi especificada da seguinte forma: “Estamos propondo a reformulação do curso”.

Além das opções apresentadas na Tabela 15, também foi colocada no questionário a opção “criou regulamento específico para tratar do assunto” somente para a pergunta referente às ações realizadas nas IES, e não na questão sobre os cursos. Essa opção foi assinalada por apenas uma instituição.

Chamam a atenção algumas informações. As universidades procuraram trabalhar principalmente com debates e reuniões para tratar sobre a curricularização. Quando o olhar se volta para os cursos, o elemento que mais aparece nas respostas também são as reuniões. Isso evidencia o caráter participativo de gestão nas universidades, conforme elencado por Machado (2020a). Além disso, em mais da metade das IES, o processo de reformulação do currículo do curso de Engenharia Civil se encontra em andamento, indicando um avanço se comparado ao referido curso na UFJF, como será detalhado mais à frente. Em contraposição, só em uma IES o curso de Engenharia Civil indicou que não fez nenhuma ação das elencadas, o que indica uma preocupação com relação ao atendimento das exigências do MEC no prazo estabelecido.

Indagados sobre qual a etapa da implementação da Resolução nº 7/2018 o curso de Engenharia Civil se encontra, as respostas foram diversificadas. Obteve-se o retorno de um total de nove IES a essa questão. Os resultados estão apresentados no Gráfico 1:

Gráfico 1 - Etapa da implementação da curricularização da extensão no curso



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Importa observar que a maioria dos cursos se encontra em fase inicial da construção da proposta, sendo que o curso mais avançado está na fase final desta construção. O curso que assinalou a resposta “outro” especificou que “a universidade apresentou linhas de orientação para todos os cursos [...]”, mas não informou detalhes da atual etapa de implementação em que o curso está. Então, conclui-se que nenhum deles tem a proposta de curricularização pronta e implementada. Também é oportuno destacar que um curso ainda se encontra atrasado em relação aos demais, pois sequer iniciou o debate para a construção da proposta de implementação. Este é o mesmo curso que assinalou que nenhuma ação havia sido realizada pela gestão do curso para cumprir a exigência do MEC (Tabela 15), embora tenha indicado que o prazo para implementar a curricularização da extensão seja razoável.

Na pesquisa realizada através dos questionários, foi perguntado especificamente se a universidade criou algum documento orientador (diretriz ou resolução própria) para viabilizar a implementação da extensão nos cursos, de acordo com as exigências do MEC. Das oito respostas obtidas, metade disse que sim e metade disse que está em construção.

Vale observar que a ausência da resposta “não” a esta questão é algo positivo, pois indica que as universidades já estão mobilizadas em prol da normatização das orientações a serem compartilhadas com os cursos neste processo. Aos que responderam “sim”, foi solicitado que enviassem o documento para consulta, por meio da disponibilização de *link* de acesso digital ou envio por *e-mail*. Desta forma, esperava-se obter acesso a documentos de quatro instituições. Ao proceder à análise destes, verificou-se que um se trata de uma resolução (aprovada pela instituição), outro corresponde a uma norma (também aprovada pela instituição), outro é uma minuta de resolução (em processo de construção e aprovação) e a outra IES encaminhou *links* que dão acesso a duas resoluções que dispõem sobre o plano de extensão na instituição e sua sistematização, ambas aprovadas, mas que não adentram especificamente nas ações da universidade para o cumprimento da exigência do MEC com relação à curricularização da extensão.

Por meio destes documentos, foi possível estabelecer um critério de comparação, o que permitiu observar que outras universidades federais iniciaram seus trabalhos antes da UFJF para implementar a curricularização da extensão. Por exemplo, a Unila iniciou as discussões a respeito do tema em abril de 2018, ainda antes da publicação da resolução nº 7/2018 do MEC. O debate ocorreu em reuniões, através das quais foi sendo construído um texto que dispusesse sobre a curricularização da extensão e culminou em uma minuta de resolução (minuta de resolução nº 01/2020 do Conselho Superior de Extensão), que foi colocada para consulta pública da comunidade acadêmica em agosto de 2020 (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, 2020). Como esta universidade já está avançada no processo de curricularização da extensão, ela possui mais tempo do que a UFJF para dar maior atenção aos trâmites que se fizerem necessários para a efetiva implementação da resolução em toda Unila, como, por exemplo, revisões ou readequações do texto.

Com relação à UFJF, a mobilização institucional para a implementação da extensão no currículo dos cursos data de 2019, ano em que foi criada uma comissão na referida Universidade que se voltou a debater o assunto e a criar uma minuta de resolução sobre o tema.

Sobre o debate institucional na UFJF, os entrevistados comentaram sobre o andamento da construção da minuta de resolução a respeito da curricularização da extensão, considerando a data das entrevistas:

bom, até aonde é do meu conhecimento essa minuta ainda não foi apreciada pelo Congrad, até as últimas reuniões que eu participei, até o final do ano passado [2020], até por conta de todo esse problema de regulamentar o ensino remoto, ela não foi apreciada, até onde eu sei, ela não foi aprovada ainda não. (E1, entrevista realizada em mar. 2021).

Eu não tenho [conhecimento sobre a minuta], não me chegou a minuta. Não chegou, e olha que eu sou da comissão do NDE, nós estamos discutindo a adequação do nosso PPC, nós estamos discutindo também a questão da extensão e não chegou para o colegiado, esse órgão colegiado que é um órgão consultivo. Pelo que me consta não chegou também no colegiado de curso. (E2, entrevista realizada em maio 2020).

A pandemia trouxe a necessidade de as pessoas e as instituições desenvolverem novos métodos de trabalho que pudessem respeitar o isolamento social. O ensino na UFJF também precisou passar por essa adaptação. Isso culminou na urgência de desenvolver o Ensino Remoto Emergencial (ERE) no ano de 2020, o que demandou grande tempo de trabalho de diversos setores da UFJF, em detrimento do andamento de outras pautas, entre elas o debate da curricularização da extensão. Vale ressaltar que, até o momento da realização da entrevista com E1 (início de março de 2021), a minuta ficou na Prograd, aguardando apreciação e aprovação no Congrad; e, até a data da entrevista com E2 (início de maio de 2021), o documento ainda não havia chegado ao conhecimento do NDE do curso. Como a Prograd é um órgão que ficou diretamente ligado à construção, implementação e acompanhamento do ERE na UFJF, entende-se que o órgão teve considerável demanda adicional neste período de ajustes do ensino à pandemia, na medida em que a instituição adotou a nova forma de ensino adotada no período pandêmico para a graduação e a pós-graduação. Observa-se que a proposta de minuta de resolução foi encaminhada aos coordenadores de curso após o final de abril de 2021.

Já no âmbito do curso de Engenharia Civil, as primeiras ações voltadas ao cumprimento da exigência do MEC coincidem com a criação de um grupo de trabalho voltado ao debate da implementação das novas DCNs nos cursos de engenharia. Este grupo foi criado em uma reunião presencial do Colegiado de Curso, realizada em março de 2020, e sua primeira reunião aconteceu em maio de 2020⁹.

Segundo E1, há por parte da gestão dos cursos de engenharia da UFJF um entendimento de que o debate e a implementação das novas DCNs devem seguir em paralelo à curricularização da extensão, o que faz com que, na visão dele, o grupo de trabalho tenha o dever de discutir os dois assuntos: “então a rigor, nesse grupo ficou definido o seguinte: não pode esquecer da extensão” (E1, entrevista realizada em mar. 2021). E1 comentou sobre a atuação do grupo de trabalho:

eu conversei, na época, [...] com o vice-coordenador, para a gente começar a pensar em alguma coisa. No grupo de trabalho das DCNs também, a gente chegou a discutir alguma coisa, mas sem muita profundidade, por conta da não aprovação da minuta. (E1, entrevista realizada em mar. 2021).

E2, como membro do NDE e também deste grupo de trabalho, apontou que as reuniões do grupo ocorreram semanalmente até outubro de 2020, quando, na época, surgiram algumas dificuldades que culminaram na descontinuidade das discussões:

tivemos dificuldades. Porque alguns colegas entendem que o curso deve ser modificado de uma forma muito mais ampla, que a gente tem que discutir o PPC de uma forma ampla, que a gente tem que mudar muita coisa e outros acham que não está tão difícil assim. [...] então essa comissão [denominado grupo de trabalho] praticamente se inviabilizou. Então quando você põe a extensão lá, tem gente que não entende e aí discute filosofia, não são objetivos. Não adianta, no meu ponto de vista tem que ser objetivo. [...] a gente está com muita dificuldade de caminhar pra frente. (E2, entrevista realizada em maio 2021).

⁹ Na entrevista, E2 denomina o grupo de trabalho, ao qual E1 se referiu na entrevista anterior, como uma comissão. Para fins de padronização da escrita, será utilizado o termo grupo de trabalho.

Diante desse contexto, as discussões sobre a curricularização da extensão no âmbito do curso ocorreram de forma muito preliminar e no âmbito da Faculdade de Engenharia também não houve muito avanço. Sobre a situação específica do curso de Engenharia Civil, no que se refere ao andamento da implementação da curricularização da extensão, E2 enfatizou que o curso está em fase inicial de discussão, enquanto E1 deixou claro que houve pouco progresso:

vou te falar que se a gente fizesse uma escala de 0 a 10 a gente estaria entre 0 e 1. Porque até onde a gente discuti, foi o que eu te falei, às vezes até por falta de uma diretriz da instituição, o pessoal não se propôs a avançar muito não. [...] Então certamente na Engenharia Civil, se eu te falar que a gente avançou alguma coisa, eu estaria mentindo. (E1, entrevista realizada em mar. 2021).

A falta de uma resolução aprovada foi apontada pelos entrevistados como fator dificultador para o andamento das discussões sobre o tema no curso. Sem uma diretriz institucional clara, as discussões no âmbito do curso ficam estagnadas, à espera de um direcionamento. As visões dos entrevistados estão expostas a seguir:

não há como o curso caminhar sozinho. Os cursos podem até caminhar já discutindo o que pode ser feito, quais as disciplinas que podem ser usadas e etc., mas fica meio capenga isso né. Como aprovar uma alteração curricular incluindo extensão se a diretriz da própria instituição ainda não está pronta, né? Então eu acho um dificultador. (E1, entrevista realizada em mar. 2021).

Nós discutimos isso em reunião colegiada [NDE e grupo de trabalho] e nós ficávamos sempre em uma discussão solta, aberta e sem referencial. (E2, entrevista realizada em maio 2021).

Diante da percepção de que o prazo para implementar as exigências do MEC é curto, a falta de ritmo nas discussões acerca da curricularização da extensão na UFJF pode se mostrar cara ao cumprimento deste quesito. As universidades federais do Sudeste e Sul do Brasil, em sua maioria, também compartilham da visão de que o prazo é curto. Nesse cenário, a UFJF pode não ter conseguido dar andamento neste processo no momento ideal, de forma a garantir tempo hábil para que as discussões sejam realizadas de maneira profunda e com prazo amplo no âmbito dos cursos, sem que haja a necessidade de “correr” em um momento futuro

para garantir o cumprimento no prazo. E1 entendeu como um grande desafio para a gestão do curso implementar a curricularização da extensão sem uma resolução institucional:

eu posso estar enganado, mas eu acho que [um grande desafio] é a falta de um dispositivo aprovado pelo Congrad que dê uma direção né. Porque a partir do momento que o Congrad aprovar a resolução, ela vai ter que ser cumprida, só que essa resolução ainda não existe no âmbito da UFJF. A gente só tem a determinação superior de que a extensão tem que fazer parte do currículo, mas aqui, a instituição ainda não mostrou para os cursos, até quando eu estava na coordenação, como isso tem que ser feito na UFJF. Então esse é um grande dificultador para o pessoal trabalhar né. Mais uma vez, nada impede que os cursos comecem a discutir isso [...]. Mas, o pessoal fica desestimulado a discutir um assunto que não tem uma diretriz clara de como vai ser apresentado. Essa é uma percepção que eu tenho. (E1, entrevista realizada em mar. 2021).

A falta de uma resolução aprovada na UFJF até o início de 2021 contrasta com algumas outras universidades. A UTFPR possui resolução específica para a curricularização da extensão aprovada em outubro de 2018 (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2018). De modo semelhante, a Unifei aprovou uma Norma sobre o tema em junho de 2020 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ, 2020). Ou seja, nessas instituições é possível inferir que tanto as discussões quanto a construção e a definição de um documento orientador institucional se deram antes da UFJF, visto que já possuem uma normativa.

Além da falta de um direcionamento institucional aprovado, E2 observou dificuldades para o avanço da implementação da curricularização da extensão no curso que são inerentes às adversidades enfrentadas pelo grupo de trabalho. Segundo ele, há dificuldades de natureza política, dificuldades de entendimento sobre a temática da extensão e de sua curricularização, além da dificuldade das opiniões convergirem. Outra dificuldade foi apontada por E1 e refere-se à dissociação entre a discussão da curricularização da extensão e a discussão da implementação das novas DCNs nos cursos. Ele expõe sua preocupação sobre este aspecto:

então assim, esse aí eu acho que é um grande problema [...]. Porque se isso andar dissociado, como está parecendo, pelo menos por

enquanto, que está andando, se os estudos das novas DCNs ficarem prontos e forem implantados, quando for implantar a curricularização da extensão vai ser outro problema muito sério. (E1, entrevista realizada em mar. 2021).

O segundo entrevistado, E2, também apontou a questão das novas DCNs como um dificultador nos cursos de Engenharia, pois representa um elemento a mais a ser debatido no âmbito do curso e que torna as discussões pulverizadas. Ele discorre sobre isso:

essa resolução vem em 2018. Mas, em 2019 surgem as novas DCNs para as Engenharias. [...] Nas Engenharias isso não mudava desde 2002, mas mudou agora. Então você tem a entrada de uma resolução de extensão em 2018 e logo no final de 2019 entra uma exigência de alterar currículo e ajustar para as DCNs. Quando entrou a ideia das DCNs atropelou muito a extensão, no meu modo de ver, porque as DNCs chamam muito a atenção, traz uma preocupação maior porque é uma coisa muito objetiva, não que a extensão não seja, mas assim, curricularizar a extensão é algo novo, agora as DCNs já é algo que a gente pratica há muito tempo. (E2, entrevista realizada em maio 2021).

Não é possível afirmar, mas a preocupação de E1 e E2 pode se originar do fato de que, diante da implementação das novas DCNs, o curso de Engenharia Civil precisará passar por uma reforma curricular importante. As novas DCNs para os cursos de graduação em engenharia foram discutidas amplamente no MEC, por iniciativa da Associação Brasileira de Educação em Engenharia (Abenge) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Elas têm o objetivo de modernizar os currículos dos cursos de engenharia no Brasil para torná-los mais alinhados com as transformações tecnológicas, formando profissionais capazes de produzir soluções mais competitivas no cenário nacional e internacional. As discussões levaram à promulgação da Resolução nº 2/2019 (BRASIL, 2019) pelo CNE, que definiu o alinhamento dos conteúdos básicos, profissionais e específicos com as competências que o estudante deve desenvolver no curso. O documento, inclusive, estabelece a presença da extensão na organização do curso:

§ 1º As atividades do curso podem ser organizadas por disciplinas, blocos, temas ou eixos de conteúdos; atividades práticas

laboratoriais e reais, projetos, atividades de extensão e pesquisa, entre outras. (BRASIL, 2019, p. 4).

Assim, a exemplo da implementação das novas DCNs, a curricularização da extensão é fator que também pode levar à necessidade de uma reforma curricular. A implementação das novas DCNs teve o prazo inicial definido para abril de 2022 e foi prorrogado para abril de 2023 pela Resolução nº 1/2020 do CNE (a mesma que prorrogou o prazo para a implementação da curricularização da extensão). O prazo para que a curricularização da extensão seja implementada é dezembro de 2022. Dado que estes prazos que representam mudanças nos currículos do curso de Engenharia Civil são próximos, discutir e levar em conta ambos os assuntos (novas DCNs e curricularização da extensão) poderia otimizar o processo de implementação e de reforma curricular.

O modo como foi imposta a exigência sobre a extensão pelo MEC foi alvo de crítica por parte de E1. Ele tem a visão de que não é o mais correto exigir que o aluno participe de atividades de extensão, pois seu foco principal, ao ingressar na universidade, é o ensino. Para sustentar seu ponto de vista, ele compara, inclusive, a extensão com a pesquisa, que também é uma atividade que compõe os pilares da universidade e que até então também não é obrigatória para a formação do estudante. Ele explica seu entendimento sobre essa questão em dois momentos da entrevista:

talvez fosse mais correto exigir do professor a fazer projeto de extensão, que é pilar, um dos três pilares da instituição não é verdade? Ensino, pesquisa e extensão. E alguém obriga o aluno a fazer projeto de pesquisa? Não. Então, o aluno faz o processo seletivo porque ele quer cursar a graduação, ele quer ter a atividade de ensino. A instituição disponibiliza pra ele muitas outras oportunidades, que ele faz se quiser. Então, na minha opinião particular, cobrar do aluno a responsabilidade da atividade extensionista, eu acho complicado, eu acho que poderia ser cobrado do professor [...]

[...] O que eu acho que seria correto é que, o aluno prestou processo seletivo para fazer um curso de graduação ou seja, uma atividade de ensino. A universidade disponibiliza pra ele outras opções. Então, tem alunos que se interessam pela vida acadêmica, outros não. [...] Então, essa obrigação do aluno fazer extensão eu não sei se está correto, se não a gente tinha que obrigar também ele a fazer iniciação científica, já que ele é obrigado a fazer o ensino. Então eu

acho que isso é um ponto negativo. (E1, entrevista realizada em mar. 2021).

A partir de sua fala, pode-se abrir uma discussão acerca da função da universidade, em especial da universidade pública. O currículo do curso apresenta um conjunto de disciplinas (atividades de ensino) sobre as quais os alunos não têm o poder de escolha e obrigatoriamente devem cursar. Por vezes, eles não necessariamente se interessam por todos esses conteúdos, mas estes lhes são ofertados de forma compulsória mesmo assim, talvez porque sejam conteúdos importantes e necessários à sua adequada formação profissional. Nesse contexto, a extensão, assim como o ensino e a pesquisa, é um pilar da universidade e deve ser promovida de forma indissociável das outras duas atividades. Então, por que o ensino é uma atividade obrigatória, mas a extensão não pode ser? E1, em outros momentos de sua fala, reconhece a importância e os benefícios que a extensão pode gerar para a sociedade e para os alunos, assim como diversos autores na literatura ressaltam os benefícios da extensão tanto para a sociedade quanto para a universidade e os alunos. A partir disso, e a despeito de todas as críticas que possam recair sobre a Resolução nº 7/2018 do MEC, ela representa um esforço normativo para incentivar a prática de uma atividade universitária que parece não ser tão valorizada.

Ainda que E1 veja a possibilidade de a extensão ser cobrada dos docentes (em vez dos alunos), ele entende que a imposição de ofertar 10% da carga horária do curso em ações extensionistas foi algo excessivo, uma vez que a extensão não era obrigatória até então. E2 também tece uma crítica ao percentual de 10% de atividades de extensão exigido pelo MEC, pois em sua visão é alto. Ele, inclusive, indica que é favorável à criação de disciplinas de extensão, mas, em sua opinião, o ideal seria 5%. Diante disso, E1 sinaliza que o mais adequado seria fazer uma transição gradativa para que os docentes pudessem ir, aos poucos, interessando-se mais em desenvolver atividades deste tipo. Ele declara:

agora, eu só tenho dúvidas com relação a imposição dos 10%, que eu acho que é um dificultador muito grande para a instituição cumprir, os cursos cumprirem. [...] Eu acho que talvez exigir dos professores um projeto de extensão, pelo menos para iniciar, seria

mais interessante. [...] essa imposição de uma carga horária grande pode ser um tiro no pé, pode ser que não se consiga nada. [...] Eu acho que talvez, se começasse [...] de uma forma mais leve, que pudesse ser implantado aos poucos, dando prazo aos cursos para ir se adaptando, conhecer melhor como que se faz extensão [fosse mais fácil de implementar]. (E1, entrevista realizada em mar. 2021).

E1 e E2 entendem que o percentual a ser praticado pelos cursos com relação à extensão foi algo impositivo. De fato, a Resolução nº 7/2018 impõe os 10% e quando alguma determinação é imposta há maior tendência de haver alguma reticência por parte de quem é responsável por implementá-la. Há de se considerar, entretanto, que essa orientação não é tão recente: desde a CF/1988, a extensão foi colocada no texto como função indissociável da universidade ao lado do ensino e da pesquisa. Além disso, muitos estudos da área de educação, em especial a educação superior, já têm demonstrado a secundarização da extensão frente às práticas de ensino e pesquisa no contexto da universidade (CARBONARI; PEREIRA, 2007; PAULA, 2013; SANTOS; ROCHA; PASSAGLIO, 2016). Posteriormente, em 2014, o PNE (2014-2024) estabeleceu como uma de suas metas implementar como atividades do currículo dos cursos de graduação este mesmo percentual em extensão. No entanto, vários estudos – a exemplo o de Rodrigues (2019) – demonstraram que a atividade extensionista não possui o mesmo status dentro das universidades quanto as outras, sobretudo o ensino. Neste contexto, é possível inferir que foi a Resolução nº 7/2018, ao estabelecer um prazo específico, que fez com que a maioria das universidades se organizassem para construir a implementação da curricularização da extensão e, portanto, a normativa é coerente com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades, preconizada na Constituição Federal e com a valorização dessa prática em específico. Além do mais, a maioria das IES pesquisadas neste estudo entendeu que a exigência do MEC contribui para o fortalecimento da atividade extensionista na universidade (assertiva 2 – Tabela 13).

O pensamento de E1 e E2 com relação à forma como o MEC colocou a exigência para a extensão pode levar a uma importante reflexão sobre o impacto dessa determinação para as práticas acadêmicas e pedagógicas da instituição de forma geral. Dado que o prazo para a implementação da extensão no currículo é

considerado curto por várias instituições federais de ensino superior e diante da baixa participação de discentes e docentes em ações de extensão nos cursos de Engenharia Civil pesquisados, exigir 10% de atividades extensionistas no currículo de uma só vez representa realmente um grande desafio para estas instituições, que pode não ser alcançado de forma satisfatória e no prazo.

O não atendimento às exigências da resolução pode acarretar alguma penalidade para as IES, uma vez que são previstas avaliações que levam em conta estes requisitos sobre a extensão. Por exemplo, além da autoavaliação institucional, está prevista a avaliação externa pelas quais as instituições passam, em virtude do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). A Resolução nº 7/2018 prevê que, nas avaliações do Sinaes, as IES serão avaliadas *in loco* pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) observando-se, entre outros elementos, os seguintes fatores:

- I - a previsão institucional e o cumprimento de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação para as atividades de extensão tipificadas no Art. 8º desta Resolução, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos;
- II - a articulação entre as atividades de extensão e as atividades de ensino e pesquisa realizadas nas instituições de ensino superior;
- III - os docentes responsáveis pela orientação das atividades de extensão nos cursos de graduação. (BRASIL, 2018, recurso online).

O cumprimento desses fatores mencionados anteriormente é um dos requisitos a serem observados pelo Inep para fins de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação, além do credenciamento e credenciamento das IES no Sinaes.

É notório que o MEC precisou exigir um cumprimento dos cursos com relação à extensão através da Resolução nº 7/2018, no entanto o percentual definido desde o PNE (2014-2024) poderia ter sido exigido de forma gradativa e com prazos seccionados para dar às instituições e aos cursos, se não um maior prazo, uma diretriz clara de ritmo para que as atividades nas instituições fossem incentivadas a caminhar de forma contínua, mas aos poucos.

Sabe-se que não é o intuito discorrer sobre a normativa do MEC, já que não há ingerência sobre tal. O que se pretende analisar aqui é que algumas iniciativas de

gestão dessa curricularização já podiam estar sendo estruturadas desde a criação do PNE (2014-2024), estabelecendo, por exemplo, prazos e metas intermediárias a fim de orientar as IES no cumprimento dessa exigência de forma progressiva, de forma que essas instituições tivessem uma melhor visão da dimensão deste desafio e a fim de construir uma proposta exequível para o seu cumprimento. Observa-se, então, que isso pode ser feito, inclusive, por iniciativa da própria instituição. Por exemplo, a Unifei estabeleceu em sua norma de curricularização que:

os Colegiados de Cursos deverão encaminhar ao CEPEAd¹⁰ até 04 de dezembro de 2020 previsões de atividades de extensão e disciplinas extensionistas que serão incluídas nos Projetos Pedagógicos de Curso, conforme disposto nos artigos 8º e 9º da presente Norma. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ, 2020, p. 5).

Esse prazo intermediário estabelecido a critério da própria instituição ajuda a sinalizar o ritmo que o processo de curricularização deve ter no âmbito dos cursos. De acordo com a pesquisa, o curso de Engenharia Civil da Unifei se encontra em “fase final da construção da proposta” de implementação da curricularização da extensão, possivelmente um indício de que o ritmo do processo segue em tempo adequado. A UTFPR, através de sua resolução, aprovada em 2018, colocou uma sugestão aos cursos, também no sentido de ajudar no andamento do processo de curricularização da extensão:

§ 2º A fim de cumprir ao previsto no caput desse artigo, os projetos pedagógicos poderão prever um **cronograma de implantação** de atividades extensionistas em seu curso.

§ 3º Os projetos pedagógicos poderão descrever **mecanismos de experimentação** para implementação de atividades extensionistas, visando a consolidação destas no curso. (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2018, p. 2, grifo nosso).

Portanto, a UTFPR se atentou não só em colocar as diretrizes institucionais na normativa, mas também sinalizou a importância de a gestão dos cursos organizarem este processo de curricularização acompanhando o andamento de

¹⁰ Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração da Unifei (CEPEAd).

suas etapas, através de um cronograma, bem como abrindo a possibilidade de se fazerem testes para sua implementação. Se isso foi feito de fato, não foi possível definir nessa pesquisa. No entanto, o que cabe destacar é que a própria instituição estabeleceu um prazo amplo de três anos (até outubro de 2021) para os cursos se adequarem ao disposto na resolução, sendo que ao final de quatro anos definiu que realizará uma avaliação sobre a inclusão das atividades curriculares de extensão nos PPCs dos cursos.

A falta da definição de mecanismos que possam ditar o ritmo do andamento do processo de implementação de curricularização da extensão como, por exemplo, definindo prazos intermediários, pode levar à demora por parte da gestão dos cursos em iniciar e conduzir o processo em tempo adequado. Daí a importância de se estabelecer um planejamento estratégico que, entre outras coisas, geraria um cronograma bem definido e detalhado das atividades acerca do objetivo final.

A minuta de resolução que vem sendo debatida e construída na UFJF para orientar a implementação da curricularização da extensão, ao que parece, propõe-se a ser de caráter geral. Alguns excertos das falas de E1 e E2 sinalizam este pensamento:

a proposta da Pró-Reitoria de Extensão quando a gente construiu essa minuta [...] era de fazer essa [...] minuta, e quando aprovada pelo Congrad, fazer visita aos cursos para conseguir informação das especificidades de cada um, de cada curso, para a Pró-Reitoria [Proex] poder prestar esclarecimentos de forma que cada curso adaptasse a resolução à sua realidade. (E1, entrevista realizada em mar. 2021).

[...] porque o que era dito [nas reuniões do NDE do curso] é que a universidade tinha dificuldade, esses órgãos ali, Pró-Reitoria etc., tinham dificuldade de criar uma resolução porque os cursos são muito diferentes, os cursos têm naturezas diferentes, têm características diferentes, então havia dificuldade de criar uma minuta [...] que fosse mais uniforme, que pudesse apoiar as particularidades de cada curso. (E2, entrevista realizada em maio 2021).

O aspecto generalista da minuta visa construir e aprovar uma resolução que possa orientar de maneira geral os cursos de graduação da UFJF, uma vez que apresentará as diretrizes mais amplas para a implementação da curricularização da

extensão. Uma vez aprovada, ela será tomada como base pelos cursos, que desenvolverão a melhor maneira de considerar suas particularidades no atendimento às demandas que a resolução vier a trazer. Como a diversidade de cursos e das áreas do conhecimento na graduação da UFJF é grande, poderia ser difícil construir uma minuta que conseguisse abranger e contemplar todos os cursos de forma satisfatória. Logo, ao invés de ajudar, poderia correr-se o risco de criar entraves à implementação da curricularização em algum curso devido à falta de compatibilidade entre a normativa e as características do curso.

A partir do entendimento de Pierre Bourdier (2003, 2004), Gonçalves (2015) observa que, assim como em outros setores, no ensino superior há diversos campos, espaços onde ocorrem as relações sociais entre os indivíduos, que, inclusive, transcendem o próprio campo ao qual ele pertence à medida que um campo se relaciona e pode ser abrangido ou abranger o outro. Assim, a autora elenca que no ensino superior brasileiro existem diversos destes campos com suas especificidades e regras próprias (Universidade, Pró-Reitorias, departamentos, Setores e áreas de conhecimento). Segundo ela:

cada campo possui suas regras e capitais, constituídos social e historicamente, com sentidos gerais compartilhados pelos agentes que o compõem. Nele se dão, continuamente, tensões e disputas internas entre os agentes e grupos, que buscam estabelecer sua dominância ou legitimidade, utilizando-se dos distintos capitais de que podem dispor e de estratégias e práticas que visam a conquistar e manter essa legitimidade. (GONÇALVES, 2015, p. 1230).

Buscar criar uma resolução específica que atendesse a todas as especificidades de todos os cursos seria um trabalho árduo que demandaria maior quantidade de tempo, maior necessidade de pesquisa, de reuniões e debates, tornando o processo ainda mais complexo. Visto que uma das dificuldades levantadas pelos entrevistados é justamente o prazo exíguo para o cumprimento da exigência do MEC, desenvolver uma resolução que poderia criar dificuldades de ser colocada em prática por todos os cursos, e que levaria mais tempo para ser desenvolvida, tornaria todo o processo mais custoso à instituição e aos cursos. Por exemplo, a Unila, a Unifei e a UTFPR criaram uma minuta de resolução que possui

caráter generalista. Destacam-se aqui alguns excertos das normativas dessas instituições neste sentido:

Art 6º **A critério dos cursos de graduação** da UNILA, a curricularização da extensão poderá ser distribuída no Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) nas seguintes modalidades [...]

[...] **Os cursos de graduação** poderão criar componentes curriculares denominados Atividades Curriculares de Extensão, conforme artigo 6.

[...] Caso haja previsão no **PPC do Curso**, as modalidades previstas neste artigo podem ser ofertadas à distância, total ou parcialmente.

[...] Art. 10 Para fins de integração curricular, **os cursos de graduação ou os Centros Interdisciplinares** poderão criar Programas de Extensão, com ações a eles vinculadas (projetos, cursos, oficinas, prestação de serviços e eventos) e em consonância com os objetivos da formação, do perfil do egresso e as diretrizes da extensão.

[...] Art. 14 As atividades de extensão que forem realizadas pelos/pelas discentes e **convalidadas pelos Colegiados dos cursos de graduação**, deverão constar nos históricos escolares dos/das discentes, de modo a cumprir o mínimo de 10%, conforme Art. 2º desta resolução.

[...] Art 16. Os **Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) e os Colegiados de Cursos de Graduação** irão realizar as adaptações e modificações necessárias nos PPCs, observadas as disposições desta resolução. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, 2018, p. 150-151, grifo nosso).

Caberá ao **Colegiado de Curso, ouvindo seu Núcleo Docente Estruturante (NDE)**, sugerir quais programas, projetos e ações de extensão serão considerados no Projeto Pedagógico de Curso, bem como a carga horária destinada a cada uma dessas atividades [...]

[...] A Pró-Reitoria de Graduação (PRG) será responsável por orientar os **Colegiados de Curso e NDEs** quanto à criação e descrição das atividades de extensão nos Projetos Pedagógicos dos Cursos e por acompanhar o registro dessas atividades no Sistema Acadêmico. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ, 2020, p. 4, grifo nosso).

§ 1º Caberá aos **colegiados de curso e aos núcleos docentes estruturantes – NDEs** definirem nos seus projetos pedagógicos as atividades extensionistas a serem ofertadas, e a carga horária concedida para que a acreditação seja feita [...]

[...] Art. 4º Os **projetos pedagógicos dos cursos** deverão prever na sua estrutura a oferta da totalização da carga horária de extensão necessária, por meio de disciplinas extensionistas na matriz curricular (obrigatórias ou optativas) ou por meio de atividades curriculares de extensão (obrigatórias ou optativas), e que atendam às especificidades da formação.

[...] Art. 10 A fim de atender ao disposto previsto no artigo 1º deste Regulamento, cada **colegiado de curso** deverá proceder a alteração/adequação de seu projeto pedagógico do curso para computar essa carga horária, com inclusão/adaptação de disciplinas ou de atividades curriculares de extensão no mesmo. (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2018, p. 2, grifo nosso).

A minuta de resolução da Unila, a norma da Unifei e a resolução da UTFPR definem as diretrizes institucionais gerais para a curricularização da extensão, orientando sobre possíveis caminhos que os cursos podem seguir, mas não entram nas suas especificidades. Logo, deixa-se a cargo dos Colegiados e dos NDEs de cada curso definir as melhores estratégias a seguir e realizar as adequações necessárias ao cumprimento das diretrizes gerais.

Na pesquisa realizada com as universidades federais do Sudeste e do Sul do Brasil, a maioria delas entende que a gestão do curso possui certa autonomia para adaptar a forma de implementação da extensão, visando atender às suas particularidades e necessidades, o que reforça a característica generalista das normativas institucionais (assertiva 4 – Tabela 13). Por outro lado, até os primeiros meses de 2021, a UFJF ainda não publicou uma resolução sobre o tema, mesmo diante do fato de ela estar sendo construída para ter um aspecto generalista. Então, a preocupação com o prazo permanece, pois, após a publicação da normativa, os cursos ainda precisarão de bastante tempo para que possam adaptá-la às suas especificidades e, assim, colocar em prática a curricularização da extensão.

Como visto anteriormente, a UTFPR possui uma resolução que regulamenta a inclusão da extensão nos currículos dos cursos de graduação desde 2018. A Unifei é outra instituição que possui uma norma aprovada, em junho de 2020. Apesar de os cursos de Engenharia Civil dessas duas universidades estarem em etapas diferentes da implementação da curricularização da extensão, ambas apresentam um ponto em comum: a existência de uma resolução institucional aprovada que orienta as ações da gestão do curso. Esse motivo pode ser um fator importante para que as instituições citadas estejam à frente do curso de Engenharia Civil da UFJF no que tange à curricularização da extensão.

Através das normativas dessas instituições, é possível destacar alguns caminhos. Na Unifei, a curricularização da extensão está sendo proposta através da

prática de atividades devidamente descritas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos e previamente registradas na Pró-Reitoria de Extensão daquela universidade, podendo ser desenvolvidas nas modalidades a seguir: programas, projetos, cursos/oficinas, eventos, prestação de serviços, além de disciplinas que tenham carga horária dedicada a atividades extensionistas. No caso dessas disciplinas, elas deverão ter sua carga horária extensionista vinculada a um programa ou projeto de extensão registrado. A norma também prevê a possibilidade de que uma atividade de extensão possa ser equiparada ao estágio, desde que haja a devida previsão no PPC do curso, mas não o contrário, ou seja, o estágio não pode ser equiparado a uma atividade de extensão. Além disso, como forma de incentivar a mobilidade institucional, as atividades extensionistas podem ser realizadas através de parcerias com outras IES no país ou no exterior.

Já na UTFPR, a curricularização da extensão foi colocada através do desenvolvimento de atividades devidamente registradas no departamento de Extensão de um *campus* da instituição ou em instituições conveniadas à UTFPR. Estas atividades podem se dar na forma de: programas, projetos, cursos, eventos, apoio tecnológico ou disciplina extensionista. Os cursos, os eventos, o apoio tecnológico e as disciplinas precisam estar vinculados a um programa ou projeto de extensão. A referida universidade também abre como possibilidade de prática extensionista a participação de alunos em Empresas Juniores, desde que essa atividade seja reconhecida pelo PPC do respectivo curso. E, assim como na Unifei, as atividades de extensão desenvolvidas em outras IES podem ser convalidadas, uma vez que a IES tenha convênio com a UTFPR.

Durante a entrevista com E1, foi possível observar que ele considera como uma boa alternativa o caminho que a UFRJ tem escolhido, conforme ele teve conhecimento. Segue seu relato:

por exemplo, a UFRJ. A Pró-Reitora de Extensão [da UFRJ] esteve aqui na UFJF fazendo uma palestra. Lá [...], eles abrem projetos [...], o grande problema também é abrir projeto de extensão que possa atender todos os alunos. Esse tem sido um problema seríssimo. Então lá na UFRJ, já estão muito mais avançados, já discutiram isso há muito tempo, os alunos, e eu acho que essa é a minha ideia que a gente ia aplicar aqui também, o aluno pode se candidatar a qualquer projeto de extensão da instituição. Porque a ideia é essa, não é na engenharia fazer projeto só pra engenharia civil não, [...] na UFRJ o

aluno pode se candidatar a qualquer projeto. Se ele se interessou por um projeto lá da medicina, pode participar, não tem problema nenhum. Às vezes tem alguma atividade que como estudante de engenharia ele pode auxiliar. Então essa seria a ideia. (E1, entrevista realizada em mar. 2021).

Essa ideia que, segundo E1, vem sendo praticada na UFRJ é interessante à medida que, além de visar ampliar o número de atividades de extensão na instituição e permitir que mais alunos sejam atendidos, está alinhada à Política Nacional de Extensão ao atender a uma das diretrizes estabelecidas por ela: a interdisciplinaridade e interprofissionalidade. Tal prática possibilita que a instituição ofereça uma formação que vai além do curso. Isso contribui positivamente para a formação do estudante, uma vez que amplia sua visão como discente, como futuro profissional e como cidadão, ao possibilitar que ele também experimente vivências inerentes a outras áreas de formação.

Ainda com relação à UFRJ, E1 deu outro exemplo de ação praticada naquela universidade. Ele contou que:

a UFRJ fez um negócio que eu achei interessante na palestra da Pró-Reitora: o professor, para ter direito à progressão, seja horizontal ou vertical, se não me engano, ele tem que ter tido, em um interstício, pelo menos 1 projeto de extensão. Se não for assim, como que você vai obrigar os professores a ter projetos de extensão se, às vezes, não é aptidão da pessoa? (E1, entrevista realizada em mar. 2021).

De acordo com este entrevistado, essa é uma prática que poderia ser adotada na UFJF, a fim de incentivar os docentes a criarem mais ações de extensão: tornar obrigatória a participação em extensão para obtenção da progressão na carreira. Decerto tal medida poderia incentivar a criação de mais atividades extensionistas nas universidades, porém, no contexto desta pesquisa, nenhum movimento para essa mudança na carreira docente foi observado como medida a ser considerada por outras universidades federais como um mecanismo de incentivo ao cumprimento da exigência do MEC.

No entanto, apesar de E1 apontar a UFRJ como uma instituição avançada na curricularização da extensão nos cursos de graduação, observou-se que no currículo do curso de Engenharia Civil da referida universidade não há menção ao

cumprimento obrigatório de atividades de extensão. O currículo é composto por disciplinas obrigatórias e complementares de escolha e por atividades complementares. As atividades complementares são compostas por estágio obrigatório, projeto de graduação e atividades complementares especiais. A carga horária a ser cumprida em atividades complementares especiais pode ser em diversas atividades, entre: estágio não obrigatório, iniciação científica, monitoria, visitas técnicas, participação em eventos, intercâmbio, empresa júnior e trabalhos comunitários. Chama a atenção o termo “trabalhos comunitários” que, à primeira vista, poderia remeter à extensão, mas não há indicação expressa de que se trate de tal atividade (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2021a). Segundo a Universidade Federal do Rio de Janeiro (2021b, recurso online), as horas contabilizadas no currículo do curso nessa categoria correspondem à “participação em trabalho de voluntariado ou comunitário, com duração mínima de 45 horas e máxima de 90 horas”. Portanto, apesar de E1 citar a UFRJ como uma instituição bem avançada na curricularização da extensão, não foram identificadas evidências de que ela esteja implementada no curso de Engenharia Civil, fazendo com que não haja elementos que possam ser tomados como referência para a curricularização da extensão no curso de Engenharia Civil da UFJF.

Refletindo sobre as IES participantes desta pesquisa, é possível concluir que o processo de curricularização da extensão não é algo simples de implementar e, por isso mesmo, o prazo se mostrou curto para a maioria das instituições. De modo semelhante, não foram identificadas universidades que já estejam com a curricularização pronta nos cursos de Engenharia Civil e, em decorrência do processo, a principal dificuldade apontada pelos cursos foi a de reorganizar as atividades de ensino para atender ao percentual exigido pelo MEC em ações extensionistas. Especificamente para o curso de Engenharia Civil da UFJF, algumas dificuldades a mais se mostraram, como a troca da gestão da coordenação do curso e a necessidade de se implementar no currículo as novas DCNs. Considerando a descrição feita pelos entrevistados acerca do processo de curricularização na UFJF, chamou a atenção o pequeno número de docentes envolvidos nas discussões. Por outro lado, a despeito da complexidade e das dificuldades apontadas, a exigência do

MEC é reconhecida pelas instituições como uma boa alternativa para a valorização da extensão na universidade.

Diante do cenário que se apresenta nas IES do Sudeste e Sul do Brasil participantes da pesquisa, e na UFJF com relação à curricularização da extensão, alguns desafios de gestão surgem. Na seção seguinte, é realizada a apresentação e a análise dos resultados da pesquisa sobre essa temática. Assim, o eixo aborda aspectos da gestão integrada na UFJF e nas outras IES que participaram da pesquisa, a relação da gestão da extensão nos diferentes níveis institucionais (Administração Central, Pró-Reitorias e gestão do curso) e das ações de gestão que têm sido observadas e pensadas nas IES, na UFJF e no curso de Engenharia Civil da UFJF para implementação da curricularização da extensão no que tange às ações de gestão do currículo.

3.3.3 Desafios de Gestão da Extensão

À luz de Machado (2020b), ressalta-se que as organizações e o sistema educacional, em especial, estão em pleno processo de mudança. A normativa do MEC (Resolução nº 7/2018) traz determinações que geram necessidades de mudanças nas universidades, a fim de que elas consigam cumprir o que está sendo exigido. Dado que o processo de mudança neste contexto é geralmente complexo e demorado, as diversas instâncias das universidades são mobilizadas a agir de forma planejada em prol de um objetivo comum.

No que se refere aos setores das universidades do Sudeste e do sul brasileiros, foi pedido aos respondentes que assinalassem qual o grau de participação dos órgãos da universidade no processo de implementação da extensão nos currículos dos cursos de graduação. A Tabela 16 sintetiza as respostas elencadas por oito instituições que retornaram a essa questão:

Tabela 16 - Grau de atuação dos órgãos das universidades na implementação da curricularização da extensão

Órgão	Não atuante	Pouco atuante	Atuante	Muito atuante
Reitoria	0%	38%	62%	0%
Pró-Reitoria de Extensão	0%	12%	50%	38%
Pró-Reitoria de Graduação	12%	12%	38%	38%
Direção da Unidade Acadêmica	12%	12%	64%	12%
Coordenação do curso	0%	0%	100%	0%

Fonte: Elaborada pelo autor (2021).

Na opção “outro” um respondente especificou dois órgãos universitários: NDE e Colegiado de curso. O primeiro foi caracterizado como “Muito atuante”, enquanto o segundo foi entendido como “Atuante”.

É importante observar que a Pró-Reitoria de Extensão, presente em todas as IES pesquisadas, é o órgão diretamente responsável pela gestão da extensão em nível institucional e aparece como “Atuante” ou “Muito atuante” na maioria das respostas, o que é algo positivo para o processo de implementação da curricularização de extensão. No entanto, chama a atenção a presença de uma resposta (12%) em que o órgão foi percebido como “Pouco atuante”, o que se considera preocupante, se for levado em conta que sua atuação é fundamental para o processo. Quando se olha para a Direção de Unidade, é interessante ressaltar que para a maioria dos respondentes ela se mostra atuante. Este é um fator positivo, uma vez que, embora este órgão não seja diretamente ligado à gestão da extensão nas universidades, sua atuação é importante para apoiar as decisões tomadas nos diferentes níveis da organização, integrando a gestão extensionista nos níveis mais altos da instituição (Pró-Reitorias) e nos níveis mais baixos (gestão do curso). Nesta mesma linha de pensamento, o percentual de 38% dos respondentes que considera a Reitoria pouco atuante pode sinalizar maiores dificuldades na condução do processo nessas IES, pois o apoio do nível de gestão institucional é fundamental para o seu sucesso.

É necessário observar que o envolvimento de setores de diferentes níveis da universidade, seja em maior ou menor grau, se torna importante para o processo de curricularização da extensão. Neste íterim, a presente análise foi organizada de maneira a demonstrar a gestão integrada acerca deste processo, uma vez que

contempla a gestão da extensão no nível institucional, no nível das Pró-Reitorias (Proex e Prograd) e no nível do curso de Engenharia Civil da UFJF.

Na UFJF, para debater a exigência trazida pelo MEC no nível institucional, a Pró-Reitoria de Extensão iniciou um movimento de discussão e construção coletiva de uma minuta de resolução para direcionar os cursos na implementação da curricularização da extensão. E1 participou de algumas reuniões para a construção dessa minuta. A forma como este processo de implementação da exigência do MEC vem sendo realizado demonstra o caráter participativo da gestão universitária.

Segundo E1, a proposta da Proex foi de construir essa minuta em reuniões com representantes de diversas instâncias da universidade e dos cursos, aprová-la, transformando-a em uma resolução publicada e, a partir disso, visitar os cursos para auxiliá-los com relação ao cumprimento, de forma a atender às suas especificidades. De acordo com E1, o grupo que debateu a construção da minuta de resolução da curricularização da extensão nos cursos da UFJF foi composto por

coordenadores de curso ou alguém ligado às coordenações, eu representava o Congrad, [...] a Pró-Reitora de Extensão, uma funcionária da Pró-Reitoria de Extensão, e tinha pelo menos mais uns três ou quatro membros, [...] eram algumas pessoas que eu não conhecia previamente [...]. Mas me parece que tinha gente da área de humanas, acho que pegou uma pessoa de cada área, se eu não me engano tinha alguém da saúde [...] pra poder tentar ver se fazia alguma coisa que pudesse atender melhor cada área da instituição. (E1, entrevista realizada em mar. 2021).

A participação foi observada pela representação por parte de diversas pessoas, de diferentes setores da universidade no processo de criação da minuta de resolução. Nas universidades federais do Sudeste e Sul do Brasil que participaram desta pesquisa, também ocorreram debates e reuniões por conta do processo de curricularização da extensão, o que reforça o caráter participativo e integrado da gestão universitária (vide Tabela 15). Também é necessário fazer considerações a respeito da assertiva nº 3 da Tabela 13, a partir da qual é possível observar que na maioria das IES existe uma boa comunicação entre a coordenação de curso e a gestão da extensão.

Na visão de E1, a Proex iniciou seu dever de estar à frente do debate com relação à construção da minuta de resolução para a implementação da

curricularização da extensão nos cursos da UFJF. Como a minuta não foi aprovada até o momento da entrevista, ele manifestou o pensamento de que a Prograd precisaria discutir a proposta para que o processo de implementação tenha andamento. Isso porque ele entende que no âmbito das Unidades Acadêmicas, os cursos não conseguem aprofundar suas discussões acerca do assunto sem uma diretriz institucional que possa direcionar a gestão do curso na implementação da extensão no currículo. O entrevistado afirmou:

então eu acho que agora a bola está com a Prograd. Então agora ela tem que discutir essa minuta. Se ela não discutir a minuta e não aprovar, os cursos não têm o que fazer, porque não tem uma diretriz da instituição, entendeu? (E1, entrevista realizada em mar. 2021).

Sobre a atuação dos órgãos da UFJF no processo de implementação da curricularização da extensão, E2 percebeu uma insuficiência de modo geral. Segundo ele, a atual gestão da Pró-Reitoria de Extensão é muito dinâmica e interessante, e organizou muitas coisas com relação à extensão na universidade. Porém, no seu pensamento, é da Prograd a maior responsabilidade de atuar à frente nesse processo, enquanto a Proex ofereceria um suporte fundamental. Ele justifica sua visão pelo fato de que se trata de curricularizar a extensão, ou seja, envolve carga horária no currículo de graduação.

Uma vez que as instâncias superiores da organização (Pró-Reitorias) ainda não definiram as diretrizes gerais para a implementação da curricularização da extensão, os níveis locais da universidade têm dificuldade para traçar seus planos que visam colocar em prática as ações que vão ser necessárias para o cumprimento da exigência do MEC. Isso fica claro quando E1 (entrevista realizada em mar. 2021) diz: “o problema é discutir a curricularização da extensão de uma forma que o colegiado entenda, NDE entenda que deva ser aplicado, e depois vir uma resolução em um sentido contrário, com outras diretrizes”. Outra fala dele aborda essa linha de pensamento:

eu participei de reuniões como representante do Congrad né. E eu acho que a coordenação de curso, colegiado, estão meio engessados por não ter a resolução pronta [...]. Ela [a Prograd] tem que levar isso adiante até para dar uma diretriz mais sólida para os

NDEs, para os colegiados, para uma discussão que seja mais produtiva. (E1, entrevista realizada em mar. 2021).

Esse trecho reafirma a necessidade de as instâncias superiores da universidade estabelecerem primeiro as diretrizes gerais para a curricularização da extensão, para que elas possam guiar as outras instâncias da organização, os cursos, de forma que elas consigam se organizar e colocar em prática as determinações colocadas. Essa é uma característica que ocorre em organizações que apresentam uma gestão integrada.

Fraga (2015) observa que as Ipes do Brasil precisam planejar, formular e implementar estratégias, diante das diversas demandas advindas de fontes externas, entre elas os regulamentos a que estão submetidas. Diante desse contexto, a definição de uma normativa institucional pelas instâncias superiores, contendo diretrizes e estratégias gerais, é essencial para que o curso de Engenharia Civil da UFJF avance nas discussões e na construção de um plano que vise desenvolver suas estratégias específicas para implementar a curricularização da extensão no curso.

A inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação foi pauta de uma reunião do Congrad, no final de abril de 2021, quando foi aprovado um cronograma de debates e também a proposta de minuta de resolução sobre o tema. O cronograma está apresentado na Figura 1:

Figura 1 - Cronograma de debates sobre a inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação da UFJF - ano 2021

Inserção da extensão nos currículos de graduação												
AÇÕES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1) CONGRAD com a pauta “A Inserção da Extensão nos Currículos de Graduação da UFJF”				X								
2) Discussão nas respectivas unidades acadêmicas com os/as integrantes para possíveis sugestões e adequações na minuta a fim de ampliar o debate					X	X	X	X				
3) Seminários temáticos com apresentação de experiências					X	X	X	X				
4) Atualização da minuta					X	X	X	X				
5) CONGRAD: deliberação e aprovação da minuta									X			
6) Alterações no PPC a fim de assegurar o mínimo de dez por cento de sua carga horária total em participação discente em Atividades Curriculares de Extensão*									X	X	X	X

* Alterações no PPC até julho/2022 com aprovação no 2º semestre de 2022

Fonte: Universidade Federal de Juiz de Fora (2021a).

Assim, a referida proposta de minuta de resolução foi encaminhada, pela Prograd, aos coordenadores de curso da UFJF a partir da data desta reunião.

Outra evidência da adoção da gestão integrada e participativa neste processo foi o acolhimento das demandas dos cursos, em especial o curso de Engenharia Civil da UFJF. Ao ser questionado se as demandas da coordenação do referido curso são ouvidas pela gestão de extensão da universidade, E1 afirmou positivamente e destacou o fato de que os cursos têm demandas em comum, que refletem as maiores preocupações da gestão: viabilizar a criação de 10% de carga horária em extensão para todos os alunos. E quando E1 falou a respeito da comunicação com a gestão da extensão na universidade, ele deixou claro que ela é satisfatória, que, sempre que precisou de algo da Proex, ele foi plenamente atendido e que, inclusive, sempre manteve uma boa relação com a Pró-Reitora de Extensão da UFJF durante sua atuação na referida universidade. De forma semelhante, a maioria dos respondentes do questionário sente que a coordenação do curso é ouvida pela gestão da extensão na instituição onde atuam. De fato, a boa relação

entre os diferentes níveis de gestão e a boa comunicação entre eles podem contribuir para o alcance dos objetivos e dos resultados institucionais. À luz de Conte (2014), a boa comunicação é algo importante para o bom funcionamento da gestão participativa na organização.

Por outro lado, é preciso observar que E2, ao falar sobre a forma como tomou conhecimento sobre as exigências do MEC para a extensão, destacou possíveis problemas de comunicação no âmbito do curso:

[...] foi algo que quando surgiu a resolução [nº 7/2018] nos assustou bastante, trouxe um impacto, porque a informação chega assim: “precisamos ter 10% do curso com extensão”. A informação chega curta, ela chega assim, incompleta. Estou falando assim, nos corredores, nos grupos de professores, daqueles que são os interlocutores né. Então acho que a divulgação, a comunicação é muito falha, ela vem com esse chavão: “precisamos ter 10% de extensão”, tá certo? (E2, entrevista realizada em maio 2021).

Desta forma, é possível destacar que, embora a comunicação entre diferentes níveis mostre ser satisfatória (entre Pró-Reitoria de Extensão e coordenação de curso), pode haver falhas quando o olhar se volta para os diferentes setores que pertencem ao mesmo nível, o do curso (entre coordenação e NDE, por exemplo). Além disso, E2 destacou que houve muita dificuldade e surgiram muitas dúvidas nas discussões sobre a curricularização no grupo de trabalho. Assim, o grupo procurou, em determinados momentos, o apoio da Pró-Reitoria de Graduação, mas não o teve, possivelmente porque a Prograd não teve condição de oferecê-lo, diante do fato de esse debate ficar estagnado no âmbito institucional por muito tempo, segundo E2.

No sistema educacional, em especial dentro das universidades, existem diferentes níveis de gestão, como a Reitoria, Pró-Reitorias, Direção de Unidade Acadêmica, coordenações de cursos e chefias de departamento. Diante dessa complexidade da gestão universitária, é adequado que esses setores tenham mecanismos formais e informais de trocas de informação. Esse pensamento se ancora na visão de Baylão, Schettino e Cherrine (2014) que justifica a participação das pessoas pela necessidade de elas compartilharem responsabilidades e tarefas nas organizações.

Embora Machado (2020a) ressalte que a sistematização da participação das pessoas no sistema educacional seja um grande desafio, observa-se, de acordo com a pesquisa realizada com E1, que existe essa prática de participação e comunicação entre a coordenação do curso de Engenharia Civil e a gestão da extensão da UFJF, na qual esses diferentes níveis se comunicam. Este é um fator que corrobora o observado por Machado (2020a), uma vez que, de acordo com a autora, a gestão educacional é composta por níveis interdependentes entre si e, por isso mesmo, os níveis superiores precisam ouvir e considerar as reais condições e necessidades dos níveis inferiores para tomarem suas decisões; e, da mesma forma, os níveis inferiores precisam seguir e considerar as decisões (regulamentos, resoluções, orientações) dos níveis superiores para poderem agir no nível local.

Quando o olhar se volta para a gestão da extensão na Faculdade de Engenharia e do curso de Engenharia Civil da UFJF, também é possível verificar aspectos da gestão participativa. E1 e E2 informaram sobre a criação do grupo de trabalho com o objetivo de estudar a implantação das novas DCNs (e da extensão nos currículos) nos cursos de engenharia da UFJF. Tal grupo conta com quatro representantes do NDE, o coordenador de curso, o vice coordenador, um outro docente (na função de “gerente”) e um representante discente, totalizando oito pessoas.

Segundo E1, houve o cuidado de se colocar todos os integrantes do NDE neste grupo de trabalho porque a minuta de resolução que vem sendo criada na UFJF até então estabelece que a curricularização da extensão precisa ser discutida pelo NDE do curso. Nas palavras do entrevistado, “o NDE é um órgão consultivo do colegiado de curso, ele deve sim participar dessas discussões, inclusive da implantação das novas DCNs” (E1, entrevista realizada em mar. 2021).

E1 reforçou a característica participativa e integrada nos diferentes níveis da gestão universitária ao deixar claro que a coordenação do curso, por si só, não possui autonomia para adaptar a forma de implementar a extensão no currículo do curso. Ao ser indagado sobre essa autonomia, E1 relatou que:

a coordenação, por si, não [não tem autonomia]. Tem que fazer essa discussão e implementação através do NDE e colegiado. Então havendo uma minuta clara, com diretrizes que sejam factíveis, aí sim eu acho que é possível [adaptar a forma de implementar a extensão

no currículo do curso]. Mas, tem que esperar para ver como é que vem essa resolução lá do Congrad. Envolvendo a participação das pessoas, uma discussão ampla, eu acho que dá para chegar em um ponto interessante sim. (E1, entrevista realizada em mar. 2021).

Sobre essa questão, E2 se colocou de uma forma semelhante acerca deste aspecto dizendo que o curso sozinho não consegue fazer essa implementação, mas diante de orientações gerais poderia adaptar às suas particularidades:

o curso sozinho não consegue. Tem que ter a Pró-Reitoria ajudando, tem que ter as duas Pró-Reitorias orientando [Prograd e Proex], tem que ter diretrizes básicas, e temos que ter a possibilidade de receber diretrizes e nós adaptarmos as diretrizes. E não pode vir [de forma] rígida. A minuta tem que ser discutida para criar uma resolução interna da UFJF de forma que tenha flexibilidade para cada curso, cada grupo ter essa liberdade que a gente tem baseado nos NDEs, na área do conhecimento, nas competências profissionais. (E2, entrevista realizada em maio 2021).

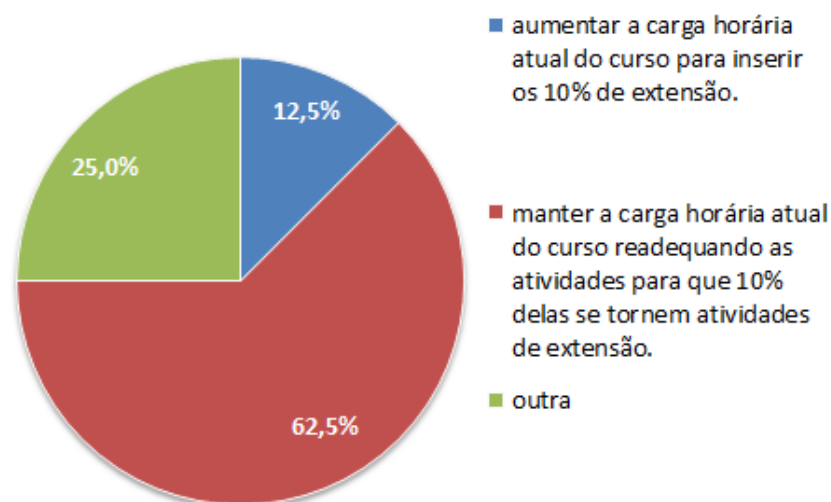
Na questão da autonomia, parece haver um senso comum, pois tanto nas entrevistas, quanto nas respostas aos questionários (assertiva 4 – Tabela 13), foi observado que os cursos possuem certa autonomia para adaptar a forma de implementar a curricularização da extensão de acordo com suas necessidades.

É preciso salientar que o processo de curricularização da extensão nas universidades e nos cursos de graduação se difere da gestão do currículo dos cursos. O primeiro se refere ao debate, ao desenvolvimento de normativas e à construção de mecanismos estruturais que orientem os cursos no cumprimento das exigências do MEC, como foi demonstrado nesta seção até aqui. Já a gestão do currículo, que será apresentada a partir deste ponto, se volta, neste contexto, ao processo de reforma curricular propriamente dito, em que os órgãos de gestão do curso, como o NDE e a coordenação, estabelecem como o PPC será construído, definindo quais atividades curriculares – entre elas as atividades de extensão – farão parte do currículo do curso, como será realizada sua distribuição ao longo do Projeto e delimitando sua carga horária.

Com relação à gestão do currículo, no questionário foi perguntado sobre qual caminho o curso de Engenharia Civil das IES participantes da pesquisa está seguindo. Nessa questão, foram colocadas duas alternativas de caminhos e

deixamos uma terceira possibilidade em aberto para o caso de o curso estar seguindo um caminho diferente e na qual o respondente poderia especificá-lo. O Gráfico 2 ilustra as respostas obtidas de oito IES:

Gráfico 2 - Possíveis caminhos para o currículo do curso



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Observa-se que a minoria dos cursos de Engenharia Civil apontou que pretende aumentar a carga horária para inserir as atividades de extensão. No entanto, é preciso observar que um quarto dos respondentes assinalou a alternativa “outra”. Assim, cabe especificar as duas respostas dadas por cada uma dessas instituições, as quais estão transcritas no Quadro 6:

Quadro 6 - Resposta "outra" com relação ao caminho curricular que o curso da IES está seguindo

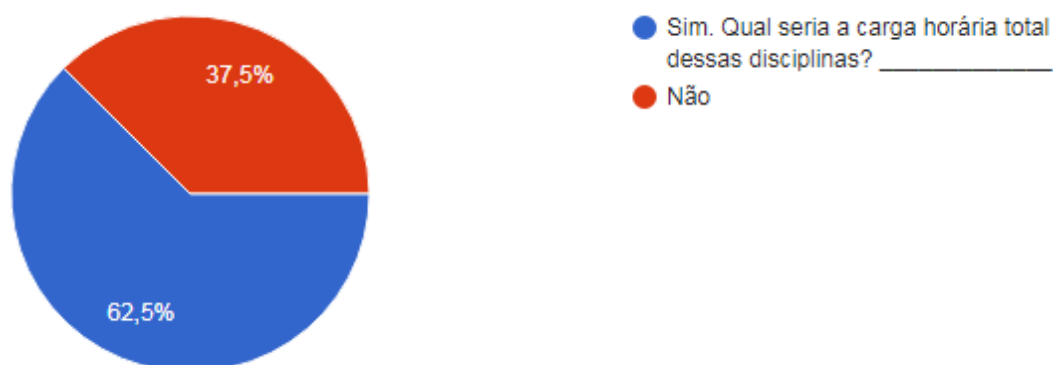
1	Aumentando a Carga Horária, quando necessário, mas também readequando as atividades.
2	A ideia é adotar uma forma híbrida, contabilizando alguma carga horária nas disciplinas e as demais faltantes com outras atividades de extensão à escolha do aluno.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

As duas respostas do Quadro 6 apontam para caminhos em que, diante da curricularização da extensão, pode haver algum aumento de carga horária no curso em questão, ou seja, representam propostas híbridas com relação à carga horária.

Também foi questionado se existe, no curso de Engenharia Civil das IES pesquisadas, alguma proposta para criação de disciplinas de extensão na grade curricular do curso. De um total de oito respostas, a maioria apontou que sim, de forma que o Gráfico 3 apresenta o percentual das respostas:

Gráfico 3 - Existência de criação de disciplinas de extensão nos cursos



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Foi pedido que os respondentes que assinalassem “sim” informassem o quantitativo de horas que essas disciplinas de extensão ocupariam na grade do curso. De fato, a criação de disciplinas se mostrou um caminho recorrente a ser utilizado pelos cursos, corroborando a ideia de que somente através de programas e projetos de extensão a maioria dos cursos não conseguem atender ao percentual exigido pelo MEC para atividades de extensão.

A partir da entrevista, foi possível constatar que E1 vê possíveis caminhos a serem seguidos pelo curso de Engenharia Civil da UFJF para cumprir a exigência do MEC com relação à extensão. Segundo ele, independentemente das estratégias adotadas, há o pensamento de que não se deve criar carga horária adicional no currículo, então a curricularização da extensão deve vir por meio da retirada ou da transformação de atividades atuais do curso. Sobre isso, ele explicou que a ideia

não é criar carga horária, é **tirar** carga horária do que existe para abrir espaço para extensão e tentar aproveitar também atividades curriculares do curso que possam se constituir como atividades de extensão. Então não é uma tarefa fácil. 10% da carga horária seria, para o curso de Engenharia Civil, algo em torno de 370 horas que a

gente deveria **retirar** do currículo do curso ou **transformar** de alguma forma. (E1, entrevista realizada em mar. 2021, grifo nosso).

É importante destacar que E1 usa os termos “tirar” “retirar” ou “transformar” carga horária do currículo para atender à demanda de extensão. Portanto, parece imprescindível compor o currículo incrementando as atividades de extensão no curso (o equivalente a aproximadamente 370 horas a mais). A Resolução nº 7/2018 do MEC não define a forma como os cursos devem implementar a extensão no currículo, mas fixa o percentual de 10%. Portanto, em princípio, as instituições e os cursos podem decidir a melhor forma de fazer isso. A partir das entrevistas realizadas com os membros da gestão do curso de Engenharia Civil da UFJF (E1 e E2), entende-se que o referido curso pretende seguir um caminho que não incorra em aumento da carga horária.

Como apresentado neste trabalho, o curso de Engenharia Civil da UFJF possui uma carga horária extensa, sendo o segundo maior dos cursos de engenharia da instituição. Pelo que E1 e E2 indicam, essa questão precisa ser levada em conta:

a ideia da curricularização da extensão é essa, não é acrescentar carga horária, é transformar as atividades que já existem, que possam ter um caráter extensionista ou retirar carga horária para acrescentar atividade extensionista. Hoje o curso de Engenharia Civil tem quase 3.800 horas. Se a gente for fazer uma continha e dividir isso por 0,9 para ter os 10% de extensão, a gente vai para mais de 4.000 horas. Então acrescentar carga horária não é a ideia da curricularização da extensão. Até porque, vamos pegar outro curso, a medicina tem, se eu não me engano, 8 mil e tantas horas. Se for acrescentar mais 10%, esses alunos não vão se formar é nunca. [...] Se pensar no curso de Engenharia Civil, com 4.200 horas de atividades, por conta de acrescentar a extensão, em 5 anos você não faz mais. Aí você vai ter que ampliar a duração do curso. Então, o grande complicador que eu acho é sim essa carga horária excessiva [...] (E1, entrevista realizada em mar. 2021).

Eu percebo que há um consenso, os professores aqui, e é até um pouco diferente da minha opinião, mas eu vejo que o grupo, e o coordenador anterior era muito enfático nisso, e respeitosamente a gente não tem a mesma opinião, mas o grupo de certa forma e o coordenador anterior [...] defendem que não aumentemos créditos. [...] eu (opinião particular) defendo não aumentar a carga horária para contemplar, eu defendo aumentar um pouco a carga horária do que a gente tem hoje, uma forma mista. Para nós não tirarmos as

nossas competências [disciplinas]. Eu não posso subtrair certas coisas do currículo, algumas eu consigo converter, outras eu não posso subtrair, então eu acho que tem que manter algumas, converter algumas, mas vai faltar. É matemática. Então eu defendo completar um pouco, um pouco. (E2, entrevista realizada em maio 2021).

Aumentar em 10% a carga horária é um desafio considerável para o curso de Engenharia Civil da UFJF, pois implica a geração de maior demanda de trabalho para os docentes, TAEs e profissionais da UFJF de forma geral, além de tornar o curso ainda mais extenso, o que pode ser desestimulante para os alunos.

Diante da problemática, as possíveis estratégias para a curricularização da extensão no curso, na visão de E1, seriam então utilizar novas modalidades de extensão (disciplinas híbridas), potencializar algumas já existentes (utilizar melhor a capacidade das ações já existentes na Faculdade, aumentar número de programas e projetos de extensão) e, ao mesmo tempo, abrir mão de outras atividades não extensionistas do currículo (reduzir carga horária de algumas disciplinas).

De acordo com E1 e E2, as disciplinas podem ser uma modalidade de extensão interessante a ser utilizada no curso. Sobre isso, E1 diz:

então, tem várias ideias postas. Por exemplo, disciplinas que, de alguma forma possam envolver atividades de extensão que, a própria minuta trata isso como uma disciplina híbrida. Então hoje a gente teria [...] as disciplinas que têm a parte teórica e a parte prática, são as associadas. [...] Então fazer alguma coisa dessa forma com a extensão também: disciplinas que possam ter essa característica [...] Então essa é uma ideia. (E1, entrevista realizada em mar. 2021).

Outro caminho apontado por E1 para o atendimento à exigência do MEC pelo curso de Engenharia Civil seria a utilização do Núcleo de Atendimento Social da Faculdade de Engenharia (Nasfe) para incorporar algumas atividades no currículo do curso. O Nasfe, até 2019, era um programa de extensão já institucionalizado na Faculdade de Engenharia e, a partir de 2020, transformou-se em um projeto de extensão que conta com a participação de 11 alunos dos cursos de engenharia, entre eles os de Engenharia Civil. Ele oferece atendimento gratuito às pessoas de baixa renda, com relação a diversos serviços de engenharia, como usucapião, medição de terrenos, vistorias técnicas e outros. O Núcleo também firmou parceria

técnica com a Prefeitura de Juiz de Fora em 2020 para mapear as áreas de risco na cidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2020v), e dos trabalhos desenvolvidos foram geradas diversas publicações (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2021b).

O Nasfe representa importante atividade extensionista no contexto da Faculdade de Engenharia, sendo ressaltado por E1 como um diferencial na formação do estudante. No entanto, o Núcleo atua sob demandas específicas e abriga a participação de poucos alunos extensionistas, o que leva ao entendimento de que ele precisaria ser ampliado exponencialmente para poder contribuir de forma efetiva para a implementação da curricularização da extensão, nos moldes exigidos pelo MEC.

Por fim, E1 também apontou a possibilidade de retirar disciplinas eletivas do currículo e substituir por atividades de extensão: “uma outra ideia seria, no curso Engenharia Civil a gente tem uma obrigatoriedade de créditos eletivos, o aluno tem que cursar 18 créditos eletivos, então talvez reduzir isso um pouquinho para abrir espaço para extensão” (E1, entrevista realizada em mar. 2021). Essa possibilidade também foi apontada por E2 (entrevista realizada em maio 2021): “o que a gente pensou, em um primeiro momento, é que essa carga horária de disciplinas eletivas poderia passar para disciplinas ligadas à extensão”. E completou dizendo que essa alternativa por si só não contempla toda a carga horária necessária, de aproximadamente 25 créditos em extensão, o que é bastante coisa na visão dele. Então, o restante seria buscado através de outras disciplinas em que se consiga ter um caráter extensionista.

Ao mesmo tempo em que reduzir a carga horária de disciplinas eletivas possa ajudar evitando aumentar a carga horária do curso e torná-lo mais extenso, é preciso considerar a possibilidade de que tal proposta possa engessar o curso, já que as disciplinas eletivas representam a oportunidade que o aluno tem de escolher uma disciplina que aborde um tema que ele considera mais interessante. Assim, reduzir essa possibilidade de escolha pode tornar o curso menos atrativo para os discentes.

À luz de Imperatore, Pedde e Imperatore (2015), é importante ressaltar que a curricularização da extensão representa um desafio significativo às universidades, uma vez que não se trata de construir soluções superficiais a ponto de que as ações

extensionistas percam seu significado e potencial transformador. Os autores observam que

a extensão marginal ao currículo (e à universidade), efetivada em grande medida através de cursos e eventos, prestação de serviços e parcerias externas, encontra-se distante da extensão como cogeradora de conhecimentos, integrada à proposta de formação curricular e seu potencial transformador da sociedade (a partir da transformação da própria universidade e sua territorialização). (IMPERATORE; PEDDE; IMPERATORE, 2015, p. 9).

De tal modo, com a curricularização da extensão, espera-se ressignificar o currículo, colocando-o como uma ferramenta que conecta efetivamente as funções universitárias (ensino, pesquisa e extensão) para exercer uma prática acadêmica mais próxima das reais questões que a sociedade enfrenta e; ao mesmo tempo, alinhadas com outras organizações da sociedade, como empresas, movimentos e entidades públicas, por exemplo (IMPERATORE; PEDDE; IMPERATORE, 2015).

Diante disso, emerge o pensamento de que, ao se retirar carga horária de disciplinas eletivas, aproveitar carga horária de disciplinas já existentes, criar novas disciplinas extensionistas (ou híbridas), ou mesmo aumentar o número de atividades extensionistas de outras modalidades, deve-se ter o cuidado de garantir a qualidade dessas ações. Isto é, não adianta disponibilizar 10% de atividades de extensão para todos os alunos do curso se essas atividades se distanciarem dos propósitos que devem ter para com os alunos da UFJF, a UFJF em si e a sociedade, à luz das diretrizes das ações de extensão, em especial: impacto na formação do estudante e transformação social, conforme preconiza a Política Nacional de Extensão Universitária (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2012) e de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 7/2018 (BRASIL, 2018).

Então, o atendimento à normativa do MEC não pode se dar de forma superficial, cumprindo a exigência de ofertar nos cursos os 10% de atividades de extensão de maneira *pro forma*, automática. Por isso, é importante que haja o entendimento por parte da comunidade acadêmica de que a resolução se trata de um esforço para que a extensão possa compor efetivamente a formação dos estudantes, à luz da indissociabilidade entre as três funções universitárias; e cabe

também a essa mesma comunidade acadêmica a assunção do compromisso de fazer deste contexto a oportunidade de alcançar o objetivo de mudar a perspectiva que a extensão possui nas práticas universitárias.

Considerando que o currículo do curso de Engenharia Civil da UFJF não passa por uma reforma robusta há cerca de 30 anos, que as discussões no curso ocorreram até então de forma muito preliminar e que a participação dos alunos em extensão é baixa no curso, o desafio é muito grande.

Levando a discussão para os desafios e para os pontos positivos e negativos encontrados pelos participantes da pesquisa acerca da curricularização da extensão, o questionário se voltou a este tema. Primeiramente, perguntou sobre os maiores desafios enfrentados pela gestão dos cursos frente ao atendimento às exigências elencadas pela Resolução nº 7/2018. Como essa questão permitia respostas discursivas, sua apresentação está no Quadro 7:

Quadro 7 - Maiores desafios enfrentados pelos cursos

(continua)

1	Depois de aprovada pela instituição, a norma de curricularização da extensão nos cursos de graduação da (universidade), a implementação dela pela gestão do curso transcorreu com tranquilidade. Falta ainda a implantação das modalidades estabelecidas na norma no sistema acadêmico. Mas o maior desafio será o envolvimento dos docentes na proposição de projetos com a frequência requerida em função do aumento número de alunos no curso.
2	Adequação do Projeto Pedagógico para atendimento aos 10% de carga horária.
3	Como temos um curso com um número baixo de professores, por enquanto ainda não teríamos atividades suficientes para que a carga horária necessária dos alunos fosse cumprida. Além disso, há uma dúvida no entendimento de qual seria a melhor estratégia a seguir, no que diz respeito à forma de contabilizar a carga horária de extensão. Vale ressaltar que algumas disciplinas não possuem um grande caráter extensionista, dificultando o rol de opções de contabilizar tal carga horária dentro dos componentes curriculares. Outro ponto é que ainda não se tem uma normativa clara da universidade para nortear as discussões. Por fim, o cenário da pandemia atrasou as discussões, uma vez que outras pautas foram essenciais para o andamento das atividades de maneira remota, tendo em vista que o período atual é extremamente dinâmico e necessita de constante revisão dos regulamentos da universidade.
4	A mudança do PPC logo após o curso ter sido modificado.
5	Entender a forma de se implementar a resolução no curso e definir disciplina extensionistas que se adequem a formalidade necessária.
6	Adequar a carga horaria sem aumentar a carga horaria do curso
7	Conseguir uma maior participação/ engajamento dos docentes em propostas/ projetos de extensão visto que a própria universidade não atribui valor aos projetos de extensão quando analisa a produtividade dos docentes.

Quadro 7 - Maiores desafios enfrentados pelos cursos

(conclusão)

8	Estamos em plena reestruturação curricular, com nova formação de NDE, e encontramos muita dificuldade em manter nossos encontros, devido às demandas institucionais e adaptações ao novo sistema Remoto. Mas estamos prosseguindo com nossas atividades e estudos.
---	--

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Ao analisar o Quadro 7, observa-se um padrão que identifica três principais dificuldades enfrentadas pelos cursos. A primeira pode ser vista nas respostas 1 e 7, as quais abordam o desafio de *aumentar o envolvimento dos docentes* nas proposições de ações de extensão na universidade. Conforme apresentado na Tabela 12, na maioria das IES pesquisadas, o envolvimento dos docentes em ações extensionistas é considerado baixo. A segunda dificuldade pode ser observada nas respostas 2 e 4, que apontam para o desafio de *adequar o Projeto Pedagógico do Curso* de forma que atenda às exigências do MEC para a extensão. A terceira dificuldade está nas respostas 3, 5 e 6, em que os respondentes apontaram para o *desafio de se definir qual o melhor caminho* para implementar a curricularização da extensão nos seus respectivos cursos. Por fim, a resposta nº 3, entre outras coisas, também aponta para a falta de uma resolução institucional que dê base para o avanço das discussões no âmbito do curso e o atraso nas discussões em decorrência da pandemia, sendo este último fator também presente na resposta 8.

Indagou-se também sobre os pontos positivos identificados pelos respondentes a respeito da implementação da resolução do MEC no curso. As respostas, também discursivas, estão no Quadro 8:

Quadro 8 - Pontos positivos identificados pelos cursos

(continua)

1	Formação diversificada dos alunos e oportunidade de maior envolvimento do curso com a comunidade externa da instituição.
2	Uma reclamação recorrente dos egressos do Curso de Graduação em Engenharia Civil é que a proximidade com a prática da Engenharia é deficitária, apesar do enorme conhecimento teórico adquirido. A extensão pode atuar diretamente nesta questão.
3	Sem dúvida tal resolução irá ampliar a relação entre a universidade e a sociedade, colocando a população mais próxima do meio acadêmico. Para os alunos também será de grande importância esse contato com a sociedade, reduzindo o foco exclusivamente acadêmico de alguns. Também ajudará a desenvolver o caráter extensionista no curso.

Quadro 8 - Pontos positivos identificados pelos cursos

(conclusão)	
4	Mais conversa da universidade com a população por meio de extensão.
5	Maior contato com a comunidade, auxílio na formação prática dos alunos.
6	Força as universidades a se inserir na comunidade.
7	As atividades de extensão não costumam ser muito desenvolvidas nos cursos de Engenharia Civil, razão pela qual essa implementação é positiva e poderá permitir maior aproximação dos cursos e universidades às comunidades da região.
8	As atividades de extensão são essenciais para o desenvolvimento do aluno, é a forma mais adequada de inseri-lo no contexto local, regional e nacional, e até mesmo através de nossos intercâmbios, em uma ampla visão da sua escolha profissional e como será sua atuação no mundo profissional. A extensão faz a perfeita conexão do mundo acadêmico com a realidade social. Vejo essa implementação como um fomento para nossa reflexão como docentes e gestores.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

As respostas do Quadro 8 permitem observar que foram abordados três pontos principais que merecem atenção. O primeiro deles é a contribuição que a extensão dá para a *aproximação entre a universidade e a comunidade* (respostas 1, 3, 4, 5, 6, 7 e 8). O segundo ponto é a *contribuição na formação dos alunos*, principalmente com relação à aplicação prática dos conhecimentos adquiridos no curso, em detrimento de uma formação puramente teórica (respostas 2, 3 e 5). O terceiro se refere à contribuição que a resolução do MEC trouxe, *impulsionando o desenvolvimento do caráter extensionista na estrutura dos cursos* (respostas 3 e 7). Em especial, destaca-se a resposta 7 na qual o respondente ressalta que nos cursos de Engenharia Civil as ações de extensão não costumam ser muito desenvolvidas. Tal resposta remete ao estudo de Rodrigues (2019), no qual ele apontou a discrepância entre o número de programas e projetos de extensão desenvolvidos na Faculdade de Medicina e na Faculdade de Engenharia da UFJF. Em sua pesquisa, o referido autor identificou que a segunda faculdade possuía uma quantidade de ações extensionistas bem inferior à primeira, embora a Engenharia possuísse mais cursos de graduação, mais estudantes matriculados e maior número de docentes e TAEs do que a Medicina.

Por fim, os respondentes foram questionados sobre os pontos negativos que identificaram a respeito da implementação da resolução do MEC no curso. As respostas foram organizadas e apresentadas no Quadro 9:

Quadro 9 - Pontos negativos identificados pelos cursos

1	Aumento da carga horária do curso.
2	Dificuldade em encontrar a melhor forma de aplicação. Como resultados da implementação, não observamos pontos negativos.
3	Os alunos do curso de engenharia civil já possuem uma elevada carga horária dentro e fora da sala de aula, tendo que se dedicar integralmente para o devido desenvolvimento das competências e habilidades requeridas pelo mercado de trabalho. Dessa forma, incluir mais exigências para a sua formação torna o processo ainda mais dispendioso. Além disso, cursos como o da (universidade) com um baixo número de professores, terão que desenvolver mais atividades de extensão do que é oferecido hoje. Isso resulta em um aumento da carga horária de trabalho, uma vez que vários professores, além das atividades de ensino, pesquisa e extensão, ocupam cargos de gestão dentro da universidade.
4	O prazo e a obrigatoriedade de 10%. Algumas disciplinas perderam carga horária que podem ser importantes futuramente.
5	Não ter a colaboração de professores com programas/projetos de extensão.
6	Dificuldade em os alunos conseguirem cumprir a carga horária principalmente em cidades pequenas.
7	No caso de cursos com alta carga horária, como os nossos, acaba sobrecarregando mais os discentes se o curso não for capaz de incluir as atividades de extensão na carga horária existente, sem acréscimo.
8	Um dos principais pontos negativos, é encontrar alternativas para reunir opiniões tão diversas entre os docentes, é preciso haver em primeiro lugar a aceitação das mudanças. Estamos discutindo as alterações curriculares, e ainda não acho prudente falar em dificuldades, prefiro aguardar o andamento das nossas ações para a implementação.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Ao analisar as respostas do Quadro 9, destacam-se dois principais pontos negativos que, inclusive, dialogam com os desafios identificados nas outras IES pesquisadas, apresentados no Quadro 7. O primeiro é relacionado à *gestão da carga horária*, tanto com relação ao cumprimento das horas exigidas em atividades de extensão quanto com relação à carga horária total do currículo do curso após a implementação de atividades extensionistas (respostas 1, 3, 4, 6 e 7). Existe a preocupação com o aumento desta carga horária, visto que os cursos de Engenharia costumam já ter uma carga horária extensa e exigem, na maioria das vezes, a dedicação integral do aluno. No entanto, há de se refletir que a curricularização da extensão não se trata necessariamente de aumentar demandas, mas, sim, de redimensionar a formação do aluno pensando também em considerar a extensão nesse processo formativo. O segundo ponto negativo é a *dificuldade de obter por parte dos docentes uma maior participação em atividades extensionistas* (respostas 5 e 8).

É importante observar que quatro universidades pesquisadas, através do questionário, apontaram nos Quadros 7 e 9 a dificuldade de envolvimento dos professores com o tema da extensão nos cursos. Na Tabela 14, dois respondentes (25%) assinalaram a resistência dos professores como uma das dificuldades observadas no processo de implementação da extensão nos cursos. Destes dois, um não coincide com as quatro IES que apontaram a questão dos professores nos referidos quadros supracitados, o que nos leva a concluir que cinco (metade) das IES pesquisadas enfrentam este tipo de problema.

Com relação ao curso de Engenharia Civil na UFJF, alguns desafios se mostram para a gestão do curso. Diante da necessidade de se implementar a curricularização da extensão e oferecer 10% de atividades extensionistas no currículo, E1 sinalizou que pode haver alguma resistência por parte de professores, já que, segundo seu entendimento, algumas atividades de ensino (disciplinas) precisarão ceder espaço para que as atividades de extensão passem a compor o currículo do curso. Ele pondera que “definida a minuta [...], eu acho que vai ser uma discussão grande por conta dessa necessidade de **retirar** carga horária né [...], a gente sabe que todo mundo defende ali o seu espaço né, ninguém quer **perder** carga horária” (E1, entrevista realizada em mar. 2021, grifo nosso). Um trecho da fala de E2 também aponta para esse pensamento, quando ele discorre que, por vezes, alguns docentes questionam a respeito da curricularização da extensão:

aí vem um outro [docente] e fala assim: “mas, olha, a gente vai ter mesmo que fazer? Qual que é o prazo pra gente fazer isso?” Sabe, quando começa a querer avançar, as pessoas ficam sempre assim: “mas tem que fazer isso logo? Mas não tem nenhuma orientação?” então assim, a coisa não está objetiva, não está focada. (E2, entrevista realizada em maio 2021).

Com relação aos questionários, a resposta 4 do Quadro 9 ainda levanta a preocupação existente em outras IES com a possível perda de carga horária de disciplinas que o respondente considera importante para a formação do aluno diante de uma reforma curricular que venha a ser feita para adequar o curso à exigência de extensão colocada pelo MEC. E2 também apontou a preocupação de que haja

perda ou alteração de carga horária em conteúdos importantes do currículo atual, principalmente nas disciplinas.

Neste sentido, a exigência do MEC acarretará em um processo de reforma curricular do curso de Engenharia Civil da UFJF, até mesmo por conta da necessidade de se implementar também as novas DCNs no referido curso. Segundo E1, o curso não passa por uma reforma curricular robusta há bastante tempo, portanto o entrevistado prevê um processo complicado de reforma e a vê com certa preocupação. E2 ressalta que o atual PPC do curso data de 2017, quando foi aprovado após passar por uma atualização. Sobre isso, eles afirmam:

a gente está tentando fazer. A última reforma curricular, reforma curricular mesmo, que teve o curso de Engenharia Civil, você não vai acreditar, foi em 1989. De lá pra cá várias modificações aconteceram, é evidente. Mas nenhuma reforma que estudasse o currículo como um todo. (E1, entrevista realizada em mar. 2021).

[...] eu trabalhei na atualização do PPC, então esse projeto começou em 2015 e eu levei ele até 2017 [...] olha bem, nós levamos 2 anos e meio. [...] Nós atualizamos baseado em todas as legislações vigentes. E fizemos uma pequena reforma curricular naquela oportunidade. [...] E nós aprovamos em maio de 2017. [...] Nós não aumentamos, nós não fizemos grandes revoluções (E2, entrevista realizada em maio 2021).

E nessas reformas curriculares é muito difícil, às vezes, você convencer uma pessoa, porque tudo o que a gente faz para a gente é o mais importante né. E talvez para os alunos não, não é verdade? Então eu acho que essa discussão de reduzir carga horária não será fácil. (E1, entrevista realizada em mar. 2021).

Neste contexto, a fala de E1 chama a atenção, quando ele se referiu aos diversos interesses de professores que podem existir diante da necessidade de uma reforma curricular. Por exemplo, um docente pode não achar adequado reduzir determinada carga horária de uma disciplina por ele ministrada na graduação e, a partir disso, surgir alguma discordância, resistência ou conflito. Neste sentido, é importante lembrar a constatação de que 5 das 10 universidades pesquisadas através do questionário apontaram a dificuldade de envolvimento dos professores com o tema da extensão nos cursos, assim como o que se vê no curso de Engenharia Civil da UFJF, segundo E1 e E2.

Diante de diversas questões que influenciam a construção de um currículo de curso de graduação, Imperatore, Pedde e Imperatore (2015) discorrem que existe uma disputa de territórios curriculares. Segundo os autores, essa disputa fica evidente quando as políticas de gestão dos cursos se sobrepõem às funções acadêmicas propriamente ditas, na qual se faz a defesa de

rateios matemáticos, arranjos e combinações do currículo (atividades semipresenciais, disciplinas específicas, horas complementares etc) [...] em detrimento da efetivação das políticas acadêmicas coerentes com a retórica dos documentos institucionais. (IMPERATORE; PEDDE; IMPERATORE, 2015, p. 10).

Neste sentido, a resistência dos professores que ministram determinadas disciplinas que teriam sua carga horária alterada – para revisão do currículo do curso tendo em vista as atividades de extensão – poderia ser fator que levaria a essa disputa de territórios curriculares. Assim, tal disputa vai de encontro à construção de um currículo que tenha como propósito fazer com que a extensão auxilie na formação de novos profissionais, uma vez que alguns docentes poderiam encarar a discussão com alguma repulsa. Isso tenderia a prejudicar a riqueza do debate acerca da construção de um novo currículo do curso. A curricularização da extensão nos cursos de graduação tem o objetivo primário de impactar de forma positiva a formação dos estudantes e, especificamente nos cursos de engenharia, visa formar engenheiros mais completos profissionalmente, tanto do ponto de vista técnico quanto do ponto de vista social.

E2 elenca como o maior desafio para o curso de Engenharia Civil da UFJF o envolvimento dos professores. Sobre isso, ele enfatiza que:

[o maior desafio] é trazer os professores para a discussão, é envolver a comunidade docente no tema, é trazer a comunidade [acadêmica] a se interessar pela questão, é trazer a comunidade [acadêmica] a acreditar que tem que acontecer, é envolver professores. É muito difícil envolver professores nessas discussões. (E2, entrevista realizada em maio 2021).

Segundo E2, o curso de Engenharia Civil tem uma particularidade que pode ajudar a explicar essa dificuldade. É o fato de o curso estar associado a vários

departamentos acadêmicos, o que faria com que as discussões ficassem dispersas e não tivessem um departamento de referência para se dedicar a elas. Como exemplo, o curso de Engenharia Ambiental e Sanitária é associado diretamente ao departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental (ESA) que, além de reunir os profissionais (docentes e TAEs) administrativamente ligados ao curso, também reúne os mesmos profissionais ligados pedagogicamente a ele, tornando-o referência para as discussões que envolvem o referido curso. Então, quando o departamento se reúne, já estão reunidas as mesmas pessoas que discutem o próprio curso, o que seria uma facilidade para encaminhar a discussão sobre algum tema, mesmo que esta não seja pauta de uma reunião departamental, já que o departamento é responsável pela resolução de questões de cunho administrativo. No caso do curso de Engenharia Civil, não existe um departamento de referência, pois o curso é ligado a cinco departamentos: Transportes e Geotecnia (TRN), Construção Civil (CCI), Estruturas (ETU), Engenharia Sanitária e Ambiental (ESA) e Mecânica Aplicada e Computacional (MAC). Estes dois últimos inclusive são departamentos de referência de outros cursos: Engenharia Ambiental e Sanitária e Engenharia Computacional, respectivamente.

Outra preocupação, levantada por E1, é relacionada à dificuldade de criar atividades extensionistas, nos moldes já praticados, que sejam capazes de contemplar todos os alunos no percentual exigido pelo MEC. Por exemplo, ele aponta que haveria a necessidade de criar muito mais projetos de extensão. De acordo com E1, a Pró-Reitora de Extensão da UFJF informou, em uma reunião em 2020, que na época a UFJF tinha 500 projetos que atendiam 2.000 alunos, em média. O número total de alunos na UFJF é aproximadamente de 20.000. Assim, se a universidade precisar atender todos os alunos através de projetos, seriam necessários 5.000, o que no entendimento de E1 seria algo impraticável diante do panorama atual da extensão na UFJF.

Com relação especificamente ao curso de Engenharia Civil, E2 elencou outros fatores dificultadores. O primeiro é o fato de ser um curso com número grande de alunos distribuídos em turmas grandes nas disciplinas, o que cria maior demanda das atividades de extensão do que em outros cursos menores. Além disso, a

natureza do curso que, segundo ele, não apresenta facilidade para a criação de ações de extensão, também traz dificuldades. Ele discorre:

cursos da área de saúde ou cursos da área de ciências sociais, se você pega uma carga horária dessas, você já tem muitas disciplinas com característica extensionista, talvez. Você tem clínicas, você tem atendimento comunitário, você tem escritório-escola, por exemplo, no [curso de] Direito, talvez. Então, em outras áreas do conhecimento [...], aquilo parece que pode ser convertido em extensão, tem um caráter de extensão, de apoio à comunidade, de envolvimento com a comunidade. Então talvez os cursos consigam viabilizar. Mas as engenharias, um curso de ciência exatas [...] você colocar 380 horas em atividades voltadas dentro do conceito de extensão é muito difícil. (E2, entrevista realizada em maio 2021).

Faz-se necessário relembrar que este ponto também foi observado em outra instituição, através da resposta aos questionários (resposta 7 – Quadro 8) e no estudo de Rodrigues (2019).

Outro aspecto que surge como um importante limitador para o aumento da quantidade de ações de extensão é o perfil dos coordenadores de atividades extensionistas (sobretudo docentes), algo que também foi citado por E1 em dois momentos da entrevista e por E2, cujos trechos estão transcritos a seguir:

o grande problema é que a gente precisa de professores com perfil para atuar na extensão, porque não são todos né. Então, num primeiro momento, o grande problema seria esse.
[...] Os projetos de extensão terão que ser conduzidos por um professor ou por um técnico né [...], tá certo? E pra isso a gente precisa de ter professores que têm perfil para extensão. (E1, entrevista realizada em mar. 2021).

[...] o próprio perfil do professor hoje, ele [...] tem menos motivação ou tem menos experiência profissional, ele tem menos trânsito com as empresas privadas. (E2, entrevista realizada em maio 2021).

E1 e E2 falam em um perfil específico para os docentes voltados à prática da extensão. Eles podem estar se referindo aos profissionais da universidade que teriam maior aptidão ou maior interesse em atuar em conjunto com a comunidade externa. E2 complementou afirmando que os professores do curso têm dificuldade

em se envolver com a extensão, pois é preciso ser criativo para desenvolver ações extensionistas.

A baixa participação de docentes em ações de extensão também foi observada em outras IES através das respostas ao questionário aplicado nesta pesquisa. Em outra fala, E1 expõe seu entendimento sobre essa questão:

a atividade de pesquisa ela é, vamos dizer assim, não sei se o termo é esse, é charmosa né. Os professores gostam de fazer pesquisa, de iniciação científica e etc. Então existem possibilidades para os alunos. A extensão não. São muito poucas pessoas que se interessam pela extensão. [...] não se tem tanto interesse por essa área. (E1, entrevista realizada em mar. 2021).

Como não existe obrigatoriedade, seja na forma de incentivo ou de sanção que procure aumentar a participação em extensão na UFJF, fica a cargo do interesse de professores e TAEs se envolverem em atividades extensionistas. Por exemplo, a participação em extensão não é critério obrigatório para a progressão na carreira docente.

Desde a Constituição Federal de 1988 (em seu artigo 207), vem se observando um esforço gradativo para fortalecer a atividade de extensão no ensino superior de forma que ela possua o mesmo nível hierárquico que as outras duas funções universitárias (ensino e pesquisa). A partir da CF/1988, vieram outros dispositivos neste sentido, como a Política Nacional de Extensão, o PNE (2014-2024) e, mais recentemente, a Resolução nº 7/2018 do MEC. Como observa Gonçalves (2015), o princípio da indissociabilidade entre as três funções da universidade (ensino, pesquisa e extensão), colocado pela Política Nacional de Extensão, é reflexo da necessidade de mudanças diante da realidade da prática distinta dessas três atividades. Então, esse princípio tem o objetivo de colocar a extensão em um lugar de igualdade com o ensino e a pesquisa (indissociabilidade). A visão de que seria necessário existir um perfil específico de docente que desenvolva atividades de extensão na universidade deixa evidente uma percepção que por diversas vezes é vista na comunidade acadêmica. Essa percepção leva ao entendimento de que ensino e pesquisa podem perfeitamente ser desenvolvidas de forma integrada, mas que a extensão é passível de dissociação delas. Esse contexto

se mostra na prática, dificultando o efetivo exercício da indissociabilidade. Logo, todo docente deveria ter perfil para desenvolver atividades extensionistas.

Como citado anteriormente, E1 aposentou-se e este fator também merece uma reflexão. Sobre isso, E1 se manifestou com relação à descontinuidade dos trabalhos na coordenação por conta de sua aposentadoria. Ele não demonstrou preocupação, uma vez que foram adotadas algumas medidas para evitar a paralização das atividades. Segundo ele:

bom, eu creio que não deva alterar muito não. Sabe por quê? Porque a gente teve esse cuidado lá atrás de criar este grupo de trabalho. Como eu sabia que a curricularização da extensão tem que ser discutida pelo NDE [...] eu tive o cuidado, não sei se foi acertado ou não, de colocar o NDE todinho no grupo de Trabalho. Então o grupo de Trabalho que está estudando as novas DCNs, e que tem que estudar a curricularização da extensão, ele existe, ele não vai ser modificado. Lógico, a única modificação que vai haver é a minha substituição porque eu aposentei. Mas os outros membros estão na instituição, então o grupo não se dissolveu. Eu acho que não vai haver descontinuidade. Então o grupo existe, ele se reúne, ele tem representação discente também. Então ele tem o NDE todo dentro dele. E tem membros do colegiado de curso. Então eu acho que isso é um facilitador para permitir que não haja descontinuidade nas discussões. (E1, entrevista realizada em mar. 2021).

Ainda sobre a continuidade dos trabalhos da coordenação, o entrevistado esclareceu que sugeriu à direção da Faculdade de Engenharia para nomear um coordenador *pro tempore*, o que foi feito, até que sejam realizadas eleições para a escolha de um(a) coordenador(a) efetivo(a). Importa ressaltar que foi nomeado um docente que já havia ocupado o cargo de coordenador anteriormente para que, diante da experiência na função, pudesse dar andamento às atividades.

No entanto, E2 enfatizou que há dificuldade na escolha de um docente para ocupar o cargo de maneira efetiva, uma vez que muitos não têm o interesse em ser coordenador (a) de curso. Além disso, ele considera que é necessário haver essa efetivação de um novo coordenador ou coordenadora para haver um avanço: “o coordenador se aposentou, e agora precisamos ter uma eleição nova, ter uma nova liderança para poder colocar isso (o debate sobre a extensão)” (E1, entrevista realizada em mar. 2021). Em sua visão, isso representa uma dificuldade a mais relacionada ao curso.

Por fim, E1 e E2 manifestaram-se a respeito da necessidade de as atividades extensionistas terem caráter permanente. Segundo eles:

o importante é que, definidas essas atividades extensionistas, que elas sejam perenes, porque não adianta você fazer um projeto de extensão de 6 meses e acabou, aí não adianta. Então tem que ser alguma coisa que possa ser mais perene. Então o caso da disciplina híbrida é interessante porque ela vai estar no currículo do curso sempre. (E1, entrevista realizada em mar. 2021).

As pessoas, quando discutem isso, elas pensam em algumas coisas, que são sempre interessantes. Mas eu não vejo a preocupação da continuidade, não vejo. E eu fico horrorizado, impressionado, assustado [...]. Eu não estou vendo essa discussão. (E2, entrevista realizada em maio 2021).

É importante destacar que essa observação se mostra muito pertinente. Uma vez que a curricularização da extensão ensejará uma reforma curricular do curso de Engenharia Civil, o curso se reestruturará levando em conta as demandas dos alunos com relação à obrigatoriedade de participação em atividades extensionistas. Se em cada semestre houver uma variação significativa da oferta de ações de extensão, corre-se o risco de que o currículo não possa ser praticado pela totalidade de alunos do referido curso. Essa é uma reflexão que também vale para a instituição como um todo.

Machado (2020a) discorre que em organizações onde a gestão é integrada, caso da UFJF, a gestão formula, desdobra e implementa as políticas nos diferentes níveis da organização. E assim acontece na universidade. A coordenação do curso de Engenharia Civil da UFJF necessita de uma resolução institucional para fazer o desdobramento das orientações contidas nela para, assim, formular e implementar suas ações específicas para o curso. Sem a orientação de caráter geral, as discussões no âmbito do curso ficaram estagnadas até o início de 2021. Elas não avançaram antes porque não houve uma direção clara do caminho que se pode percorrer, não houve segurança em aprofundar as discussões, pois não foram definidas as regras do que é permitido ou não se fazer, por exemplo. Então, mobilizar esforços para essa discussão antes da definição de uma resolução poderia representar percorrer um caminho na direção contrária do que seria definido pela

instituição posteriormente, por exemplo, o que geraria um retrabalho e possivelmente alguma desmotivação.

Neste íterim, a partir de uma diretriz institucional definida, o planejamento estratégico se mostra como importante ferramenta de apoio à gestão, uma vez que pode contribuir com o direcionamento das ações para o efetivo cumprimento do que se pretende alcançar: a curricularização da extensão nos cursos, em especial no curso de Engenharia Civil. Este planejamento evitaria, entre outras coisas, a rotina de “apagar incêndios”, que é a prática do gestor que precisa a todo tempo resolver problemas a partir de soluções diárias que são capazes de contorná-los, mas que não fazem com que a organização tenha uma resposta rápida, eficaz e definitiva para eles. O planejamento estratégico torna a organização mais bem preparada para as adversidades que possam surgir. Sem essa ferramenta, o gestor acaba perdendo muito tempo lidando com estes problemas e não consegue se dedicar ao planejamento da organização (MÜLLER, 2003; FRAGA, 2015; MACHADO, 2020b).

Diante da necessidade de se fazer uma reforma curricular robusta, a gestão do curso de Engenharia Civil da UFJF pode se deparar com muitas adversidades, entre elas, as discordâncias, a resistência e os conflitos que podem surgir devido aos diversos interesses dos docentes com relação às atividades presentes no currículo do curso, como observaram os entrevistados. O fato de não passar por uma reforma curricular há cerca de 30 anos indica que o curso pratica uma concepção tradicional e conservadora de formação. Isso representa um fator que pode culminar em maior resistência a uma reforma curricular que tenha como base a implementação de ações extensionistas no currículo.

Registra-se, aqui, que o planejamento estratégico pode contribuir no sentido de auxiliar a gestão do curso a se preparar melhor para lidar com os desafios sem deixar que os problemas que possam surgir dominem o campo das discussões a ponto de prejudicar o andamento do processo de reforma curricular, necessário para se atingir o objetivo final de curricularização da extensão. Logo, à luz de Machado (2020b), o planejamento contribui mantendo o foco dos gestores no que se pretende atingir, uma vez que ele define os fins, define os meios, define os requisitos organizacionais necessários, define os recursos necessários e estabelece o planejamento da implantação e do controle (com os planos de ação e os indicadores

de acompanhamento). Ou seja, o planejamento não deixa que a gestão se perca durante o processo independentemente das adversidades que possam surgir. No entanto, para que se possa pensar nessa metodologia é preciso primeiro ter uma estrutura de gestão. Assim, a criação dessa estrutura gestora será um dos focos do Plano de Ação Educacional (PAE).

Ao fim desta seção, é possível observar que o processo de curricularização enseja a mobilização e o envolvimento de diversas instâncias da universidade. Em especial, as Pró-Reitorias de Extensão das IES pesquisadas têm se mostrado atuantes neste processo e, particularmente, na UFJF, ao liderar o debate acerca da construção da minuta de resolução institucional sobre o tema. Também é possível destacar que houve dificuldades para o avanço do debate no âmbito do curso de Engenharia Civil por diversos fatores, entre eles a falta de uma resolução aprovada até o início de 2021 na UFJF e a resistência e falta de envolvimento dos docentes em torno dessa discussão. Este último fator em conjunto com a dificuldade em gerir a carga horária de um curso que já é extenso, bem como a adequação do PPC do curso e a dificuldade em definir qual o melhor caminho a seguir para implementar os 10% de extensão foram observados tanto no curso de Engenharia Civil da UFJF quanto nos das IES do Sudeste e Sul brasileiros.

Assim, diante dos desafios que se mostram à gestão dos cursos, o próximo capítulo apresenta o Plano de Ação Educacional (PAE) com vistas a propor medidas que possam ajudar o curso de Engenharia Civil da UFJF a superar os desafios encontrados no contexto das exigências para a extensão e que auxiliem na implementação da curricularização da extensão no referido curso.

4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

Este trabalho tem como questão central identificar de que forma o curso de Engenharia Civil pode se organizar para atender às novas demandas de extensão, advindas da exigência do MEC. Diante desta questão, colocou-se o objetivo geral da presente pesquisa como o de analisar a melhor forma de implementar a gestão estratégica e integrada da extensão no curso de Engenharia Civil da UFJF. Com o propósito de atingir esse objetivo, foram construídos os três capítulos deste trabalho: descritivo, analítico e propositivo. No primeiro, foi realizada uma apresentação da UFJF e do curso de Engenharia Civil, bem como do panorama da extensão nestes ambientes. Já no segundo, foi construído um referencial teórico em torno da temática extensionista e da gestão estratégica, foi apresentada a metodologia utilizada nesta pesquisa e foi realizada a apresentação e a análise dos dados obtidos.

Diante das considerações feitas nessas duas seções anteriores, o presente capítulo foi desenvolvido com o objetivo específico de propor sugestões para a implantação de um processo de gestão estratégica das ações de extensão no curso de Engenharia Civil da UFJF. Dentro da UFJF, a Facc se destacou como a primeira Unidade Acadêmica que possui uma Coordenação de Extensão, criada no início de 2020, voltada à gestão das atividades extensionistas daquela Unidade. Por isso, com a finalidade de conhecer tal iniciativa e entender a razão para sua criação, foi realizada outra entrevista, desta vez com a Coordenadora de Extensão da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UFJF, em junho de 2021. A Coordenadora, denominada como E3, ingressou na UFJF como docente substituta em 1999 e em 2002 se tornou docente efetiva. Ao longo de sua experiência na instituição, ela já ocupou o cargo de gerente da Editora da UFJF, foi coordenadora do curso de Administração, chefe de Departamento e desde o início de 2020 é a Coordenadora de Extensão da referida Unidade Acadêmica. Os resultados dessa entrevista foram importantes para desenvolver algumas partes do PAE e aparecerão no decorrer desta seção.

Nesta pesquisa, algumas questões chamaram a atenção. Por exemplo, foi evidenciado que não houve uma percepção comum sobre o significado de extensão

por parte dos participantes da pesquisa. Outro ponto é relacionado ao complexo processo de curricularização, o qual envolveu na UFJF e no curso de Engenharia Civil da mesma universidade, até o momento, um número pequeno de docentes. Com relação à gestão da extensão, o fato de os docentes dos cursos de Engenharia Civil terem pouco envolvimento com a extensão pode desencadear alguma resistência por parte destes atores com relação à construção de uma proposta de inserção da prática extensionista no currículo do curso na UFJF. Além disso, as características inerentes ao curso de Engenharia Civil, como a tradicional baixa adesão à extensão e a alta carga horária do curso, foram aspectos identificados como dificultadores para a gestão da carga horária e a consequente adequação do PPC do curso, e também para definição de qual o melhor caminho para que o curso consiga implementar a curricularização da extensão.

Cabe destacar que as ações propostas neste PAE são voltadas especificamente ao curso de Engenharia Civil da UFJF. No entanto, diante da prática implementada no curso, se for verificado que tais ações contribuíram para a mitigação das principais dificuldades identificadas nesta pesquisa, nada impede que, no futuro, tal Plano possa ser estendido à Faculdade de Engenharia da UFJF como um todo. Além disso, o PAE considerou como base o cronograma de debates da inserção da extensão nos currículos disponibilizado aos cursos pela Prograd (Figura 1).

O Plano de Ação Educacional (PAE) foi construído com foco em ações de gestão estratégica, ações essas sugeridas para a mitigação dos principais dificultadores que se mostraram na problemática da gestão da extensão no curso de Engenharia Civil da UFJF. Os problemas identificados estão correlacionados entre si, portanto as ações propostas são interdependentes e estão sintetizadas no Quadro 10:

Quadro 10 - Dados da pesquisa e ações propositivas por eixo de análise

Eixo de pesquisa	Dados de pesquisa	Ação propositiva
Todos os 3 Eixos (Perspectivas de Extensão; Curricularização da Extensão; e Desafios de Gestão da Extensão).	Necessidade de se propor um modo de gestão estratégica de extensão no curso de Engenharia Civil da UFJF.	1 - Criação de uma comissão permanente de extensão.
Perspectivas de Extensão.	Falta de senso comum no entendimento sobre o que é extensão.	2 - Realização de eventos internos de extensão universitária.
Curricularização da Extensão.	Pequeno número de docentes participando do processo de curricularização da extensão.	
Desafios de Gestão da Extensão.	Resistência dos professores.	3 - Ocupar os espaços que promovam discussões em prol da cultura de extensão.
	Pouco envolvimento dos docentes em ações de extensão.	4 - Orientar a atuação docente tomando por base a proposta do PIT/RIT.
	Dificuldade em gerir a carga horária e adequar o PPC do curso.	5 - Levantamento sobre a prática dos alunos nos estágios de Engenharia Civil.
	Dificuldade na definição de qual melhor caminho para implementar a curricularização da extensão.	

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Notas:

PIT = Plano Individual de Trabalho

RIT = Relatório Individual de Trabalho

A estrutura das ações do PAE foi construída adotando-se a ferramenta 5W2H. Trata-se de uma ferramenta adequada a este capítulo propositivo, pois aborda de forma simples e esquemática os elementos da ação que se pretende colocar em prática. Segundo Paula (2015), o modelo 5W2H permite estabelecer as sete diretrizes a serem pensadas para uma ação ou projeto. Assim, cada uma das letras (“W” e “H”) representa uma pergunta essencial para se pensar o projeto e a resposta

a cada uma delas leva à construção de um mapa de atividades necessárias à execução do que se pretende realizar. Para Behr, Moro e Estabel (2008), através da ferramenta é possível organizar e materializar a estrutura do pensamento antes de se implantar algo na organização e, portanto, o uso do modelo se mostrou interessante ao desenvolvimento deste PAE.

O Quadro 11 apresenta a sistematização das perguntas utilizadas no modelo 5W2H, bem como a explicação sobre o que elas devem retornar como resposta:

Quadro 11 - Perguntas do modelo 5W2H

Pergunta	Descrição
O que (What) deve ser feito?	Ação ou atividade que deve ser executada ou o problema ou o desafio que deve ser solucionado
Por que (Why) deve ser implementado?	Justificativa dos motivos e objetivos daquilo estar sendo executado ou solucionado
Quem (Who) é o responsável pela ação?	Definição de quem será (serão) o(s) responsável(eis) pela execução do que foi planejado
Onde (Where) deve ser executado?	Informação sobre onde cada um dos procedimentos será executado
Quando (When) deve ser implementado?	Cronograma sobre quando ocorrerão os procedimentos
Como (How) deve ser conduzido?	Explicação sobre como serão executados os procedimentos para atingir os objetivos preestabelecidos
Quanto (How much) vai custar a implementação?	Limitação de quanto custará cada procedimento e o custo total do que será feito

Fonte: Elaborado pelo autor (2021) baseado em Nakagawa (2014).

De antemão, é preciso ressaltar que o Plano de Ação Educacional apresenta ações interdependentes entre si. Essa interdependência passa pela criação de um setor responsável pela Extensão no curso de Engenharia Civil que, a exemplo do caso da Coordenação de Extensão na Facc, seria o setor responsável por gerir as demandas extensionistas do referido curso. Por isso, as ações propostas têm maior efeito prático diante da criação de um setor que possua essa característica gerencial.

A Facc criou uma Coordenação de Extensão, o que é considerado neste trabalho como uma decisão estratégica de gestão. De forma semelhante, a UTFPR,

em sua resolução, estabelece que um professor fique responsável especificamente pelas atividades de extensão, cabendo a este:

- I - Assessorar a coordenação de curso e docentes quanto à: pertinência, proposição, execução e acreditação das atividades extensionistas, pertinentes ao curso;
- II - Orientar os discentes a respeito das atividades passíveis de serem acreditadas;
- III - Receber do discente a documentação comprobatória, analisando-a e, se pertinente, acreditar a carga horária devida, registrando-a no sistema acadêmico. (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2018, p. 3).

Ademais, a minuta de Resolução da inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação da UFJF propõe a criação, nos cursos, de uma comissão para acompanhar as atividades de extensão, analisando a oferta dessas atividades e também o desenvolvimento dos alunos segundo a natureza de cada PPC. Portanto, com base nessas experiências, a criação de um setor que seja voltado à gestão da extensão é vista como uma ação estratégica para a melhor condução da implantação e da gestão das ações de extensão. Além disso, já houve um exercício de criação de uma comissão para discutir as DCNs na Faculdade de Engenharia da UFJF, comissão essa que também ficou responsável por discutir a inserção da extensão nos cursos de graduação da referida Unidade Acadêmica. Porém, tal grupo não teve suas atividades perduradas até então. Diante destes fatos elencados, evidencia-se que há a necessidade de se tratar a gestão da extensão de forma estratégica e, por isso, é proposto que no curso de Engenharia Civil da UFJF também se crie um órgão responsável pela gestão extensionista, sendo neste caso uma Comissão Permanente de Extensão no referido curso. Assim, chegando neste ponto do trabalho, é possível apresentar o detalhamento das ações propositivas nas subseções a seguir.

4.1 CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO PERMANENTE DE EXTENSÃO

A pesquisa realizada chamou a atenção para o crescimento das demandas de extensão nos cursos de graduação, em virtude das exigências do MEC, o que, por sua vez, gera uma necessidade de se gerir de forma estratégica as ações

extensionistas. Assim, a presente proposta de ação tem como base a experiência que vem ocorrendo na Facc, descrita a seguir.

Diante da questão da curricularização da extensão, colocada pelo MEC no final de 2018 (Resolução nº 7/2018), o então Diretor da Facc solicitou aos docentes da referida Unidade Acadêmica que criassem uma comissão para estudar os impactos que tal medida teria para os cursos daquela Faculdade. Tal comissão iniciou seus trabalhos em agosto de 2019 e era formada por quatro docentes, sendo dois de cada departamento da Facc (Departamento de Ciências Administrativas e Departamento de Finanças e Controladoria) e um representante discente. O grupo realizou diversos levantamentos, juntou informações sobre o que a Faculdade praticava em termos de extensão e, a partir disso, começou a fazer discussões sobre as demandas futuras que haveria na Unidade, tanto por parte da proposição dos docentes e, também, em virtude da curricularização da extensão que deveria ser implementada nos próximos anos.

A partir do trabalho da comissão, o grupo observou que as demandas de extensão iriam crescer de forma substancial, exigindo um grande trabalho de gestão extensionista na Unidade. Assim, concluíram que deixar essa função a cargo do coordenador de curso não era possível, pois seria necessário um olhar específico para as atividades de extensão e para toda a carga horária a ser gerida em torno delas, algo que o coordenador de curso não poderia fazer, diante de todas as outras demandas que já o competem. Diante dessa constatação, o Diretor criou, através de portaria, o Colegiado das Ações de Extensão da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (Coext-Facc) no início de 2020. Diante da criação deste Colegiado, criou-se também o cargo de Coordenação de Extensão, para o qual foi eleita, por este mesmo Colegiado, uma coordenadora.

O Coext-Facc possui Regimento e é formado por quatro docentes (um deles é a Coordenadora), um representante discente e um representante TAE. Entre os docentes, há um representante de cada departamento e dois representantes de extensão (coordenadores de programas ou projetos de extensão). Atualmente, a Coordenação de Extensão da Facc tem a função de acompanhar e estimular a atividade extensionista na Unidade, estando em contato constante com a Proex, a

Direção de Unidade, as chefias de departamento, as duas coordenações de curso e as duas coordenações de mestrado da Unidade.

Com base nessa experiência, propõe-se, então, a criação de uma Comissão Permanente de Extensão para o curso de Engenharia Civil da UFJF que possa funcionar de forma semelhante ao Coext-Facc. Essa ação está sintetizada no Quadro 12:

Quadro 12 - Comissão Permanente de Extensão

O quê?	Criação de uma Comissão Permanente de Extensão no curso de Engenharia Civil da UFJF.
Por quê?	As exigências de curricularização da extensão advindas do MEC representam consideráveis demandas extensionistas no curso de Engenharia Civil da UFJF, o que enseja que tais ações sejam geridas de forma estratégica por um setor específico.
Quem?	Docentes do curso de Engenharia Civil da UFJF.
Onde?	Salas de reuniões virtuais pelo <i>Google Meet</i> .
Quando?	Setembro de 2021.
Como?	Todos os docentes do curso serão convidados para o encontro virtual por e-mail, o qual conterà o <i>link</i> para acesso.
Quanto?	O encontro será de forma virtual, no qual os participantes utilizarão seus próprios equipamentos eletrônicos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A criação de uma Comissão Permanente de Extensão para o curso de Engenharia Civil da UFJF enseja que os professores do referido curso debatam essa ideia a fim de implementar de fato tal grupo. E para isso, é proposto que o Coordenador de Curso (ou outro professor do curso que tenha maior envolvimento com a extensão e que se mostrar disponível) tome a iniciativa de chamar os professores para esse debate. Assim, podem-se realizar reuniões virtuais entre eles e, para isso, pode ser utilizada a ferramenta *Google Meet*, por exemplo.

O objetivo de se formar essa Comissão é criar um grupo que estará com a atenção permanentemente voltada a tudo o que envolve a extensão no curso de Engenharia Civil da UFJF, desempenhando uma função de acompanhamento. O Coext-Facc tem o objetivo de realizar as funções de: desenvolver a política de extensão da Unidade; viabilizar o desenvolvimento da política de extensão da UFJF na Unidade; promover a ampliação e a divulgação das ações de extensão na Faculdade; atuar de forma a articular a Unidade e a Proex; ser elemento de

integração e de colaboração com outras Unidades Acadêmicas e administrativas com relação às ações de extensão desenvolvidas por membros da Facc; promover um ambiente integrador entre os professores, alunos e TAEs da Unidade no desenvolvimento de ações extensionistas; assessorar os membros da Facc na elaboração e no encaminhamento das atividades de extensão e na solicitação de bolsas; e deliberar sobre as atividades extensionistas que os docentes e TAEs da Unidade propõem tomando por base as orientações e normas da Proex e do Conselho de Unidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2020w).

A exemplo do Coext-Facc, a Comissão Permanente de Extensão do curso de Engenharia Civil será responsável por realizar essas mesmas ações, porém voltando-se especificamente ao curso em questão, caracterizando-se, desta forma, uma gestão ampla da extensão no curso.

Neste sentido, é importante que a Comissão Permanente de Extensão do curso de Engenharia Civil também crie e monitore indicadores da extensão no referido curso. Como ressaltado no referencial teórico, Dalben e Vianna (2008) defendem que a avaliação da extensão reflete um processo de autoconhecimento e que, para uma avaliação efetiva, é necessário que haja indicadores de extensão que permitam avaliar se a ação extensionista está de acordo com os objetivos a que ela se propôs alcançar. Neste contexto, a criação de indicadores será um importante mecanismo de acompanhamento da atividade extensionista no curso de Engenharia Civil da UFJF.

Além do acompanhamento por indicadores, a referida Comissão terá o importante papel de estar em constante contato e articulação com outras instâncias da gestão universitária e da extensão, como a Proex (para esclarecimentos), com a coordenação do curso de Engenharia Civil, com a coordenação do mestrado em Engenharia Civil e com as chefias dos cinco departamentos de referência do curso (Quadro 3).

Como forma de ajudar na formação da Comissão Permanente de Extensão do curso de Engenharia Civil, propõe-se que haja a seguinte composição: um representante de cada departamento de referência do curso, o coordenador do curso de Engenharia Civil, um representante de extensão (docente que desenvolve extensão no curso), um TAE (em especial um TAE que ocupe cargo administrativo)

e um representante discente. Tal composição aqui colocada representa uma proposta inicial, um ponto de partida que pode ser modificado conforme as necessidades do curso.

Com a criação da referida Comissão proposta nessa ação, espera-se que o curso consiga gerir de forma estratégica as ações de extensão, ajudando a aumentar o número de ações extensionistas propostas no curso, bem como dar suporte aos membros do curso com relação aos informes, às dúvidas, aos editais de extensão e à articulação do curso com a política institucional de extensão da UFJF. Para isso, é preciso que haja um grupo responsável pelo processo de tomada de decisões sobre extensão que esteja em pleno contato com outras áreas do curso de Engenharia Civil; e este grupo é justamente a Comissão a ser criada, de acordo com a proposição colocada. Assim, as demais ações propostas neste PAE, que estão apresentadas nas seções seguintes, estão atreladas a este modelo de gestão extensionista no curso.

4.2 REALIZAÇÃO DE EVENTOS INTERNOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A realização da pesquisa, através dos questionários e das entrevistas, revelou que os membros de coordenações de cursos de Engenharia Civil em algumas universidades federais do Sudeste e do Sul do Brasil, bem como docentes ligados ao mesmo curso na UFJF, não possuem o mesmo entendimento do que é a extensão. Ademais, chama a atenção que a maioria dos participantes da pesquisa entendeu a extensão como uma ação assistencialista, o que vai de encontro à concepção extensionista incentivada pelo Forproex e pela Proex na UFJF, além de representar uma visão contrária à prática dialógica de extensão defendida por diversos autores. Na pesquisa, também pôde-se constatar que nenhum dos cursos de Engenharia Civil das IES pesquisadas havia conseguido implementar efetivamente o processo de curricularização da extensão. Em especial, os entrevistados demonstraram que, no referido curso da UFJF, houve pouco avanço do debate acerca da curricularização da extensão, bem como no processo de sua implementação.

Assim, a partir de tal constatação, essa ação deste PAE propõe que seja adotada a prática de realização de eventos internos de extensão universitária no âmbito do curso de Engenharia Civil, eventos que podem contar com a participação da equipe da Proex da UFJF e que possam reunir os membros do curso. O público-alvo dessa ação propositiva, a princípio, compreende docentes, TAEs e alunos do curso de Engenharia Civil, porém esses eventos podem ser estendidos aos demais cursos de Engenharia da UFJF, quando couber, a depender da temática do evento. O Quadro 13 sintetiza a ação propositiva:

Quadro 13 - Encontros sobre extensão

O quê?	Realização de eventos internos sobre extensão universitária com a participação de docentes, TAEs e alunos do curso de Engenharia Civil da UFJF para trabalhar as temáticas propostas.
Por quê?	O entendimento dos participantes da pesquisa sobre o significado de extensão, em especial no curso de Engenharia Civil da UFJF, mostrou-se diverso e, por vezes, divergente do modelo dialógico de extensão. Além disso, o processo de curricularização da extensão no referido curso não avançou. Desta forma, é necessário alinhar o pensamento sobre essa temática no curso e promover maior conhecimento sobre o processo de curricularização da extensão, bem como tornar claro quais são as possíveis formas de se praticar extensão na universidade.
Quem?	Comissão Permanente de Extensão do curso de Engenharia Civil.
Onde?	Salas de reunião virtual pelo <i>Google Meet</i> .
Quando? (Periodicidade)	1º evento: outubro de 2021. 2º evento: outubro de 2021. 3º evento: novembro de 2021. Demais eventos: realização a cada dois meses.
Como?	Todos os docentes do curso de Engenharia Civil serão convidados para o encontro virtual por e-mail, o qual conterà o <i>link</i> para acesso, bem como as informações de divulgação a respeito do tema do evento.
Quanto?	O encontro será de forma virtual, no qual os organizadores e os ouvintes utilizarão seus próprios equipamentos eletrônicos para participarem.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Neste íterim, são propostas algumas temáticas a serem trabalhadas em cada um dos eventos. A primeira temática proposta (1º evento) é: “O significado da extensão universitária e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, na qual podem ser discutidos os conceitos de extensão, em especial o conceito dialógico de extensão, conforme orientado pela Proex, e também a regulamentação da atividade extensionista na universidade. A segunda temática proposta (2º evento) é: “A práticas de extensão e suas modalidades”, na qual será discutido como é

possível desenvolver ações de extensão na universidade. A terceira proposta (3º evento) pode trazer a temática: “Compartilhamento de experiências de extensão em Engenharia Civil em outras universidades”, na qual seriam convidados docentes que praticam a extensão no curso de Engenharia Civil em outras universidades para que eles compartilhem suas experiências.

Essa proposta representa uma ação continuada, de forma que os eventos ocorram com uma determinada periodicidade (aqui a sugestão foi de dois em dois meses) e não de forma isolada, estimulando o envolvimento da comunidade acadêmica com a temática da extensão. Assim, para os eventos seguintes (do 4º evento em diante), os membros da Comissão Permanente de Extensão delimitarão as temáticas a serem trabalhadas que inclusive podem advir das demandas levantadas pelos próprios participantes dos eventos.

Por conta da pandemia que ainda se encontra em curso, a indicação de manter o distanciamento social continua como forma de medida sanitária. Assim, os encontros precisam ocorrer de forma virtual, sendo proposta a utilização da ferramenta *Google Meet*, que vem sendo amplamente utilizada em reuniões remotas na própria UFJF. No entanto, como a proposta dessa ação prevê periodicidade, com a retomada das atividades presenciais na UFJF, os eventos poderão ser também realizados de forma presencial.

A Comissão Permanente de Extensão do curso de Engenharia Civil seria a responsável pela organização do encontro e poderia contar com a colaboração da equipe da Proex. É ela quem está em constante contato com os docentes do curso e ao mesmo tempo com as questões que envolvem a extensão e, por isso, seria o melhor setor para reunir as demandas do curso acerca das temáticas. Assim, a referida Comissão é capaz de reunir as principais dúvidas dos professores, bem como identificar as necessidades de entendimento sobre o processo de curricularização da extensão apresentadas pelos docentes com a finalidade de promover a participação de mais docentes no processo, além dos membros do NDE e da coordenação de curso.

Para os encontros, é interessante que haja um momento de exposição de conteúdos e outro para debate e troca de ideias. Por exemplo, tomando como base a primeira temática sugerida, para o momento expositivo, é interessante que seja

preparado um material (slides) contendo as principais concepções de extensão universitária, em especial a concepção dialógica, bem como a definição do que a Proex entende como extensão para UFJF. É importante neste material apresentar também as diretrizes elencadas pelo Forproex que as ações extensionistas devem seguir. O material também deve, de forma breve, apresentar as normativas que estabelecem a curricularização da extensão nos cursos de graduação (apresentar: o artigo 207 da CF/1988; a Meta 12.7 do PNE 2014-2024; e a Resolução nº 7/2018 do MEC) e apresentar as diferentes formas de execução da extensão universitária, deixando claro que essa prática pode se integrar de diferentes maneiras à universidade, de maneira a praticar efetivamente o princípio da indissociabilidade entre as três funções da universidade: ensino, pesquisa e extensão. Por fim, é oportuno apresentar brevemente o processo de debate institucional que vindo sendo realizado a respeito da construção da minuta de curricularização da UFJF, bem como o cronograma aprovado pelo Congrad para a inserção da extensão nos currículos de graduação. Assim, os docentes terão a clareza de que se trata de uma exigência no âmbito do MEC, que precisa ser cumprida dentro de um prazo específico pelas universidades.

Para cada evento, poderão ser convidadas determinadas pessoas a fim de contribuir para o encontro. Por exemplo, para o primeiro e segundo eventos, pode-se contar com a participação da equipe da Proex. Para o terceiro, podem-se convidar docentes (e TAES) que praticam a extensão em cursos de Engenharia Civil de outras universidades e talvez até mesmo na UFJF.

A realização de cada evento deverá ocorrer, preferencialmente, no horário de trabalho normal dos docentes e TAEs, a fim de incentivar a participação do maior número possível de pessoas, e deverá ser acordado o melhor horário entre os organizadores. É proposto que cada encontro tenha duração de aproximadamente 3 horas, havendo exposição durante 1 hora, dando espaço ao debate por cerca de 1 hora e 45 minutos e fazendo um breve intervalo de 15 minutos, preferencialmente entre as duas etapas.

Espera-se com esta ação que, após a experiência de participar destes eventos, os docentes possam ter maior clareza do que vem a ser a extensão dialógica, tendo em vista que esse modelo é a concepção que vem sendo

estimulada a ser desenvolvida na UFJF. Da mesma forma, espera-se que os mesmos professores passem a ter em mente que o debate da curricularização da extensão precisa avançar no âmbito dos cursos e que este debate precisa envolver a participação do maior número possível de docentes a fim de implementar a extensão no currículo de forma participativa e democrática. Além disso, almeja-se que as práticas de extensão no curso de Engenharia Civil possam aumentar, mas garantindo a qualidade delas.

4.3 OCUPAR OS ESPAÇOS QUE PROMOVAM DISCUSSÕES EM PROL DA CULTURA DE EXTENSÃO

Foi identificado na pesquisa que, aparentemente, há alguma resistência por parte de docentes dos cursos de Engenharia Civil das IES do Sudeste e do Sul do Brasil e da UFJF com relação ao desenvolvimento de ações de extensão, sendo estas, por vezes, desprivilegiadas, frente às atividades de ensino e de pesquisa. A resistência pode aparecer também na forma de desinteresse por parte dos docentes e isso pode prejudicar a riqueza de ideias no debate da inserção da extensão nos currículos de graduação. E, inclusive, pode fazer com que os cursos não consigam atender à exigência do MEC ou, ainda, com que os cursos até consigam cumprir a oferta de 10% de atividades de extensão no currículo, porém correndo-se o risco fazê-lo de maneira *pro forma*, automática, prejudicando, então, a qualidade e o real impacto da ação extensionista para a comunidade, para a universidade e para a formação dos estudantes.

Assim, propõe-se como segunda ação deste PAE ocupar os espaços onde a extensão possa ser lembrada, debatida ou citada dentro dos cursos de Engenharia, de forma que essa atividade vá, aos poucos, sendo interiorizada e naturalmente considerada pelos docentes como uma importante função universitária, ou seja, é necessário que haja a criação de uma cultura voltada para a extensão dentro do curso. O Quadro 14 apresenta a ação de forma sintetizada:

Quadro 14 - Ocupação dos espaços com o assunto extensão

O quê?	Promover a extensão nos espaços colegiados do curso de Engenharia Civil.
Por quê?	Há resistência com relação à extensão entre os docentes dos cursos de Engenharia Civil. Desta forma, é necessário naturalizar o debate acerca da extensão como sendo uma atividade-fim da universidade. De tal forma, é de se esperar que a extensão seja assunto presente nas atividades cotidianas.
Quem?	Membros da Comissão Permanente de Extensão do curso de Engenharia Civil.
Onde?	Em reuniões realizadas pelo curso de Engenharia Civil, onde os membros da Comissão de Extensão do curso tenham espaço (ex: Colegiado do curso, Coordenação de curso, NDE, reuniões de Departamento, Colegiado do Mestrado em Engenharia Civil).
Quando?	Essa se constitui como uma ação contínua e deve iniciar-se tão logo a Comissão de Extensão do curso for constituída.
Como?	Os membros da Comissão de Extensão do curso aproveitarão a oportunidade de participar de reuniões diversas para colocar informes, lembretes e outras informações sobre a extensão.
Quanto?	As reuniões têm sido realizadas de forma virtual, nas quais os participantes utilizam seus próprios equipamentos eletrônicos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Como citado anteriormente, a criação de uma Comissão de Extensão no curso de Engenharia Civil é fundamental para gerir as demandas e ações de extensão no referido curso e implica algumas consequências com relação à proposição dessa ação. Por exemplo, na Facc, antes da criação da Coordenação de Extensão, a extensão era um assunto que se restringia a um grupo específico de professores, justamente os que já se interessavam e desenvolviam extensão antes. Logo, muitos docentes não participavam de discussões sobre a atividade extensionista em nenhum momento. A atuação dos membros da referida Coordenação, ao ocupar os espaços com o assunto da extensão, promoveu uma considerável mudança, levando a extensão a ser debatida e lembrada nos mais diferentes setores da Faculdade. Sobre este contexto, E3 expõe que:

a grande dificuldade anterior era que a extensão era um pequeno nicho de um dado grupo de professores. Não se colocava a extensão em discussão em pauta em lugar nenhum. Então, o fato da Coordenação de Extensão existir, nos permitiu ter fala onde nós estivermos, em qualquer reunião. Então não tem jeito, eu e meus colegas de Colegiado [Colegiado da Coordenação de Extensão] temos essa preocupação de, quando estamos em uma reunião, se temos a oportunidade de falarmos em extensão, vamos falar. Se a gente tem alguma oportunidade de divulgar, vamos divulgar, porque isso tem que se tornar hábito, as pessoas têm que se acostumar que existe extensão.

[...] A partir do momento em que a coordenação estava em todos os espaços, [por exemplo, em] reunião de Departamento, a gente tá sempre fazendo informe, dando *feedback* pra todo mundo sobre extensão, o que está acontecendo na extensão; reunião de Conselho, a gente dá *feedback*. A gente passou a ocupar os espaços em que a gente está o tempo inteiro falando sobre extensão, sobre o que está acontecendo e quais são as demandas, dizendo “olha, professor, fica atento, porque vai ter a demanda, a curricularização, vamos ter que ter projeto” [...]

[...] Então, mestrado e pesquisa, aí sim, isso era divulgado, todas as ações, coisas de mestrado e pesquisa o tempo inteiro, e a extensão ficava lá tímida. (E3, entrevista realizada em jun. 2021).

O fato de se propor uma Comissão de Extensão para o curso de Engenharia Civil não implica necessariamente que haverá uma cadeira no Colegiado de Unidade para um de seus membros. Porém, a despeito disso, só o fato de existir um setor responsável pela extensão no curso pode fazer com que este assunto (extensão) seja mais difundido nos espaços, pois neles surgem dúvidas, sugestões e outras questões, que a Comissão terá que se atentar e poderá abordar entre os docentes, TAEs e alunos do curso em vários momentos.

Uma vez que se cria um setor voltado exclusivamente ao assunto extensão, as pessoas que fazem parte dele se tornam pessoas-chave, especialistas no assunto dentro do curso. Desta forma, elas podem e devem informar e debater assuntos relacionados à extensão nos espaços em que tiverem assento sempre que houver a oportunidade. Isso ajuda a criar uma “cultura de extensão”, levando as pessoas a sempre considerar a extensão como parte integrante dos cursos e da universidade.

Assim, os membros da Comissão, estando presentes nas reuniões de Departamentos, do Colegiado do curso, da Coordenação de curso, do NDE e do Colegiado do Mestrado em Engenharia Civil poderão incluir nas pautas, ou mesmo de maneira informal, assuntos da extensão como, por exemplo, informes, atualizações, esclarecimento de dúvidas, coleta de sugestões, intermediação de contato com a Proex e outras instâncias da extensão. A presença da extensão nos assuntos comuns da rotina universitária faz com que as pessoas tenham maior clareza sobre ela e passem a pensar sobre a atividade extensionista com maior frequência. Com o tempo, gradativamente, a extensão passa a ser vista com maior naturalidade, o que faz com que as pessoas se interessem mais por essa atividade.

Concomitantemente, mais ações de extensão passam a ser desenvolvidas no curso e o exemplo dos praticantes de ações de extensão (coordenadores de programas e projetos de extensão no curso) pode ser seguido pelos colegas. Ao mesmo tempo, a resistência por essa atividade reduz, uma vez que as pessoas passam a conhecer mais sobre ela.

É preciso observar que a referida Comissão de Extensão não existe atualmente no curso de Engenharia Civil da UFJF. Por isso, alternativamente esses espaços poderiam ser ocupados por docentes que já se identificam e desenvolvem ações de extensão, pois seriam, naturalmente, os professores que estariam mais próximos do debate da temática extensionista no curso e na Unidade e caberia a eles colocar o tema da extensão em pauta quando houvesse a oportunidade entre os grupos.

Assim, constituindo-se essa prática no curso, espera-se que essa ação proposta possa naturalizar a fala, o debate, a existência da extensão no “dia a dia” do curso e, com isso, minimizar a resistência dos docentes do curso de Engenharia Civil com relação à atividade extensionista ao trazer a discussão de extensão como uma realidade.

4.4 ORIENTAR A ATUAÇÃO DOCENTE TOMANDO POR BASE A PROPOSTA DO PIT/RIT

Os resultados deste estudo demonstraram também que nos cursos de Engenharia Civil nas IES do Sudeste e do Sul do Brasil que participaram da pesquisa, bem como no da UFJF, os docentes se envolvem pouco com a extensão. Foi apontado na análise realizada que o desenvolvimento de ações extensionistas fica a cargo do interesse de cada professor, e que nos cursos de Engenharia pesquisados esse interesse é baixo. Tal constatação pode prejudicar o cumprimento do percentual exigido pelo MEC em atividades extensionistas, uma vez que o panorama dos cursos de Engenharia da UFJF demonstra que é preciso aumentar significativamente as ações de extensão para alcançar tal meta.

A extensão, de acordo com a entrevista com E1, é vista por muitos docentes do curso de Engenharia Civil como uma atividade que não desperta muito seus

interesses, ao contrário da pesquisa. Neste sentido, é interessante ressaltar que a Proex lançou um edital de projetos de extensão em interface com a pesquisa, voltado aos docentes (e TAEs) que estejam desenvolvendo pesquisa em qualquer temática (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2021c). Assim, estes podem apresentar um projeto que seja o desdobramento de sua pesquisa em ações de extensão. Isso representa uma proposta que procura lidar com a aparente preferência por uma ou outra atividade e torna visível a possibilidade de se associar a extensão à pesquisa, fazendo com que haja espaço para ambas as atividades.

Diante desse cenário, a ação proposta é direcionada à Unidade Acadêmica, mas que poderá contribuir tanto para o curso de Engenharia Civil quanto para os demais cursos de Engenharia da UFJF. Ela visa incentivar na Faculdade de Engenharia a adoção de uma política que já vem sendo debatida na UFJF, mas que ainda não está aprovada no âmbito institucional como uma obrigatoriedade: a adoção de trabalho docente baseado no modelo PIT/RIT. O Plano Individual de Trabalho (PIT) e o Relatório Individual de Trabalho (RIT) são instrumentos para a organização e apresentação do trabalho desenvolvido pelos docentes nos quais eles definem suas atividades semestrais. Tais instrumentos correspondem ao seguinte:

I - O PIT (Plano Individual de Trabalho) é o instrumento de planejamento semestral das atividades docentes, referentes a ensino, pesquisa, extensão e administração, no âmbito da UFJF.

II - O RIT (Relatório Individual de Trabalho) é o instrumento de apresentação anual das atividades docentes, referentes a ensino, pesquisa, extensão e administração, no âmbito da UFJF, contendo as atividades efetivamente realizadas, resultados decorrentes e documentos comprobatórios, considerando os PITs apresentados. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2020x, p. [1]).

Esse modelo ainda não é praticado na Faculdade de Engenharia, mas acredita-se que sua adoção pode levar os docentes a verem a extensão como uma atividade a ser utilizada para compor sua dedicação à carreira como professor do ensino superior. Assim, o Quadro 15 apresenta a ação que é proposta no sentido de indicar a adoção deste modelo de trabalho na referida Faculdade:

Quadro 15 - Incentivar o trabalho docente com base no PIT/RIT

O quê?	Adotar na Faculdade de Engenharia o modelo PIT/RIT de trabalho dos docentes.
Por quê?	Existe nos cursos de Engenharia pouco envolvimento dos docentes com as atividades de extensão. Desta forma, é necessário criar um mecanismo que possa tornar a atividade extensionista mais valorizada entre os professores, de forma que eles a vejam como parte integrante das opções de atividade a serem desenvolvidas em sua atuação, ao lado do ensino, da pesquisa e das funções administrativas.
Quem?	Direção de Unidade e Comissão de Extensão do curso de Engenharia Civil.
Onde?	Em reuniões do Conselho de Unidade a serem convocadas pelo Diretor de Unidade.
Quando?	1º semestre letivo de 2022.
Como?	Os membros da Comissão de Extensão do curso de Engenharia Civil podem levar à Direção de unidade a proposta do PIT/RIT, destacando as contribuições que este modelo de trabalho pode gerar para a extensão na Faculdade como um todo. A partir disso, o tema entrará em discussão e votação no Conselho de Unidade.
Quanto?	As reuniões têm sido realizadas de forma virtual, nas quais os participantes utilizam seus próprios equipamentos eletrônicos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Nessa ação, é proposto que se realizem pelo menos duas reuniões do Conselho de Unidade da Faculdade de Engenharia tratando desse assunto. É importante que na primeira reunião o assunto entre em pauta e se possa convidar um membro da Comissão de Extensão do curso de Engenharia Civil (ou mesmo da Coordenação de Extensão da Facc) para abordar o tema, de forma a apresentar como a proposta pode contribuir tanto para a melhor distribuição das atividades dentro da Faculdade (ou dos Departamentos Acadêmicos), quanto para o incentivo ao desenvolvimento de ações de extensão, o que conseqüentemente ajuda no cumprimento da exigência do MEC com relação à curricularização da extensão. Diante dessa primeira reunião, espera-se levar o assunto para discussão nos departamentos, envolvendo o maior número de professores possível, em que cada departamento deverá definir sua posição e voto representativo. Na segunda reunião do Conselho de Unidade, o tema deve entrar novamente em pauta para breve explanação e votação da proposta.

A proposta de adotar o modelo PIT/RIT para o trabalho dos docentes já vem sendo praticada na Facc, embora ainda não seja obrigatório na UFJF. Por meio da Portaria/SEI nº 7 de 2020 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2020x), a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis se adiantou e regulamentou as

diretrizes para o preenchimento dos documentos pelos professores. Segundo E3: “nós na Facc resolvemos já começar a implementar isso como uma forma de termos transparência entre o trabalho de todos os professores e mais ou menos uma condução, uma organização” (E3, entrevista realizada em jun. 2021).

De forma semelhante, o Departamento de Matemática e a Faculdade de Enfermagem da UFJF também disponibilizam o modelo de PIT/RIT em suas páginas na internet como forma de orientar o trabalho dos docentes (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2021d, 2021e). Além disso, a Faculdade de Letras possui uma Resolução aprovada em 2016 que dispõe sobre o PIT/RIT para os docentes da referida Faculdade (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2021c).

Além de permitir que o docente registre suas atividades de forma organizada, o modelo permite dar maior transparência ao trabalho desempenhado pelo profissional. Por si só já existem esses benefícios. Quando o olhar se volta para o impacto que o PIT/RIT pode trazer para a extensão na Faculdade de Engenharia, é possível fazer uma reflexão.

Quando há um modelo de registro de trabalho na forma de plano e de relatório, como é o caso do PIT/RIT, os docentes podem enquadrar suas ações desempenhadas entre quatro tipos de atividades: ensino, pesquisa, extensão e administrativa. Na Facc, é preconizado que cada professor não pode atuar somente na função de ensino. Ele deve dividir suas atividades entre o ensino (na graduação) e em outra atividade a ser escolhida pelo docente, entre elas, atividades ligadas à pesquisa, à extensão ou a cargo administrativo. Essa definição estabelecida leva, muitas vezes, o docente a recorrer à extensão como a atividade a ser desempenhada para além do ensino, o que culmina, de forma geral, no desenvolvimento de mais ações de extensão. Sobre isso, E3 explica que na Facc,

além da graduação [ensino], o professor vai escolher qual vai ser a dedicação que ele vai trazer. Pode ser pesquisa, então todos os nossos professores que estão envolvidos com mestrado dentro da Facc têm carga horária em PIT/RIT demonstrando que eles estão dedicados à graduação e à pesquisa ou mestrado e, assim por diante. Então ali eles montam a carga horária. Se não for pesquisa, [pode ser] extensão, então tem toda uma área no PIT/RIT que prevê o professor dedicado à extensão. E ainda tem a parte administrativa, cargos administrativos. (E3, entrevista realizada em jun. 2021).

Com essa proposição para a Faculdade de Engenharia, espera-se que os docentes, diante da necessidade de se complementar horas de trabalho e de registrá-las no PIT para fins de transparência e organização, naturalmente percebam que, para além do ensino na graduação, eles têm a extensão como uma opção legítima e que é tão importante quanto à pesquisa e às funções administrativas para o funcionamento pleno da universidade e, por isso mesmo, deve ser valorizada como tal. Além disso, os docentes serão estimulados institucionalmente a praticar a extensão como uma opção para completar as horas de trabalho, dialogando, inclusive, com a ação que foi descrita na seção anterior.

4.5 LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE A PRÁTICA DOS ALUNOS NOS ESTÁGIOS DE ENGENHARIA CIVIL

Os resultados da pesquisa apontaram também para duas dificuldades que apareceram de forma recorrente nas respostas dos participantes, o que leva à conclusão de que os cursos de Engenharia, em especial os de Engenharia Civil dessas IES, apresentam tais entraves. A primeira é a dificuldade em gerir a carga horária do curso diante da necessidade de adequar o PPC às exigências de extensão, já que os cursos de Engenharia possuem tradicionalmente alta carga horária. A segunda é a dificuldade de definir para os cursos qual o melhor caminho a seguir para conseguir implementar a curricularização da extensão.

A extensão visa aumentar a dimensão prática dos cursos, uma vez que coloca os alunos em proximidade com questões e problemas reais, que demandam soluções reais. A exigência do MEC com relação à inserção da extensão nos currículos do curso enseja que seja feita uma reforma curricular ou uma adequação do PPC. Não cabe neste trabalho dissertar sobre este processo, já que se trata de uma ingerência da gestão do curso, em especial o NDE de cada um. No entanto, é possível dizer que, com relação à curricularização da extensão, a criação de disciplinas de extensão se mostrou como um caminho viável a ser praticado pelo curso de Engenharia Civil, o que leva a questões como, por exemplo: quais disciplinas de extensão serão criadas? Em que períodos do curso elas serão alocadas? Que áreas da Engenharia Civil elas vão abordar?

Por isso, ante a necessidade de curricularização, a ação proposta visa ajudar na superação dos desafios, buscando uma forma de reunir informações, através de uma pesquisa, sobre quais áreas temáticas do curso de Engenharia Civil da UFJF em que a extensão pode contribuir de forma mais significativa, ao aumentar a experiência prática dos alunos. O Quadro 16 apresenta de forma sintetizada a ação proposta:

Quadro 16 - Levantamento de informações sobre a prática dos alunos nos estágios em Engenharia Civil

O quê?	Fazer levantamento sobre a prática dos alunos nos estágios de Engenharia Civil.
Por quê?	Os cursos de Engenharia, em especial os de Engenharia Civil que foram alvo da pesquisa, apresentaram as dificuldades de gerir a carga horária e adequar o PPC e também de definir qual o melhor caminho para conseguir implementar a curricularização da extensão. Assim, propõe-se levantar informações sobre quais áreas do curso pode ter maior contribuição da extensão como experiência prática para os alunos.
Quem?	Coordenação do curso de Engenharia Civil.
Onde?	A pesquisa será realizada por meio remoto, utilizando-se o Google Formulários.
Quando?	Setembro de 2021.
Como?	Será realizada uma pesquisa com dois públicos em separado: uma com alunos estagiários do curso e outra com empresas que possuem alunos de Engenharia Civil como estagiários. Ela será realizada por meio de dois questionários eletrônicos, cujos conteúdos serão construídos pelos membros da Coordenação de curso. Estes membros as divulgarão ao público-alvo e disponibilizarão <i>links</i> de acesso, por meio de convite por <i>e-mail</i> .
Quanto?	A pesquisa será realizada virtualmente, de forma que os envolvidos utilizarão seus próprios equipamentos eletrônicos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Sobre a pesquisa, a proposta é que ela seja conduzida pela Coordenação do curso de Engenharia Civil. É oportuno construir dois questionários distintos, sendo cada um para um público: um para os alunos estagiários do curso (alunos que estão cursando a partir do 6º período do curso) e outro para as empresas que possuem alunos de Engenharia Civil como estagiários.

Assim, os integrantes da Coordenação de curso podem se reunir de forma virtual, oportunidade na qual seriam feitas sugestões para questões dos formulários da pesquisa e estas seriam posteriormente colocadas nos questionários eletrônicos (utilizando a ferramenta Google Formulários) por uma pessoa responsável. Este

responsável pode fornecer acesso aos questionários a outras pessoas por meio do compartilhamento de *link* com a permissão de “colaborador” e, assim, outras pessoas poderiam ajudar na construção e na definição da versão final do documento. Uma vez que os questionários estiverem prontos, é necessário que haja a devida ciência e aprovação pelos docentes envolvidos, o que pode ser realizado rapidamente via comunicação por *e-mail*. Após a aprovação, os *links* dos questionários serão enviados ao público-alvo: alunos do curso que estagiam e empresas que possuem alunos do curso de Engenharia Civil da UFJF como estagiários.

O objetivo dos questionários é levantar, nas experiências dos estágios em Engenharia Civil que envolvem os alunos da UFJF, quais são os pontos fortes e os pontos fracos que os alunos possuem na prática dessa atividade curricular. Assim, seriam feitas perguntas no sentido de identificar entre os discentes o que eles mais sentiram falta ou não, em termos de conhecimentos específicos no desenvolvimento do trabalho no estágio. Com as empresas-alvo da pesquisa, o objetivo é identificar justamente o que elas identificaram como sendo uma necessidade de desenvolvimento dos estagiários e o que eles dominam, em termos de conhecimentos específicos.

Após a realização da pesquisa, os dados serão tabulados e os resultados encontrados serão analisados pelos membros da Coordenação de curso. Assim seria possível, por exemplo, que o curso identifique em quais conhecimentos específicos os alunos estão com maior necessidade de se desenvolver, com relação à parte prática e no que diz respeito ao envolvimento com a sociedade. Aliado a isso, a pesquisa pode ajudar a traçar possíveis caminhos a seguir com relação à curricularização da extensão, ajudando a se pensar nas disciplinas de extensão a serem criadas. Por conseguinte, tais informações serão encaminhadas ao NDE do curso de Engenharia Civil e espera-se que, munidos com tais informações, ele tenha uma base maior para conduzir o debate da curricularização no referido curso e para adequar o respectivo PPC.

Cabe destacar que não há a pretensão de que essa ação atue sobre a reforma curricular do curso de Engenharia Civil, pois se sabe que esse é um

processo que deve ser conduzido pelo NDE do curso. Portanto, este trabalho não se propõe a versar sobre como deve ou não ser o currículo.

No entanto, como sugestão, coloca-se que, ao inserir atividades de extensão no currículo, elas sejam distribuídas de forma adequada durante a graduação, haja vista que os alunos convivem com diversas demandas no decorrer do curso, além das do ensino e da extensão, ambas obrigatórias a partir de 2023. Assim, sugere-se que tais atividades extensionistas sejam colocadas como opção desde a parte inicial do curso (2º ou 3º período), uma vez que possibilita ao aluno, desde o início, ter relação com a prática, com o mundo real, o que pode ajudá-lo a entender melhor a teoria. Da mesma forma, não é interessante que a extensão fique alocada em grande parte no final do curso, pois nesse período, em dado momento, o aluno começa a fazer estágio. Então, colocar programas e projetos de extensão nos períodos em que ele esteja estagiando fará com que ele fique sobrecarregado e, muitas vezes, não tenha tempo para a extensão.

Por fim, cabe mencionar que as ações descritas neste PAE têm cunho propositivo, ou seja, são sugestões deste autor e não possuem caráter obrigatório. Porém, constituem-se como ações estratégicas de gestão que podem ajudar no alcance da efetiva implementação da curricularização da extensão no curso de Engenharia Civil da UFJF.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve origem na problemática trazida pelas novas exigências do Ministério da Educação para a extensão universitária, sobretudo com relação à inserção obrigatória da extensão nos currículos dos cursos de graduação. Chegando ao final desta pesquisa, cabe retomar que ela teve o objetivo de analisar a melhor forma de implementar a gestão estratégica e integrada da extensão no curso de Engenharia Civil da UFJF.

Para alcançar esse objetivo, foi percorrido um caminho ao longo do trabalho, por meio de cada capítulo. Após a Introdução, no capítulo descritivo (Capítulo 2), foi feita uma apresentação histórica e estrutural da Universidade Federal de Juiz de Fora, da Faculdade de Engenharia da UFJF e do curso de Engenharia Civil. Além disso, a Pró-Reitoria de Extensão foi apresentada, destacando-se sua atuação na institucionalização, no incentivo e na regulamentação da extensão na referida Universidade. Diante da estrutura acadêmica colocada, foi realizada uma apresentação do contexto extensionista nestes mesmos ambientes (UFJF, Faculdade de Engenharia e curso de Engenharia Civil) para que os desafios que se apresentaram para a gestão do curso com relação à extensão fossem abordados. Para isso, utilizou-se de pesquisa documental e bibliográfica, aplicação de questionários com os coordenadores de ações de extensão na Faculdade de Engenharia e realização de entrevista com a Pró-Reitora de Extensão da UFJF.

O capítulo que foi escrito na sequência é o analítico (Capítulo 3), o qual se voltou a apresentar um referencial teórico sobre os principais temas que envolvem o trabalho, como o significado de extensão universitária, a evolução da concepção sobre a extensão e as primeiras ações de extensão praticadas na educação superior no Brasil. Foram apresentados também alguns conceitos sobre a gestão estratégica, integrada e participativa, e como esses conceitos já se apresentam e podem se apresentar na gestão universitária, além de poderem se fazer presentes na gestão extensionista nas IES. Para essa seção, lançou-se mão de pesquisa bibliográfica. Além disso, o capítulo também apresentou a metodologia e os instrumentos de coleta de dados utilizados para realizar a pesquisa de campo. Assim, utilizou-se a aplicação de questionários com universidades federais do Sul e do Sudeste do Brasil

que possuem o curso de Engenharia Civil e também a realização de entrevistas com: o ex-coordenador de curso de Engenharia Civil da UFJF, um membro do NDE do referido curso e a Coordenadora de Extensão da Facc. No final do capítulo analítico, foi realizada a apresentação e análise dos dados dos questionários e das entrevistas, separando-as em três eixos temáticos: “Perspectivas de Extensão”, “Curricularização da Extensão” e “Desafios de Gestão da Extensão”, de forma que as informações ficassem mais bem organizadas.

No percurso acima descrito, algumas dificuldades foram encontradas. Para a construção do capítulo descritivo e para a realização da pesquisa desenvolvida no capítulo analítico, houve dificuldade na aplicação dos questionários com os coordenadores de atividades de extensão e com as coordenações de cursos de universidades do Sudeste e do Sul brasileiros, no que se refere à obtenção de respostas. Neste sentido, foi necessário realizar várias tentativas de contato com as instituições e com os coordenadores de ações de extensão da Faculdade de Engenharia da UFJF para se conseguir um número adequado de respostas para a pesquisa. Mesmo assim, alguns destes coordenadores e dessas instituições, sobretudo as de maior porte, não responderam aos contatos. Ademais, a natureza da atuação profissional deste autor não coincide com o tema da extensão, sendo que o contato feito com a atividade extensionista antes da realização desta pesquisa foi de maneira pontual e superficial. Assim, este fator fez com que houvesse maior necessidade de tempo dispensado para o aprofundamento do conhecimento a respeito da temática da pesquisa. Por fim, o tempo relativamente curto para a realização deste estudo impediu que fossem realizadas outras entrevistas com outros docentes do curso de Engenharia Civil da UFJF e aplicados outros questionários com universidades federais que possuem curso de Engenharia Civil em outras regiões do país.

Apesar das dificuldades colocadas, no capítulo propositivo (Capítulo 4) foi desenvolvido um Plano de Ação Educacional com vistas a contemplar o objetivo de propor sugestões para implantação de um processo de gestão estratégica e integrada das ações de extensão. Assim, a referida seção trata da apresentação de um plano que foi desenvolvido com cinco ações práticas que podem contribuir para que o curso de Engenharia Civil da UFJF consiga implementar uma gestão

estratégica da extensão, sobretudo com relação às novas demandas extensionistas que o curso terá por conta das exigências do MEC.

No entanto, a pesquisa possui algumas limitações. O fato de não ter sido possível entrevistar outros docentes do curso de Engenharia Civil e da Faculdade de Engenharia da UFJF é uma delas, o que reflete no fato de que a análise realizada não representa o pensamento comum dos professores daquela unidade e daquele curso de forma geral. Outra limitação está na necessidade de se considerar que os resultados dos questionários correspondem apenas às universidades do Sudeste e Sul do Brasil, sendo que, se houvesse a expansão da aplicação da pesquisa para outras regiões, os resultados encontrados poderiam ser diferentes.

Cabe destacar que, para o futuro, algumas pesquisas podem ser colocadas como forma de dar continuidade ou como um aprofundamento do presente estudo. Pode-se realizar uma pesquisa para identificar a percepção dos professores da Faculdade de Engenharia da UFJF como um todo sobre o que é extensão, por exemplo, com vistas a estimular e potencializar a extensão na referida Faculdade, dado que os cursos de Engenharia apareceram neste estudo como cursos tradicionalmente pouco envolvidos com a atividade extensionista. Da mesma forma, pode ser interessante expandir a pesquisa para além das regiões Sudeste e Sul do Brasil, trazendo-se à análise as convergências e as divergências de pensamento e de práticas no que tange à temática extensionista. Além disso, considerando que a curricularização da extensão deve ser implementada até dezembro de 2022 nos cursos de graduação das universidades brasileiras, pode ser relevante a realização de uma pesquisa, após um ano da implementação da inserção da extensão nos currículos, para identificar, por exemplo, os avanços, as mudanças na percepção dos docentes do curso de Engenharia Civil da UFJF, identificar como os obstáculos foram vencidos, quais caminhos foram escolhidos no curso e quais as dificuldades que, por ventura, ainda existem neste contexto.

Por fim, é preciso salientar que o desenvolvimento deste trabalho foi muito importante para que eu pudesse conhecer e aprofundar meu conhecimento sobre uma atividade da universidade que se mostra por tanto tempo menos valorizada frente ao ensino e à pesquisa no ensino superior. No entanto, por meio da própria pesquisa foi possível entender a dinâmica e a estrutura da extensão no âmbito da

instituição na qual atuo e a potencial dimensão e relevância que esta possui para a prática acadêmica e para o contexto social do país. Neste sentido, entende-se que as normativas mais recentes do MEC relativas à extensão e os movimentos identificados nas universidades para atender a essas normativas já se mostram um notável avanço para colocar a extensão em uma situação de indissociabilidade no tripé da atuação universitária.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **Entidades científicas e acadêmicas publicam nota sobre severo corte do orçamento**. Brasília, DF: Andifes, 1 abr. 2019. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/entidades-cientificas-e-academicas-publicam-nota-sobre-severo-corte-orcamento/>. Acesso em: 1 maio 2020.

ANDRADE, M. V. M.; SANTOS, A. R. Princípios da gestão estratégica e suas aplicações na biblioteca universitária. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2007, Brasília, DF. **Anais** [...]. São Paulo: Febab, 2007. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/502/1/Andrade%2C%20Marcos-Princ%3ADpios%20da%20Gest%3A3o%20estrat%3A9gica-Evento-2007.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2020.

ANTUNES, I. C. B.; SILVA, R. O.; BANDEIRA, T. S. A reforma universitária de 1968 e as transformações nas instituições de ensino superior. *In*: SEMANA DE HUMANIDADES, 9., 2011, Natal. **Anais** [...]. Natal: UFRN, 2011. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/shXIX/anais/GT29/A%20REFORMA%20UNIVERSIT%20C1RI%20DE%201968%20E%20AS%20TRANSFORMA%20C7%D5ES%20NAS%20INSTI%20TUI%20C7%D5ES%20DE%20ENSINO%20SUPERIOR.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2020.

BAYLÃO, A. L.; SCHETTINO, E. M. O.; CHERRINE, L. Gestão Participativa nas organizações: uma via de transformação e aprendizagem. *In*: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 11., 2014, Resende. **Anais** [...]. Resende: AEDB, 2014. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/20320173.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2020.

BEHR, A.; MORO, E. L. S.; ESTABEL, L. B. Gestão da biblioteca escolar: metodologias, enfoques e aplicação de ferramentas de gestão e serviços de biblioteca. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 37, n. 2, p. 32-42, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v37n2/a03v37n2.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 14 abr. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 1, de 29 de dezembro de 2020**. Dispõe sobre prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) durante a calamidade pública provocada pela pandemia da COVID-19. Brasília, DF: CNE/CES, 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1679

21-rces001-20&category_slug=dezembro-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 11 fev. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 2, de 24 de abril de 2019**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia. Brasília, DF: CNE/CES, 2019. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=112681-rces002-19&category_slug=abril-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 29 mar. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação -PNE 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 155, n. 243, p. 34, 26 jun. 2018. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 14 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 28 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 3.858, de 23 de dezembro de 1960**. Cria a Universidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1960. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3858.htm. Acesso em: 9 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 28 abr. 2020.

BURGOS, M.; BELLATO, C. Gerencialismo e pós-gerencialismo: em busca de uma nova imaginação para as políticas educacionais no Brasil. **Revista Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, set./dez. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sant/v9n3/2238-3875-sant-09-03-0919.pdf>. Acesso em: 19 out. 2020.

CARBONARI, M. E. E.; PEREIRA, A. C. A extensão universitária no Brasil: do assistencialismo à sustentabilidade. **Revista de Educação**, Belo Horizonte, v. 10, n. 10, p. 23-28, 2007. Disponível em: <http://www.pgskroton.com.br/seer/index.php/educ/article/view/2133/2030>. Acesso em: 24 jun. 2020.

CARDOSO, A. C. *et al.* O estímulo à prática da interdisciplinaridade e do multiprofissionalismo: a Extensão Universitária como uma estratégia para a educação interprofissional. **Revista da ABENO**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 12-19, 2015. Disponível em: <https://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/article/viewFile/93/161>. Acesso em: 25 jun. 2020.

CONTE, S. R. R. A gestão do conhecimento potencializada pela gestão participativa. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS*, 18., 2014, Belo Horizonte. **Anais** [...]. 2014. Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/trabalhos/100-2213.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2020.

DALBEN, A. I. L. F.; VIANNA, P. C. M. Gestão e avaliação da extensão universitária: a construção de indicadores de qualidade. **Interagir: pensando a extensão**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 31-39, jan./dez. 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/interagir/article/view/1669>. Acesso em: 3 nov. 2020.

FAGUNDES, J. **Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas**. 1985. 170f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251912>. Acesso em: 11 jul. 2020.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento. *In: ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS*, 1., 1987, Brasília, DF. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Forproex, 1987.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2020.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: Forproex, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

FRAGA, B. S. Gestão estratégica na extensão universitária: estudo de caso numa universidade pública de Ensino Superior. **Revista Gestão Universitária**, [s. l.], v. 4, 2015. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos-cientificos/gestao-estrategica-na-extensao-universitaria-estudo-de-caso-numa-universidade-publica-de-ensino-superior>. Acesso em: 3 nov. 2020.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Disponível em: <https://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Extensao-ou-Comunicacao-1.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2020.

GADOTTI, M. Extensão Universitária: para quê? **Instituto Paulo Freire**, São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 24 jun. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, N. G. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: um princípio necessário. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229-1256, set./dez., 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2015v33n3p1229>. Acesso em: 25 jun. 2020.

IMPERATORE, S. L. B.; PEDDE, V.; IMPERATORE, J. L. R. Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? Aportes teóricos e práticas de integração curricular da Extensão ante a estratégia 12.7 do PNE. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU, 15., 2015, Mar del Plata, Argentina. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/136064/101_00175.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 31 mar. 2021.

JENIZE, E. As práticas curriculares e a extensão universitária. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2004. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrent/Gestao/Gestao12.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2020.

LÜCK, H. Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. **Em Aberto**, Brasília, DF, v. 17, n. 72, p. 11-33, fev./jun. 2000. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2634>. Acesso em: 19 out. 2020.

MACHADO, M. C. S. **A gestão estratégica como o caminho para implantação da gestão participativa no sistema educacional**. Juiz de Fora: UFJF; PPGP CAEd, 2020a. Disponível em: <http://ppgp4.caedufjf.net/mod/resource/view.php?id=6010>. Acesso em: 19 out. 2020.

MACHADO, M. C. S. **Gestão estratégica e participativa**: considerações acerca do planejamento e do controle em três níveis. Juiz de Fora: UFJF; PPGP CAEd, 2020b. Disponível em: <http://ppgp4.caedufjf.net/mod/resource/view.php?id=6127>. Acesso em: 20 out. 2020.

MARINHO, G. S.; MENDES, J. U. L.; ARAÚJO L. P. Atividades de ensino e extensão no Laboratório de Metrologia da UFRN. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM ENGENHARIA, 27., 1999, Natal. **Anais** [...]. Brasília, DF: Abenge,

1999. Disponível em: <http://www.abenge.org.br/cobenge/arquivos/20/st/q/q036.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2020.

MORAES, S. L. D *et al.* Impacto de uma experiência extensionista na formação universitária. **Revista de Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial**, Camaragibe, v. 16, n. 1, p. 39-44, 2016. Disponível em: <http://revodontobvsalud.org/pdf/rctbmf/v16n1/a06v16n1.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2020.

MÜLLER, C. J. **Modelo de gestão integrando planejamento estratégico, sistemas de avaliação de desempenho e gerenciamento de processos (MEIO - Modelo de Estratégia, Indicadores e Operações)**. 2003. 292f. Tese (Doutorado em Engenharia – Ênfase em Gerência da Produção) – Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/publicacoes/claudio_muller_tese.pdf. Acesso em: 4 nov. 2020.

NAKAGAWA, M. **Ferramenta: 5W2H**: plano de ação para empreendedores. São Paulo: Globo, 2014. Sebrae: Movimento Empreenda. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/5W2H.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2021.

NASCIMENTO, J. L. Atividades integradoras no Laboratório de Fontes Alternativas de Energia – LAFAE: a participação no UFRJmar. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO DE ENGENHARIA, 35., 2007, Curitiba. **Anais [...]**. Brasília, DF: Abenge, 2007. Disponível em: <http://www.abenge.org.br/cobenge/arquivos/12/artigos/450-Jorge%20Luiz%20do%20Nascimento.pdf>. Acesso em: 1 maio 2020.

NASCIMENTO, J. L.; ROLIM, L. G. B. LAFAE 15 anos - I - Laboratório de Fontes Alternativas de Energia: a extensão como sustentabilidade da ciência. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM ENGENHARIA, 44., 2016, Natal. **Anais [...]**. Brasília, DF: Abenge, 2016. Disponível em: <http://www.abenge.org.br/cobenge/arquivos/3/anais/anais/159970.pdf>. Acesso em: 14 maio 2020.

PAULA, G. B. O que é 5W2H: reduza incertezas, ganhe produtividade e aprenda como fazer um plano de ação. **Treasy**, [s. l.], 8 nov. 2015. Disponível em: <https://www.treasy.com.br/blog/5w2h/>. Acesso em: 25 abr. 2020.

PAULA, J. A. A extensão universitária: história, conceitos e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 5-23, jul./nov. 2013. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/5/pdf>. Acesso em: 27 abr. 2020.

PREDEBON, E. A.; SOUSA, P. D. B. As organizações, o indivíduo e a gestão participativa. *In*: SEMINÁRIO DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, 2., 2003, Cascavel. **Anais [...]**. Cascavel: Unioeste, 2003. Disponível em: <http://docente.lages.ifsc.edu.br/odivar.marcos/MaterialDidatico/agroneg%C3%B3cio/>

Associativismo%20e%20Cooperativismo/ARTIGO%20-%20AS%20ORGANIZA%C3%87OES%20O%20INDIVIDUO%20E%20A%20GESTA O%20PARTICIPATIVA.pdf. Acesso em: 4 nov. 2020.

RIBEIRO, T. G. A. **Interação dialógica nas ações de extensão universitária na temática meio ambiente**. 2019. 103f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade) – Programa de pós-graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2019. Disponível em:

https://repositorio.unifei.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1919/dissertacao_2019038.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 jun. 2020.

RODRIGUES, D. M. **Entraves para a adesão à extensão universitária nas unidades acadêmicas da UFJF**. 2019. 166f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação/CAEd, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em:

<http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2019/08/DIOGO-MENDES-RODRIGUES.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2020.

SANTOS, D. R. **A comunicação institucional do Campus Governador Valadares da Universidade Federal de Juiz de Fora através da extensão universitária**.

2019. 152f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação/CAEd, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <http://mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2019/08/Dante-Rodrigues-dos-Santos.pdf>.

Acesso em: 2 maio 2020.

SANTOS, J. H. S.; ROCHA, B. F.; PASSAGLIO, K. T. Extensão universitária e formação no Ensino Superior. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, Chapecó, v. 7, n. 1, p. 23-28, maio 2016. Disponível em:

<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3087> Acesso em: 2 maio 2020.

SILVA, D. G. G. *et al.* Práticas de extensão do Laboratório de Geotecnia e Concreto da Escola De Engenharia da FURG. *In: SALÃO INTERNACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – SIEPE*, 10., 2018, Santana do Livramento. **Anais [...]**. Bagé: Unipampa, 2018. Disponível em:

https://guri.unipampa.edu.br/uploads/evt/arq_trabalhos/17398/seer_17398.pdf. Acesso em: 5 jul. 2020.

SILVA, L. D. A Gestão da Extensão Universitária: uma nova sinergia entre os três pilares da Educação Superior Universitária. *In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE*, 4., Brasília, DF, 2013. **Anais [...]**. Maringá: Anpad, 2013. Disponível em:

<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEPQ198.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2020.

SOUSA, A. L. L. **A história da extensão universitária**. Campinas: Alínea, 2000. UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. Conselho Universitário. **Decisão nº 07/2020/COSUEX**. Foz do Iguaçu: Unila, 2020.

Disponível em:

<https://portal.unila.edu.br/mestrado/biociencias/arquivos/CONSUNresolucao2020.008coronavirus2020estagiodocenciasuspende.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos. **Processo**

23422.004316/2018-04. Foz do Iguaçu: Unila, 2018. Disponível em:

[https://portal.unila.edu.br/deliberacao-](https://portal.unila.edu.br/deliberacao-superior/arquivos/Processon23422.004316201804.pdf)

[superior/arquivos/Processon23422.004316201804.pdf](https://portal.unila.edu.br/deliberacao-superior/arquivos/Processon23422.004316201804.pdf). Acesso em: 15 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Alunos**: matrículas. Juiz de

Fora: UFJF, 2020e. Disponível em: [https://www2.ufjf.br/ufjf/acao-a-](https://www2.ufjf.br/ufjf/acao-a-informacao/alunos/)

[informacao/alunos/](https://www2.ufjf.br/ufjf/acao-a-informacao/alunos/). Acesso em: 14 abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Arquivo de Notícias. **UFJF completa 50 anos nesta 5ª, promovendo inovação e desenvolvimento econômico de JF e região**.

Juiz de Fora: UFJF, 23 dez. 2010. Disponível em:

<http://www.ufjf.br/arquivodenoticias/2010/12/ufjf-completa-50-anos-nesta-5%c2%aa-promovendo-inovacao-e-desenvolvimento-economico-de-jf-e-regiao/>. Acesso em: 14 abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Campus GV**. Governador

Valadares: UFJF, 2020c. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/gv/sobre/campus-gv/>.

Acesso em: 14 abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Conselho Setorial de

Extensão e Cultura. **Resolução nº 04/2018**. Fixa normas sobre a Política de

Extensão na UFJF. Juiz de Fora: UFJF, 2018. Disponível em:

<http://www.ufjf.br/proex/files/2017/12/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-04-2018-Fixa-normas-sobre-a-Pol%C3%ADtica-de-Extens%C3%A3o-na-UFJF.pdf>. Acesso em: 2 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ. Conselhos Superiores. **Norma para**

curricularização da extensão nos cursos de graduação da Unifei. Itajubá: Unifei, 2020. Disponível em:

<https://owncloud.unifei.edu.br/index.php/s/bpUDN1yBy7kqBZm>. Acesso em: 15 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Conselho Superior. **Resolução nº**

01/2012. Aprova a criação de um Campus Avançado da UFJF, na cidade de Governador Valadares-MG. Juiz de Fora: UFJF, 26 mar. 2012. Disponível em:

[https://www2.ufjf.br/consu/wp-](https://www2.ufjf.br/consu/wp-content/uploads/sites/33/2015/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-01.2012.pdf)

[content/uploads/sites/33/2015/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-01.2012.pdf](https://www2.ufjf.br/consu/wp-content/uploads/sites/33/2015/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-01.2012.pdf) Acesso em: 14 abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Dados Abertos.

Organograma. Juiz de Fora: UFJF, 2020g. Disponível em:

<https://www2.ufjf.br/transparencia/estrutura-organizacional/organograma-2/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Departamento de Matemática. **Formulários**. Juiz de Fora: UFJF, 2021d. Disponível em: <https://www.ufjf.br/mat/institucional/formularios/>. Acesso em: 6 jun. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Diretoria de Inovação. **Equipes de Competição**. Juiz de Fora: UFJF, 2020o. Disponível em: <https://www.ufjf.br/dinova/equipes-de-competicao/>. Acesso em: 28 dez. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Diretoria de Inovação. **Liga de Empresas Juniores**. Juiz de Fora: UFJF, 2020p. Disponível em: <https://www.ufjf.br/dinova/liga-de-empresas-juniores/>. Acesso em: 28 dez. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. **Regimento de Extensão da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis – FACC**. Dispõe sobre as normas que regulamentam as ações de extensão na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC). Juiz de Fora: UFJF, 2020w. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1-wE2d6qfTHVQEFq9UCMy9QT4R4yILMHQ/view>. Acesso em: 22 jun. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Faculdade de Enfermagem. **PIT/RIT**. Juiz de Fora: UFJF, 2021e. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/enfermagem/diversos-2/pitrit/>. Acesso em: 6 jun. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Faculdade de Engenharia. Conselho de Unidade. **Resolução nº 06/2014**. Dispõe sobre a regulamentação normativa para promoção à classe E da carreira docente (Professor Titular). Juiz de Fora: UFJF, 2014a. Disponível em: http://www.ufjf.br/progepe/files/2014/10/Resolu%C3%A7%C3%A3o-06_2014_Classe_E.pdf. Acesso em: 26 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Faculdade de Engenharia. Coordenação do Curso de Engenharia Civil. **Projeto Pedagógico do Curso de graduação em Engenharia Civil**. Juiz de Fora: UFJF, 2017. Disponível em: <https://www.ufjf.br/engenhariacivil/files/2012/05/PPC-Engenharia-Civil-CCEC-16-Maio-2017-aprov-CONGRAD-Res.-59-2017-01-Jun.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Faculdade de Engenharia. **Departamentos**. Juiz de Fora: UFJF, 2020r. Disponível em: <https://www.ufjf.br/engenharia/institucional/administracao/departamentos-2/>. Acesso em: 11 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Faculdade de Engenharia. **Mapas das Salas de Aula**. Juiz de Fora: UFJF, 2020s. Disponível em:

<https://www.ufjf.br/engenharia/secretaria/mapas-das-salas-de-aula/>. Acesso em: 12 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Faculdade de Engenharia. **Princípios e História**. Juiz de Fora: UFJF, 2020q. Disponível em: <https://www.ufjf.br/engenharia/institucional/principios-e-historia/>. Acesso em: 14 abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Faculdade de Letras. **Resoluções/Portarias**. Juiz de Fora: UFJF, 2021c. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/faclet/institucional/normas-e-resolucoes/>. Acesso em: 6 jun. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Faculdade de Medicina. **Projeto Pedagógico de Curso – Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: UFJF, 2019. Disponível em: <https://www.ufjf.br/medicina/files/2015/04/PPC-FAMED2019.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Faculdade de Medicina. **Quadro para avaliação de desempenho para promoção à classe de Professor Titular da carreira do magistério superior**. Juiz de Fora: UFJF, 2014b. Disponível em: <http://www.ufjf.br/progepe/files/2014/10/Pontua%C3%A7%C3%A3o-titular-Medicina.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Fórum da Cultura. **Cursos e Oficinas**. Juiz de Fora: UFJF, 2020n. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/forumdacultura/centro-de-estudos-teatrais-grupo-divulgacao/cursos-e-oficinas/>. Acesso em: 28 dez. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **História**. Juiz de Fora: UFJF, 2020b. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ufjf/sobre/historia/>. Acesso em: 14 abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Núcleo de Atendimento Social da Faculdade de Engenharia da UFJF. **Científicas**. Juiz de Fora: UFJF, 2021b. Disponível em: <https://www.ufjf.br/nasfe/publicacoes/tcc-no-nasfe/>. Acesso em: 31 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Núcleo de Atendimento Social da Faculdade de Engenharia da UFJF. **Quem somos**. Juiz de Fora: UFJF, 2020t. Disponível em: <https://www.ufjf.br/nasfe/quem-somos/>. Acesso em: 11 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020**. Juiz de Fora: UFJF, 2016. Disponível em: https://www2.ufjf.br/transparencia/wp-content/uploads/sites/91/2018/01/pdi_corrigido.pdf. Acesso em: 3 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Juiz de Fora: UFJF, 2020u. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/sobre/legislacao/plano-de-desenvolvimento-institucional/>. Acesso em: 5 jan. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Portaria/SEI nº 7, de 09 de setembro de 2020**. Regulamenta a Portaria/SEI nº 3, de 09 de outubro de 2019, dispendo sobre diretrizes para Preenchimento dos documentos PIT, RIT e HTS da FACC. Juiz de Fora: UFJF, 2020x. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/facc/wp-content/uploads/sites/165/2021/01/portaria-sei-7-2020-1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Pró-Reitoria de Cultura. **Apresentação**. Juiz de Fora: UFJF, 2020l. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/procult/apresentacao/>. Acesso em: 28 dez. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Pró-Reitoria de Cultura. **Princípios norteadores**. Juiz de Fora: UFJF, 2020m. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/procult/apresentacao/principios-norteadores/>. Acesso em: 28 dez. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Pró-Reitoria de Extensão. **Ações de Extensão – Anos anteriores**. Juiz de Fora: UFJF, 2020h. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/proex/acoes/anos-anteriores/2018-2/>. Acesso em: 7 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Pró-Reitoria de Extensão. **Composição e representações**. Juiz de Fora: UFJF, 2020k. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/proex/conexc/composicao/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Pró-Reitoria de Extensão. **CONEXC**. Juiz de Fora: UFJF, 2020j. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/proex/conexc/>. Acesso em: 2 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Pró-Reitoria de Extensão. **Edital nº 04/2021 – Projetos de Extensão em Interface com a Pesquisa**. Juiz de Fora: UFJF, 2021a. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/proex/wp-content/uploads/sites/59/2021/06/Edital-04-2021-Interface-com-a-pesquisa-1.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Pró-Reitoria de Extensão. **Equipe**. Juiz de Fora: UFJF, 2020i. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/proex/institucional/organizacao/>. Acesso em: 28 abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Pró-Reitoria de Extensão. **Extensão Universitária**. Juiz de Fora: UFJF, 2020a. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/proex/institucional/extensao-universitaria/>. Acesso em: 28 abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Servidores**. Juiz de Fora: UFJF, 2020f. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/acao-a-informacao/servidores/>. Acesso em: 14 abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. UFJF Notícias. **UFJF e Prefeitura assinam parceria para mapear áreas de risco**. Juiz de Fora: UFJF, 2020v. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2020/01/24/ufjf-e-prefeitura-assinam-parceria-para-mapear-de-areas-de-risco/>. Acesso em: 31 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Unidades Acadêmicas**. Juiz de Fora: UFJF, 2020d. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/sobre/organizacao/unidadesacademicas/>. Acesso em: 14 abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Atividade Complementar Especial (ACE)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2021b. Disponível em: http://www.poli.ufrj.br/graduacao_aces.php. Acesso em: 1 maio 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Visão geral do currículo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2021a. Disponível em: <http://www.civil.poli.ufrj.br/visao-geral-curriculo.html>. Acesso em: 1 maio 2021.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. Conselho de Graduação e Educação Profissional. **Resolução nº 69/2018**. Curitiba: UFTPR, 2018. Disponível em: https://sei.utfpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=536304&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 15 abr. 2021.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília, DF: Capes: UAB, 2009.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada: discussões sobre novas exigências de extensão na UFJF

Entrevistada: Pró-Reitora de Extensão da UFJF.

1. Diante das novas exigências do MEC para a extensão, relativas ao cumprimento de 10% da carga horária dos cursos em atividades extensionistas, tem havido discussões a respeito da implantação da extensão nos currículos nestes parâmetros. Neste sentido, como a Proex vai propor orientar os cursos de graduação, no sentido de eles poderem ter meios para cumprir os 10% da carga horária exigida pelo MEC? Existe alguma proposta da Proex? Como ela é?
2. Pelo que estou sabendo vai haver uma proposta de distribuição em disciplinas de extensão e projetos de extensão. É isso mesmo? Sobre a questão das disciplinas de extensão a serem criadas, como elas funcionam? Como é essa proposta? Como fica a divisão de carga horária?
3. O calendário de implantação do currículo com a extensão está mantido para o início de 2022 ou houve alguma alteração, sobretudo por causa da pandemia que estamos passando? E como estão os trâmites burocráticos a respeito deste cronograma nos cursos? Como está o processo de discussão sobre isso? Como a Proex está propondo a adequação dos cursos ao cronograma?
4. Você tem alguma informação sobre o curso de Engenharia Civil? Houve alguma discussão ou orientação no curso? Houve alguma visita? Como você percebe o andamento curso?
5. Você tem algo a acrescentar? (sobre o curso, sobre a estrutura da Proex, sobre como os cursos estão trabalhando sobre isso).

APÊNDICE B – Questionário enviado aos coordenadores de Curso de Engenharia Civil de universidades federais do Sudeste e Sul brasileiro por e-mail e Fala.BR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL - MESTRADO EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA (PPGP/CAED/UFJF)

Prezado(a) colaborador(a),

O(a) sr. (a) está sendo convidado(a), como voluntário(a), a participar da pesquisa intitulada **“Gestão estratégica das atividades de extensão no curso de Engenharia Civil/UFJF: sugestões para a implantação das ações extensionistas no curso”**. Esta pesquisa se propõe a discutir a implantação das ações de extensão no curso de Engenharia Civil da UFJF, conforme as novas exigências do Ministério da Educação (MEC), definidas pela Resolução nº 7/2018. Tais exigências giram em torno da necessidade de os cursos de graduação ofertarem, no mínimo, 10% de sua carga horária em ações extensionistas, ou seja, incluir em seus currículos ações de extensão. Esta pesquisa está sendo realizada com a intenção de levantar elementos da gestão extensionista no ensino superior em universidades do sudeste brasileiro para que possam contribuir na implementação da gestão da extensão na Universidade Federal de Juiz de Fora, em particular em seu curso de Engenharia Civil, conforme a exigência do MEC.

O questionário tem 25 questões (20 de múltipla escolha e 5 abertas) e não demora mais do que 30 minutos para ser respondido.

Os dados obtidos por meio deste instrumento serão utilizados, exclusivamente, para fins acadêmicos e o(a) sr(a) não será identificado(a).

Meu nome é Lázaro Lopes Jeronymo e sou o mestrando responsável por esta pesquisa. Caso tenha alguma dúvida ou queira enviar algum material complementar utilize este e-mail: lazarojeronymo.mestrado@caed.ufjf.br

Por envolver questões sobre a extensão no curso de Engenharia Civil, é mais adequado que este questionário seja respondido pelo(a) coordenador(a) do respectivo curso.

INSTRUÇÕES:

Responda às questões após ler atentamente as perguntas.

Assinale apenas as alternativas que mais condizem com a sua realidade.

Declaração de consentimento:

() Assinale aqui para declarar que concorda em participar da pesquisa voluntariamente.

1. Nome da Instituição em que o(a) sr(a) trabalha:

2. Cargo que o(a) sr(a) ocupa: _____

BLOCO 1 - A EXTENSÃO NO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL

Neste bloco estão reunidas questões sobre a extensão no curso de Engenharia Civil nos últimos 3 anos.

3. Qual órgão é responsável pela Extensão na instituição em que o (a) sr.(a) trabalha?

- () Pró-Reitoria de Extensão.
 () Outra pró-reitoria. Nome: _____
 () Outra instância da IES. Nome: _____

4. Quais modalidades de extensão são oferecidas na faculdade (instituto ou unidade acadêmica) a que o curso está ligado?
 (assinale quantas opções forem necessárias)

- () programas
 () projetos
 () eventos
 () cursos
 () prestação de serviços
 () outro(s). Nome: _____

5. Na sua percepção, o grau de participação dos alunos, docentes e TAEs, ligados ao curso de Engenharia Civil em ações de extensão nesta universidade é:
 (assinale um X na resposta correspondente a cada ator)

Grau de participação	Muito baixo	Baixo	Alto	Muito alto
Alunos				
Docentes				
TAEs				

6. Nos últimos 3 anos (2018, 2019, 2020) o número de ações de extensão desenvolvidas no âmbito do curso de Engenharia Civil apresentou:

- () crescimento
 () diminuição
 () estabilidade

7. Qual a modalidade de ações de extensão que tem sido **mais** praticada no curso de Engenharia Civil?
 (assinale no máximo 2 opções)

- programas
- projetos
- eventos
- cursos
- prestação de serviços
- outro(s). Nome: _____

8. Qual a modalidade de ações de extensão que tem sido **menos** praticada no curso de Engenharia Civil?
(assinale no máximo 2 opções)

- programas
- projetos
- eventos
- cursos
- prestação de serviços
- outro(s). Nome: _____

BLOCO 2 - A IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 7/2018 (MEC) NA UNIVERSIDADE

A Resolução nº 7/2018 do MEC exige que pelo menos 10% da carga horária curricular estudantil seja composta por atividades de extensão. Neste bloco, você responderá questões sobre o processo de implementação da extensão na IES, conforme essa exigência do MEC.

9. Quais ações têm sido realizadas **pela universidade** na qual você trabalha para cumprir a exigência do MEC para a extensão?
(assinale quantas alternativas forem necessárias)

- () nenhuma
 () criou comissão específica para o assunto. Data de criação: _____
 () promoveu debates
 () realizou reuniões
 () reformou currículos de cursos
 () aumentou o número de programas e projetos de extensão
 () aumentou o número de outras ações de extensão
 () consolidou ações de extensão pouco desenvolvidas
 () institucionalizou ações de extensão desenvolvidas de forma “informal”
 () outra. Especificar: _____

10. Qual o grau de atuação dos órgãos da universidade na gestão da implementação da extensão conforme a exigência do MEC?
(assinale um X no quadro que corresponde à sua resposta)

	Não atuante	Pouco atuante	Atuante	Muito atuante
Reitoria				
Pró-Reitoria de Extensão (ou órgão análogo)				
Pró-Reitoria de Graduação (ou órgão análogo)				
Direção da Unidade Acadêmica ligada ao curso (ou órgão análogo)				
Coordenação do curso				
Outro. Nome: _____				

Outro. Nome: _____				
--------------------	--	--	--	--

11. Segundo a resolução do MEC (nº 7/2018) o prazo para a implementação da extensão no currículo da graduação é de 3 anos após a data de sua homologação, que é 18 de dezembro de 2021. Isso significa dizer que as universidades devem estar cumprindo a exigência da resolução no primeiro semestre letivo de 2022. A universidade na qual o(a) sr(a) trabalha mantém esse prazo para implementação da extensão em todos os cursos?
- () Sim
 () Não. Qual é a nova proposta de prazo? _____
12. Qual a sua percepção sobre o atendimento a este prazo diante do contexto atual da universidade no gerenciamento das ações para extensão?
- () o prazo é curto.
 () o prazo é razoável.
 () o prazo é amplo.
13. Até o momento, já foi criado pela universidade algum documento orientador (diretriz ou resolução própria) para viabilizar a implementação da extensão nos cursos, conforme exigido pelo MEC?
- () não.
 () em construção.
 () sim. (poderia disponibilizar algum link ou outra forma de acessar o documento ou enviar por e-mail?): _____
14. Quais são as principais dificuldades encontradas pela universidade para a implementação da resolução nº 7/2018, conforme a exigência do MEC? (assinale quantas opções forem necessárias)
- () problemas políticos
 () dificuldade em reorganizar as atividades de ensino (disciplinas e outras)
 () resistência dos professores
 () problemas de comunicação
 () desinteresse
 () morosidade nos trâmites burocráticos
 () outro(s). Especificar: _____
15. Sobre a participação da coordenação do curso de Engenharia Civil no processo de implementação da extensão na universidade, conforme a exigência do MEC, responda a seguir:
 (assinale um X no quadro que corresponde à sua resposta)

	discordo	discordo parcialmente	concordo parcialmente	concordo
Sinto que minhas demandas enquanto coordenador(a) são ouvidas pela gestão da extensão na universidade.				
Considero a exigência do MEC com relação à extensão uma boa alternativa para o fortalecimento da atividade extensionista na universidade.				
Existe uma boa comunicação entre a coordenação da Engenharia Civil e a gestão da extensão da universidade.				
A gestão do curso de Engenharia Civil tem autonomia para adaptar a				

<p>forma de implementar a extensão no curso, conforme suas particularidades e necessidades.</p>				
<p>Considero que o atendimento da exigência do MEC para a extensão é de resolução simples para as esferas de gestão envolvidas na universidade.</p>				

16. Você considera o caminho que a universidade está seguindo com relação à curricularização da extensão como uma boa alternativa?

() Sim.

() Não. Qual opção você considera melhor? _____

BLOCO 3 - A IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 7/2018 (MEC) NO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL

A Resolução nº 7/2018 do MEC exige que pelo menos 10% da carga horária curricular estudantil seja composta por atividades de extensão. Neste bloco, você responderá questões sobre o processo de implementação da extensão no curso de Engenharia Civil na universidade em que o(a) sr(a) trabalha, conforme essa exigência do MEC.

17. Quais ações têm sido realizadas **pela gestão do curso** de Engenharia Civil para cumprir a exigência do MEC?
(assinale quantas alternativas forem necessárias)

- nenhuma
- criou comissão específica para o assunto. Data de criação: _____
- promoveu debates
- realizou reuniões
- reformou o currículo do curso
- aumentou o número de programas e projetos de extensão ligados ao curso
- aumentou o número de outras ações de extensão ligadas ao curso
- consolidou ações de extensão pouco desenvolvidas no curso
- institucionalizou ações de extensão desenvolvidas de maneira “informal” no curso
- outra. Especificar: _____

18. O prazo definido pela universidade para a implementação da extensão nos cursos será cumprido pelo curso de Engenharia Civil?

- Sim
- Não. O que se pretende fazer para resolver essa questão? _____

19. Com relação à implementação da extensão no currículo de graduação, qual o caminho o curso de Engenharia Civil está seguindo?

- aumentar a carga horária atual do curso para inserir os 10% de extensão.
- manter a carga horária atual do curso readequando as atividades para que 10% delas se tornem atividades de extensão.
- outra. Especificar: _____

20. Para o cumprimento da resolução nº 7/2018, existe alguma proposta de criação de disciplinas de extensão na grade curricular do curso de Engenharia Civil?

- Sim. Qual seria a carga horária total dessas disciplinas? _____
 Não

21. Quais são as principais dificuldades encontradas pelo curso de Engenharia Civil para a implementação da resolução nº 7/2018?
(assinale quantas opções forem necessárias)

- problemas políticos
 dificuldade em reorganizar as atividades de ensino (disciplinas e outras)
 resistência dos professores
 problemas de comunicação
 desinteresse
 morosidade nos trâmites burocráticos
 outro(s). Especificar: _____

22. Em que etapa da implementação da resolução nº 7/2018 o curso de Engenharia Civil se encontra?

- ainda não iniciou o debate para a construção de uma proposta de implementação
 iniciou o debate, mas não iniciou a construção da proposta
 em fase inicial da construção da proposta
 boa parte da proposta está construída
 em fase final da construção da proposta
 proposta está pronta, só falta implementar
 proposta está pronta e implementada
 outro. Especificar: _____

BLOCO 4 - DESAFIOS E OS PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS

Neste bloco você apontará os desafios e os pontos positivos e negativos que se apresentaram até então no processo de implementação da extensão no curso de Engenharia Civil.

23. Descreva os maiores desafios enfrentados pela gestão do curso com relação ao atendimento à exigência da resolução nº 7/2018 do MEC:

24. Aponte os pontos positivos que você observa na implementação da resolução nº 7/2018 no curso: _____

25. Aponte os pontos negativos que você observa na implementação da resolução nº 7/2018 no curso: _____

Agradecemos a sua participação na pesquisa

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semiestruturada: discussões sobre novas exigências de extensão no Curso de Engenharia Civil e na UFJF

Entrevistados: Ex-Coordenador de curso de Engenharia Civil da UFJF e Membro do NDE do referido curso.

1. Gostaria que fizesse um breve relato de sua trajetória profissional e sua relação com a UFJF.
2. Você ficou ciente dessa mudança? Qual a sua percepção sobre este prazo?

A UFJF (por meio da Administração Central, da Pró-Reitoria de Extensão, da Pró-Reitoria de Graduação e de outros setores) vem trabalhando na implementação da exigência do MEC para a extensão universitária. Neste sentido, existe uma minuta de resolução sendo construída na UFJF para regulamentar a extensão nos currículos de todos os cursos de graduação da instituição.

3. Você tem conhecimento sobre essa minuta?
4. Qual a sua percepção a respeito da minuta?
5. Pensando especificamente na realidade do curso de Engenharia Civil, que estratégias você considera que seriam mais efetivas/adequadas para cumprir a resolução do MEC?
6. O que vem acontecendo no âmbito do curso de Engenharia Civil para implementar a curricularização de extensão?
7. Como você percebe o grau de atuação dos órgãos da UFJF na gestão da implementação da extensão conforme a exigência do MEC?
8. Quais são as principais dificuldades encontradas para o curso de Engenharia Civil para a implementação da resolução nº 7/2018, conforme a exigência do MEC?

9. De que forma está ocorrendo a participação da coordenação do curso de Engenharia Civil no processo de implementação da extensão na universidade?
10. Você considera que as demandas da coordenação da Engenharia Civil são ouvidas pela gestão da extensão na universidade?
11. Existe uma boa comunicação entre a coordenação da Engenharia Civil e a gestão da extensão da universidade?
12. Você considera a exigência do MEC com relação à extensão uma boa alternativa para o fortalecimento da atividade extensionista na universidade?
13. Você considera que a gestão do curso de Engenharia Civil tem autonomia para adaptar a forma de implementar a extensão no curso, conforme suas particularidades e necessidades?
14. Para você, qual o nível de complexidade do atendimento à exigência do MEC para a extensão pelo curso de Engenharia Civil? Por quê?
15. Com relação à implementação da extensão no currículo de graduação, qual o caminho o curso de Engenharia Civil está seguindo?
16. Como o curso de Engenharia Civil pretende cumprir a resolução nº 7/2018? Existe alguma proposta de aumentar o número de ações de extensão existentes, de desenvolver novas modalidades de extensão ou de criar disciplinas de extensão?
17. Em que etapa da implementação da resolução nº 7/2018 o curso de Engenharia Civil se encontra?
18. Quais são os maiores desafios (ou dificuldades) enfrentados pela gestão do curso com relação ao atendimento à exigência da resolução nº 7/2018 do MEC?
19. Quais são os pontos positivos que você observa na implementação da resolução nº 7/2018 no curso?
20. Quais são os pontos negativos que você observa na implementação da resolução nº 7/2018 no curso?

21. Como você vê a condução desse processo de curricularização da extensão no curso daqui pra frente, ou seja, como fica o andamento deste trabalho com a mudança de coordenação?

Agradecemos a sua participação na pesquisa!

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista semiestruturada: discussões sobre a gestão da extensão na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UFJF

Entrevistada: Coordenadora de Extensão da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UFJF.

1. Por favor, fale sobre a sua inserção na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC): cargo, departamento, tempo de trabalho na UFJF.
2. A FACC, até o momento, é a única unidade da UFJF que possui uma Coordenação de Extensão voltada para a gestão extensionista no nível da Unidade Acadêmica. Faça um breve relato sobre a decisão de se criar esta coordenação, as razões para isso e como foi feito.
3. Quais as funções dessa coordenação? Qual a sua estrutura? Quando foi criada?
4. Como os docentes da FACC entendem a extensão? Como você percebe o envolvimento dos docentes da FACC com a extensão?
5. Quais atividades de extensão são desenvolvidas na FACC?
6. Quais ações vêm sendo desenvolvidas pela Coordenação de Extensão?
7. Em sua opinião, quais os benefícios que a gestão da extensão por meio de uma coordenação trouxe para a FACC?
8. Quais problemas ou dificuldades foram superados com a atuação da Coordenação de Extensão na FACC?
9. Como tem sido conduzido o processo de implementação da curricularização da extensão nos cursos da FACC? Em que etapa ele está na FACC?

Agradecemos a sua participação na pesquisa!

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa “**Gestão estratégica das atividades de extensão no curso de Engenharia Civil/UFJF: sugestões para a implantação das ações extensionistas no curso**”. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é a “**necessidade de pensar em como atender às novas exigências do MEC para a extensão (cumprimento de 10% do curso em atividades extensionistas)**”. Nesta pesquisa pretendemos “**analisar a melhor forma de implementar a gestão da extensão no curso de Engenharia Civil**”.

Caso você concorde em participar, vamos fazer as seguintes atividades com você “**realizar uma entrevista exploratória para coletar algumas informações relevantes para a pesquisa**”. A pesquisa pode ajudar “**a gestão do curso de Engenharia Civil a implementar a gestão da extensão em seu currículo, conforme as exigências do MEC**”.

Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causa das atividades que fizermos com você nesta pesquisa, você tem direito a buscar indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, __ de _____ de ____.

Assinatura do Participante

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Nome do Pesquisador Responsável: Lázaro Lopes Jeronymo

Campus Universitário da UFJF

Faculdade/Departamento/Instituto: Faculdade de Educação / Departamento de Educação.

CEP: 36036-900

Fone: (32) 99111-8555

E-mail: lazarojeronymo.mestrado@caed.ufjf.br

Rubrica do Participante de pesquisa ou responsável: _____ Rubrica do pesquisador: _____
--